

Propostas para Revisão Constitucional

Uma das conclusões do Colégio de Presidentes de Tribunais de Justiça do Brasil foi em relação ao ingresso na magistratura. Ficou decidido que é condição essencial não ser o candidato já aposentado por qualquer órgão

público. O próximo encontro do Judiciário será em setembro, no Rio de Janeiro. Em seguida, as propostas do Judiciário para a Revisão Constitucional serão entregues ao Congresso Nacional.



ANO XXX

ESTADO DE PERNAMBUCO

PODER JUDICIÁRIO

RECIFE, TERÇA, 06 DE JULHO DE 1993 Nº 124

Diário Oficial

O controle externo do Judiciário

O chefe do Poder Judiciário estadual, desembargador Carlos Xavier, participou, no mês passado, em São Paulo, do Encontro Nacional de Presidentes de Tribunais de Justiça. Entre os debates, ganhou destaque a questão do Controle do Judiciário. Neste sentido, o artigo do presidente do Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro, des. Antônio Carlos Amorim, divulgado em jornais do Sudeste do País, traz alguns esclarecimentos:



Carlos Xavier lê documento sobre controle do Judiciário

res (art. 99) — as regras, significam que o Judiciário tem autonomia para gerir os recursos, sempre escassos, que lhe são destinados pelos demais Poderes;

5º — as unidades administrativas do Judiciário estão sujeitas à fiscalização contábil, financeira, orçamentária, opera-

cional e patrimonial dos Tribunais de Contas (art. 71, II e IV) — quer dizer que a execução de todas as despesas é alvo de revisão por técnicos estranhos aos quadros do Judiciário, enquanto os Tribunais de Contas são órgãos auxiliares do Poder Legislativo;

6º — a escolha dos mi-

nistros do Supremo Tribunal Federal é feita pelo Senado Federal, por indicação do presidente da República (art. 101) — o STF é o órgão de cúpula do Judiciário e guardião da Constituição; mas decisões interpretam os princípios e normas constitucionais e que estão sujeitos todos os juízes e tribunais do País; segue-se que a escolha dos ministros associa o Executivo e o Legislativo a diretrizes traçadas pelo STF.

A segunda afirmação supracitada por sua legítima. Se o controle externo visa atender a "compromissos com os ideais de justiça", conclui-se que o presidente da OAB/RJ propõe a extensão do controle a todas as funções essenciais à Justiça, as quais incluem, consoante o disposto nos arts. 127 a 135 da Constituição, o Ministério Público, a Advocacia e a Defensoria Pública. Logo, a revisão constitucional teria de cogitar da criação de quatro órgãos de controle externo, um para cada uma dessas funções, além do Judiciário. Ou da criação de um megadólio incumbido de controlar todos, já que a realização da Justiça depende da integração de todas essas funções, e não, apenas, da função judicial.

Como ao presidente da

OAB/RJ repugna a ideia do controle interno, não poderiam ter assegurado aqueles órgãos, os seus megadólios, profissionais oriundos das áreas sujeitas ao controle, desde que estariam impedidos de controlar seus pares.

Talvez isto explique a omissão da tese em responder à indagação: quem controlará o quê? Não serão objeto do controle externo propostas ou aspectos de administração material, porque já sob o controle das Cortes de Contas, as quais, reitero, não são tribunais judiciais, mas órgãos auxiliares do Poder Legislativo.

Temporários serão objeto de tal controle os aspectos relacionados com a publicidade e a motivação dos julgamentos, porque já sob o controle direto dos interessados em cada processo (por si e por seus advogados).

Muito menos poderia o objeto do controle externo confundir-se com a revisão da aplicação das leis, em cada litígio; a sociedade não aceitará prolongar a tramitação dos processos, já sujeitos a tantos recursos, perante várias instâncias, sempre habilitadas a manejar pelos advogados. Para esta a meta do controle externo,

e melhor seria alcançada por uma reforma da legislação processual, para simplificar e dinamizar o andamento dos casos.

Também não se imagina que o controle externo pudesse transgredir-se em departamento de recrutamento e seleção de juízes. Nenhum órgão burocrático aferirá de modo mais adequado e transparente a qualificação dos candidatos do que o concurso público previsto na Constituição.

O que sobraria, então, para o controle externo sobre o Judiciário e as demais funções essenciais à Justiça? Se todos os dados objetivos da atuação dessas funções já estão sob controle, sobram os aspectos subjetivos. Mas estes concernem à consciência moral e profissional dos que julgam ou participam da distribuição da Justiça. E consciência não se pode aporrear a controles formais, sob pena de ceder espaço para a injustiça, ao para a justiça sob primas personalistas e desvirtuadas da ordem jurídica.

Quatro órgãos ou um megadólio de controle teriam uma só destinação perceptível: exercer pressão sobre o livre convencimento do julgador, em face das provas que lhes traçam as partes. Nem os membros do Legislativo e do Executivo submeter-se a tal controle. Não se dirá a um parlamentar voto sobre projeto de lei, para manter os compromissos de seu mandato; nem se imporá a autoridade administrativa tal qual interpretação sobre o que seja o interesse público a ser seguido, com as várias disposições; nem o advogado acatará que se lhe tude a orientação técnica que imprimirá à demanda cujo patrocinador sustenta; como não se dirá à Imprensa e que deve ou não publicar.

Controle de consciência controla não é. É concepção distorcida do exercício do poder político. Ou canal aberto para dar todo os amigos, e aos inimigos a ver'.

Sobreira se despede da magistratura

O Tribunal de Justiça presta homenagem ao desembargador Edgar Sobreira, que se despede do Colegiado pernambucano. A solenidade acontece logo mais, às 16 horas, no Salão Nobre do Palácio da Justiça, na

presença do chefe da Corte do Judiciário estadual, desembargador Carlos Xavier, e demais magistrados. O desembargador Edgar Sobreira assumiu o exercício da magistratura em setembro de 1956, na comarca de Exu.



ANO XXX

ESTADO DE PERNAMBUCO

PODER JUDICIÁRIO

RECIFE, QUINTA-FEIRA, 08 DE JULHO DE 1993 Nº 126

Diário Oficial

Pequenas Causas padronizam serviços



Audiência de conciliação no Juizado do Cabo

A Assessoria de Planejamento do Tribunal de Justiça de Pernambuco decidiu fazer reuniões periódicas com juízes-coordenadores e secretários dos Juizados Especiais de Pequenas Causas de todo o Estado. O objetivo é detectar dificuldades, propor soluções e adotar procedimentos padronizados daqueles núcleos de prestação jurisdicional.

Em cada encontro, segundo a assessora Silvana Maria Oriá, será avaliada a execução de metas propostas durante a reunião anterior. Tudo isso, paralelo à realização de cursos para reciclagem de pessoal nas áreas de atendimento, secretaria, datilografia e informática.

Não está descartada a existência de um coordenador geral responsável por diretrizes únicas a serem adotadas pelos JEPCs em funcionamento no Rosarinho, Afogados, Condeiro, Olinda, Paulista, Petrolina, Jaboatão, Caruaru, Camaragibe e Cabo.

A decisão foi tomada pela Assessoria de Planejamento, depois de discutir junto a juízes-coordenadores e secretários os principais problemas que interferem na melhoria do funcionamento dos juizados. As Pequenas Causas têm índice de 85% de conciliação.

O encontro foi no final de junho e contou, também, com a participação do juiz assessor Antônio Macedo Malta e de Laura Argolo e Gisela Pires, o Núcleo de Recursos Humanos, além de Silvana Oriá. Na ocasião, ficou constatado que as dificuldades são quase sempre as mesmas, de onde se faz necessária a adoção de procedimentos semelhantes entre os JEPCs.

Tribunal elabora proposta orçamentária

Encontra-se em fase de conclusão a programação orçamentária de 94 do Tribunal de Justiça. Até o dia 15, o material será entregue à Secretaria do Planejamento, responsável pela elaboração de documento único para todo o Estado, com posterior envio à Assembleia Legislativa,

para discussão e votação.

A assessora de planejamento do Tribunal de Justiça, Silvana Maria Oriá, informou que alguns itens importantes, incluídos na Lei Orçamentária deste ano, serão mantidos na programação de 94, para construção do Fórum da Capital e implementa-

ção de Juizados Especiais de Pequenas Causas. Prevê também a execução da nova Organização Judiciária, já iniciada este ano com apresentação de projetos à Assembleia Legislativa, visando à modificação da atual estrutura institucional. Para elaboração da proposta, Silvana Oriá ouviu sugestões de diretores e assessores do Tribunal, durante reunião técnico-administrativa.

No encontro, foram discutidos procedimentos de rotina para agilização de serviços, contenção de despesas, levantamento das necessidades de pessoal, avaliação técnica das ações executivas e plano de cargos, carreira e vencimentos do Tribunal, dentre outros assuntos.



PODER JUDICIÁRIO

Presidente:
Des. Carlos Xavier Paes
Bueno-Filadelfo

Vice-Presidente:
Des. Francisco de Sá Sampaio

Corregedor-Geral:
Des. Eládio Rangel Castro

Assessor de Imprensa:
Adilson Pires

Editor:
Roberto Viana

Redatores: Lúcia Cavallini,
Marcelo Olivo e Christiane
Azevedo

Fotografia:
João Batista

Diagramação:
Júlio Gonçalves e Celso Dias
Lima - DITEPE

Endereço:
Rua da República nº 54
Arborea - Recife-PE - CEP
50050-000 - Fone: 424.361/36-214
Telex: 9136

Juristas discutem revisão constitucional

Amanhã, por ocasião da 45ª Reunião Anual da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência — SBPC, acontece uma mesa-redonda que vai discutir a revisão constitucional prevista para este ano. O debate, que será como coordenador o jurista José Paulo Cavalcanti Filho e contará com a

presença do procurador geral da República, Aristides Junqueira, e do presidente da Ordem dos Advogados do Brasil — OAB, José Roberto Batocchio, além de outros participantes, será realizado na sala 323 do Centro de Artes e Comunicação da UFPE, das 14 às 17 horas, sendo aberto ao público.



ANO XXX

ESTADO DE PERNAMBUCO

PODER JUDICIÁRIO

RECIFE, TERÇA-FEIRA, 13 DE JULHO DE 1993 Nº 129

Diário Oficial

Sobreira se despede da magistratura

O substituto do desembargador Edgar Sobreira de Moura, que se afastou do Tribunal de Justiça por motivo de aposentadoria, deve ser escolhido em agosto, depois do recesso, durante sessão plenária. A seleção será baseada no critério de merecimento, que abrange apenas 20% do total de magistrados da Capital.



Colegiado homenageia Edgar Sobreira, à esquerda

De acordo com a Constituição e com a Lei Orgânica da Magistratura — Loman — a escolha será feita em sessão secreta, devendo cada desembargador votar em três nomes. Os mais votados comporão uma lista tripartite, novamente colocada em votação final.

O desembargador Edgar Sobreira despediu-se do colegiado pernambucano na quinta-feira, dia 8, em sessão extraordinária, quando diversos assuntos administrativos foram colocados em pauta. Logo após, o magistrado foi recepcionado no Salão Nobre

do Palácio da Justiça.

A vida pública do magistrado Edgar Sobreira começou na comarca de Exu, em setembro de 1956, passando depois por Salgueiro, Panelas, Itambé, Vertentes e, finalmente, Recife, assumindo a titularidade da 1ª Vara de

Família e Registro Civil.

Suas promoções foram todas por antiguidade, exceto de Salgueiro para Panelas e a de desembargador, que foram por merecimento. Esta última, em 19 de março de 1992, na vaga de Geraldo Magela Dantas Campos.

Brasil possui 663 desembargadores

Há pouco mais de 41 anos — 30 de junho de 1952 — era sancionada a Lei nº 1.392, elevando para 15 a quantidade de desembargadores no Tribunal de Justiça de Pernambuco. Esse número permanece até hoje, apesar do crescimento da população e do aumento dos processos, que influem diretamente nos problemas do Judiciário. Levando o fato em consideração, o presidente do TJ, desembargador Carlos Xavier, acredita que o aumento do número atual para 27 magistrados — já aprovado pela Assembleia Legislativa — resultará numa melhor prestação jurisdicional para todo o Estado.

NACIONAL

O quadro nacional de desembargadores chega a 663, que corresponde a 24,55 por unidade federativa. São Paulo, com 132, detém o maior número, seguido pelo Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul e Minas Gerais, com 70, 52 e 59 na função, respectivamente. Pernambuco, ao lado do Espírito Santo, Ceará e Paraíba, ocupa o 14º lugar, com 15 componentes cada um. Ceará e Rio Grande do Norte também querem aumentar a composição das respectivas Coréis de Justiça para 21 e 15 membros.

Veja, na ordem decrescente, o atual quadro de desembargadores nos 27 Estados brasileiros: São Paulo (132), Rio de Janeiro (70), Rio Grande do Sul (52), Minas Gerais (39), Distrito Federal (31), Bahia, Paraná e Santa Catarina (27), Goiás (22), Mato Grosso do Sul e Pará (21), Mato Grosso (20) e Maranhão (18). Ainda: Pernambuco, Espírito Santo, Ceará e Paraíba (15), Amazonas (14), Piauí (13), Alagoas e Rio Grande do Norte (11), Sergipe (10), Rondônia (09), Acre, Amapá, Roraima e Tocantins (07).



ANO XXX

PODER JUDICIÁRIO

RECIFE, QUINTA-FEIRA, 15 DE JULHO DE 1993 Nº 131

Diário Oficial

Projeto destaca melhoria do Judiciário

As propostas para o Plano de Cargos, Carreira e Vencimentos do Tribunal de Justiça serão entregues até final de julho, em cumprimento ao prazo determinado pelo chefe da instituição, desembargador Carlos Xavier. A certeza foi dada pelo presidente da comissão encarregada de elaborar o anteprojeto, juiz Jovaldo Nunes.

Os trabalhos estão adiantados, faltando apenas detalhes que podem

ser agilizados com ajuda de servidores de comarcas de 1ª e 2ª entrâncias. De acordo com Jovaldo, algumas informações prestadas pelo pessoal do Interior estão incompletas e, apesar do ofício encaminhado àqueles juízes, ainda faltam dados importan-

tes para conclusão da matéria.

Dividida em três grupos, a comissão vem se reunindo todos os dias, desde sua implantação em maio, através da Portaria 225. Cada um é responsável por tarefas distintas, o que permite agilizar ser-

viços. As segundas-feiras, em conjunto, fazem avaliação geral da semana anterior e traçam metas para os dias seguintes.

O Plano de Cargos, Carreira e Vencimentos trará benefícios ao servidor do quadro permanente do Tribunal de Justiça e

das comarcas de 1ª e 2ª entrâncias. O funcionário da comarca da capital — de 3ª entrância — será beneficiado pelo plano da Corregedoria Geral da Justiça, já aprovado, mas dependendo da sanção do Poder Executivo estadual.

Segundo Jovaldo

Nunes, o plano não prevê apenas melhoria salarial para o servidor, mas também a redução do excesso burocrático, adequando os serviços à nova realidade do Judiciário, através da reformulação de alguns cargos funcionais.

O percentual de aumento salarial a ser previsto pelo plano, ainda não foi definido porque a comissão do TJ aguarda o posicionamento do Governo pernambucano em relação ao projeto de Cargos, Carreira e Vencimentos da Corregedoria, que servirá de parâmetro para as propostas do Tribunal.

Além do juiz Jovaldo Nunes e da assessora de planejamento Silvana Maria Oriá, o grupo de trabalho do Tribunal de Justiça é formado por Ana Maria Leite, Célia Gomes de Moraes, Ângela Maria Alves de Souza, Maria Cristina de Oliveira, Maria do Carmo Oliveira, Maria das Graças Lavor, Gedália Paes Barreto e Gisela Pires.

Depois de entregues ao desembargador-presidente do TJ, Carlos Xavier, as propostas para o Plano de Cargos serão encaminhadas à apreciação do pleno. Se aprovadas, passarão à discussão e votação pela Assembleia Legislativa, subtraindo-se finalmente à sanção governamental.



Comissão reúne-se preside pelo juiz Jovaldo Nunes

TJ divulga movimento processual do 1º semestre

Exatamente 1.599 processos foram solucionados pelos diversos órgãos do Tribunal de Justiça de Pernambuco no primeiro semestre deste ano. Só no mês de junho, nos 15 dias úteis para o Poder Judiciário, foram julgados 322 feitos.

Os desembargadores

que mais trouxeram processos para julgamento, durante esse período, foram os seguintes: 1º — des. Nildo Nery dos Santos — 179; 2º — desembargadores Arthur Pio dos Santos e Edgar Sobrinho de Moura — 137 cada; 3º — des. Otílio Neiva Coelho — 133; 4º — des. Agenor Ferreira Lima —

131; 5º — des. José Napoleão Tavares — 128; 6º — des. Francisco de Sá Sampaio — 123; 7º — des. Waldemir Oliveira Lins — 109; 8º — des. Benildes de Souza Ribeiro — 98; 9º — desembargadores Cláudio Américo de Miranda e Luiz Belém de Alencar — 78 cada.

Apesar disso, a quantidade de julgamento foi inferior ao volume de novos processos iniciados no mesmo período. No decorrer do primeiro semestre de 1993 foram distribuídos para julgamento no Tribunal de Justiça do Estado 1.904 processos (305 a mais que o número de feitos julgados).



PODER JUDICIÁRIO

Presidente:
Des. Carlos Xavier Pires
Bureta Sobrinho

Vice-Presidente:
Des. Francisco de Sá Sampaio

Corregedor-Geral:
Des. Edílio Rumeo Odeiro

Assessor de Imprensa:
Adriano Pires

Editores:
Roberto Tavares

Redatores: Lúcia Cavallini,
Mirceni Odeiro e Christiane
Alencar

Fotografia:
José Barbosa

Distribuição:
Selo Gráfico e Calisto Dias
L192 - 08778

Redação:
Pq. da República nº 54
Jardim - Recife-PE - CEP
50010 - Fone 424.3811/214
- Telex 3116

Concurso marca prova para o dia 15

A primeira etapa do concurso de oficial de justiça do quadro do Fórum da Capital será realizada no próximo dia 15 de agosto. Os candidatos inscritos devem comparecer ao bloco "J" da Universidade Católica de Pernambuco — Unicap, situada à rua Nunes Machado, s/nº, às 8 horas. O término da prova está previsto para as 12 horas.



ANO XXX

ESTADO DE PERNAMBUCO

PODER JUDICIÁRIO

RECIFE, TERÇA-FEIRA, 20 DE JULHO DE 1993 Nº

Diário Oficial

Magistratura do Acre quer escola moderna

Criada há seis anos e funcionando há apenas um semestre, a Escola da Magistratura do Acre teve de expandir suas atividades a partir do próximo ano. Experiências positivas de unidades nordestinas congêneres serão implantadas pela direção da escola. É com esse objetivo que o coordenador de cursos, juiz Ciro Facundo de Almeida, visita Pernambuco, Paraíba, Rio Grande do Norte e Ceará, devendo a viagem estender-se até final de julho.

Estados do Nordeste foram escolhidos por apresentarem problemas semelhantes e formação parecida. Ciro Facundo pretende analisar o funcionamento dessas escolas, adaptando algumas experiências à realidade acreana. Por enquanto, a Escola da Magistratura do Acre funciona apenas com a realização de seminários e cursos jurídicos de pequena duração. Em setembro e outubro está programada série de palestras sobre Registro Civil e de Imóveis.

O presidente do Tribunal de Justiça de Pernambuco, Carlos Xavier, pode ministrar alguns dos novos cursos a serem introduzidos na Escola do Acre. O assunto foi discutido entre os dois, quando o juiz Ciro Facundo veio



Facundo: melhorias para o Acre

conhecer o funcionamento da Escola Superior da Magistratura, aqui no Estado. A ocasião, esteve presente o desembargador Nildo Nery, fundador da unidade de ensino pernambucana.

O ESTADO

Relativamente novo — criado há 31 anos — o Acre tem

148 mil km² de superfície, uma população que gira em torno de 600 mil habitantes e uma pecuária caminhando para ser a maior do País, segundo informação do juiz Ciro Facundo de Almeida, da 1ª Vara Cível do Judiciário daquele Estado e também vice-

presidente da Associação de Magistrados do Brasil, com sede em Curitiba.

De acordo com o magistrado, o Acre tem chance de desenvolver-se economicamente se for asfaltada a estrada que liga Cuiabá, Porto Velho, Rio Branco (capital), Brasília e Assis Brasil (última cidade brasileira, fronteira

com o Peru) podendo-se chegar ao porto de Molena, no Pacífico, "por onde os grãos chegariam muito mais baratos aos países asiáticos".

A Justiça do Acre conta com sete desembargadores e 33 juizes de 1ª e 2ª entrâncias. Os problemas da magistratura são seme-

lhantes aos do resto do País, como falta de cursos para equiparar o Judiciário e, conseqüentemente, oferecer maior celeridade na tramitação dos quase 60 mil processos em acordo com Ciro Facundo, a magistratura precisa ser repensada para acompanhar a modernidade do mundo atual. "É preciso reformulação de leis, simplificação dos processos e informatização da primeira instância".



PODER JUDICIÁRIO

Presidente:

Des. Carlos Xavier Passos

Des. Roberto Torres

Vice-Presidente:

Des. Francisco de Sá Sampaio

Corregedor-Geral:

Des. Edécio Bezerra Galvão

Assessor de Imprensa:

Aldemir Palma

Editor:

Roberto Torres

Redatores: Lúcia Carvalho,

Marcos Oliveira e Christiane

Alcântara

Fotografia:

João Barbosa

Diagramação:

Elisângela e Carlos Dias

L. 192 - 1980/91

Redação:

Pq. da República s/nº - 50º

Arquivo - Recife-PE - CEP

50.010 - Fone: (24) 3111 (R. 24)

- Telex: 3116

Programadores: Inscrições encerram-se amanhã

A Corregedoria Geral da Justiça prorrogou o prazo de inscrição para o Curso de Formação de Programadores em Computação. Assim, os funcionários do Quadro de Pessoal do Fórum da Capital têm até amanhã, dia 23, para garantir sua participação. Os interessados no curso devem ter conhecimento em linguagem de programação.



ANO XXX

ESTADO DE PERNAMBUCO

PODER JUDICIÁRIO

RECIFE, QUINTA-FEIRA, 22 DE JULHO DE 1993 Nº 135

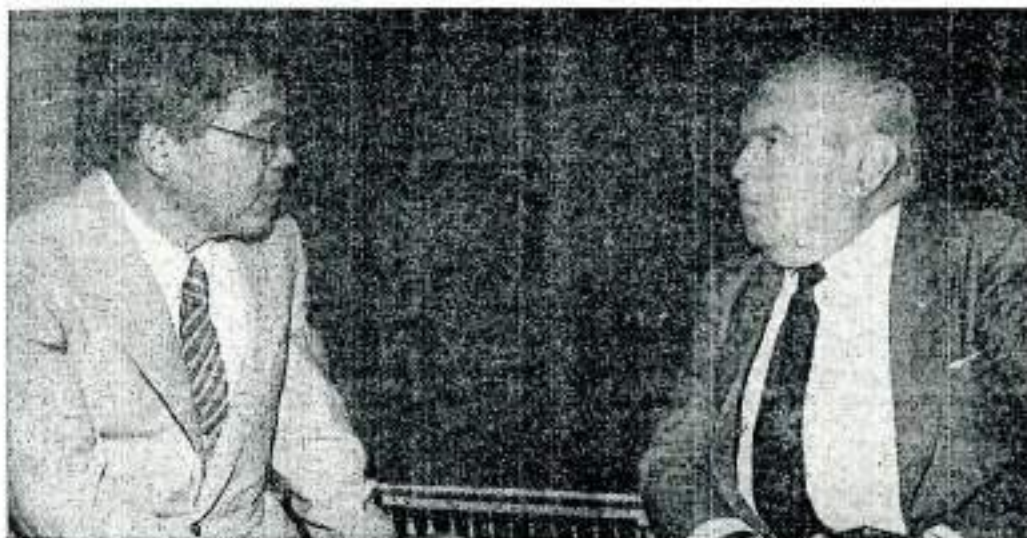
Diário Oficial

Cônsul japonês visita TJPE

O Cônsul do Japão em Pernambuco, Michisuk Tateyama, fez uma visita de cortesia ao presidente do Tribunal de Justiça do Estado, desembargador Carlos Xavier. O encontro ainda contou com a presença dos desembargadores José Napoleão Tavares e Agenor Ferreira Lima e do Juiz Mário Melo, assessor da presidência.

“Venho cumprimentar sua administração à frente do Poder Judiciário”, disse o representante japonês. O presidente Carlos Xavier agradeceu e relatou ao cônsul Tateyama como funcionam todas as instâncias da Justiça Brasileira. A economia japonesa e as relações daquele país com o Estado de Pernambuco também foram temas do encontro.

Ao final da visita, o desembargador pre-



Tateyama veio cumprimentar o presidente Carlos Xavier

sidente ofereceu um livro sobre a história e a arquitetura do Palácio da Justiça, dos historiadores José Luiz Mota Menezes e Marcellio Reiaux. Michisuk Tateyama, por sua vez, colocou o consulado de seu país à disposição do Judiciário.

TJPE pode abrir novo concurso de juiz

Iniciado em abril, o concurso de Juiz Substituto de 1ª Entrância chega a sua reta final. O resultado da 3ª etapa — Prova de sentença prática, civil e penal — será divulgado, segundo o secretário da Comissão Examinadora, Tertuliano Feitosa, até o final deste mês.

De um total de 1.753 inscritos para a 1ª fase do

concurso, apenas 303 participaram da 3ª etapa. Os candidatos que forem classificados na sentença prática terão ainda pela frente o exame psicotécnico, uma entrevista com a Comissão Examinadora e, finalmente, a prova oral, onde o tema é sorteado com 24 horas de antecedência.

Segundo o presidente

do Tribunal de Justiça de Pernambuco, desembargador Carlos Xavier Paes Barreto Sobrinho, caso o número de candidatos aprovados após a última etapa do concurso não for o necessário para preencher as vagas existentes na magistratura estadual, ele determinará a abertura imediata de outro processo se-

letivo para juiz de Direito.

A defasagem de magistrados em relação ao volume de processos que tramita nas diversas Comarcas e Varas da Justiça é um dos principais problemas que o Judiciário estadual vem enfrentando. Atualmente, nas três entrâncias do Estado existem mais de 200 cargos de juiz de Direito vagos.



PODER JUDICIÁRIO

Presidente:
Des. Carlos Xavier Paes Barreto Sobrinho

Vice-Presidente:
Des. Francisco de Sá Sampaio

Corregedor-Geral:
Des. Eládio Sampaio Góes

Assessor da Imprensa:
Aldemar Paiva

Editor:
Roberto Tavares

Redatores: Lúcia Cavallini, Micael Oleiro e Christiane Alcantara

Fotografia:
Nivaldo Barbosa

Diagramação:
Walter Gregório e Celso Dias L.92 - DKTPE

Redação:
Pra. da República s/nº - 1ºº
Avenida - Recife-PE - CEP
50.010 - Fone: 434.5811/8-214
Telex: 3116

Representatividade feminina em Mirandiba

A força feminina lidera no município de Mirandiba. Enquanto cerca de 6.500 mulheres detêm a maioria da população, os homens somam 206 a menos do que elas. A constatação é do desembargador Carlos Xavier,

presidente do Tribunal de Justiça, ao se interessar pela leitura do último censo realizado no Estado. Os dados foram fornecidos pelo magistrado, durante solenidade de reinstalação daquela comarca pernambucana.



ANO XXX

ESTADO DE PERNAMBUCO

PODER JUDICIÁRIO

RECIFE, TERÇA-FEIRA, 27 DE JULHO DE 1993 Nº 139

Diário Oficial

Vagas da magistratura serão preenchidas

O presidente do Tribunal de Justiça, desembargador Carlos Xavier, aguarda com expectativa a conclusão do concurso para juiz substituto de 1ª entrância, que se encontra em andamento. Com a nomeação de novos magistrados, o chefe do Judiciário pernambucano cumpre parte de meta administrativa, anunciada há um ano atrás, ou seja, a de preencher as vagas existentes na magistratura estadual.

Mais de 400 mil processos encontram-se em tramitação nas três entrâncias contra mais de 200 cargos vagos e apenas 241 juizes na função. O desembargador Carlos Xavier deixa a presidência do Tribunal em janeiro do próximo ano, mas até lá pretende resolver a questão, considerada um dos grandes entraves da máquina judiciária.

Além das várias comarcas já existentes e que se encontram sem juiz, há que se considerar as que foram instaladas este ano e que também estão sem titular. É o caso de Mirandiba, que adquiriu autonomia judicial no dia 12 de julho. A solenidade, presidida pelo desembargador Carlos Xavier, teve apoio do governo do Estado, através do secretário da Justiça Marcos Cabral e do poder executivo municipal, na pessoa do prefeito Nelson Pereira.

Durante a sessão solene, o presidente do Tribunal de Justiça afirmou que, até a conclusão do concurso, o



Carlos Xavier discursando na reinstalação da Comarca de Mirandiba

juiz Francisco de Assis Timóteo, de São José do Belmonte, ficará responsável por Mirandiba. Tão logo seja possível, a comarca terá um juiz titular residindo no próprio município. Xavier acredita que o Ministério Público também fará a designação de um promotor, contribuindo para a melhoria da prestação jurisdicional naquela população.

AUTONOMIA

Novamente comarca, Mirandiba foi acrescida do Terço Judiciário de Carnaubeira da Penha, antes pertencente ao município de Floresta. Isso quer dizer que todos os processos que se encontram em tramitação em Floresta, relativos a Carnaubeira, serão transferidos para a nova comarca. O presidente Carlos Xavier

já determinou o tombamento e posterior encaminhamento de todos eles.

O hasteamento das bandeiras brasileira, pernambucana e de Mirandiba, apresentação da Banda Marcial da Escola de São José do Belmonte, corte de fita simbólica e descerramento da placa alusiva ao evento fizeram parte do programa de instalação, que culmi-

nou com discursos de autoridades presentes. O secretário Marcos Cabral afirmou que o plano da Secretaria da Justiça é trabalhar agregada ao Judiciário, com harmonia e igualdade de ações.

A mesa foi composta pelos desembargadores Carlos Xavier e Edgar Sobreira; secretário Marcos Cabral; prefeitos Nelson Pereira, de Mirandiba e Simon Lopes Gonçalves, de Carnaubeira da Penha, acompanhados do ex-prefeito da nova comar-

ca, major PM Mário, comandante do 8º BPM de Salgueiro, representando o comando geral da Polícia Militar de Pernambuco. Coube ao juiz Francisco de Assis Timóteo, de São José do Belmonte, abrir os trabalhos de instalação.

Ao reinstalar a comarca de Mirandiba, situada no sertão pernambucano, a 486 km do Recife, o desembargador Carlos Xavier agradeceu a oportunidade que lhe foi dada pela população local de poder estar sempre convivendo com os companheiros do Interior. Na página seguinte, a íntegra do discurso feito pelo magistrado durante a sessão.



PODER JUDICIÁRIO

Presidente:
Des. Carlos Xavier Foa
Barão Sobrinho

Vice-Presidente:
Des. Francisco de Sá Sampaio

Corregedor-Geral:
Des. Elyrio Rios de Castro

Assessor de Imprensa:
Adriano Faria

Editor:
Roberto Tavares

Redatores: Lúcio Carvalho,
Maurício Gomes e Cláudio
Alcântara

Fotografia:
José Barbosa

Diagramação:
Márcia Gonçalves e Celso Dias
1.350 - DTP/93

Redação:
Pra. da República s/nº - 5ª
Andar - Recife-PE - CEP
50.010 - Fone: 424.3811/2-214
- Telex: 316

Fórum Geraldo Valença

O Poder Judiciário de Pernambuco prestou homenagem póstuma ao juiz Geraldo Valença, que durante muitos anos atuou na Vara do Júri. O Fórum de São Bento da Una recebeu o nome do magis-

trado, durante solenidade que contou com a presença de autoridades estaduais. O ato — sexta-feira (23) —, foi presidido pelo chefe da Corte de Justiça, desembargador Carlos Xavier.



ANO XXX

ESTADO DE PERNAMBUCO

PODER JUDICIÁRIO

RECIFE, QUINTA-FEIRA, 29 DE JULHO DE 1993 Nº 140

Diário Oficial

Encontro Regional do Ministério Público

Depois da reunião de representantes do Ministério Público no Serião pernambucano, para discussão de temas relativos à classe, chegou a vez de encontro semelhante no Agreste. Dias 4, 5 e 6, promotores de Justiça debatem questões relativas à criminalidade e ao interesse comum de instituições como Poder Judiciário, Polícia Militar, Ordem dos Advogados e Polícia Civil.



Gustavo e Renato convidam Carlos Xavier para debate em Caruaru



PODER JUDICIÁRIO

Presidente:
Des. Carlos Xavier Dias
Barreto Sobrinho

Vice-Presidente:
Des. Francisco de Sá Sampaio

Correspondente-Geral:
Des. Elton Rocco Galvão

Assessor de Imprensa:
Alcides Pires

Editor:
Roberto Tavares

Redatores: Lúcia Cavallini,
Marcelo Gláucio e Christiano Alcântara

Fotógrafo:
João Barbosa

Distribuição:
Militar, Odebrete e Celso Dias
1.192.08708

Endereço:
Praça da República s/nº - 3ºº
Andar - Recife-PE - CEP
50010-1 Fone: 424.5811/6-214
- Telex: 2118

O VI Encontro Regional da Associação do Ministério Público será realizado na Faculdade de Direito de Caruaru, contando com a presença de representantes de cada uma das instituições ligadas à segurança estadual. A palestra de abertura sobre "Revisão Constitucional" fica a cargo do professor Luís Pinto Ferreira, às 20 horas.

De acordo com o presidente da Associação do Ministério Público de Pernambuco, Gustavo Augusto R. Lima, o evento tem o objetivo de discutir não apenas temas de interesse comum, mas

também as principais dificuldades enfrentadas pelas autoridades de cada região do Estado. Em outubro, a Associação realiza encontro semelhante na Zona da Mata.

Acompanhado de Renato da Silva Filho, vice-presidente da Associação, Gustavo Lima pediu ao presidente do Tribunal de Justiça, desembargador Carlos Xavier, que o Encontro seja recomendado aos juizes da região agrestina.

Veja a seguir o programa do VI Encontro Regional dos Promotores de Justiça, em Caruaru.

LOCAL: Faculdade de Direito de Caruaru

DIA 04.08 às 20:00 horas

Abernara

— PALESTRA sobre "Revisão Constitucional"

Luiz Pinto Ferreira

DIA 05.08 a partir das 09:00 horas

— PAINEL "Atos Infracionais e o ECAD"

Isabel Novais, Luís Carlos Figueiredo, Romero Andrade, Bernadete Azevedo

— PAINEL "Adoção e o ECAD"

Arabela Porto, Maria Eduarda Ribeiro

— PAINEL "Direito Difuso e Coletivo"

Alderete Ramos, Rosana Grimberg, Brasília Guerra, Ederson Lima

DIA 06.08 a partir das 09:00 horas

— PAINEL "Aspectos práticos do Processo Penal"

Nildo Nery, Albérico Guerra, cel. Alexandre Nunes

— PAINEL "Execução Penal — Sistema Penitenciário"

Adriana Fontes, Mauro Alencar, Bartolomeu Bueno, cel. Jerchan Gonzaga, Gustavo Lima

— PAINEL "Aposentadoria do Funcional"

Nelson Reis e representantes do INSS e Fetape.

Convênio Fundac/TJPE

Atavés do Núcleo de Recursos Humanos, a presidência do Tribunal de Justiça providencia convênio junto à Fundac, para seleção de cinco menores, com idade entre 14 e 18 anos. Os adolescentes serão selecionados para desempenhar a função de auxiliar de departamento no TJ, onde já existem dez meninos provenientes daquela Fundação.



ANO XXX

ESTADO DE PERNAMBUCO

PODER JUDICIÁRIO

RECIFE, SÁBADO, 31 DE JULHO DE 1993 Nº 142

Diário Oficial

Vinculada à Corregedoria Geral da Justiça, a Comissão é composta por cinco membros — três juízes, uma assistente social e uma psicóloga — encarregados de emitir laudo de habilitação aos futuros pais adotivos, após análise de documentos necessários e avaliação do comportamento psicossocial dos interessados.

No caso de estrangeiros, a documentação deve ser acrescida de cópia da lei de adoção em vigor no respectivo país. De posse do laudo, o casal fica habilitado a adotar crianças em todo o Estado. Juízes das diversas comarcas pernambucanas devem encaminhar à Ceja os cadastros dos menores em

Comissão regulamenta adoções no Estado

Casais brasileiros e estrangeiros interessados em adotar crianças pernambucanas devem procurar obrigatoriamente, a partir de agora, a Comissão Estadual Judiciária de Adoção. Instalada desde o dia 15 e em pleno funcionamento à rua Fernandes Vieira, 405 — Boa Vista, a Ceja tem finalidade de organizar e melhor estruturar os casos de adoção no Estado.



Luís Carlos, juiz da 2ª Vara da Infância, é o presidente da Comissão

condições de serem adotados.

EM ANDAMENTO

Em reunião marcada para o dia 8 de agosto, a Comissão vai definir o que fazer com relação aos feitos que já estão em andamento. Os interessados, advogados em sua maioria, ainda estão sem saber como levar as ações adiante. É provável que esses casos sejam concluídos diretamente na comarca onde foram iniciados e que a Ceja apenas atue nos processos a partir de agora.

É grande a procura de interessados. Mas o que a Comissão tem observado é que os estrangeiros demonstram maior reciprocidade em relação aos menores brasileiros. Como o Estatuto da Criança e do Adolescente incentiva a adoção por casais nacionais, a Ceja se propõe a fomentar campanhas de estímulo entre os pretendentes daqui mesmo.

A COMISSÃO

Presidida pelo juiz Luís Carlos de Barros Figueiredo, a Comissão Estadual Judiciária de Adoção ainda é formada pelos magistrados Bartolomeu Bueno de Freitas (vice) e Marcelo Russel, pela assistente social Ana Elizabeth Lucena e pela psicóloga Kilmá Cleide Magalhães Baril.

Sem função remunerada, cada um dos componentes da Ceja tem mandato por dois anos, podendo ser reconduzido, com exceção do presidente, eleito por um ano, a quem é vedada a recondução no período imediatamente subsequente. Os suplentes têm mandato idêntico ao dos titulares.



PODER JUDICIÁRIO

Presidente:
Des. Carlos Xavier Pires
Barreto Sobrinho

Vice-Presidente:
Des. Francisco de Sá Sampaio

Corregedor-Geral:
Des. Silvio Ramos Galvão

Assessor de Imprensa:
Alcides Paiva

Editores:
Roberta Tavares

Redatores: Lúcia Carvalho,
Marcelo Glauco e Christiane
Albuquerque

Fotografia:
João Barbosa

Diagramação:
Júlio Gonçalves e Celso Dias
L. 192 - DKT/92

Edição:
Pq. da República s/nº - 5ºº
Andar - Recife-PE - CEP
50010 - Fone: 424.391.08-214
Telex: 3116

Ministério Público debate criminalidade

Começa amanhã, na Faculdade de Direito de Caruaru, o VI Encontro Regional da Associação Estadual do Ministério Público, que vai reunir promotores, juízes, advogados e policiais civis e militares do agra-

te pernambucano para debaterem questões comuns ao Poder Judiciário, Polícia Militar, Polícia Civil e Ordem dos Advogados do Brasil. A palestra de abertura fica por conta do professor Pinto Ferreira. O encontro segue até o dia 6.



ESTADO DE PERNAMBUCO

PODER JUDICIÁRIO

RECIFE, TERÇA-FEIRA, 03 DE AGOSTO DE 1983 Nº 143

Diário Oficial

Judiciário homenageia Geraldo Valença

No mês pasado, o Tribunal de Justiça do Estado, através do seu presidente, desembargador Carlos Xavier Paes Barreto Sobrinho, prestou homenagem póstuma ao juiz Geraldo de Souza Valença. O Fórum de São Bento do Una, sua cidade natal, recebeu o nome do magistrado.



Geraldo Valença

rio Público, Rubem de Souza Valença, que discursou em nome da família do magistrado.

Ele agradeceu a homenagem e disse que o trabalho de Geraldo Valença sempre foi reconhecido pelo Tribunal de Justiça. Ainda participaram da Aposição da Placa do Fórum a irmã do juiz, Isabel Valença, o promotor da Comarca, José Danda, e o vigário da paróquia, padre Luiz.

A POESIA

Promotor de justiça, juiz de Direito, presidente do Tribunal do Juri, Geraldo Valença ainda enveredou pelos caminhos da literatura, lançando dois livros de poesias: Rosa Jacente e A Rosa Total. "Os menos avisados podem pensar que ele é um poeta bissexto. Não é. É, ao contrário, um poeta

constante, de uma fidelidade rara à poesia", disse Edmir Domingues, na ocasião do lançamento do seu segundo livro.

Mauro Mota disse certa vez, em nota literária, que Geraldo Valença "é um dos nossos mais puros e autênticos poe-

tas". Intimista, a poesia de Valença retrata as coisas do sertão e é feita, como ele mesmo dizia, "de fios, os fios do aga-

ve". Traços do poeta Geraldo Valença podem ser vistos nos poemas abaixo, parte do seu livro A Rosa Total.

AS VIBORAS

E deu-se que era noite. E os aluantes
Ventos de quando o filho se demora
Lixavam-se nas pedras como os cães
Que a não saíam de si a própria guarda.
E deu-se que crepava a sombra e abutres
Vinham bicar os olhos aos cabritos
E os nossos servos, bravos, se coçavam
E levantavam contra nos os punhos.
E a água apodrecida na cisterna.
Nem atendia a brasa ao nosso sopro
Nem atendia o filho aos nossos gritos.
E um servo, de entre os servos mais
amados,
E todavia ainda derramava
A esta, aos nossos pés, das verdes
viboras.

DE AGAVE

Se escondeu, tão escondido
Que de si mais se escondeu
Seu silêncio era o gemido
Que em seu silêncio morreu
Era assim tão dividido
Que um pedaço se perdeu
E tão uno e repartido.
Só o espelho o conheceu
Tinha um jeito ressentido
De abraçar, sem ter querido
O abraço que mereceu.



PODER JUDICIÁRIO

Presidente:
D. Carlos Xavier Paes Barreto Sobrinho

Vice-Presidente:
D. Francisco de Sá Sampaio

Corregedor-Geral:
D. Edirio Rangel Galvão

Assessor de Imprensa:
Aldemir Faria

Editores:
Roberta Tavares

Revisores: Edirio Cordeiro,
Marcelo Olasco e Christiane
Albuquerque

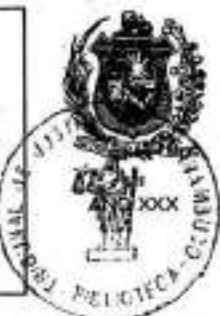
Fotografia:
João Barbosa

Diagramação:
Nélio Gonçalves e Celso Dias
1190 - DGT/PA

Redação:
Rua da República nº 4 - 2º
Andar - Recife PE - CEP
50010 - Fone: 424.3811/0-214
- Telex: 3116

Presidente recebe homenagem de formandos

A Escola Superior da Magistratura de Pernambuco está formando mais uma turma de bacharéis. A formatura dos concluintes de julho de 1993 da escola, Turma "Marcos Maggi", acontece na próxima sexta-feira. Na ocasião, os formandos prestam homenagem ao presidente do Tribunal de Justiça, desembargador Carlos Xavier.



ESTADO DE PERNAMBUCO

PODER JUDICIÁRIO

RECIFE, QUARTA-FEIRA, 04 DE AGOSTO DE 1993 Nº 144

Diário Oficial

Ampliação do TJPE é sancionada



TJPE terá mais 12 desembargadores

O governador Joaquim Francisco sancionou ontem a lei complementar nº 09, que prevê a ampliação do quadro de desembargadores do Tribunal de Justiça que, a partir de agora, será composto de vinte e sete membros, conforme projeto elaborado pela Presidência do TJPE, com o objetivo de

agilizar e melhorar a prestação jurisdicional no atendimento à sociedade pernambucana.

Segundo o chefe da Corte de Justiça, desembargador Carlos Xavier Paes Barreto Sobrinho, a última vez que o Tribunal pernambucano teve elevado o seu número de componentes foi em 30 de junho de 1952 pelo então

governador Agamenon Sérgio de Godoy Magalhães, quando passou de onze para quinze membros.

"01 de agosto já é uma data histórica", comemorou o desembargador-presidente. De acordo com Carlos Xavier, um maior número de desembargadores será um passo para resolver o problema de acúmulo

de processos. A outra iniciativa que vem sendo tomada pela atual gestão é o preenchimento do quadro da magistratura pernambucana, através de concursos públicos para juiz substituto de 1ª instância.

MODIFICAÇÕES

Com a função, surgem dois cargos de desembargadores que devem ser ocupados por 10

nomes do quadro da magistratura, obedecendo aos critérios de promoção por antiguidade e merecimento, e por outros 2, indicados pela Ordem dos Advogados do Brasil, Pernambuco.

Outra mudança prevista é a criação de um órgão especial, constituído pelo presidente e vice do Tribunal de

Justiça e corregedor geral da Justiça, que devem exercer funções diretores iguais. Além deles, os desembargadores mais antigos vão fazer parte do órgão especial.

Atribuições administrativas privativas e competências específicas como as de processar e julgar originariamente autoridades como o vice-governador, os secretários de Estado e os prefeitos foram destinadas ao órgão.

O projeto prevê, ainda, uma modificação no quadro de pessoal do TJPE, com a criação de dois cargos de secretários de desembargador e 4 de assessor técnico judiciário. Ambos de provimento em comissão. Por outro lado, os cargos efetivos serão os seguintes: dezesseis de taquígrafo-assistente, dois de agente de segurança e 4 de assistente de plenário.



PODER JUDICIÁRIO

Presidente
Des. Carlos Xavier Paes
Barreto Sobrinho

Vice-Presidente
Des. Francisco de Sá Sampaio

Corregedor-Geral
Des. Nélio Ramos Galvão

Assessor de Imprensa
Aldemir Paiva

Editor
Roberto Torres

Redator
Liliana Cavallini,
Márcio Gláucia e Cheliane
Albuquerque

Fotografia
João Carlos

Diagramação
Júlio Gonçalves e Celso Dias
LAP - D&T/PS

Endereço
Pra. da República nº 5 - 5º
Andar - Recife-PE - CEP
50.010 - Fone: (41) 3112-214
- Telex: 3114

Presidente recebe homenagem de formandos

A Escola Superior da Magistratura de Pernambuco está formando mais uma turma de bacharéis. A formatura dos concluintes de julho de 1993 da escola, Turna "Marcos Maggi", acontece na próxima sexta-feira. Na ocasião, os formandos prestam homenagem ao presidente do Tribunal de Justiça, desembargador Carlos Xavier.



ESTADO DE PERNAMBUCO

PODER JUDICIÁRIO

RECIFE, QUARTA-FEIRA, 04 DE AGOSTO DE 1993 Nº 144

Diário Oficial

Ampliação do TJPE é sancionada



TJPE terá mais 12 desembargadores

O governador Joaquim Francisco sancionou ontem a lei complementar nº 09, que prevê a ampliação do quadro de desembargadores do Tribunal de Justiça que, a partir de agora, será composto de vinte e sete membros, conforme projeto elaborado pela Presidência do TJPE, com o objetivo de

agilizar e melhorar a prestação jurisdicional no atendimento à sociedade pernambucana.

Segundo o chefe da Corte de Justiça, desembargador Carlos Xavier Paes Bastos Sobrinho, a última vez que o Tribunal pernambucano teve elevado o seu número de componentes foi em 30 de junho de 1952 pelo então

governador Agamenon Sérgio de Godoy Magalhães, quando passou de onze para quinze membros.

"01 de agosto já é uma data histórica", comemorou o desembargador-presidente. De acordo com Carlos Xavier, um maior número de desembargadores será um passo para resolver o problema de acúmulo

de processos. A outra iniciativa que vem sendo tomada pela atual gestão é o preenchimento do quadro da magistratura pernambucana, através de concursos públicos para juiz substituto de 1ª instância.

MODIFICAÇÕES

Com a sanção, surgem dois cargos de desembargador que devem ser ocupados por 10

nomes do quadro da magistratura, obedecendo aos critérios de promoção por antiguidade e merecimento, e por outros 2, indicados pela Ordem dos Advogados do Brasil, Pernambuco.

Outra mudança prevista é a criação de um órgão especial, constituído pelo presidente e vice do Tribunal de

Justiça e corregedor geral de Justiça, que devem exercer funções diretores iguais. Além deles, os desembargadores mais antigos vão fazer parte do órgão especial.

Atribuições administrativas privativas e competências específicas como as de processar e julgar originariamente autoridades como o vice-governador, os secretários de Estado e os prefeitos foram destinadas ao órgão.

O projeto prevê, ainda, uma modificação no quadro de pessoal do TJPE, com a criação de doze cargos de secretários de desembargador e 4 de assessor técnico judiciário. Ambos de provimento em comissão. Por outro lado, os cargos efetivos serão os seguintes: dezesseis de taquígrafo-assistente, doze de agente de segurança e 4 de assistente de plantão.



PODER JUDICIÁRIO

Presidente:
Des. Carlos Xavier Paes Bastos Sobrinho

Vice-Presidente:
Des. Francisco de Sá Sampaio

Corregedor-Geral:
Des. Elvino Ramos Galvão

Assessor de Imprensa:
Aldemir Palma

Editor:
Roberta Teyana

Redatores: Lúcia Corvello, Marcelino Ochoa e Christiane Alcântara

Fotografia:
Saul Barbosa

Diagramação:
Mário Gonçalves e Cássia Dias L. 100 - D&T 98

Redação:
Praça da República nº 1 - 5º
Andar - Recife-PE - CEP
50.010 - Fone: (081) 381.214
- Telex 3115.

A outra face de um Magistrado (XV)

Revelando que a infância e adolescência do desembargador Mauro Jordão de Vasconcelos — apóstolo das leis e das serenatas — foram impregnadas de exemplos de vida, em meio a sacrifícios supre-

mos, duras e silenciosas renúncias, reabrimos nesta sexta-feira, o espaço semanal do Jornal do Poder Judiciário, onde focalizamos a outra face dos nossos eminentes magistrados pernambucanos.



ESTADO DE PERNAMBUCO

PODER JUDICIÁRIO

RECIFE, QUINTA-FEIRA, 05 DE AGOSTO DE 1993 Nº 145

Diário Oficial



Presidente discute projeto para o servidor

Judiciário tem Plano de Cargos e Salários

Concluído o Plano de Cargos, Carreiras e Vencimentos do Tribunal de Justiça. As propostas, entregues ontem à tarde ao desembargador-presidente Carlos Xavier, beneficia não apenas o servidor do Tribunal, dos Juizados Especiais de Pequenas Causas e pessoal oficializado das 1ª e 2ª instâncias, mas também o funcionário do Fórum recifense.

As propostas devem ser apreciadas pelo Plano. Em caso de aprovação, o Plano será encaminhado à discussão e votação pela Assembleia Legislativa. Aprovado, o projeto seguirá para sanção governamental, entrando em vigor toda uma nova estrutura organizacional do Poder Judiciário pernambucano.

De acordo com o presidente da comissão encarregada de elaborar as propostas, juiz Jovaldo Nunes, o importante do Plano é que ele prevê a capacitação e qualificação do servidor para enfrentar do Judiciário como um todo. "Não haverá nenhuma carga isolada. Tudo ele será de cunho, permitindo a promoção funcional através de um processo de avaliação de desempenho de cada um".

A atual estrutura funcional do Judiciário pernambucano, que ainda data de 1973, passa a dispor apenas de três grupos ocupacionais: o de funções administrativas, cujos cargos estarão voltados às atividades mais do Tribunal; o grupo Judiciário, que será composto pelos cargos voltados à atividade-jus e o de direção e assessoramento, que será relativo aos cargos comissionados.

O projeto prevê a criação de uma Coordenadoria de Capacitação e Treinamento de Pessoal, visando à valorização do servidor através de cursos, acompanhamento da vida funcional, reciclagem e avaliação de desempenho. Segundo Jovaldo Nunes, a priorização do funcionamento do Poder Judiciário e a disponibilidade financeira do Estado de Pernambuco, segundo informação do juiz Jovaldo Nunes.

Durante o trabalho de elaboração das propostas, iniciado em maio, o presidente do Tribunal de Justiça, desembargador Carlos Xavier, deixou a vontade a vontade para apresentação de um plano tecnicamente adequado à realidade judiciária.

Carlos Xavier prestigia solenidade

Os concluintes do curso de Preparação à Magistratura terão como paraninfo o presidente do Tribunal de Justiça do Estado, des. Carlos Xavier Paes Barreto. O nome do desembargador foi escolhido por unanimidade, segundo a comissão de formandos, em reconhecimento ao trabalho que ele vem fazendo à frente do Judiciário. A solenidade será amanhã, (06), na Escola da Magistratura a partir das 20 horas.

"Essa é a primeira vez que um presidente do TJ é escolhido para ser paraninfo de uma turma da escola", afirmou um dos integrantes do grupo, José Ernesto Macedo Malta. De acordo com ele, a atuação do desembargador e sua determinação de preencher as vagas existentes na magistratura estadual motivou a homenagem.

O desembargador confirmou presença logo após ter recebido o convite. Na ocasião lembrou a importância e seriedade do trabalho que a Escola vem realizando no sentido de preparar os bacharéis em Direito que pretendem ingressar na carreira de magistrado. "A responsabilidade é muito grande, mas para mim é uma honra ser paraninfo da

turma deste ano", ressaltou.

Com duração de um ano e meio o curso de Preparação à Magistratura contou com a participação de 32 alunos. A turma de concluintes, denominada professor Marcos Maggi, presta homenagem a um dos instrutores. Outros professores, também, serão agradecidos durante a cerimônia de formatura.



PODER JUDICIÁRIO

Presidente:
Des. Carlos Xavier Paes Barreto Sobrinho

Vice-Presidente:
Des. Francisco de Sá Siqueira

Corregedor-Geral:
Des. Edito Rios de Góes

Assessor de Imprensa:
Alcides Silva

Editor:
Roberto Torres

Redatores: Lúcia Carvalho, Marcos Gomes e Christiane Alcantara

Fotografia:
Irene Barboza

Diagramação:
Júlio Gonçalves e Carlos Dias L.192 - DETJPE

Redação:
Pq. da República s/nº - 51º Andar - Recife-PE - CEP 50.010 - Fone: 04.3611.014 - Telex: 3315.

Comarca de São José realiza 1º júri hoje

O município de São José da Coroa Grande foi Termo Judiciário de Barreiros durante 29 anos. No 1º semestre deste ano a comarca foi reinstalada pelo presidente do Tribunal de Justiça, desembargador Carlos Xavier. Ho-

je, dia 06, realiza seu primeiro júri, com presença confirmada do chefe do Poder Judiciário estadual. Às 9 horas, no Fórum da cidade, o juiz de Direito da comarca, Antônio Carlos dos Santos, dá início aos trabalhos.



ESTADO DE PERNAMBUCO

PODER JUDICIÁRIO

RECIFE, SEXTA-FEIRA, 06 DE AGOSTO DE 1993 Nº 148

Diário Oficial

A OUTRA FACE DE UM MAGISTRADO (XV)

Mauro Jordão de Vasconcelos



Desembargador Mauro Jordão — "apóstolo das leis e das letras"

Na remota cidade de Novo Exu — onde nasceu em casa rústica e pequena — erguida nas proximidades do sopé da serra do Araripe, teve início a vitoriosa caminhada do desembargador Mauro Jordão, sempre orientada com amor pela dedicação de seus pais.

Confessa que abraçou a bela e nobre carreira da magistratura, certo de que, para exercê-la dignamente, teria de suportar uma vida de árduos trabalhos, de estudos sérios, de lutas intensas e secretas entre o coração e a consciência.

Amante das músicas românticas desde os tempos de estudante no Americano Batista, o ex-presidente do Tribunal de Justiça ainda reúne amigos aos fins de semana, sublimando nas tertúlias todos os seus momentos de pesquisas e reflexões, diante do trabalho ininterrupto que desenvolve cotidianamente no seu gabinete do Palácio da Justiça.

médico-odontólogo, que nasceu a quem os seus pais, Desembargador Angelo Jordão de Vasconcelos, filho. Durante a sua dinâmica administração, foi instalado o 1º Juizado Especial de Pequenas Causas.

Quando do final do seu mandato em 1990, Mauro Jordão fez constar da sua despedida esta significativa oração:

"Retorne à plenitude, onde sempre vivi, bondade, com o coração regado de alegria e a consciência tranqüila, agindo em benefício de ter contribuído todos os esforços para legar ao meu Estado, ao meu povo e à minha gente, a melhor que podia".



PODER JUDICIÁRIO

Presidente:
Des. Carlos Xavier Faria
Barreto Sobrinho

Vice-Presidente:
Des. Francisco de Sá Sampaio

Corregedor-Geral:
Des. Hélio Ruyes Galvão

Auxiliar de Imprensa:
Aldemir Patro

Edição:
Ruthena Tavares

Redatores: Edlaí Carneiro,
Maurício Góes e Christiane
Alcântara

Fotografia:
Israel Barbosa

Diagramação:
Adriano Gonçalves e Celso Dias
L. 1992 - 08/07/93

Endereço:
Rua da República 450 - 5ºº
Andar - Recife-PE - CEP
51010-100 - Fone: 424.5811/R-214
Telex: 3115

OS ESTUDOS

Descendente de família tradicional na magistratura pernambucana, Mauro Jordão de Vasconcelos, filho do desembargador Angelo Jordão de Vasconcelos Filho, e de sua esposa Angélica Cerqueira Jordão, passou a sua mais agradável da sua infância e adolescência na cidade de Goiana, onde nasceu primeiro.

Após os Exames de Admissão ao Recife, cursou com brilhantismo os cursos Clássico e Clássico Clássico no Americano Batista, onde se destacou como membro da junta administrativa e presidente eleito.

Passou a integrar o quadro de funcionários do TJE de Pernambuco, através de concurso onde obteve o 2º lugar na classificação geral. Servindo ao CPD (bônus 400), recebeu a espada das mãos do governador Barbosa Lima So-

brinho, distinguido como 1º colocado em todas as provas e exames.

Aluno da Faculdade de Direito da Universidade Federal de Pernambuco, Mauro Jordão recebeu seu diploma de bacharel, como destacado integrante da turma de 1951.

A MÚSICA

O gosto de Mauro Jordão pela música vem desde os tempos de estudante. Aos seus 40 já fazia parte do coro evangélico da Igreja Batista da Capenga. Dividida sua vida de lazer entre a Sociedade Literária Recreativa Joaquim Nabuco onde fundou o Grupo Folclórico do Colégio e a área de esportes onde atua como cronista.

No dizer dos seus companheiros de secessão, Mauro Jordão é um verdadeiro dileta, um exemplo vivo de "amor ao conhecimento". Dançava, corria, nadava e participava de encontros musicais, onde seu repertório e sua

voz de tenor figurava sempre em primeiro plano.

Poi o mesmo ilustre magistrado quem organizou um sara de alto nível, contando inclusive com a presença de alguns integrantes da Orquestra Sinfônica de Recife, em homenagem ao desembargador Celso Rocha — presidente do Tribunal de Relação da Paraíba — e senhora, quando da sua recente visita à capital pernambucana.

Mauro Jordão é um sermão que não se considera boêmio na acepção da palavra. Não bebe e faz da música romântica o seu "hobby", tentando amenizar as dores da vida de magistrado, ao embalo das valinhas, dos fados e canções românticas.

Trocando sua trilha evangélica pelo espírito, assina sua consideração e fato de uma mudança de religião mas uma evolução normal da sua visão religiosa. Sua filosofia particular conta com um

número expressivo de adeptos nas áreas de direito, da psicologia e da religião.

A MAGISTRATURA

Após a aprovação para o cargo de juiz de Direito, Mauro Jordão assumiu, praticamente na significativa data de 11 de agosto de 1955, sua consagração aos cargos jurídicos, a sua primeira Consagração de Causas.

Promovido por merecimento para a Consagração de São João, de 2ª categoria, veio a ser promovido para Juiz de Direito de 1958. Depois de sua promoção para a 2ª Vara Criminal por Distribuição de Capital, foi promovido para a 16ª Vara Civil (hoje, 2ª Vara Civil por Distribuição). Pelo Ato nº 4.170 de 1º de dezembro de 1983, foi, ainda, promovido a desembargador do Tribunal de Justiça de Pernambuco.

Como juiz de Direito da Capital, convocado, teve atuação no

Tribunal de Justiça por inúmeras vezes. Integrando o TJE na classe de juiz, foi eleito corregedor geral do Juízo Eleitoral em Pernambuco e delegado responsável pela fiscalização da propaganda eleitoral nas eleições que se realizaram após a revolução de 1964.

Entre as funções de professor da cadeira de Direito Processual Civil na UNICAP, desde 1971, tendo sido pariente das turmas dos anos 1974, 1977, 1979 e 1982. Em 1986 foi aclamado Patrono da Tama.

Corregedor geral do Juízo no Núcleo 85 e 87, destacou-se por implantar a informatização no Foro do Recife e promover a instalação das salas (85) e (87) e da Assessoria Judiciária no Fórum.

Assumindo a presidência do TJE no biênio 88 e 89, dando continuidade a uma obra importante de realizações administrativas, onde se inclui a instalação do ambulatório

Homenagem póstuma

Numa proposição do desembargador Napolitano Tavares, o juiz Geraldo Valença é o primeiro magistrado a receber a Medalha Des. Joaquim Nunes Machado, numa homenagem póstuma prestada pelo Tribunal de

Justiça. A comenda será entregue a seus familiares, no dia 13 de agosto, durante aniversário dos 171 anos de instalação do Judiciário estadual. Geraldo Valença, que atua na Vara do Júri durante muitos anos, foi também poeta dos melhores.



ESTADO DE PERNAMBUCO

PODER JUDICIÁRIO

RECIFE, SÁBADO, 07 DE AGOSTO DE 1993 Nº 147

Diário Oficial

TJPE comemora 171º aniversário

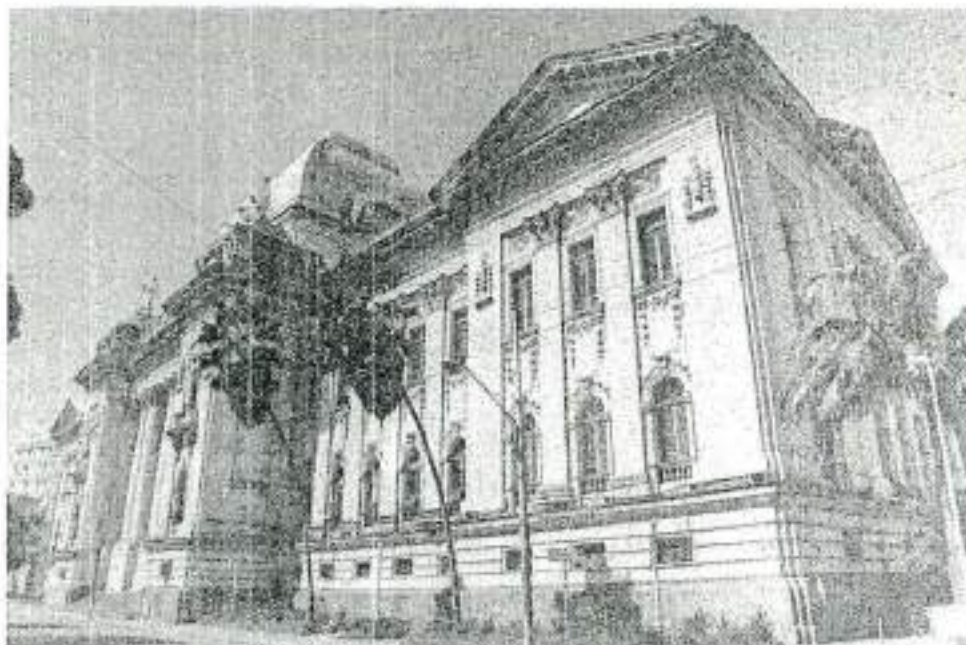
O Tribunal de Justiça de Pernambuco comemora este mês 171 anos de tradição e história. Antigo Tribunal da Relação, o TJPE só ganhou sua atual designação através da Constituição de 1946. Ao longo desses anos, o Judiciário estadual vem construindo uma história de luta em defesa dos direitos da população,

sempre em harmonia com os Poderes Executivo e Legislativo.

As solenidades comemorativas do 171º aniversário de instalação do Tribunal de Justiça acontecem no próximo dia 13, sexta-feira, sendo iniciadas com uma Missa Gratulatória, celebrada pelo Abade D. Sebastião Héber Vieira Costa, no Mosteiro de São Bento, em Olinda.

À tarde, na Sala das Sessões do Palácio da Justiça, o ministro do Tribunal de Contas da União e imortal da Academia Brasileira de Letras, Marcos Vinícios Rodrigues Vilça, faz uma conferência sobre o tema "O Poder Judiciário e a Conjuntura Nacional".

Logo em seguida, o presidente do Tribunal de Justiça do Estado, desembargador Carlos Xavier Paes Barreto Sobrinho, preside a solenidade de entrega das Medalhas do Mérito Judiciário "Des. Joaquim Nunes Machado". A medalha será entregue a doze personalidades que se destacaram pelos relevantes serviços prestados à Justiça em Pernambuco (ver box).



A sessão solene acontece no Palácio da Justiça, sede do Judiciário em Pernambuco



PODER JUDICIÁRIO

Presidente:
Des. Carlos Xavier Paes
Barreto Sobrinho

Vice-Presidente:
Des. Francisco de Sá Siqueira

Corregedor-Geral:
Des. Edson Barros Góes

Assessor de Imprensa:
Aldemar Faria

Editor:
Roberto Tavares

Redatores: Lúcia Cavallini,
Marcelo Olasco e Cláudio
Nóbrega

Fotógrafo:
Jorge Barbosa

Diagramação:
Jairo Gonçalves e Celso Dias
L.192 - D&T/PB

Redação:
Pça. da República s/nº - 5ºº
Andar - Recife-PE - CEP
51.000 - Fone: 424.3611/9-214
- Telex: 3.116

Medalha do Mérito Judiciário — 1993

Colar de Alta Distinção

Ministro José Néri da Silveira (STF)
Ministro Salvo de Figueiredo
Teixeira (STJ)
Ministro Marcos Vinícios Vilça
(TCU)
Polícia Militar de Pernambuco
(PMPE)
Campanha Nacional de Escolas da
Comunidade (CENEC)
Olimpio Costa Júnior — Procurador
Geral da Justiça

Classe Ouro

Deputado Geraldo de Souza Coelho
Jornalista Joezil dos Anjos Barros
Juiz Geraldo Valença ("Post
Mortem")
Bel. Luiz Pereira da Rosa Oiticica
Prof. José Xavier Pessoa de Moraes
Empresário Nilson Nogueira
Lundgren

Classe Prata

Bela Judite Alcântara

Aniversário dos cursos jurídicos é amanhã

Amanhã, dia 11, o Judiciário comemora a criação dos Cursos Jurídicos no Brasil. O presidente do Tribunal de Justiça do Estado, desembargador Carlos Xavier, participa das festividades alusivas à data. Hoje, às 17h, na sede

da OAB-PE, estará presente a entrega do prêmio "Dom Helder Câmara" ao sociólogo Herbert de Souza. Amanhã, à noite, comparece ao jantar de confraternização promovido pelo Clube dos Advogados de Pernambuco.



ESTADO DE PERNAMBUCO

PODER JUDICIÁRIO

RECIFE, TERÇA-FEIRA, 10 DE AGOSTO DE 1993 Nº 148

Diário Oficial

Tribunal valoriza trabalho do menor

Mais cinco adolescentes foram admitidos pelo Tribunal de Justiça do Estado, através de convênio com a Fundação da Criança e do Adolescente. Os jovens, com idade de 14 a 17 anos, recebem um salário mínimo e estão atuando nos diversos departamentos do TJ, desempenhando a função de auxiliar de serviços gerais. Atualmente trabalham quinze menores, todos selecionados a partir do contrato com a Fundação.

Segundo a diretora de Recursos Humanos, Laura Argolo, o programa desenvolvido juntamente com a Fundação tem por objetivo profissionalizar os menores, colocando-os em contato com os funcionários, o que contribui para um melhor aprendizado e desempenho da função. "Estamos recebendo no Tribunal jovens carentes e que necessitam do apoio da instituição para desempenhar uma atividade, nossa ação junto aos menores tem se constituído numa oportunidade de crescimento pessoal e profissional", destacou.

Os jovens passaram por um treinamento no Departamento de Recursos Humanos. O desempenho deles é acompanhado pelos técnicos do setor que ao final do período - cada menor é substituído ao completar dezoito anos - fazem uma avaliação para saber o aproveitamento de cada um. Os menores admitidos anteriormente, participaram, durante seis meses, de um curso de datilografia realizado no Senac.

TJ implanta Serviço de Identificação



Maria Segunda, nova assessora Policial Civil do TJPE

de Justiça, a delegada Maria Segunda tem planos de dinamizar a Assessoria Policial Civil. O posto de identificação é apenas uma das metas propostas, assim como a realização de curso básico ou profissionalizante para os agentes de segurança do Poder Judiciário estadual.

O curso deve ser realizado na Academia de Polícia Civil e incluir aulas sobre armamento e tiro, defesa pessoal, educação física e informações sobre segurança. O objetivo é proporcionar àqueles que trabalham diretamente ligados à proteção dos magistrados, maior desempenho da função.

PERFIL

A nova delegada é a primeira mulher a ocupar o cargo de Assessor Policial do Tribunal de Justiça de Pernambuco. Formada em Letras, Licenciatura e Bacharelado pela Universidade Federal e também em Direito pela Católica, Maria Segunda tem Curso de Formação à Magistratura, foi escritora de polícia, delegada-adjunta da Delegacia das Mulheres e ocupava a DP de Homicídios quando aceitou substituir o então delegado Rivaldavia Olímpio da Rocha, atualmente aposentado.

Dentro de aproximadamente um mês, o Tribunal de Justiça estará implantando um posto de datiloscopia para atendimento a magistrados, servidores e dependentes. A iniciativa é do presidente da instituição, desembargador Carlos Xavier, junto à assessora a Policial Civil, delegada Maria Segunda Gomes de Lima.

O secretário de Segurança Pública, Augusto Costa, já demonstrou interesse pela idéia e contatos estão

sendo mantidos com o diretor do Instituto de Identificação, Marcos Mattos. A Secretaria de Segurança deve ceder

material e pessoas habilitadas à função.

DELEGADA

Recentemente empossada no Tribunal



PODER JUDICIÁRIO

Presidente:
Des. Carlos Xavier Faria
Eunício Schvartz

Vice-Presidente:
Des. Francisco de Sá Sampaio

Corregedor-Geral:
Des. Edino Ramos Otávio

Assessor de Imprensa:
Alcides Paiva

Editor:
Roberto Tavares

Redatores: Lúcia Carvalho,
Marcos Otávio e Christiane
Alcides

Fotografia:
João Batista

Diagramação:
Júlio Gonçalves e Calisto Dias
1.192 - 587.091

Redação:
Praça da República 274 - 5ª
Andar - Recife-PE - CEP
50.000 - Fone: 424.381.189-214
- Telex: 11116

Aniversário dos cursos jurídicos é amanhã

Amanhã, dia 11, o Judiciário comemora a criação dos Cursos Jurídicos no Brasil. O presidente do Tribunal de Justiça do Estado, desembargador Carlos Xavier, participa das festividades alusivas à data. Hoje, às 17h, na sede

da OAB-PE, estará presente a entrega do prêmio "Dom Helder Câmara" ao sociólogo Herbert de Souza. Amanhã, à noite, comparece ao jantar de confraternização promovido pelo Clube dos Advogados de Pernambuco.



ESTADO DE PERNAMBUCO

PODER JUDICIÁRIO

RECIFE, TERÇA-FEIRA, 10 DE AGOSTO DE 1993 Nº 148

Diário Oficial

Tribunal
valoriza
trabalho
do menor

Mais cinco adolescentes foram admitidos pelo Tribunal de Justiça do Estado, através de convênio com a Fundação da Criança e do Adolescente. Os jovens, com idade de 14 a 17 anos, recebem um salário mínimo e estão atuando nos diversos departamentos do TJ, desempenhando a função de auxiliar de serviços gerais. Atualmente trabalham quinze menores, todos selecionados a partir do contrato com a Fundação.

Segundo a diretora de Recursos Humanos, Laura Argolo, o programa desenvolvido juntamente com a Fundação tem por objetivo profissionalizar os menores, colocando-os em contato com os funcionários, o que contribui para um melhor aprendizado e desempenho da função. "Estamos recebendo no Tribunal jovens carentes e que necessitam do apoio da instituição para desempenhar uma atividade, nossa ação junto aos menores tem se constituído numa oportunidade de crescimento pessoal e profissional" destacou.

Os jovens passaram por um treinamento no Departamento de Recursos Humanos. O desempenho deles é acompanhado pelos técnicos do setor que ao final do período - cada menor é substituído ao completar dezoito anos - fazem uma avaliação para saber o aproveitamento de cada um. Os menores admitidos anteriormente, participaram, durante seis meses, de um curso de datilografia realizado no Senac.

TJ implanta Serviço de Identificação



Maria Segunda, nova assessora Policial Civil do TJPE

Dentro de aproximadamente um mês, o Tribunal de Justiça estará implantando um posto de datiloscopia para atendimento a magistrados, servidores e dependentes. A iniciativa é do presidente da instituição, desembargador Carlos Xavier, junto à assessora a Policial Civil, delegada Maria Segunda Gomes de Lima.

O secretário de Segurança Pública, Augusto Costa, já demonstrou interesse pela ideia e contatos estão

sendo mantidos com o diretor do Instituto de Identificação, Marcos Mattos. A Secretaria de Segurança deve ceder

material e pessoas habilitadas à função.

DELEGADA

Recentemente empossada no Tribunal

de Justiça, a delegada Maria Segunda tem planos de dinamizar a Assessoria Policial Civil. O posto de identificação é apenas uma das metas propostas, assim como a realização de curso básico ou profissionalizante para os agentes de segurança do Poder Judiciário estadual.

O curso deve ser realizado na Academia de Polícia Civil e inclui aulas sobre armamento e tiro, defesa pessoal, educação física e informações sobre segurança. O objetivo é proporcionar àqueles que trabalham diretamente ligados à proteção dos magistrados, maior desempenho da função.

PERFIL

A nova delegada é a primeira mulher a ocupar o cargo de Assessor Policial do Tribunal de Justiça de Pernambuco. Formada em Letras, Licenciatura e Bacharelado pela Universidade Federal e também em Direito pela Católica, Maria Segunda tem Curso de Formação à Magistratura, foi escritora de polícia, delegada-adjunta da Delegacia das Mulheres e ocupava a DP de Homicídios quando aceitou substituir o então delegado Rivaldavia Olímpio da Rocha, atualmente aposentado.



PODER JUDICIÁRIO

Presidente:
Des. Carlos Xavier Faria
Barreto Sobrinho

Vice-Presidente:
Des. Francisco de Sá Siqueira

Corregedor-Geral:
Des. Edson Ramos Ostivo

Assessor de Imprensa:
Aldeanir Paiva

Editor:
Roberto Tavares

Editorial: Lúcia Cavallini,
Marcos Gilson e Celso de
Alencar

Fotografia:
João Roberto

Diagramação:
Júlio Gonçalves e Celso Dias
S. 192 - 08/01/93

Redação:
Pq. da República s/nº - 5ª
Andar - Recife-PE - CEP
50.000 - Fone: 424.3811/0-214
- Telex: 11116

Voto de aplauso

A juíza de Floresta, Maria Auri Alexandre, recebeu segunda-feira um voto de aplauso da Câmara Municipal do Recife. O autor do requerimento foi o vereador

Sérgio Leite, que justificou o pedido, destacando o desempenho da magistrada na condução dos processos referentes à briga de famílias que ocorre em Floresta.



ESTADO DE PERNAMBUCO

PODER JUDICIÁRIO

RECIFE, QUARTA-FEIRA, 11 DE AGOSTO DE 1993 Nº 149

Diário Oficial

Novo desembargador toma posse



Mário Melo é escolhido para ocupar vaga de Edgar Sobrinho

O juiz Mário Alves de Souza Melo, titular da 3ª Vara de Família e assessor da presidência do Tribunal de Justiça, tomou posse ontem como o mais novo desembargador da Corte pernambucana, depois de ter sido escolhido pelo critério de merecimento para ocupar a vaga deixada pelo desembargador Edgar Sobrinho, aposentado no mês passado.

O nome do magistrado obteve 8 dos 14 votos de desembargadores durante a reunião do pleno, contra 5 do juiz da 1ª Vara da Fazenda Estadual, Amaro José de Araújo, e 1 do juiz da 3ª Vara Cível, José Antônio Amorim. "Espero corresponder à confiança que me foi devotada e, com toda a humildade, ingresso na Corte de Justiça com o mesmo ânimo que sempre dediquei à prestação jurisdicional, quando juiz", ressaltou Mário Melo.

isso escolhido de forma merecida", destacou Carlos Xavier.

Natural de Catende, o desembargador Mário Melo é autor do Código Tributário daquela cidade. Concluinte da turma de 1955, foi professor de francês e latim, trabalhando também como redator-secretário do "Correio de Catende". Casado com Maria Benildes Melo e pai de três filhos, o magistrado afirma que ingressa num momento histórico em que o TJPE passará a ter 27 membros e quando a modernização é utilizada para servir à sociedade da melhor maneira.



PODER JUDICIÁRIO

Presidente
Des. Carlos Xavier Faria
Barreto Sobrinho

Vice-Presidente
Des. Francisco de Sá Siqueira

Corregedor-Geral
Des. Manoel Knevez Góes

Assessor de Imprensa
Aldemar Faria

Editor:
Roberto Tavares

Redatores: Lídia Cavalli,
Maurício Gomes e Cristóvão
Alcântara

Fotografia:
José Barbosa

Diagramação:
Mário Gonçalves e Cecília Lima
L. 1993 - DJTPE

Redação:
Pra. da República nº4 - 5º
Andar - Recife-PE - CEP
50.018 - Fone: 424.381.168-314
- Telex: 3115

CARREIRA

Com 60 anos, 31 desses dedicados à magistratura, ele foi nomeado para o cargo de juiz em março de 1962, tendo atuado como substituto da Comarca de Parnamirim. Entre remoções e promoções, passou

ainda pelas cidades de Belém de Maria, Correntes, Altinho e Ribeirão. Em 1978, foi promovido por merecimento para a Comarca do Recife, onde atuava como titular da 3ª Vara de Família.

Mário Melo foi um

dos fundadores e hoje integra a Escola Superior da Magistratura de Pernambuco. É também membro da Associação de Magistrados, com atuação marcante em congressos nacionais e publicação de artigos jurídicos. Como magis-

trado mais antigo do Tribunal Regional Eleitoral, atuou como presidente dos 2 últimos pleitos realizados no Estado.

Segundo o presidente do TJPE, desembargador Carlos Xavier Faria Barreto Sobrinho, o magistrado sempre se

destacou em todos os serviços prestados à justiça pernambucana. "Com 31 anos de dedicação ao Poder Judiciário, posso afirmar que o novo desembargador só contribuiu para a melhoria da prestação jurisdicional, sendo por

A OUTRA FACE DE UM MAGISTRADO (XVI)

Da cidade paraibana do Teixeira, encravada na Serra da Boqueima, Adeildo Nunes saiu aos 12 anos de idade, para estudar e ganhar a vida em Arcoverde, Pernambuco. Descendente de família de cantadores de viola, consagrou-se fazendo versos ao tempo em que, ingressava na ma-

gistratura através de concurso de provas e títulos em 1990.

Juiz de Direito de Serra Talhada, Adeildo Nunes será focalizado nesta sexta-feira, revelando sua, outra face, tão interessante na música e na poesia como na magistratura.



ESTADO DE PERNAMBUCO

PODER JUDICIÁRIO

RECIFE, QUINTA-FEIRA, 12 DE AGOSTO DE 1993 Nº 150

Diário Oficial

TJ: 171º aniversário de instalação

Criado em 6 de fevereiro de 1821, de acordo com os termos do Alvará de El-Rei, D. João VI, o Tribunal da Relação só foi instalado em 13 de agosto do ano seguinte. Passou por várias mudanças significativas, através das Constituições de 1934 e 1937, mas a atual designação de Tribunal de Justiça de Pernambuco só veio em 1946, novamente numa modificação da Carta Magna.

Atualmente, o Poder Judiciário estadual comemora 171 anos de instalação do TJPE. As comemorações começam logo cedo, às 9 horas, com uma Missa no Mosteiro de São

Bento. À tarde, em sessão solene comemorativa à data, ocorre o ponto alto das festividades, quando o chefe da Corte de Justiça do Estado, desembargador Carlos Xavier, fará a entrega da Medalha do Mérito Judiciário a 12 personalidades (ver box com programação completa).

O 171º aniversário do

Tribunal de Justiça acontece num momento novo para o Judiciário. Sucedido pelo Executivo, o projeto de ampliação do quadro de desembargadores cria novas perspectivas na prestação dos serviços jurisdicionais, assim como o processo de modernização do TJ que vem sendo implantado na atual administração.

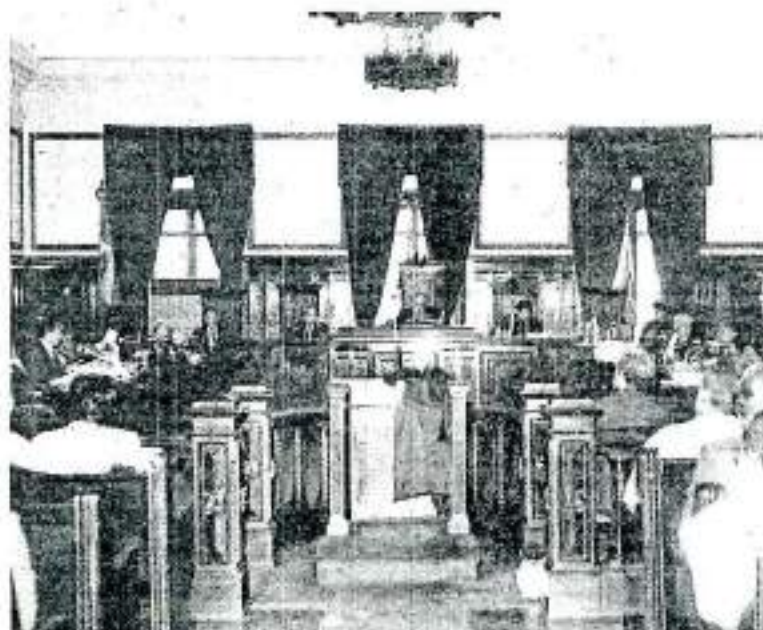
PROGRAMA

09:00 horas

- * Missa Gratuitária, celebrada pelo Abade Dom Sebastião Hótor Vieira Costa.
- * Local: Mosteiro de São Bento - Varadouro - Cidre PE.

15:00 horas

- * Sessão Solene comemorativa ao evento, em cuja oportunidade o Ministro Marcos Vinícius Rodrigues Viçosa proferirá conferência abordando o tema: "O Poder Judiciário e a Conjuntura Nacional".
- * Entrega da Medalha do Mérito Judiciário.
- * Des. Joaquim Nunes Machado nos agradecimentos.
- * Local: Sala de Sessões do Palácio da Justiça - 1º andar.



Tribunal realiza Sessão Solene para entrega da Medalha do Mérito Judiciário



PODER JUDICIÁRIO

Presidente:
Des. Carlos Xavier Pires
Bento Sobrinho

Vice-Presidente:
Des. Francisco de Sá Siqueira

Corregedor-Geral:
Des. Sérgio Farias Galvão

Assessor de Imprensa:
Ademar Silva

Editor:
Roberto Tenório

Redatores: Lúcia Carvalho,
Marcelo Oliveira e Christovam
Almeida

Fotografia:
João Barbosa

Diagramação:
Nélio Gonçalves e Cássia Dias
1152 - DRT/PE

Endereço:
R. da República nº 20
Arquivo - Recife-PE - CEP
50010 - Fone: 424.38.11/R-214
Telex: 3114

Simpósio Nacional abre inscrições

Pernambuco será a sede do V Simpósio Nacional de Direito Civil e Processual Civil. O encontro, que ocorrerá entre os dias 30 de setembro e 2 de outubro, no Centro de Convenções, é uma promoção do Instituto de Estudos Jurídicos e da Escola Superior da Magistratura. Ada Pellegrini, Sylvio Capanema e Nagib Slaibi Filho são alguns dos conferencistas participantes.

A comissão organizadora do evento informa que haverá desconto nas inscrições feitas antecipadamente (ver quadro). Após o dia 24 de setembro, a taxa de inscrição será de CR\$ 6.500,00 (seis mil e quinhentos cruzeiros reais) para profissionais e CR\$ 5.800,00 (cinco mil e oitocentos cruzeiros reais) para acadêmicos.

TAXA DE INSCRIÇÃO

Descontos com pagamento antecipado

	Até 13/09	Até 27/09	Até 10/10	Até 24/09
Profissionais	3.800,00	4.500,00	5.200,00	5.900,00
Acadêmicos	3.200,00	3.800,00	4.500,00	5.200,00

Os interessados devem procurar a Escola Superior da Magistratura, na avenida João de Barros, 1563, bairro do Espinheiro. As inscrições também podem ser feitas pelo correio, mas só até o dia 20 de setembro. Maiores informações através dos telefones 241-7069 e 241-7383.

Coral participa do 171º aniversário

O Coral do Tribunal de Justiça de Pernambuco participa das comemorações do 171º aniversário do Judiciário estadual. Composto por 33 servidores (oito homens e

25 mulheres) e sob a regência de Vânia Gonçalves, o grupo de canto faz hoje, às 9 horas, uma apresentação durante a Missa Gratulatória celebrada no Mosteiro de São Bento, em Olinda.



ESTADO DE PERNAMBUCO

PODER JUDICIÁRIO

RECIFE, SEXTA-FEIRA, 13 DE AGOSTO DE 1993 Nº 151

Diário Oficial

A outra face de um magistrado (XVI)

Adeildo Nunes



O juiz Adeildo autor do código de combate ao homicídio

VIDA ESTUDANTIL, ARTÍSTICA & LITERÁRIA

Do alto sítio da Paraíba onde nasceu, Adeildo Nunes se transferiu aos 12 anos de idade para a cidade de Arcoverde em Pernambuco. Ao tempo da jovem guarda se destacava como extrovertido guitarrista do conjunto musical "Os Lorde". Fazendo vaqueiros ao som da viola, concluiu simultaneamente o ginsêio no Colégio Industrial, transferindo-se em 1970 para o Recife, onde fez o científico para diplomarse como técnico em contabilidade e em seguida, formou-se em Direito pela Faculdade de Direito da Universidade Católica de Pernambuco.

Exerceu a advocacia até setembro de 1990, quando ingressou na magistratura. Participou com notoriedade em Congressos de Magistrados em Santa Catarina e Minas Gerais, quando apresentou sua obra "Direito do Consumidor", aprovada em plenário, por unanimidade.

Colaborador do Jornal do Comércio desde 1988, enfoca com muita propriedade os mais interessantes temas ligados à ciência jurídica.

Adeildo possui três irmãos magistrados: Ambrosio — juiz em Caruaru-PE; Adilson — juiz em Brejo do Cruz-PB e Ailton — juiz em Belém de Caldas-PB. Seu outro irmão, Adilson, é delegado de polícia na Paraíba, e Adilson é advogado na cidade do Recife.

VIDA JUDICANTE

Adeildo foi o primeiro juiz de Trindade, que por sinal, foi a sua primeira Comarca. Lá, instituiu o 1º Conselho Tutelar da Criança e do Adolescente do Estado. Em março de 1991 foi designado para a Comarca de Saloá, no agreste meridional, onde pelos serviços prestados recebeu o título de cidadão honorário. Em dezembro do mesmo ano, foi promovido para Amajari de onde instalou a Comarca de Primavera.

Em maio do ano em curso foi promovido para a 2ª Entenda. Atualmente, é juiz nas três varas da Comarca de Serra Talhada, onde reside com os seus familiares.

Sua receita para o combate ao homicídio consta de seguintes:

proibição do porte de armas e a integração do Judiciário com o Ministério Público, a Polícia Militar, a Polícia Civil, a Igreja, a Ordem dos Advogados, a Imprensa e a participação ativa da sociedade, motivo maior de existência da Justiça.



O estudante Adeildo ao violão em família

Da família dos festejados irmãos Batista de Itapetim, Adeildo Nunes também se dedicou na juventude às cantorias de viola. Aficionado do soneto parnasiano, está concluindo o seu quarto livro de versos, após consecutivas vitórias em concursos promovidos pela Escola Superior da Magistratura.

Casado com a cardiologista Maria das Graças do Rego Barros, tem quatro filhos: Plínio, Ricardo, Joana e Clarissa.

Pós-graduado em Direito do Trabalho, iniciou com brilhantismo o mestrado em Direito Público pela Faculdade de Direito do Recife.

Juiz nas três varas da Comarca de Serra Talhada, criou um fórum permanente contra a violência, ao tempo em que desenvolve a receita de sua autoria para o combate decisivo ao homicídio.

SONETO DA SAUDADE

(Escrito em Curitiba-PR no ano de 1976)

O sol daqui não nasce vive ausente
Não vi sequer portanto a sua imagem
Quem sabe vive pensativamente
A se esconder por falta de coragem.

As folhas secas, feias de aragem
A escuridão do sol no seu poente
Me faz lembrar do céu da minha gente
Sinto saudades daquela paisagem.

Lembro Recife, o sol, aquele encanto
E bem baixinho invoco a Deus meu pranto
Tenho vontade de voltar correndo

Mas, se escolhi viver noutra cidade
Devo deixar pra trás esta saudade
Sem pra ninguém contar que estou sofrendo.

Congratulações

A Câmara Municipal do Recife aprovou Voto de Congratulações com o juiz Mário Alves de Souza Melo, pela eleição do magistrado ao cargo de desembargador do Tribunal de Justiça de Pernambuco. Mário

Melo foi eleito pelo critério de merecimento, para ocupar a vaga deixada por Edgar Sobreira. O Voto de Congratulações foi proposto pelo vereador comunista Paulo Cavalcanti e aprovado por unanimidade em plenário.



ESTADO DE PERNAMBUCO

PODER JUDICIÁRIO

RECIFE, SÁBADO, 14 DE AGOSTO DE 1993 Nº 152

Diário Oficial

Concurso para Promotor de Justiça

Estão abertas as inscrições do concurso público para Promotor de Justiça e Promotor Substituto. O prazo vai até cinco de setembro, mas como se trata de um domingo, a Procuradoria Geral estuda a possibilidade de estender o período até o dia seis. Os cargos vagos ou aqueles que vierem a vagar durante a validade do concurso são todos de 1ª entrância.



Carlos Xavier, presidente do TJ, defende realização de concursos



PODER JUDICIÁRIO

Presidente
Dr. Carlos Xavier Peixoto
Mário Sobrinho

Vice-Presidente
Dr. Francisco de Sá Sampaio

Corregedor-Geral
Dr. Elton Rangel

Assessor de Imprensa
Alcides Paiva

Editores
Roberto Teixeira

Redatores: Lúcia Carvalho,
Mônica Glória e Chelene
Albuquerque

Fotógrafo
João Barbosa

Direção: Mário Gonçalves e Celso Dias
1.102 - DRT/93

Redação
Praça da República 484 - 5º
Andar - Recife-PE - CEP
50.110 - Fone: 424.3811/8-214
Telex: 31106

As inscrições serão feitas em duas etapas. Na fase preliminar será encaminhado requerimento ao procurador geral da Justiça, em formulário próprio, acompanhado de cópia da identidade, diploma de bacharel em Direito ou declaração de conclusão de curso, duas fotos 3x4, comprovante de pagamento da taxa de fiscalização e serviços públicos no valor de R\$ 0,5401 UFEPE e comprovante de depósito de taxa de inscrição no valor de R\$ 1.200,00 (um mil e duzentos cruzeiros reais) recolhida na conta 0002301300-3, agência 1 do Banco de Pernambuco.

Os pedidos devem ser feitos na Procuradoria Geral da Justiça, no Edifício Ipsep, à rua do Sol, 143 - 5º andar, no período da tarde, de segunda a sexta. Encerrado o período preliminar, a relação nominal dos candidatos será publicada no Diário Oficial do

Estado, seção do Poder Judiciário, junto a Comissão Examinadora do concurso.

PROVAS

Os candidatos serão submetidos a provas escritas de natureza preliminar, expositiva e prática, com duração máxima de quatro horas cada uma, sendo facultada a consulta à legislação não comentada ou anotada, exceto na prova preliminar, que versa sobre matéria de todo programa.

Toda cautela é pouca: serão anuladas as provas ilegíveis e também não será permitida qualquer comunicação entre candidatos, ou tentativa de uso de meios fraudulentos. O programa inclui Direito Constitucional, Administrativo, Civil e Penal, Tributário e do Menor, Processo Civil e Penal, Informática e Medicina Legal.

DEFINITIVA

A fase de inscrições definitivas só terá início

após a divulgação dos resultados da prova prática. Os aprovados terão prazo de 10 dias para apresentar requerimento junto ao Diploma de Bacharel em Direito (caso o mesmo não tenha feito anteriormente), prova de estar em dia com as obrigações militares e com a Justiça eleitoral e atestado de idoneidade moral e civil fornecido por duas pessoas, de preferência do Ministério Público, do Poder Judiciário ou professores universitários.

Também serão exigidas certidões de inexistência de antecedentes criminais fornecidas pelo Tribunal de Justiça, Auditoria da 7ª Circunscrição Militar e Justiça Militar, Federal e Eleitoral. Candidatos de outros Estados devem apresentar folhas corridas dos locais de origem. Além disso, certidões negativas dos cartórios de protesto e certidões do Conselho Seccional da Ordem dos Advogados do Brasil da inexistência de punições durante o exercício da advocacia.

É bom lembrar que os candidatos, mesmo aprovados nos exames, podem ser desclassificados pelo Conselho Superior do Ministério Público que levará em consideração a vida social e progressiva de cada um, bem como os aspectos de ordem pessoal que tornem suas qualidades e características incompatíveis com a função a ser exercida no Ministério Público.

Carlos Xavier recebe prefeito de Ipubi

O presidente do Tribunal de Justiça, Carlos Xavier, recebeu a visita do prefeito de Ipubi, Valdemar Vicente Souza. Acompanhado do deputado Valdeir Batista, o chefe do executivo daquela cidade disse que aproveitou a viagem à capital pernambucana para con-

versar com o desembargador-presidente e cumprimentá-lo pelo trabalho que vem realizando à frente do Judiciário estadual. Valdemar Vicente falou, também, dos problemas enfrentados por sua administração e destacou a seca como o principal deles.



ESTADO DE PERNAMBUCO

PODER JUDICIÁRIO

RECIFE, TERÇA-FEIRA, 17 DE AGOSTO DE 1993 Nº 153

Diário Oficial

TJ define metas para 94

Atividades judiciárias, implementação institucional, desenvolvimento e organização da política de recursos humanos e dos serviços de informática são os objetivos do planejamento do Tribunal de Justiça para o próximo ano, que acompanha uma proposta de orçamento, já elaborado pela assessora da Presidência, Silvana Maria Oriá.



Silvana Oriá diz que o planejamento para 94 dá continuidade às ações em andamento



PODER JUDICIÁRIO

Presidente:

Des. Carlos Xavier Paes

Barreto Sobrinho

Vice-Presidente:

Des. Francisco de Sá Sampaio

Corregedor-Geral:

Des. Edmar Ramos Guivão

Assessor de Imprensa:

Aldebaran Paiva

Editor:

Roberto Tavares

Redatores: Lúcia Cavalli,

Marcelo Gomes e Christiane

Aldebaran

Fotografia:

João Barreto

Diagramação:

Júlio Gonçalves e Celso Elise

L.192 - DMC/93

Redação:

Pça. da República s/nº - 5º

Andar - Recife-PE - CEP

50.000 - Fone: 424.5811/8-214

- Telex: 3116

"Tudo que foi incluído são prioridades estabelecidas pelo TJPE, observando as disposições fixadas na lei de Diretrizes Orçamentárias para 1994", afirma a assessora. Segundo ela, o que consta no planeja-

mento repercute no nosso orçamento e os gastos previstos estão avaliados em mais de CR\$ 2 bilhões.

A maior parte do que está programado para 1994 é uma implementação do que vem sendo

realizado durante a gestão do atual presidente, desembargador Carlos Xavier Paes Barreto Sobrinho, como o aperfeiçoamento da dinâmica processual e administrativa do TJPE, voltada para área de recursos

humanos, e a continuidade ao pleito de construção do Fórum da Capital.

Entretanto, de acordo com Silvana Oriá, uma novidade que deve ser ressaltada dentro do planejamento é a manu-

tenção de fóruns e residências oficiais para juízes no interior do Estado.

"De uma maneira geral, o programa de trabalho dá continuidade aos serviços de implementação institucional já iniciados", destaca a assessora.

Infância e Juventude têm Manual de Normas e Procedimentos

O Manual de Normas, Rotinas e Procedimentos, que determina o funcionamento básico das Varas da Infância e Juventude, foi concluído e entregue ao presidente do Tribunal de Justiça, Des. Carlos Xavier Paes Barreto Sobrinho, pela comissão que executou o projeto.

Elaborado pela Arcensult, o Manual é respaldado na Lei nº 8069, de 13 de julho de 1990. O objetivo principal é facilitar as atividades dos juízes das Varas da Criança e da Juventude. A tramitação de processos nas Varas são procedimento e atribuições dos escrivães, bem como o trabalho, nas

escriturarias, será realizado a partir de agora com base no Manual. Coordenado pela advogada, Clara Calado, o projeto de execução do Manual de Normas, Rotinas e Procedimentos, contou com a participação dos juízes das Varas da Infância, Luis Carlos Figueiredo e Osael Veloso. "O Manual determina as normas básicas de funcionamento das Varas, como também, os procedimentos

dos magistrados para evitar versões divergentes sobre um mesmo processo", afirmou a advogada.

Dentro de poucos dias o Manual será distribuído para as duas Varas da Infância, da capital e das cidades de Caruaru e Petrolina e todas as ações passarão a ser desenvolvidas conforme o planejamento.

Ágape presta homenagem a Carlos Xavier

O Casagá Ágape homenageia hoje o presidente do Tribunal de Justiça, desembargador Carlos Xavier Paes Barreto Sobrinho, durante o almoço no Restaurante Spetius. A homenagem é decorrente do desempenho do desem-

bargador-presidente à frente do Poder Judiciário estadual e da passagem do 171º aniversário da instalação do TJPE, comemorado na última sexta-feira. O chefe da Corte de Justiça será saudado pelo poeta-magistrado Manoel Rafael Neto.



ANO XXX

ESTADO DE PERNAMBUCO

PODER JUDICIÁRIO

RECIFE, QUARTA-FEIRA, 18 DE AGOSTO DE 1993 Nº 154

Diário Oficial

Editorial

Há exatamente um ano a Assessoria de Imprensa do Tribunal de Justiça de Pernambuco iniciava sua participação no Diário Oficial do Estado, trazendo a todos que fazem o Judiciário, além dos atos administrativos

e judiciais, informações jornalísticas específicas deste Poder.

Tudo começou em junho de 1992 num

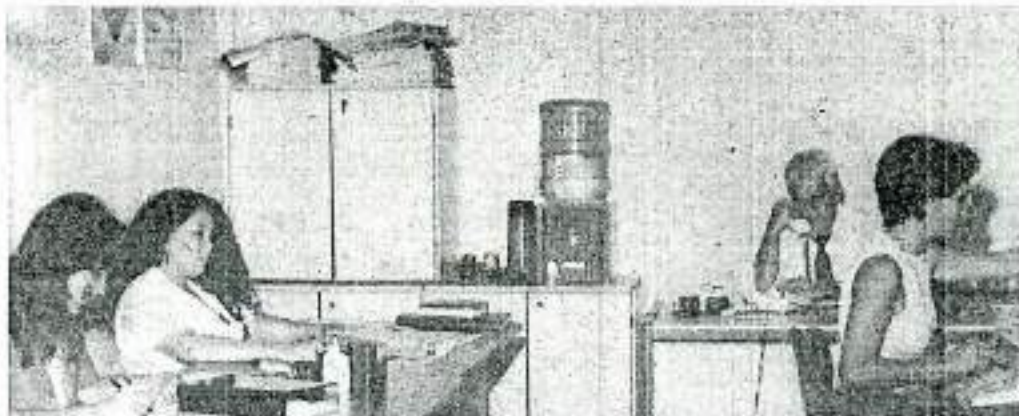
acordo firmado entre o TJPE e Companhia Editora de Pernambuco — CEPE. Nesse sentido, o desembargador João

David de Souza Filho, na época presidente do TJ, e Antônio Alves de Araújo Neto, então presidente da CEPE, formalizaram um protocolo no qual o Poder Judiciário ganharia um espaço próprio no Diário Oficial, semelhante ao do Executivo e com o objetivo de divulgar notícias da magistratura pernambucana.

Quando assumiu a presidência do Tribunal de Justiça, em 06 de julho do ano passado, o desembargador Carlos Xavier Paes Barreto Sobrinho deu total apoio à iniciativa do seu antecessor, viabilizando

o trabalho da Assessoria de Imprensa.

Hoje, 18 de agosto, estamos comemorando o 1º aniversário do lançamento da página no Diário Oficial, com a certeza de que, sendo a informação um preceito da democracia, o nosso trabalho tem sido mais uma prestação de serviço da Justiça ao cidadão, informando-o dos atos e providências do Judiciário no cumprimento da Lei.



Assessoria de Imprensa do TJPE funciona no 2º andar do Palácio da Justiça

Esmape promove semana de criminologia

Estão abertas as inscrições para a XIV Semana de Criminologia e Ciências Afins, que será realizada de 30 de agosto a 03 de setembro, no auditório GII da Universidade Católica de

Pernambuco — UNICAP. O evento tem o patrocínio da Escola Superior da Magistratura do Estado — ESMAPE, Escola Nacional da Magistratura, Departamento de Ciências

Jurídicas e Diretoria Acadêmica da UNICAP.

Os interessados devem procurar o D.A. do curso de Direito da referida universidade, que fica no Bloco G ou então devem se dirigir à Secretaria da Escola da Magistratura, na avenida João de Barros. A taxa de inscrição é de CR\$ 500,00 (quinhentos cruzeiros reais) para estudantes e de CR\$ 1.000,00 (um mil cruzeiros reais) para profissionais.

Reforma Penal, Criminalidade Hoje, Revista da Lei de Execução Penal e a Questão dos

Meninos de Rua serão alguns dos temas da XIV Semana de Criminologia. A abertura do encontro ficará a cargo do diretor da Escola Superior da Magistratura de Pernambuco, des. Elton Ramos Galvão.

Além dele, participam da solenidade de abertura da XIV Semana o coordenador da ESMAPE, Marco Antonio Cabral Maggi, o diretor adjunto da Escola Nacional da Magistratura, des. Nildo Nery dos Santos, e a professora Miriam de Sá Pereira, da UNICAP.



PODER JUDICIÁRIO

Presidente:
Des. Carlos Xavier Paes Barreto Sobrinho

Vice-Presidente:
Des. Francisco de Sá Siqueira

Correspondente-Geral:
Des. Elton Ramos Galvão

Assessor de Imprensa:
Aldemar Paiva

Editores:
Roberto Tavares

Redatores: Lucile Carvalho, Manoel Oliveira e Christovam Alcântara

Fotografia:
João Barbosa

Diagramação:
Mário Gonçalves e Celso Dias L. 192 - DKT/PE

Redação:
Pra. da República s/nº - 5º Andar - Recife-PE - CEP 50010-100 - Fone: 424.3811/38-218 - Telex: 3310.

A outra face de um magistrado (XVII)

Capitão de Vitória (ES), Carlos Xavier Paes Barreto Sobrinho credita suas origens ao município de Rio Formoso (PE), onde passou a viver desde os três meses de idade. Sua militância na Justiça, iniciada em 1957 na Comarca de Bodocó, despertou carinhoso interesse pelas peculiaridades da vida interiorana, recolhidas em

suas pesquisas para o folheto do Judiciário.

A outra face do magistrado Carlos Xavier será focalizada nesta sexta-feira, 20, no Jornal do Poder Judiciário, ao ensejo dos seus 67 anos de admirável saber jurídico, influenciando suas acertadas decisões como Presidente do Poder da Justiça em Pernambuco.



ANO XXX

ESTADO DE PERNAMBUCO

PODER JUDICIÁRIO

RECIFE, QUINTA-FEIRA, 19 DE AGOSTO DE 1993 Nº 155

Diário Oficial

Estrangeiros fazem relatórios de adoção

A exigência de um relatório anual, acompanhado de fotos, foi uma alternativa encontrada pelo juiz Ricardo Paes Barreto, quando atuou na Comarca de Pesqueira e realizou adoções de crianças brasileiras por estrangeiros, para acompanhar o desenvolvimento do adotando até os dezoito anos de idade.



Juiz destaca a vocação pela causa da criança e do adolescente

adotou uma criança negra.

VOCAÇÃO PELA CAUSA

Paes Barreto destacou que o problema da criança e do adolescente só será resolvido através da dedicação de pessoas realmente vocacionadas, interessadas no bem-estar dessas crianças, e de vontade política.

Ele diz, ainda, que apenas a existência de Conselhos Municipais e Tutelares nas cidades, segundo prevê o Estatuto da Criança e do Adolescente, não é suficiente. "É necessário que esses órgãos tenham condições de funcionar, recebendo a destinação orçamentária que as Leis Municipais prevêem e que nem sempre é repassada pelas prefeituras", denuncia o juiz.

Uma proposta de Paes Barreto quando participou da Reunião de Conselhos Municipais do Estado, como presidente do Conselho de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente de Pesqueira, foi a implantação de pequenas indústrias de reciclagem de vidro,

papel, lata e plástico, que poderiam empregar as crianças e adolescentes que vivem em situação irregular.

Segundo o projeto, o material reciclado seria vendido, o que traria uma fonte de renda para as crianças, além de capacitá-las a um determinado ofício e integrá-las à sociedade. "É um projeto simples e barato, mas falta vontade política para realizá-lo", conclui o magistrado.



PODER JUDICIÁRIO

Presidente:
Des. Carlos Xavier Paes Barreto Sobrinho

Vice-Presidentes:
Des. Francisco de Sá Sampaio

Corregedor-Geral:
Des. Edirio Razoni Galvão

Auxiliar de Imprensa:
Adriano Paiva

Editor:
Roberto Tavares

Redatores: Lúcia Cavalcini,
Marcos Cláudio e Christiane
Albuquerque

Fotografia:
Renato Barbosa

Diagramação:
Jéssica Gonçalves e Celso Dias

Redação:
Pra. da República nº 57 - 5º
Andar - Recife-PE - CEP
50.010 - Fone: 424.3811/4-214
- Telex: 3116

Agora, exatamente um ano depois das adoções realizadas, o Fórum Sérgio Higinio Dias dos Santos, localizado em Pesqueira, já está recebendo cartas dos pais estrangeiros, além das fotografias combinadas. Segundo Paes Barreto, os relatórios serão anexados aos autos dos res-

pectivos processos de adoção. "O compromisso não é uma obrigação legal, mas foi firmado perante a Justiça, na presença de promotor e advogado, e vem sendo cumprido", ressalta o magistrado.

Atualmente como juiz auxiliar da 3ª Vara Cível da Comarca da Capital e 1ª da Fazenda,

Paes Barreto afirma ser plenamente a favor da adoção de brasileiros por pais estrangeiros. De acordo com sua experiência nesses casos, os adotantes nacionais são exigentes, só aceitam crianças de cor branca e saudáveis. Já quem vem de fora adota independentemente de qualquer coisa.

Exemplo dessa constatação são os recentes relatórios enviados pelos casais Fabio e Manuela Guarneri, da Suíça, e Richard e Nadine Van Mierlo-Jans, da Bélgica. Os primeiros adotaram um menino com sífilis que foi devidamente tratado e já se encontra totalmente curado; o outro casal

Recursal tem pauta de julgamento

O Colégio Recursal do Juizado Especial de Pequenas Causas de Petrolina reúne-se no próximo dia 27, às 15 horas, na Sala da Assessoria de Planejamento do Tribunal de Justiça de Pernambuco (1º andar

do Palácio da Justiça). No comando da Segunda Sessão de Julgamento estará o juiz Jovaldo Nunes, presidente do Colégio, que solicita o comparecimento de todos os interessados.



ANO XXX

ESTADO DE PERNAMBUCO

PODER JUDICIÁRIO

RECIFE, SEXTA-FEIRA, 20 DE AGOSTO DE 1993 Nº 156

Diário Oficial

A OUTRA FACE DE UM MAGISTRADO (XVII)

Carlos Xavier Paes Barreto Sobrinho

Carlos Xavier viveu toda a sua infância em Rio Formoso, município dos seus ancestrais pelo lado paterno, aonde chegou trazido de Vitória do Espírito Santo por sua mãe, Gedália Almeida Barreto Gouveia, dois meses depois do seu nascimento em 18 de agosto de 1926.

Alfabetizado pelo próprio pai, Nilo Barreto de Gouveia, cursou o primário na escolinha particular do Engenho Duas Bocas, de onde partiu para completar seus estudos nas cidades do Recife e Maceió.

Antes da sua experiência política, como vereador à Câmara Municipal de Rio Formoso, por dois períodos consecutivos (1947-1955) e do seu ingresso na magistratura (1957), foi fiscal de rendas auxiliar por concurso público, no Município de Passo de Camaragibe em Alagoas.

Na sua convivência com a vida interiorana, soube consolidar sua admiração e respeito pela cultura popular da nossa gente, pesquisando e recolhendo os fatos mais pitorescos e antológicos do folclore do judiciário.



Carlos Xavier — desembargador-presidente do TJE

feitor Aluísio Feser de Araújo. Em 08 de dezembro de 1951, com brilhantismo e reconhecida vocação para a advocacia, colheu grau na Faculdade de Direito da Universidade de Alagoas.

Inscrito na Ordem dos Advogados de Pernambuco, instalou seu escritório na cidade de Rio Formoso, onde exerceu condignamente suas atividades profissionais de 1952 a 1957.

O MAGISTRADO

Da Comissão de Bodecô — onde ingressou o exercício da magistratura em outubro de 1957 — foi removido em agosto de 1960, a pedido, para a Comarca de Petrolândia e desta, também a pedido, para a Comarca de São José da Coroa Grande em maio de 1963. Em novembro de 1964, passou para a 2ª entrância, por merecimento, assumindo a Comarca de Quipapá, de onde, a pedido, passou em janeiro de 1965 para a Comarca de Água Preta. Em fevereiro de 1966, a pedido, chegava à Comarca de Nazaré da Mata, de onde, por merecimento em janeiro de 1969, foi promovido a titular da 2ª Vara de Casuarina. Em 01 de dezembro de 1969, Carlos Xavier ganhou uma promoção para o cargo de juiz substituto da Comarca do Recife, atuando nas Varas Privativas de Família e Registro Civil, Cíveis por Distribuição, Mai, Delito de Trânsito e Contravenções Penais, Fazenda Municipal, Fazenda Estadual e Patrimônio, Concordata e Acidentes do Trabalho, passando à titularidade da 2ª Vara Privativa de Faltas da Fazenda Estadual em agosto de 1978. Substituto do desembargador durante o ano de 1979, tornou-se membro do Tribunal no longo período de 10 de julho a 09 de outubro.

De juiz corregedor auxiliar da 2ª entrância (1979-1984), foi escolhido desembargador, por merecimento (1984), passando a integrar a 2ª Câmara Cível. De corregedor geral da Justiça (1988), após um mandato de dois anos, assumiu a presidência do Tribunal, complementando o

bênção 92-94. Carlos Xavier lecionou Prática Forense e Organização Judiciária, desde 1974, na Universidade Católica de Pernambuco. São inúmeros e prestigiosas as funções associativas que tem desenvolvido como integrante do Conselho Deliberativo, diretor e presidente da Associação Pernambucana dos Magistrados.

MÉRITO E PESQUISA

Medalhas de Mérito, Diplomas, Laureias especiais e Credenciações diversas enriquecem o currículo do atual desembargador-presidente do Poder da Justiça em Pernambuco. São documentos de mais alto valor honorífico, dignificando uma militância sempre assinalada, intencionalmente devotada ao apostolado da Justiça em Pernambuco.

Das suas relatas alavancadas atividades forenses no interior de Pernambuco, pinçamos um fato verídico, além de piteroso e insuspeito, ocorrido na Comarca de Água Preta, aos idos de 1965, envolvendo o advogado Milton de Costa Real, e oficial de justiça José Luiz e um pobre colado trabalhador rural da Mata Sul do Estado.

Como a ação de despejo, julgada procedente, notificou o inquilino para desocupar o imóvel, fazendo a entrega da chave em cartório, ao prazo estabelecido, quando homem rude foi bofetado no rosto, entregando ao curúcio Toledo, um pecúlio feito com papel de cimento e amarrado de umbra. Como a casa que estava ocupando não tinha chave na porta, não desobedecendo às ordens da Justiça, arrancou a tranca e a trouxe para o juízo.

Diante daquela atitude, o meritíssimo juiz, Carlos Xavier, determinou que a tranca fosse entregue ao advogado que patrocinava a ação, com a seguinte mensagem:

— "Para que o dr. Milton converse com seu advogado e não se esqueça nunca da seriedade do homem de lei."

O CIDADÃO

Agraciado com títulos honoríficos de cidadão dos Municípios de Rio Formoso, Nazaré da Mata, Santarém, Petrolândia, Caruaru e Petrolina, Carlos Xavier, através de convites oficiais, tem agendado, para este final de ano, idênticas homenagens promovidas pelas entidades de Petrolina, São José da Coroa Grande, Barreiros, Comendador de São Félix, Bodecô, Poira e Venturosa. O Diploma de Mérito, instituído pelo Juízo de Direito da Vara Criminal da Comarca de Caruaru, por um dever de gratidão, tem o seu nome.

Casado em segundas núpcias com Ana Maria de Almeida Leite, tem os seguintes filhos, do seu primeiro casamento com Gilvane de Oliveira Paes Barreto, falecido Diógenes da Oliveira Paes Barreto, Ricardo de Oliveira Paes Barreto, Elida Paes Barreto de Almeida, Gedália Paes Barreto Avelino e José Lourenço de Oliveira Neto. Da escolinha martida pelos seus extremos pais, na zona rural de Rio Formoso, Carlos Xavier se transferiu para o Ginásio da Madalena, do insuspeito educador Adalberto Jurema, capacitando-se a ingressar no Colégio Osvaldo Cruz, do pro-



Carlos Xavier com Luiz Gonzaga (1985) de quem era admirador e amigo

Cargos, carreira e vencimentos

O Plano de Cargos, Carreira e Vencimentos do Tribunal de Justiça será apre-

ciado no dia seis de setembro pelos 15 desembargadores que compõem o Poder

Judiciário pernambucano. Após análise, será enviado à Assembleia. Em caso de aprovação pelo Legislativo, o projeto será encaminhado ao Executivo estadual.



ESTADO DE PERNAMBUCO

PODER JUDICIÁRIO

RECIFE, SÁBADO, 21 DE AGOSTO DE 1993 Nº 157

Diário Oficial

Pequenas Causas tem aceitação pública

Com dois anos de funcionamento, o Juizado Especial de Pequenas Causas de Olinda — único naquela comarca — apresenta índice real de conciliação em torno de 82%. O percentual é referente aos processos conciliados em geral ao total de feitos encerrados, excetuando-se os que foram extintos e as desistências. Os dados indicam a aceitação pública pelos serviços jurisdicionais rápidos, que podem ser resolvidos à base de acordo entre as partes.

Isso justifica também a necessidade de criação de novos núcleos e, como existe projeto de criação de seis JEPs, três na Capital e três no Interior, a população pernambucana seria beneficiada com um total de 16 Juizados. As Pequenas Causas, como sugere a denominação, só recebe ações de até 20 salários mínimos.

Alimentos, cobranças de dívidas, indenizações referentes a colisão de automóveis e até problemas surgidos nas relações de vizinhança estão entre as queixas mais comuns. No período de março de 91, quando foi instalado, até final de julho deste ano, o Juizado de Olinda registrou um total de 4.411 processos, contra 387 em aberto.



Xavier: projeto de novos Juizados

Jurema participa da campanha de combate à fome

Quando designou três réus da penitenciária local para prestação de serviços gratuitos à campanha contra a fome, o juiz de Jurema, Abelardo Tadeu da Silva, estava apenas colocando em prática o que faculta o Código Penal Brasileiro. Ou seja, substituir pena privativa de liberdade inferior a um ano por serviços prestados à comunidade.

Os réus em questão — dois motoristas e um pequeno comerciante — cometeram delitos leves e são perfeitamente integrados à sociedade, segundo informou o juiz Abelardo Tadeu, o que lhes permitiu o benefício de transformação da pena. Os três ficam à disposição do Comitê de Combate à Fome de Jurema durante seis meses, uma jornada de oito horas por semana, sem prejuízo de suas

atividades profissionais.

Não é a primeira vez que o juiz aplica punição dessa natureza. Por lesão corporal leve, uma menor residente naquela comarca também teve que prestar serviços à comunidade. Nesse caso, ela ficou à disposição da escola estadual de Jurema, durante quatro horas semanais. A pena foi aplicada de acordo com o Estatuto da Criança e do Adolescente.

Localizado acerca de 200 km de distância do Recife e a 70 km de Caruaru, o município tem um tranquilo movimento forense. Apenas 200 processos tramitam na comarca, onde o juiz Abelardo Tadeu se encontra desde fevereiro em regime de tempo integral.

Um dado interessante, segundo o magistrado, é que a maioria dos litígios que ocorre em Jurema são resolvidos extra-judicialmente. É comum, por exemplo, as partes entrarem em acordo, bastando para isso apenas a presença do juiz como mediador da situação.



PODER JUDICIÁRIO

Presidente:
Des. Carlos Xavier Paes
Ribeiro Sobrinho

Vice-Presidente:
Des. Provedor de Ed. Superior

Corregedor-Geral:
Des. Edilso Soares Góes

Assessor de Imprensa:
Alcides Paiva

Editor:
Roberto Tavares

Redatores: Lúcia Cavalli,
Márcio Góes e Christiane
Alcantara

Fotografia:
Isaac Barbosa

Diagramação:
Jairo Gonçalves e Cristiane Dias
L.192 - D.0796

Redação:
Rua da República, 49 - 5º
Andar - Recife-PE - CEP
50.010 - Fone: 404.381 L.01-214
Telex: 3118

Presidente do TJ participa de congresso

O presidente do Tribunal de Justiça, Des. Carlos Xavier Paes Barreto Sobrinho, participará, no próximo mês, do XIII Congresso Brasileiro de Magistrados. Será nos dias 9, 10 e 11, na cidade de Vi-

tória no Espírito Santo. "A Justiça é a Solução" será o tema central do encontro que vai reunir magistrados de todo o país, além de autoridades, ministros, parlamentares e conferencistas.



ANO XXX

ESTADO DE PERNAMBUCO

PODER JUDICIÁRIO

RECIFE, TERÇA-FEIRA, 24 DE AGOSTO DE 1993 Nº 158

Diário Oficial

Tribunal vai oficializar escriturarias

O Plano de Oficialização das escriturarias de 1ª e 2ª Entrâncias está sendo concluído e deverá ser entregue ao presidente do Tribunal de Justiça, Des. Carlos Xavier, dentro de poucos dias. O objetivo é acabar com o atual sistema de pagamento de custas judiciais. A proposta do Plano, a exemplo da Comarca da capital, é fazer com que o recolhimento das taxas seja realizado em agência bancária.

Na 1ª Entrância cerca de 65% das escriturarias não são oficializadas e na 2ª em torno de 70%. A oficialização das Comarcas do interior é uma determinação das Constituições Federal e Estadual. De acordo com o desembargador Carlos Xavier "a elaboração do Plano está seguindo o que regulamenta a Lei. O Tribunal de Justiça está cumprindo a sua função", afirmou.

Com a modificação do processo de recolhimento de taxas muda também o pagamento de cerca de 700

serventuários que atuam nas escriturarias, que passarão a receber seus vencimentos através do governo do Estado e não a partir do pagamento das custas como ocorre atualmente.

De acordo com o assessor de planejamento do Tribunal, Joãovaldo Nunes, essa mudança não trará prejuízos ao governo. "Os valores das custas serão creditados em banco a favor do Estado, em contrapartida os servidores serão vinculados à folha de pagamento estadual", concluiu.



PODER JUDICIÁRIO

Presidente
Des. Carlos Xavier Paes
Barreto Sobrinho

Vice-Presidente
Des. Francisco de Sá Inácio

Corregedor-Geral
Des. Sérgio Ramos Oliveira

Assessor de Imprensa
Aldemar Palma

Editora
Roberta Torres

Redatores: Lúcia Corvellec,
Marcelo Giaccone, Christiane
Alcântara

Pagadores:
Jorge Barbosa
Diagramadores:
Sérgio Gonçalves e Celso Dias
1.192 - DKT/93

Endereço:
Pça. da República nº 50 - 5º
Andar - Recife-PE - CEP
50.019 - Fone: 424.3811/38.214
- Telex: 5116

Tribunal tem novo sistema de computação

O novo sistema de computação do Tribunal de Justiça de Pernambuco já está instalado e deverá entrar em funcionamento em breve. O computador, que tem maior potência que o equipamento anterior, vai trazer diversos benefícios para o desenvolvimento das atividades administrativas, ampliando e adequando, à nova realidade, o Centro de Processamento de Dados.

Antes de proceder a conversão da nova máquina, a direção do Núcleo de Organização e Sistemas iniciou cursos de treinamento, para os oito técnicos do departamento, com objetivo de capacitá-los para o trabalho de operação do computador. O curso de Linguagem de Programação Mumps, Open M/SQL, ministrado pelo técnico da MPS Informática de Curitiba, Fábio



Treinamento vai auxiliar na utilização do novo computador

Dias de Araújo, foi o primeiro.

Segundo Fábio, o treinamento teve como objetivo passar conhecimentos específicos sobre o desenvolvimento e administração do sistema. "O novo equipamento, que está sendo adquirido

pelo Tribunal de Justiça, é um dos mais modernos e de maior capacidade de expansão. O curso vai permitir que o pessoal do C.P.D. administre o novo ambiente".

Para implantação do sistema computacional, o presidente do Tribunal de

Justiça emprestou todo apoio necessário, segundo afirmou a diretora do Núcleo de Operação e Sistema, Joazele Sedícias. Através da Assessoria de Planejamento, a presidência viabilizou as soluções investindo no núcleo e em toda a equipe funcional" completou.

Carlos Xavier prestigia solenidade militar

O presidente do Tribunal de Justiça de Pernambuco, desembargador Carlos Xavier Paes Barreto Sobrinho, vai participar hoje da solenidade do Dia do Soldado e do Aniversário do Batalhão de Polícia de Rádio Patrulha. O evento será realizado no Quartel da rua Dom Bosco, Boa Vista.



ANO XXX

ESTADO DE PERNAMBUCO

PODER JUDICIÁRIO

RECIFE, QUARTA-FEIRA, 25 DE AGOSTO DE 1993 Nº 159

Diário Oficial

Produtividade de juízes aumenta

A produtividade dos juízes da Comarca da Capital, referente ao segundo trimestre deste ano, foi considerada melhor do que a do trimestre anterior, já que foram julgados 3.281 feitos a mais. Segundo o presidente do Tribunal de Justiça de Pernambuco, desembargador Carlos Xavier Paes Barreto Sobrinho, esse número é significativo.

Durante o trimestre, foram iniciados 15.673 feitos na Capital, tendo sido julgados 13.615, o que deixa um déficit de 2.058 processos. Para o terceiro trimestre, passaram 263.315 feitos, o que representa uma redução de 10.375

processos no acervo em andamento na Comarca do Recife.

Por outro lado, foram realizadas apenas 3.819 audiências, sendo 1.983 cíveis e 1.836 criminais. O presidente Carlos Xavier analisa esse total como uma quantidade

irrisória, uma vez que corresponde a aproximadamente trinta e cinco audiências realizadas por juiz num período de 3 meses.

O desembargador-presidente ressalta, ainda, que 36 Varas da Comarca do



Sebastião Romildo julgou 1.688 processos

Recife contam com 67.954 processos respectivamente. Os juízes que mais julgaram no segundo trimestre de 1993 foram os seguintes:

1. Sebastião Romildo Vale de Oliveira (8ª Vara Cível) — 1.688 feitos;
2. Ricardo Paes Barreto (juiz auxiliar da 3ª Vara Cível) — 1.041;
3. José Maria Florentino (1ª Vara da Fazenda Municipal) — 470;
4. José Fernandes de Lemos (2ª Vara da Fazenda Municipal) — 449;
5. Eudico de Barros Correia Filho (2ª Vara de Sucessões e Registro Público) — 418;
6. José Alexandre de Vasconcelos Aquino (1ª Vara da Família e Registro Civil) — 351;
7. Wellington Gadelha de Freitas (3ª Vara da Família e Registro Civil) — 337;
8. João Bosco Correia de Melo (1ª Vara Cível) — 317;
9. Ricardo Paes Barreto (exercício cumulativo da 1ª Vara da Fazenda Municipal) — 293;
10. José Machado de Azevedo (auxiliar da 10ª Vara Cível) — 292.



PODER JUDICIÁRIO

Presidente:
Des. Carlos Xavier Paes Barreto Sobrinho

Vice-Presidente:
Des. Francisco de Sá Sampaio

Corregedor-Geral:
Des. Edirio Ramos Galvão

Assessor de Imprensa:
Aldemir Paes

Editor:
Roberto Tavares

Redatores: Lúcia Carvalho, Marcelino Chaves e Christiane Azevedo

Fotografia:
João Barbosa

Diagramação:
Mário Gonçalves e Celso Dias

Endereço:
Praça da República, 498 - 2º Andar - Recife-PE - CEP 50.000 - Fone: 414.3811/8-288 - Telex: 3518.

Encontro reúne juizes do interior

Começa amanhã, na cidade de Triunfo, sessão de Pernambuco, o I Encontro de Juizes de 1ª e 2ª Entrâncias do Estado. Até amanhã, quando se encerram os trabalhos, cerca de 25 magistrados estarão discutindo temas relacionados com a prestação dos serviços jurisdicionais no Estado. O evento conta com a participação do presidente do Tribunal de Justiça, des. Carlos Xavier, do vice-presidente, des. Francisco de Sá Sampaio, do corregedor geral de Justiça, des. Etério Gomes Galvão, e dos desembargadores Belém de Alencar e Waldemir Lins.

ditionais no Estado. O evento conta com a participação do presidente do Tribunal de Justiça, des. Carlos Xavier, do vice-presidente, des. Francisco de Sá Sampaio, do corregedor geral de Justiça, des. Etério Gomes Galvão, e dos desembargadores Belém de Alencar e Waldemir Lins.



ANO XXX

ESTADO DE PERNAMBUCO

PODER JUDICIÁRIO

RECIFE, QUINTA-FEIRA, 26 DE AGOSTO DE 1993 Nº 160

Diário Oficial

Embaixador de Israel visita TJ

O embaixador de Israel, Shlomo Bino, esteve no Tribunal de Justiça em visita de cortesia ao Poder Judiciário estadual. O diplomata foi recebido no Salão Nobre do Palácio da Justiça pelo presidente do TJ, desembargador Carlos Xavier Paes Barreto Sobrinho, que ressaltou a importância daquele país no contexto mundial.

Bino disse que Israel, apesar de ser um país pequeno (menor do que o Estado de Sergipe), conseguiu atingir um estágio de desenvolvimento que o deixa em condições de auxiliar outros países em algumas áreas específicas. Neste sentido, ele defendeu um maior intercâmbio com o Brasil, notadamente com a região Nordeste.

"Podemos ajudar na questão da seca, por exemplo, já que Israel possui muitas semelhanças com o Nordeste brasileiro e tem uma tecnologia avançada neste setor", revelou. O presidente do TJ disse que seria muito importante para Pernambuco um maior contato com o trabalho feito naquele país.

JUDICIÁRIO

As diferenças ins-

titucionais entre os dois países (Israel adota o parlamentarismo como forma de governo) também fizeram parte da conversa. Carlos Xavier demonstrou como funciona a Justiça brasileira e, particularmente, explicou os problemas enfrentados pelo Judiciário.

Quando ao TJPE, o presidente enumerou as diversas etapas seguidas pelos juizes desde o ingresso na magistratura.

Ao final do encontro, o embaixador de Israel, que estava acompanhado do presidente do

Centro Israelita de Pernambuco, Salomão Jaroslavsky, ofereceu ao chefe da Corte de Justiça um livro sobre seu país. O desembargador Carlos Xavier retribuiu a gentileza com um livro sobre a história do Palácio da Justiça.



Shlomo Bino e Carlos Xavier: intercâmbio da Israel com Pernambuco

Comissão identifica candidatos aprovados

A identificação das provas práticas de sentença civil e prática do Concurso de Juiz Substituto de 1ª Entrância, realizadas no dia 27 de julho, na Escola de Aprendizagem Marinho, será feita nesta segunda-feira, dia 30, às 16h30, na Sala de Sessões do Tribunal de Justiça.

Através de uma etiqueta assinada pelo candidato e colada à prova, na hora do exame, a Comissão Examinadora do concurso identificará, na presença do público interessado, os concorrentes aprovados para a próxima fase da seleção. A relação com os nomes dos aprovados deve ser publicada no Diário Oficial de quinta ou sexta-feira da próxima semana.

Neste mesmo edital, a Comissão, presidida pelo vice-presidente do TJPE, desembargador Francisco de Sá Sampaio, definirá o início e o fim do prazo da inscrição definitiva de cada candidato classificado na 3ª etapa, que terá 10 dias para apresentar o restante da documentação exigida.

Prova de inscrição na Ordem dos Advogados do Brasil, folha de antecedentes criminais, certidão negativa de cartórios de protesto e certidão negativa civil e criminal fornecida pelo Fórum da Capital fazem parte dos documentos necessários para a inscrição definitiva.

Por fim, o Pleno apreciará a documentação apresentada por cada candidato.

Passada esta etapa, os bacharéis serão submetidos a exames de saúde, psicológico, entrevista, prova oral e de títulos, além de terem suas vidas progressas investigadas pela Corregedoria Geral de Justiça. O secretário da Comissão responsável pelo concurso, Terucliano Feitosa, acredita que os novos juizes serão nomeados no mês de novembro.



PODER JUDICIÁRIO

Presidente:
Des. Carlos Xavier Paes Barreto Sobrinho

Vice-Presidente:
Des. Francisco de Sá Sampaio

Corregedor-Geral:
Des. Etério Gomes Galvão

Assessor de Imprensa:
Adriana Paes

Editor:
Roberto Tavares

Redator:
Lúcia Carvalho, Marcela Glória e Cristiane Alcântara

Fotógrafo:
Jorge Barbosa

Diagramação:
Mário Gonçalves e Celso Dias L. 102 - CRIJOS

Redação:

Pq. da República s/nº - 5ª
Andar - Recife-PE - CEP
50.510 - Fone: 424.381.00-260
- Telex: 3115.

Desembargador paraibano visita TJPE

Em visita ao Tribunal de Justiça de Pernambuco, o desembargador Almir Carneiro da Fonseca, presidente do Tribunal Regional Eleitoral paraibano. Acompanhado da esposa, Maria do Socorro Xavier Fonseca, ele

foi recebido pelo presidente do TJPE, desembargador Carlos Xavier. Presentes ao encontro, os desembargadores Francisco de Sá Sampaio, Mário Melo e Edgar Sobreira e o juiz José Carlos Patriota.



ANO XXX

ESTADO DE PERNAMBUCO

PODER JUDICIÁRIO

RECIFE, SEXTA-FEIRA, 27 DE AGOSTO DE 1993 Nº 161

Diário Oficial

A OUTRA FACE DE UM MAGISTRADO (XVIII)

Petrúcio Roberto Tobias Granja



Agradecendo homenagem em Nazaré do Mata (1988)

ESTUDANTE E JORNALISTA

Desembargador Salomão de Jaboatão, Recife e Capangas, Petrúcio Granja (1933-1997) se manifestou para o Glorioso Pernambuco no tempo dos professores Alfrédio Magalhães, Poma, Moutier de Albuquerque, Assis, Quintas, Manoel Correia de Andrade, Lauro de Oliveira, Leônidas Bandeira e Lucílio Vazquez Filho. Além das carceres superiores na UFPE e UNICAP, obteve outros diplomas de mestrado universitário, na área de Teoria e Prática do J. Interjeição no Ensino Lingüístico, Realidade Brasileira, Sociologia Jurídica, Psicologia do Amor Humano, Psicologia Psicanalítica e Psicologia Aplicada às Relações Públicas e Humanas. Ao lado dos desembargadores Edmundo Galvão, Agostinho Pereira Lima e José Napoleão de Oliveira como seus colegas, foi constituído o melhor

aluno da Casa de Leões, assistido pelo saudoso mestre José Leônidas de Lima. Assessor da literatura, é autor de duas monografias, "Breve História da Faculdade de Direito de Recife" e "Sociedade Dantesca, um brasileiro além da imaginação".

Jerônimo emador, pertence aos quadros de Associação da Imprensa de Pernambuco e já se destacou como correspondente do Interior do Jornal da Manhã, Diário de Pernambuco e Quarta de Alagoas. Como Presidente da Associação dos Advogados do Colégio Estadual de Pernambuco (1958-1960), editor a "Voz do Colégio Estadual" cuja circulação alcançou o número de 3.000 exemplares. Produziu o programa "Boletim Brasileiro" para a Difusão de Limite, além de dirigir a "Voz da Paraíba" e editor o semanário "O Leão da Capimã", órgão oficial da Liga Clubes desportivos pernambucanos. Atuando como advogado da 1958 a 1975,

Pelas lições de fé, recebidas de sua querida genitora — dona Maria Bernadete — e do seu velho mestre do Seminário Salesiano — padre Guido Tonelotto — Petrúcio Granja conquistou uma sólida formação religiosa, moral e cultural, que tanto o projetou ao longo das suas atividades profissionais através do comércio, do Banco do Brasil, da Sudene e da Magistratura.

Natural de Palmeira dos Índios — terra adorada de Graciliano Ramos em Alagoas — trocou desde cedo seu convívio com a aristocracia rural pelas bancas escolares de Jaboatão e Recife. Em Pernambuco se formou em Direito pela Universidade Federal, diplomando-se também em Letras Neolatinas nos cursos de Bacharelado e Licenciatura através da Unicap.

Como magistrado, a única e lamentada frustração de Petrúcio Granja é a de não ter tido oportunidade de exercer sua vocação humanitária, trabalhando numa Vara de Menores, tamanha é a sua paixão pela problemática dos pequeninos desafortunados. Aposentado, volta sua atenção para o social, vinculando-se ao trabalho pastoral de promoção humana na paróquia da sua frequência em Casa Forte.

trabalhou como advogado do Banco do Brasil, sendo eleito Diretor Social da AABE na cidade de Limoeiro. Petrúcio Granja foi agraciado com o título de cidadão das associações de Limoeiro, João Alfredo e Passos, onde como professor de português fundou o seu Colégio Municipal.

MAGISTRADO E RADIO-AMADOR

Eleito advogado em concurso para Juiz de Direito, Petrúcio Granja iniciou sua carreira de Magistrado na Comarca de Salgueiro, em 1975. Transferido para Caruaru, passou em seguida para Igarapé, Camarão, João Alfredo, Passos, Vitória, Pesqueiras, Pajeú, São Bento do Una e Nazaré do Mata, ascendendo respectivamente as funções de Juiz Eleitoral, até ser nomeado para o Capital em 1987. Na magistratura do Recife atuou no exercício das 1ª e 2ª Varas de Trânsito e Conservatório Penal, 3ª Vara Criminal e Juiz de Direito com a Seccional Populista, 3ª Civil e 3ª Vara das Delíitos contra o Patrimônio. Ainda como Juiz de Capital, atuou com diversas competências como Juiz Eleitoral da 9ª Zona durante os anos de 88, 90 e 91. Em agosto de 1992, após 17 anos de Jurisdição com brilhantismo em Pernambuco, Petrúcio Granja requereu aposentadoria, para dedicar-se às várias experiências ativas de Jurisdição, dedicando-se exclusivamente ao estudo de Direito de



Com o Gov. Moura Cavalcanti e o Prefeito José dos Santos (Itapetim 78)

Trabalho, constituindo sua grande meta para o futuro.

Sua paixão pelo social, fez com que se integrasse às comunidades pastorais em favor das comunidades carentes, encetadas pelo Padre Edvaldo, da Paróquia do Cruz Verde. Atuando de seu equipamento "Edgort, linha zero B.", se constituiu por-

momentaneamente com os companheiros radio amadores, sempre em ação, dentro e fora do Brasil, pelas mais nobres causas de solidariedade humana. Ao seu tempo de Juiz em João Alfredo, comandou um "comitê", sob os auspícios do Livro e Prefeitura Municipal, constituindo e diplomando 328 colegas das mais distantes cidades

brasileiras, através do seu famoso prefixo PY7-ATF.

Como Juiz em Pesqueiras (1983), Petrúcio Granja, quando de férias, a sua conduta comunitária, que lhe fez a seguinte indagação:

— Como por acaso é juiz? — Não não era amigo. Não sou juiz por acaso. Sou por convicção!

Nery integra comissão nacional

O desembargador Nildo Nery foi designado pelo Ministro da Justiça, Maurício Corrêa, para fazer parte da comissão nacional encarregada de elaborar o anteprojeto da futura Lei de Execuções Penais.

Integrante da Corte de Justiça pernambucana desde 1990, Nildo Nery vai estar ao lado de outras importantes figuras do mundo jurídico brasileiro, como Ada Pellegrino e Pontes Alencar.



ESTADO DE PERNAMBUCO

PODER JUDICIÁRIO

RECIFE, SÁBADO, 28 DE AGOSTO DE 1993 Nº 162

Diário Oficial

XIV Semana de Criminologia e Ciências Afins

Com variedade de temas, que vão desde a Reforma Penal até a Questão dos Meninos de Rua, começa segunda-feira, no auditório da Universidade Católica de Pernambuco, a XIV Semana de Criminologia e Ciências Afins. O Encontro vai reunir juristas, magistrados, advogados e estudantes de Direito, sempre às 19 horas. O presidente



Des. Nildo Nery, um dos coordenadores do Encontro

do Tribunal de Justiça, desembargador Carlos Xavier, preside os trabalhos da sessão de abertura.

O evento, que se estende até o dia 3 de setembro e tem objetivo maior de colher subsídios à reforma do Código Penal Brasileiro, é patrocinado pela Escola Superior da Magistratura de Pernambuco, da Escola Nacional da Magistratura, Departamento de Ciências Jurídicas

e Direção Acadêmica da Universidade Católica. É oferecido um total de 300 vagas.

As inscrições podem ser feitas até o dia 30, data do início da XIV Semana de Criminologia e Ciências Afins, na Escola da Magistratura estadual, na Avenida João de Barros, 1563 — Espinheiro — telefone 241.7069 e, ainda, na Universidade Católica.

Os trabalhos de abertura contam com a palavra dos desembargadores Nildo Nery e Etério Ramos Galvão, respectivamente diretor-adjunto da Escola Nacional da Magistratura e diretor da congênere pernambucana. Além deles, o juiz Marco Antônio Cabral Maggi, coordenador da Esmape, e Miriam de Sá Pereira, professora da Unicap.

PROGRAMAÇÃO

XIV Semana de Criminologia e Ciências Afins
Período: 30 de agosto a 03 de setembro de 1993
Local: auditório VII da Unicap
Horário: 19 horas

DIA 30/08 — Abertura
Des. Nildo Nery dos Santos — diretor-adjunto da Escola Nacional da Magistratura
Des. Etério R. Galvão — diretor da Escola da Magistratura de Pernambuco
Juiz Marco Antônio Cabral Maggi — Coordenador da Esmape
Prof. Miriam de Sá Pereira — docente da Unicap
Tema apresentado: Reforma Penal
Ronaldo Marques — advogado
Eleonora Lima — professora da Unicap
André Pedro Barreto Campelo — professor da Universidade Federal
DIA 31/08 — Tema apresentado: Reforma Processual Penal
Nilton Carlos Leão — advogado
Ana Maria Torres — promotora
Angela Siqueira — promotoria
Bárcia Trindade — advogado
Lilcin Jachbi — advogado
DIA 01/09 — Tema apresentado: Meninos de Rua. Qual a solução?
Prof. Giuseppe Benvenuti — professor da Universidade de Gênova
Osvaldo Rodrigues Veloso — juiz da 1ª Vara de Infância e Juventude
Juiz Carlos de Barros Figueiredo — juiz da 1ª Vara de Infância e Juventude
Celso Guedes — juiz da 1ª Vara de Infância e Juventude
Djalma Raposo — advogado
Garcia Farias — presidente da Legião Acadêmica do Recife
Mário Helena Barreto Campelo — advogada
Ana Vasconcelos — diretora da Casa de Piaçanga
DIA 02/09 — Tema apresentado: Criminalidade Hoje
Rogério de Brito Alves — advogado
Albérico Gomes Guerra — advogado
João Olympio Mendonça — advogado
Cel. Alexandre Nasser — Policial Militar
Celso Guedes — juiz da 1ª Vara de Infância e Juventude
DIA 03/09 — Tema apresentado: Revisão da Lei de Execução Penal
Maurício Cabral — Secretário de Justiça do Estado de Pernambuco
Mário Rafael Neto — juiz da 1ª Vara de Execuções Penais
Mário Alencar — juiz da 1ª Vara de Execuções Penais
Bartolomeu Basso — juiz da 2ª Vara de Infância e Juventude
Adriana Fontes — professora da Universidade Católica de Pernambuco
Cel. José Carlos Gonzaga — Policial Militar



PODER JUDICIÁRIO

Presidente:
Des. Carlos Xavier Rosa
Barreto Sobrinho

Vice-Presidente:
Des. Francisco de Sá Magalhães

Correspondente-Geral:
Des. Nildo Nery Galvão

Assessor de Imprensa:
Adriana Paiva

Editores:
Roberta Torres

Redatores: Lúcia Cavalioti,
Miriam Olasco e Christiane
Alencar.

Fotografia:
Irenei Barboza

Diagramação:
Nildo Nery Galvão e Carlos Dias
1.192 - DRI/VE

Redação:
Pça. da República s/nº - 51º
Andar - Recife-PE - CEP
50.030 - Fone: 04.3811/8.298
Telex: 5116

Estudantes visitam Tribunal

O presidente do Tribunal de Justiça, Des. Carlos Xavier, recebe, hoje, a visita dos estudantes do último período do curso de Direito da Universidade Católica. Os universitários, acompanhados

do professor Fernando Lapa, irão conversar com o desembargador-presidente sobre o funcionamento do Judiciário. Na ocasião irão conhecer as instalações do Palácio da Justiça.



ANO XXX

ESTADO DE PERNAMBUCO

PODER JUDICIÁRIO

RECIFE, TERÇA-FEIRA, 31 DE AGOSTO DE 1983 Nº 163

Diário Oficial



Tribunal e SSP definem ação conjunta

Dando início à nova fase de integração entre Poder Judiciário e Secretaria da Segurança Pública, estiveram juntos o presidente do Tribunal de Justiça, desembargador Carlos Xavier, e o delegado Ricardo José Varjal de Melo, presidente das Associações dos Delegados do Brasil e de Pernambuco.



Delegado Ricardo Varjal discute com os desembargadores Carlos Xavier (presidente) e Francisco de Sá Sampaio (vice) a criação do posto de identificação

O encontro, no salão nobre da nova sede da associação pernambucana, à Rua da Aurora, serviu para definição dos últimos detalhes do Posto de Identificação Civil que será instala-

do pela Secretaria da Segurança Pública no Tribunal de Justiça, possivelmente nos próximos 15 dias.

O posto vai funcionar no térreo do Palácio, com atendimento a magistra-

dos, servidores e dependentes. A delegada Maria Segunda, assessora Policial Civil do Tribunal de Justiça, está providenciando as instalações e aquisição de técnico proveniente

da Secretaria da Segurança Pública, especializado em datiloscopia.

Na sede da Associação dos Delegados de Pernambuco — Adepe — o desembargador Carlos Xavier foi recepcionado com almoço, também pelos delegados José Belém de Oliveira, Roberto Bruto, Geraldo de Farias, Ademar Cândido, Maria Segunda, Nivaldo Queiroz e José de Souza Neto. O magistrado esteve acompanhado do vice-presidente do Tribunal de Justiça, desembargador Francisco de Sá Sampaio e do cel. PM Franklin Bezerra.

Congresso reúne magistrados

O XIII Congresso Brasileiro de Magistrados será realizado de 9 a 11 de setembro, na cidade de Vitória, capital do Espírito Santo. O presidente do Tribunal de Justiça de Pernambuco, Carlos Xavier, estará presente ao evento. O encontro vai reunir ministros do Supremo Tribunal Federal, do Superior Tribunal, presidentes de Tribunais, desembargadores, juízes e promotores de todo o País.

No dia 9 haverá às 19h30 a sessão solene de abertura, no auditório do Hotel Alvorada. O ministro Luiz Octávio Pires e Albuquerque Gallotti, presidente do STF, é o convidado de honra do evento. A Mesa de trabalhos será composta ainda, pelo dirigente da Associação de Magistrados Brasileiros, Francisco de Paula Xavier Neto, e pelo presidente da Associação de Magistrados do Espírito Santo, Des. Arlindo Vasconcelos Ribeiro.

O Congresso de Magistrados terá como conferencistas, também, parlamentares, religiosos, diplomatas e personalidades de destaque na sociedade brasileira. No dia 10, os trabalhos serão abertos com a palestra do arcebispo, D. Luciano Mendes de Almeida, que vai falar sobre "Fundamentos Éticos da Sociedade". A partir das 10 horas haverá o painel "O Controle Externo da Magistratura". Participarão como expositores o senador Joseph Marinho e os ministros Carlos Mário Veloso e Hélio Meximann.

Ainda no dia 10, à tarde, será realizada conferência sobre "Direito Ambiental" e vários painéis. No último dia de congresso serão debatidos os temas: Direitos Fundamentais da Pessoa Humana e o Iluminismo — Uma Questão Atual; O Poder Judiciário e a Revisão Constitucional. Em seguida haverá um painel sobre Informática. À tarde, em sessão plenária, serão votadas as conclusões do congresso.



PODER JUDICIÁRIO

Presidente:
Des. Carlos Xavier Pires
Buenos Aires

Vice-Presidente:
Des. Francisco de Sá Sampaio

Corregedor-Geral:
Des. Eládio Rangel Castro

Assessor de Imprensa:
Alfonso Pires

Editor:
Roberto Tavares

Relatores: Lúcia Cavalcini,
Maurício Gouveia e Chastiane
Alcântara

Fotografia:
João Batista

Diagramação:
Jairo Gonçalves e Celso Dias
L. 102 - DIT/PE

Redação:
Pra. da República s/nº - 51º
Andar - Recife, PE - CEP
50010 - Fone: 424.3511/R-268
- Telex: 3116

Prossegue Semana de Criminologia

"Meninos de Rua: qual a solução?" é o tema a ser apresentado, hoje, durante a XIV Semana de Criminologia e Ciências Afins, promovida pela Escola Superior da Magistratura de Pernambuco. Além do jurista italiano Giuseppe Benvenuti, participam do debate os

juizes Luiz Carlos Figueiredo, Oziel Veloso e Celmino Gusmão, da Infância e Juventude, os advogados Djalmir Raposo e Maria Helena Baretto Campelo, além de Geralda Farias e Ana Vasconcelos, respectivamente presidente da Legião Assistencial do Recife e diretora da Casa de Passagem.



ANO XXX

ESTADO DE PERNAMBUCO

PODER JUDICIÁRIO

RECIFE, QUARTA-FEIRA, 01 DE SETEMBRO DE 1993 Nº 164

Diário Oficial

Encontro discute revisão constitucional

O chefe da Corte de Justiça pernambucana, desembargador Carlos Xavier Paes Barreto Sobrinho, estará participando, a partir de sexta-feira, do encontro do Colégio Permanente de Presidentes de Tribunais de Justiça, que será realizado no Rio de Janeiro, no centro de convenções do Hotel Copa D'Or. O objetivo do evento é discutir a revisão constitucional.

Na última reunião do Colégio, no mês de junho, em São Paulo, foram adotadas algumas deliberações como a de manter o juiz de paz como auxiliar da Justiça, nomeado pelo presidente do TJ, por indicação do juiz da Comarca e a de aprovar o entendimento segundo o qual o candidato a ingressar na magistratura não seja aposentado por qualquer órgão público.

Sobre a revisão constitucional, discutiu-se que, além dos princípios enumerados no artigo 60, parágrafo 4º da Constituição federal, os princípios fundamentais a que se referem os artigos 1º a 4º da Carta Magna não devem ser incluídos na reforma.

Para este encontro, já estão confirmadas as presenças de presidentes de tribunais de todo o

país. Entre eles, os do Amazonas, Maranhão, Santa Catarina, São Paulo e Mato Grosso. Dessa reunião, sairá a proposta da magistratura para a reforma constitucional. Nos dias 8 e 9 de outubro, essa proposta será entregue em Brasília.



Carlos Xavier analisa deliberações do colégio

Grupo de canto participa de festival

O Coral do Tribunal de Justiça vai se apresentar amanhã, no Teatro de Santa Isabel, quando se inicia o V Festival Nacional de Corais, que será realizado em Pernambuco, nos dias 02 e 03 deste mês. Nos dias 02 e 03, o público poderá assistir às apresentações no Teatro de Santa Isabel. Nos dias seguintes, os grupos estarão no

Teatro Guararapes do Centro de Convenções. Corais dos estados do Amazonas, Ceará, Rio Grande do Norte, Pernambuco, Alagoas, Sergipe e Santa Catarina participam do festival, que será realizado sempre a partir dos 1993/0. A entrada é franca e tem o apoio da Fundação de Cultura da Cidade do Recife, Sen. Confederação Brasileira de Corais, entre outros órgãos.

CORAL DO TJPE

Com uma média de vinte participantes, o Coral do TJPE é regido pela hucharda em música sacra pelo Secretário Teológico Batista do Norte da Bahia, Vitor Gonçalves, e tem mais de cem membros.

O repertório do coral do grupo paróquia que agrupa a igreja e a música. De acordo com o texto, o coral é formado por pessoas frequentes nas comemorações do Tribunal pernambucano. Por isso, todos os integrantes do grupo (todos funcionários do TJ) têm expandido suas apresentações para outros eventos.



PODER JUDICIÁRIO

Presidentes:
Des. Carlos Xavier Paes
Des. Francisco de Sá Campelo

Vice-Presidentes:
Des. Francisco de Sá Campelo

Corregedores-Gerais:
Des. Rômulo Rangel de Sá

Assessor do Desembargador
Aldemir Paes

Editores:
Roberto Tavares

Redatores: Lúcio Carneiro,
Marcelo Chaves e Cláudio Almeida

Poligrafia:
Jusé Barbieri

Distribuição:
Júlio Gonçalves e Celso Dias
1.192 - DDTJPE

Redação:

Rua da República 494 - 5º
Andar - Recife-PE - CEP
50.090 - Fone: 424.381/88-208
- Telex: 3116

A Outra Face de um Magistrado (XIX)

Transmitindo alegria para ganhar felicidade, Dorgival Soares de Souza, antes de ingressar na magistratura em setembro de 1990, foi palhaço de circo, boxeador, jogador de futebol, garçom, professor e advogado militante. Titular e Diretor

do Fórum da 1ª Vara Cível de Vitória de Santo Antão, Dorgival vai revelar amanhã, neste Jornal do Poder Judiciário, todos os lances pitorescos da sua vida, que constituem de forma dignificante a "outra face de um magistrado".



ANO XXX

ESTADO DE PERNAMBUCO

PODER JUDICIÁRIO

RECIFE, QUINTA-FEIRA, 02 DE SETEMBRO DE 1993 Nº 11

Diário Oficial

Semana de Criminologia debate "Meninos de Rua"

Essa, pelo menos, é a opinião do jurista italiano Giuseppe Benvenuti, da Universidade de Gênova. Ele debateu o tema ontem, na XIV Semana de Criminologia e Ciências Afins, realizada na Universidade Católica, pela Faculdade Superior de Magistério de Pernambuco. Presença ao evento, o Cônsul de Itália no Recife, Marco Pio Veronesi.

De acordo com o magistrado aposentado e advogado civil militante, o lado negativo do Estatuto é que, enquanto existir a grande distância entre a realidade econômica e jurídica do País, a lei não será efetivamente aplicada e o crime estará sempre desampado. A consequência mais grave, disse ele, é que isso gera a convicção de que uma lei pode ser desrespeitada.

A Lei 1089 — Estatuto da Criança e do Adolescente — é por demais avançada e digna de estar no mesmo nível da legislação de outros países mais desenvolvidos. Mas precisa de ajustamentos para se adaptar ao momento histórico-social do Brasil. Não se pode falar em liberdade e em princípios éticos quando se vive na extrema pobreza e se morre de fome.

Estatuto da Criança e do Adolescente não pode ser visto como uma lei de concórdia, que aporções direitos mas impõe deveres. Pelo contrário, disse ele, a 1089 é muito rígida do que o ultrapas Código do Menor.

A grande crítica relação ao Estatuto da Criança e do Adolescente é de que a legislação para a realidade brasileira, não se adequando países de primeiro mundo. Contudo, no entanto, entende, desde que países adotam leis precisas de mecanismos de tipo. "Lá, os direitos são respeitados, principalmente os mais desprovidos. O Brasil reconhece uma lei para países terceiro mundo, como o Brasil ESTADÍSTICA

Na opinião do magistrado o Estatuto da Criança e do Adolescente trouxe um novo respeito aos direitos do cidadão. "Ao não permitir o comércio indiscriminado da criança, o 1089 não só beneficia o país que não é mais um motivo, e também beneficia a sociedade inteira, pois, que se não tem mais em marginal, fornecendo alicerces de sobrevivência".

A falta do Estatuto está na sua doutrina. O que é verdade política, na opinião Luís Carlos, para que haja efetiva implementação da lei é de forma que se apontasse a falta dentro dos critérios de as fugas sejam evitadas, inclusive no educador. "Se em que isso acontecer, o tal funciona".

Dados fornecidos pela Vara da Infância e Adolescência comprovam que 70 a 75% dos meninos que se encontram nas ruas vivem em situação de pobreza extrema; 20% possivelmente pequenos delinquentes podem ser habilitados em regime de liberdade assistida, cerca de 5 a 10% outros são infratores graves.

A lei brasileira que trata sobre a criança e o adolescente tem sido copiada por países mundo inteiro, sem a devida adaptação sobre o Brasil. Apesar disso, controversa, debate sem oposição e de acordo.



Estatuto gera controvérsia, admite Luís Carlos



Giuseppe reconhece avanços do Estatuto da Criança

Na sua opinião, o Estatuto da Criança e do Adolescente, hoje, é apenas um alibi para permitir a atividade criminosa do menor delinquente. "Além, o menino delinquente brasileiro é menor porque na pouca idade e não pode ser comparado ao conceito geral de menor de um país civilizado".

O magistrado, contudo, entende que o menos de um brasileiro se faz delinquente por causa das condições em que vive.

"com uma família violenta, com fome e sem cultura, ele só pode mesmo entender a linguagem da violência".

Soluções, para Giuseppe Benvenuti, só a longo prazo e que sejam respeitados os mandamentos constitucionais de educação, alimentação, saúde, emprego, segurança e moradia. "De imediato, que seja fortalecido o poder de todos de respeitar a lei".

PROTEÇÃO INTEGRAL
O Estatuto da Criança e do

Adolescente vai completar três anos em outubro. Foi resultado da Convenção Internacional dos Direitos das Crianças, realizada em 1990, com a participação de 93 países. O Encontro precedeu a Doutrina da Proteção Integral da ONU e o Brasil foi o primeiro dos países signatários a criar uma legislação específica, em substituição ao Código de Menor.

Hoje, apesar de controverso, propiciando debates

sobre opositores e defensores, o Estatuto da Criança e do Adolescente tem sido copiado por países do mundo inteiro, que apesar de terem participado da Convenção Internacional dos Direitos das Crianças ainda estão em fase de elaboração de uma nova doutrina para o jovem.

De acordo com o presidente do Conselho Estadual Judiciário de Adoção, Luís Carlos de Barros Figueiredo, juiz da 2ª Vara da Infância e Adolescência, o



PODER JUDICIÁRIO

Presidentes
Dns. Carlos Xavier Pass
Raimundo Sales

Vice-Presidentes
Dns. Francisco de Sá Sampaio

Corregedor-Geral
Dns. Edirio Raimundo de Sá

Assessor de Imprensa
Aldeanir Silva

Editores
Roberto Torres

Redatores: Lúcia Cavalli,
Mueli Glória e Christiane
Alcântara

Fotografias
João Roberto

Diagramação:
Júlio Gonçalves e Celso Dias
1.393 - 347.78

Redação:
Pça. da República s/nº - 3º
Andar - Recife-PE - CEP
50.010 - Fone: 424.381/38-348
- Telex: 3116

Encontro Nacional de Presidentes

O presidente do Poder Judiciário pernambucano, desembargador Carlos Xavier, viajou ontem para o Rio de Janeiro, onde participa hoje e amanhã do Encontro Nacional de Presidentes dos Tribunais de Justiça do Brasil. Como chefe da Corte de Justiça estadual, o magistra-

do tem participado de vários eventos dessa natureza. Recentemente, esteve na cidade de Triunfo, durante o I Encontro de Juízes de 1ª e 2ª entrâncias do Estado. Na segunda página, a íntegra do discurso pronunciado pelo juiz da comarca, Marcos Antônio Nery de Azevedo, na oportunidade.



ANO XXX

ESTADO DE PERNAMBUCO

PODER JUDICIÁRIO

RECIFE, SEXTA-FEIRA, 03 DE SETEMBRO DE 1993 Nº 166

Diário Oficial

A OUTRA FACE DE UM MAGISTRADO (XIX)

Dorgival Soares de Souza

"O palhaço o que é?" — Pelo velho e popularíssimo refrão circense, o palhaço é conhecido pandegamente como "ladrão de pernas de pau não passava de um modesto estudante do Colégio Técnico Agamenon Magalhães, na Encruzilhada, sempre empenhado em ganhar um dinheirinho extra para ajudar nas dificuldades financeiras do pai desempregado.

Depois de tentar a vida profissional como ajudante de carpintaria, mecânico, estafador, servente de pedreiro, carregador de fôrca e titular de cartório, ingressou na Escola de Aprendizes Marinheiros com 17 anos de idade, para deixar o serviço ativo da Marinha de Guerra, onze anos depois, no posto de Cabo Eletricista. Rio Macé, servindo na Capitania dos Portos e, casado com Dina Ferreira de Souza, defendeu as cores do São Domingos Futebol Clube como jogador central, enquanto atuava para o vestibular de Direito.

Orgulha-se de ter sido o primeiro aluno da Escola Superior da Magistratura em Pernambuco; sua grande vitória foi realizada para o diploma de bacharelado jurídico na sua carreira de magistrado, brilhantemente iniciada através de concurso público, em setembro de 1990.

Na Marinha e Nos Esportes

Natural do Recife, Dorgival Soares nasceu aos anos 30 em Nova Escoberta, Cam Araripe. Seu pai, Severino Ramos de Souza, era tenente de Oitavo Bateria de Melé e casado com Doralice Soares de Souza. Depois de fazer as primeiras letras com o professor Martins e dona Rosana, cursou o primeiro no Ateneu Humberto de Campos e o segundo no ginásio do Colégio Técnico da Encruzilhada. Em

função das dificuldades financeiras da família, envolvidos por uma série de pequenas ocupações, nunca proporcionou absoluta de leve dinheiro para casa. Em maio de 1968, foi premiado a marinha e se apresentou ao Cruzador Barroso, embarcando para viagens internacionais de instrução, para total de 6.157 milhas, tocando em Cádiz, Lisboa, Cabo Verde, Tenerife, Santa Cruz e Dakar. Em 1970 se apresentou no Centro de Instrução Almirante Wandellin, na Ilha das Colinas, para se especializar em eletricidade.

Transferido para a Corveta Ipiranga em 1971, retornou ao Recife para prestar serviço na Estação Rádio Páa e Profetas Naval. Como motorista do III Distrito Naval — à disposição do capitão-de-Mar-e-Guerra Hélio Barreto — submeteu-se aos exames do Sepulchro de Primeiro Grau.

Em 1979, juntamente com a sua querida esposa, concluiu sua curso na Faculdade de Direito do Recife. Complementando sua renda familiar, ao final dos estu-

das, trabalhava aos sábados e domingos como garçon em Olinda, nos restaurantes Sanchet e Raitin do Mar.

Como atleta amador e profissional, jogou no São Domingos e Guaraní em Alagoas. No Rio de Janeiro foi bombardeiro, obtendo expressivas vitórias e algumas desagradáveis derrotas. A sua história que já levou ao ringue, aconteceu diante do lutador baiano, famoso finalista naval chamado Wilson. Em Cabo Verde conquistou o título

de campeão em sua categoria. Prática vôlei, ciclismo, automobilismo e trece pelo Sport Club do Recife, mantendo uma tradição que vem dos seus avós.

Na Magistratura

Advogado militante por mais de dez anos, inclusive de Sindicatos de Trabalhadores, dos Arruadeiros do Porto e dos Bateladores em Pernambuco e Alagoas, Dorgival Soares atendeu aos Trabalhadores Rurais em São Miguel dos Campos (AL) e aos Trabalhadores em Tecnologia de Paulista (PE). Sindicalista de Bebidas e Cervejas, da Saúde e dos Policiais Cíveis em Pernambuco. É professor licenciado da cadeira de Processo do Trabalho da Faculdade de Direito de Olinda e ingressou na magistratura como juiz, nas Comarcas de Pego-lândia, Rio Formoso e Barreiros, por duas vezes.

Foi juiz instalador da Comarca de São José da Coroa Grande e da Vara Criminal de Vitória de Santo Antão, acumulando Gravata e Merenda. Atualmente é titular e diretor do Fórum de 1ª Vara Cível de Vitória de Santo Antão.

Dona e Dorgival têm três filhos: Dorgival, Dora e Dorgival Júnior, que já se destacam como reguladores do talento e das aptidões dos pais, tanto no estudo como na arte e no esporte.

Detentor de títulos de cidadania de Vitória de Santo Antão, Pombos, Rio Formoso e Barreiros, confessa ter vivido durante a infância dessas homenagens, os mais emocionantes momentos da sua vida na magistratura. Como finalista naval, jamais esqueceu o tufão que enfrentou no estaleiro do Rio de Janeiro, quando o sinal do poder de Deus apareceu diante de todos com a chegada da bonaceira.



Enfrentou com a Marinha de Guerra o primeiro concurso



Dorgival na Escola de Aprendizes Marinha-PE

Colaborador Emérito

O Juiz Enéas Bezerra Barros recebeu a Medalha e Diploma de "Colaborador Emérito do Exército". O magistrado atua como Juiz de Direito no Juizado Especial de Pequenas Causas do Rosarinho e é Corregedor Regional Eleitoral.



ANO XXX

ESTADO DE PERNAMBUCO

PODER JUDICIÁRIO

RECIFE, SÁBADO, 04 DE SETEMBRO DE 1993 Nº 167

Diário Oficial

Pleno aprecia projeto de servidor

A matéria sofreu modificação à última hora, excluindo da proposta o funcionário do Fórum da Capital, beneficiado através de projeto específico da categoria, cujo veto governamental foi derrubado quarta-feira, pela Assembleia Legislativa.

A modificação, con-

tudo, não afeta o objetivo principal do projeto que é trazer, não apenas melhoria salarial, mas progressão funcional. Durante toda carreira, o servidor passa por um processo de avaliação de desempenho, sendo classificado em níveis de zero a cinco anos de serviço, de cinco a dez e acima de dez anos de atividade no Poder Judiciário.

Pelo projeto, a atual estrutura funcional do Tribunal de Justiça, que data de 1973, passa a dispor de apenas três grupos: o de técnico-administrativo, o grupo judiciário e o de assessoramento e direção. O plano não prevê nenhum cargo isolado. A comissão encarregada de elaboração dos trabalhos foi presidida pelo juiz Jovaldo Nunes.

RESULTADO POSITIVO

De acordo com o magistrado, a priorização do funcionário reflete de forma positiva no serviço prestado pela Justiça à população pernambucana. Ele disse que o projeto prevê a criação de uma Coordenadoria de Capacitação e Treinamento de Pessoal, visando à valo-

rização do servidor através de cursos e acompanhamento da vida funcional.

O trabalho de elaboração do plano começou em maio e foi executado por uma comissão especializada, integrada por servidores do Judiciário e Executivo. O grupo teve o cuidado de manter uma coerência entre a necessidade

O Plano de Cargos, Carreira e Vencimentos do Tribunal de Justiça é apreciado segunda-feira pela manhã, em reunião plenária. O projeto inclui o servidor do TJ, dos Juizados Especiais de Pequenas Causas e das Comarcas de 1ª e 2ª entrâncias.



Assessores do TJ participaram da elaboração do plano

do servidor e a disponibilidade financeira do Estado, evitando oferecer proposta que venha onerar os cofres públicos em demasia.

Inicialmente, o Plano de Cargos, Carreira e Vencimentos do Tribunal não contemplava o servidor do Fórum da Capital, cujo projeto específico já tinha

sido aprovado pela Assembleia. Posteriormente, com o veto governamental à proposta da Corregedoria, o TJ concordou com a inclusão do pessoal. Finalmente, retirado da proposta quando o Poder Legislativo rejeitou o veto.

A comissão que elaborou o Plano de Cargos, Carreira e Vencimentos do

Tribunal de Justiça esteve formada pelo juiz Jovaldo Nunes (presidente), pela assessora de planejamento Silvana Maria Orsi, Ana Maria Leite, Célia Gomes de Moraes, Ângela Maria Alves de Souza, Maria Cristina de Oliveira, Míria das Graças Lavor, Gedília Paes Barreto e Gisela Fries.



PODER JUDICIÁRIO

Presidente:
Des. Carlos Xavier Pires
Bueno Sobrinho

Vice-Presidente:
Des. Francisco de Sá Sampaio

Corregedor-Geral:
Des. Sérgio Ramos Galvão

Assessor de Imprensa:
Aldemir Peixoto

Editores:
Roberto Tavares

Redatores: Lúcia Cavallini,
Marcelo Glória e Christiane
Albuquerque

Fotógrafo:
Israel Tachon

Diagramação:
Alto Gonçalves e Celso Dias
L192 - DKT/FE

Redação:

Pça. da República s/nº - 5ºº
Andar - Recife-PE - CEP
50.010 - Fone: 424.3611/8.358
- Telex 3135.

Presidente vai a seminário em Blumenau

O presidente do Tribunal de Justiça, Des. Carlos Xavier Paes Barreto Sobrinho, participa, de 13 a 17 deste mês, do XX Encontro de Oficiais de Registro de Imóveis do Brasil. A reunião, promovida

pelo Instituto de Registro Imobiliário do Brasil-IRIB, será realizada na cidade de Blumenau, em Santa Catarina, e contará com a presença de magistrados de todo o País.



ANO XXX

ESTADO DE PERNAMBUCO

PODER JUDICIÁRIO

RECIFE, QUINTA-FEIRA, 09 DE SETEMBRO DE 1993 Nº 168

Diário Oficial

Estudantes de Direito visitam TJ

O intercâmbio entre os estudantes do curso de Direito da Universidade Católica e a presidência do Tribunal de Justiça tem contribuído para aproximar os universitários da realidade vivenciada no dia-a-dia por aqueles que integram o Poder Judiciário. Essa opinião é do presidente do TJ, Carlos Xavier, que na semana passada recebeu a visita de 15 alunos do último período do curso.



Carlos Xavier fala aos universitários no Salão Nobre do Palácio da Justiça

Durante a conversa com o presidente, em seu gabinete, os estudantes ouviram do magistrado ensinamentos sobre a carreira que escolheram. "Vocês devem ter em mente, em primeiro lugar, a defesa do Direito, a Justiça tem que enxergar bem e estar a serviço do cidadão de bem", disse o desembargador. Ao fazer essas observações, Carlos Xavier lembrou que cabe aos novos profissionais

manter esses princípios de forma entrosada com os avanços tecnológicos.

Ana Paula Albuquerque de Melo, uma das integrantes da equipe, afirmou que esse tipo de relacionamento deveria ocorrer com mais frequência. "Eu nunca tinha conversado com um desembargador antes, e agora estou ouvindo o presidente do Tribunal falar sobre sua experiência como magistrado". Outros

estudantes concordaram com a estudante e destacaram que a conversa foi esclarecedora e importante para suas atividades futuras.

Os estudantes estavam acompanhados do professor Fernando Lapa. Segundo informou, todos os anos ele repete essa visita com os alunos do último período do curso. Na ocasião, eles visitaram também o Salão Nobre do Palácio.



PODER JUDICIÁRIO

Presidente:
Des. Carlos Xavier Paes Barreto Sobrinho

Vice-Presidente:
Des. Francisco de Sá Siqueira

Corregedor-Geral:
Des. Sérgio Basso Galvão

Assessor de Imprensa:
Aldemar Paiva

Editor:
Roberta Tavares

Redatores: Lúcia Cavallini,
Marcelo Oliveira e Chelidiane
Almeida

Fotografia:
João Barbosa

Diagramação:
Mário Gonçalves e Carlos Dias
L192 - DRE/93

Redação:

Pça. da República 400 - 5º
Andar - Recife-PE - CEP
51010 - Fone: 404 3413/40-268
- Telex: 3116

Concurso de juiz: 172 aprovados na 3ª fase

Os cento e setenta e dois candidatos classificados na prova prática do concurso para Juiz Substituto de 1ª Instância poderão fazer suas inscrições definitivas a partir da próxima segunda-feira, dia 13. Os interessados a uma das cerca de 240 vagas para cargo de juiz devem se dirigir ao Departamento de Jurisprudência e Publicações, das 13h às 16h, no 3º andar do Palácio da Justiça.

Fizeram a prova prática — uma aula de direito civil e outra criminal — 303 candidatos, tendo sido

aprovados 172. No ato da inscrição definitiva os classificados devem apresentar comprovante de que estão em dia com o serviço militar (no caso dos candidatos do sexo masculino), título de eleitor, certidão que comprove prática forense de no mínimo dois anos como advogado, membro do Ministério Público, comprovante da inexistência de antecedentes criminais e atestado de idoneidade moral e civil.

As próximas etapas incluem o exame psicotécnico, uma entrevista com a Comissão

Examinadora e, finalmente, a prova oral, cujo tema será sorteado com 24 horas de antecedência. De acordo com o presidente do Tribunal de Justiça, Carlos Xavier, se o número de aprovados na fase final não for suficiente para preencher as mais de 200 vagas, novo concurso será realizado.

A falta de juízes tem sido um dos principais problemas enfrentados pelo Judiciário estadual. Essa defasagem fica clara quando se observa o volume de processos em tramitação nas Comarcas e Varas.

Presidente prestigia encontros de magistrados do Brasil

O presidente do Tribunal de Justiça, Carlos Xavier Paes Barreto Sobrinho, viajou ontem para Vitória, no Espírito Santo, onde vai participar do seminário que reúne Magistrados de todo País para discutir a revisão constitucional. Em seguida, o desembargador-presidente embarca para

Blumenau, em Santa Catarina, onde acontecerá o XX Encontro dos Oficiais de Registro de Imóveis do Brasil, de 13 a 17 deste mês. Promovido pelo Instituto de Registro Imobiliário do Brasil-IRIB, o evento reunirá magistrados e serventários de Justiça de diversas cidades brasileiras.



ANO XXX

ESTADO DE PERNAMBUCO

PODER JUDICIÁRIO

RECIFE, SEXTA-FEIRA, 10 DE SETEMBRO DE 1993 Nº 169

Diário Oficial

A OUTRA FACE DE UM MAGISTRADO (XX)

Enéas Bezerra Barros



Ao receber o Diploma de Colaborador Emérito do Exército

partamento dos Presídios Federais "T" e Delegação Especial de Investigações e Captação (DIC) e de Ordem Pública, Social e Econômica de João Pessoa-PB. Escorreu a advocacia nos Paus de João Pessoa, Macaé e Recife. No âmbito do Poder Judiciário em Pernambuco, como Juiz de Direito de 1ª Instância, foi titular da Câmara de Sentença e dos Termos Judiciais Sítio dos Mourões e Cedro. Atuou na Comarca de Salgueiro com exercício consubstancial de Serrita, Verdejante e Cabrobó. Depois de Macaé, assumindo a Comarca de Quipapá (68-70), passou a Juiz Eleitoral no Termo Judiciário da cidade de Jarama, pertencente a Lajedo (1942). Atuou como Juiz de 1ª Instância ganhou a titularidade da Comarca de Pernambuco, assumindo Serrita, Salgueiro e os Termos Judiciais de Terra Nova, Sítio dos Mourões e Cedro.

Como Juiz de Direito de 2ª Instância, Enéas Barros atuou a Câmara de Caricari com exercício consubstancial em Pernambuco, Serrita, Salgueiro, Araripe e nos Termos Judiciais de Ipatá, Terra Nova, Sítio dos Mourões, Cedro e Trindade (1974-1976). Em 1976, titularizou-se como Juiz de 2ª Vara Cível da Comarca de Odebre. Como Juiz de Direito Eleitoral, teve elogiosa atuação como Pluripotente nas Comarcas e Zonas

Eleitorais de Paulista, Igarassu e Glória, sendo eleito em Termos Judiciais de Alagoa e Lira e Jarama, no Jago de 1981 e 1983. Nas eleições para a Presidência da República em 1989, desenvolveu um trabalho notável como Juiz Coordenador da Propaganda Eleitoral na área de Poder Judiciário Federal.

Adas Barros em suas atividades docentes, se destacou como Professor de Português, Direito Usual, Moral e Cívica, atuando na Universidade Católica de Pernambuco, ex cadeiras de Direito Processual, Civil, Política, Direito Penal e Direito Processual Penal. Ainda na UNICAP iniciou em 1979 a cátedra de Noções de Direito de Curso de Juralistas.

ESPORTE & ARTE

Enéas Barros guarda uma memória de não ter sido aproveitado como locutor da Rádio Difusora de Alagoas, onde se tubereu e em todo os dias de 1950. Aluno de violino, colaborei em Macaé com as sociedades musicais dirigidas por Lino Macanilha, da Associação Alagoana pelo Progresso Feminino. Não se avia realmente um virtuoso, mas as docas harmonias que invia de seu instrumento, segundo ele, "serviam muito bem para sustentar os corações femininos".

Tem dois filhos, Eduardo Rodrigues Barros (RJ) e Frederico Rodrigues Barros (RJ), ambos em São Paulo — ex-campê brasileiro de surf — maior em seu magistado como esportista da modalidade, que era um atleta sério como campeão de remo.

Como reformado, interfere em SOS de um sergipeiro italiano, com problemas de saúde e os equipamentos de transmissão, fora de conta brasileira. Contatos a Capitania das Portas e o barco foi salvo.

Entretido a calmaria como um ano dos deuses — segundo sua irmã Eudice — guarda detalhes de um charco, a receita de uma feijão cor-de-rosa, que ele possuiu adormecida, felizes os que se casaram para o tempo dos magistrados.

ESCOLARIDADE & ATIVIDADES PROFISSIONAIS

Filho de Enéas Barros Filho (Banqueiro) e Honória Barros Barros (prezente doméstica), Enéas Barros é natural de Macaé, iniciando seus estudos de primeira grau no Colégio Diocesano dos Irmãos Maristas e Colégio "Onda de Foz Gallant" do padre Teófilo de Barros. Em João Pessoa, frequentou a Escola Técnica de

Comércio Epitácio Pessoa, diplomando-se em Contabilidade. Antes de concluir o curso superior, desempenhou as funções de auxiliar de escritório, contábil e auxiliar do Banco da Lavoura da Mina. Oculis nas agências das capitais do Rio Grande do Norte e da Paraíba.

Exercendo atividades avulsas como sócio de Souza & Barros e Barros & Barros, atuando em 1960 a Diretoria Geral do De-



Enéas Barros como Delegado do DOPSE na Paraíba em 1962

Enéas Barros, eleito por unanimidade para exercer o cargo de Corregedor Regional Eleitoral do TRE, e mais recentemente, designado para as funções de Corregedor Geral dos Presídios — 2ª Vara de Execuções Penais — através de ato da Presidência do Poder Judiciário, responde atualmente pelo Juizado Especial de Pequenas Causas do Recife.

Alguns de Macaé, transferiu-se ainda estudante para a cidade de João Pessoa, onde em 1962 se diplomou em Bacharel pela Faculdade de Direito da Universidade Federal da Paraíba.

Não obstante as mais altas e relevantes funções desempenhadas na magistratura, Enéas Barros, em nenhum instante sentiu aversão sua vocação pela prática do radiomadorismo, onde alcançou com brilhantismo o posto de Presidente Nacional na Fala de Cidadão, através do seu vitorioso prefixo PYT-CBS. Sensível à música, estudou violino durante nove anos, e ainda hoje não se faz de rogado, interpretando canções românticas, especialmente nas tertúlias promovidas pelo desembargador Mauro Jordão.

Inscrição definitiva

Começa segunda-feira o prazo de inscrição definitiva do Concurso para Juiz Substituto de 1ª Entrância, em fase de realização no Tribunal de Justiça de Pernambuco. Os 172 aprovados na etapa anterior têm 10 dias para apresentar título de eleitor, cer-

tidão de dois anos de prática forense, atestado de idoneidade moral e civil e comprovantes de inexistência de antecedentes criminais, de estar em dia com o serviço militar (candidatos masculinos) e de ser membro do Ministério Público.



ANO XXX

ESTADO DE PERNAMBUCO

PODER JUDICIÁRIO

RECIFE, SÁBADO, 11 DE SETEMBRO DE 1993 Nº 170

Diário Oficial

Projeto tem redação final

O Plano recebe agora redação final dos integrantes da Comissão de Organização Judiciária, Itamar Pereira, Artur Pio e Agenor Ferreira, sendo levado novamente a plenário para votação. Caso obtenha maioria de votos favoráveis dos desembargadores presentes, o projeto segue para a Assembleia Legislativa.

Se for aprovado pelos deputados, passa ainda pela apreciação do governador Joaquim Francisco. Se não sofrer nenhum entrave na tramitação, o projeto pode ser implantado até outubro, segundo expectativa do juiz Jovaldo Nunes, que presidiu a comissão encarregada de elaborar a proposta inicial.

OFICIALIZAÇÃO

Enquanto o Plano de Cargos, Carreira e Vencimentos do Tribunal de Justiça bene-

ficia também o pessoal oficializado das comarcas de 1ª e 2ª entrâncias, o da Corregedoria Geral — já transformado em lei — contempla o funcionário do Fórum da Capital, englobando assim quase todos os servidores do Poder Judiciário pernambucano, que passam a ter melhorias funcional e salarial.

Mesmo assim, ainda ficam de fora cerca de 700 serventuários da Justiça, que trabalham em 179 escriturarias não oficializadas do interior do Estado. Apesar de concursados e contribuintes da previdência social, eles são remunerados pela escrituraria local, através das custas processuais e não pelo governo pernambucano, como acontece no serviço oficializado.

O presidente do Tribunal de Justiça, desembargador Carlos

Encontra-se na Comissão de Organização Judiciária o Plano de Cargos, Carreira e Vencimentos do Tribunal de Justiça. Apreciado segunda-feira passada pelo pleno, o projeto recebeu diversas emendas para aprimoramento, algumas delas oferecidas pelos desembargadores Eterio Ramos Galvão, Benildes Ribeiro e Belém de Alencar.



Des. Itamar Pereira, presidente da Comissão de Organização Judiciária

Xavier, pretende corrigir a diferença até final de sua gestão, em fevereiro do próximo ano, cumprindo determinação constitucional. Os cartórios não oficializados são anteriores à Carta Magna de 88.

A Corregedoria Geral da Justiça elaborou projeto de

oficialização das escriturarias, já entregue à Comissão de Organização Judiciária para apreciação. A presidência do Tribunal também dispõe de sugestões nesse sentido, propostas por comissão especial, que podem ser aproveitadas como emen-

das ou substitutivo, conforme ressalta o juiz Jovaldo Nunes.

O projeto vai seguir o mesmo trâmite do Plano de Cargos, Carreira e Vencimentos: apreciação e votação pelo pleno, apreciação e votação pela Assembleia Legislativa e aprovação ou veto governa-

mental. Entrando em vigor, as custas judiciais passam a ser depositadas em conta bancária do Estado e os serventuários pagos diretamente pelo governo pernambucano.



PODER JUDICIÁRIO

Presidente:
Des. Carlos Xavier Pass
Eterio Scholze

Vice-Presidente:
Des. Francisco de Sá Siqueira

Corregedor-Geral:
Des. Eterio Ramos Galvão

Assessor de Imprensa:
Adilson Pires

Editor:
Roberto Tavares

Redatores: Lúcia Cavallini,
Marcelo Olasco e Christiane
Alencar

Fotógrafo:
José Barbosa

Diagramação:
Mário Gonçalves e Celso Dias
1.192 - DRE/93

Redação:

Rua da República s/nº - 5ºº
Andar - Recife-PE - CEP
50.010 - Fone: 424.3811/8.268
- Telex: 3116

Presidente do TJ participa de encontro

O XX Encontro dos Oficiais de Registro de Imóveis iniciado ontem, em Blumenau, Santa Catarina, será encerrado na próxima sexta-feira. O presidente do Tribunal de Justiça de Pernambuco, Des. Carlos Xavier, se encontra naquela cidade participando do evento.

Promovido pelo Instituto de Registro Imobiliário do Brasil-Irib, o seminário reúne magistrados de diversas cidades brasileiras. Durante esse período o desembargador Francisco de Sá Sampaio, vice-presidente está respondendo pela presidência.



ANO XXX

ESTADO DE PERNAMBUCO

PODER JUDICIÁRIO

RECIFE, TERÇA-FEIRA, 14 DE SETEMBRO DE 1993 Nº 171

Diário Oficial

As inscrições para o V Simpósio Nacional de Direito Civil e Processual Civil continuam abertas até o dia 30 deste mês. Os coordenadores do evento instalaram mais um posto de inscrição, desde a semana passada, na sobreloja do Fórum Paula Batista. Os interessados podem procurar, também, a Escola Superior da Magistratura ou ainda as agências dos Correios e se inscreverem mediante o pagamento de taxa, no valor de CR\$ 5.900 para os profissionais e CR\$ 5.200 os estudantes.

Simpósio de Direito Civil começa dia 30



No Fórum Paula Batista as inscrições podem ser feitas durante todo o dia

noite a programação será encerrada com a apresentação do Balé Popular do Recife.

As conferências do dia primeiro serão iniciadas às 8h30. Os debates irão focar "O Dano como Elemento da Responsabilidade Civil"; "Dano Patrimonial, Moral, Ecológico e Atômico"; "Nexo de Causalidade Adequada"; "Rompiemento do Nexo Causal"; "Responsabilidades Especiais". À tarde o tema central será "Lei do Inquilinato" e em seguida "Processo Cautelar".

JPCs mantêm conciliação acima de 80%

Os Juizados Especiais de Pequenas Causas instalados há pouco mais de um ano no interior do Estado, nas cidades de Petrolina e Caruaru, e exemplo dos núcleos da capital, e da Região Metropolitana, vêm mantendo

índice de conciliação acima de 80%. Esse número foi enviado ao presidente do Tribunal de Justiça, Des. Carlos Xavier, pelos juizes coordenadores dos respectivos JPCs.

A rápida transmissão dos processos,

examinados aos juizados, tem contribuído para que a população aprove esse serviço oferecido pelo Judiciário. No JPC de Petrolina foram registradas, desde a inauguração em janeiro do ano passado, 2.281 reclamações, sendo que em 1.097 houve conciliação (acordo amigável entre as partes). A maioria dos casos diz respeito a pagamento de pendência alimentícia.

Em Caruaru, as queixas registradas no Juizado de Pequenas Causas desde que foi inaugurado há cerca de um ano e meio, chegam a 1.078. Desse total 923 chegaram a um acordo satisfatório. A cobrança de dívidas atinge o maior índice de casos registrados, chegando a 65%. Dos 702 processos, em 327 houve conciliação e apenas 122 continuam em aberto.

Os Juizados, com exceção de Petrolina, atendem nos três ramos. Nelas são registradas causas que não ultrapassam 20 salários mínimos. Atualmente estão funcionando, em todo o Estado, dez Juizados. Caso o projeto enviado pelo Tribunal para aprovação na Assembleia Legislativa seja aprovado, serão criados mais seis, sendo três no interior e três no Recife.

O Simpósio será realizado no Centro de Convenções, de 30 deste mês a 2 de outubro. Segundo o juiz Geraldo Og Fernandes, o número de estudantes, advogados e magistrados que vai participar do encontro é grande. "Tem pessoas de outros Estados inscritas, o que comprova o grande interesse pelo evento" destacou.

A abertura, no dia 30, será às 17 horas, com o lançamento do 7º volume do livro de Estudos Jurídicos. Em seguida acontecem duas conferências, com os doutores Sílvio Rodrigues e Ada Pellegrini Grinover. À



PODER JUDICIÁRIO

Presidente
Des. Carlos Xavier Fraz
Barreto Sobrinho

Vice-Presidente
Des. Francisco de Sá Sampaio

Corregedor-Geral
Des. Roberto Ramos Odebrecht

Assessor de Imprensa
Altamir Paiva

Editores
Roberto Tavares

Redatores Lúcio Carvalho,
Maurício Góes e Christiane
Albuquerque

Fotografias
João Batista

Diagramação
Mário Gonçalves e Celso Dias
1.195 - 240.345

Redação
Pça. da República s/nº - 5º
Andar - Recife-PE - CEP
50.000 - Fone: 424.361/46.268
- Telex: 1116

Juiz incentiva leitura

O juiz de Maraiá, Elio Braz Mendes, pretende incentivar o hábito da leitura na cidade. Ele afirma que

tem entrado em contato com a Prefeitura para que sejam instaladas bibliotecas nas escolas municipais. O juiz promete, ainda, que irá doar uma coleção de trinta livros infanto-juvenis às bibliotecas.



ANO XXX

ESTADO DE PERNAMBUCO

PODER JUDICIÁRIO

RECIFE, QUARTA-FEIRA, 15 DE SETEMBRO DE 1993 Nº 172

Diário Oficial

Plano incrementa trabalho do NRH

LINHAS DE FRENTE

O Recursos Humanos desenvolve atualmente 2 linhas de frente: área de benefício, coordenada por Laura Argolo, e área de capacitação e treinamento, sob a coordenação de Gisela Santos. Em relação aos benefícios, o núcleo oferece vale-transporte, Pró-Lazer, assistência médica, vale-refeição e serviços de ambulatório.

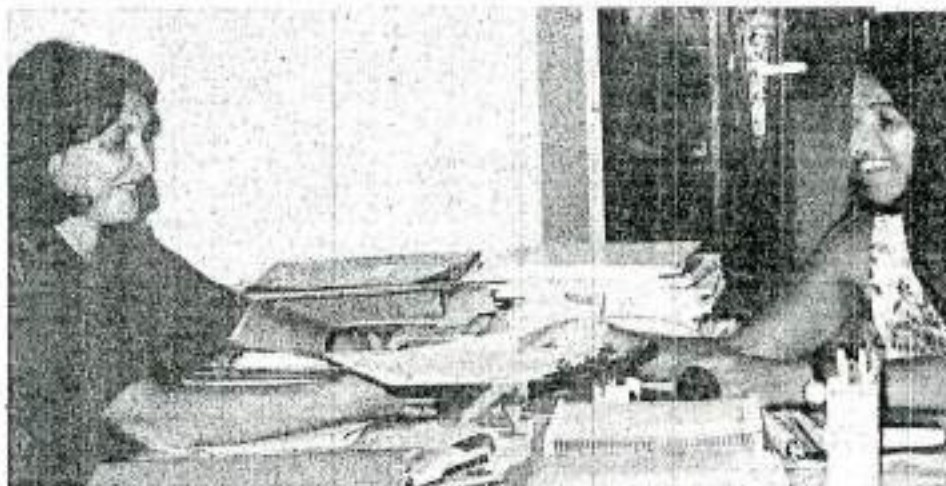
Além disso, realiza o programa dos estagiários da FUNDAC que, durante a gestão do presidente Carlos Xavier, aumentou de 10 para 15 adolescentes, com idade entre 14 e 18 anos. O estímulo ao Coral do TJPE, que tem se apresentado em diversas solenidades do Tribunal e participado de concursos, é outro trabalho desenvolvido pelo NRH.

De acordo com a diretora, ainda na área de benefícios sociais, o núcleo tem propostas que devem ser apreciadas, como o auxílio-creche, o programa de pós-aposentadoria, e a implantação de um projeto de estagiários de Direito dentro do Tribunal de Justiça.

AMBIENTAÇÃO

Na área de capacitação e treinamento, Gisela Santos explica que está sendo desenvolvido um programa de Ambientação e Integração, que prepara o novo funcionário para que esteja apto a desenvolver sua função e estabelecer boas relações dentro do seu ambiente de trabalho.

"No último concurso realizado pelo TJ, todas as pessoas nomeadas participaram de um treinamento, entretanto, o aspecto negativo



Laura Argolo e Gisela Santos realizam trabalho nas áreas de benefícios e treinamento

lizada pelo Tribunal.

Essa avaliação refere-se especificamente à promoção por merecimento. Assim, para que o funcionário seja promovido por esse critério é necessário que apresente 70% do desempenho para desenvolver bem sua função. "Essa avaliação não será realizada apenas pelo diretor do departamento, por exemplo, mas também, pelos colegas de trabalho", informa a coordenadora de treinamento.

Atualmente, a área de capacitação e treinamento oferece também cursos permanentes de inglês, francês e informática, além de assessorar a Secretaria do Tribunal quanto à lotação e transferência de pessoal.

O Plano de Cargos, Carreira e Vencimentos do Tribunal de Justiça de autoria da atual Presidência, que vem sendo apreciado pela Comissão de Organização Judiciária, prevê, além de melhorias funcional e salarial para o funcionário, a incrementação do trabalho de alguns departamentos. Entre eles, o Núcleo de Recursos Humanos.

Criado durante a gestão do desembargador Mauro Jordão, o núcleo não existe de direito, o que, segundo a diretora Laura Argolo e a coordenadora de capacitação e treinamento Gisela Santos, dificulta o trabalho que vem sendo realizado.

é que não podemos oferecer um acompanhamento ao funcionário", afirma a coordenadora.

O Plano do Tribunal de Justiça prevê a criação de uma coordenação de treinamento e capacitação

de pessoal do Poder Judiciário, o que oferece perspectivas de incrementação do trabalho que já vem sendo desenvolvido, de acordo com Gisela Santos.

A coordenação, se-

gundo o projeto, inclui programas de formação inicial, de integração à administração do Poder e capacitação relativa à transmissão de conhecimentos e habilidades profissionais. Embora, de

uma forma geral, o Plano implemente o trabalho desenvolvido pelo núcleo, existe também uma proposta de avaliação de desempenho, que será uma novidade dentro da progressão funcional rea-



PODER JUDICIÁRIO

Presidente
Dr. Carlos Xavier Paes
Barroso Sobrinho

Vice-Presidente
Dr. Francisco de Sá Sampaio

Corregedor-Geral
Dr. Drício Rangel Galvão

Assessor de Imprensa
Alfonso Paiva

Editor
Roberta Tavares

Redatores: Lúcia Carneiro,
Marcelo Gomes e Christiano
Albuquerque

Fotógrafo:
João Barbosa

Diagramação:
Nêo Gonçalves e Celso Dias
1.192 - 1.017.998

Redação:

Pça. da República s/nº - 5º
Andar - Recife-PE - CEP
50.010 - Fone: 434.3811/R-248
- Telex: 3116.

Juiz incentiva leitura

O juiz de Maraiá, Elio Braz Mendes, pretende incentivar o hábito da leitura na cidade. Ele afirma que

tem entrado em contato com a Prefeitura para que sejam instaladas bibliotecas nas escolas municipais. O juiz promete, ainda, que irá doar uma coleção de trinta livros infanto-juvenis às bibliotecas.



ANO XXX

ESTADO DE PERNAMBUCO

PODER JUDICIÁRIO

RECIFE, QUARTA-FEIRA, 15 DE SETEMBRO DE 1993 Nº 172

Diário Oficial

Plano incrementa trabalho do NRH

LINHAS DE FRENTE

O Recursos Humanos desenvolve atualmente 2 linhas de frente: área de benefício, coordenada por Laura Argolo, e área de capacitação e treinamento, sob a coordenação de Gisela Santos. Em relação aos benefícios, o núcleo oferece vale-transporte, Pró-Lazer, assistência médica, vale-refeição e serviços do ambulatório.

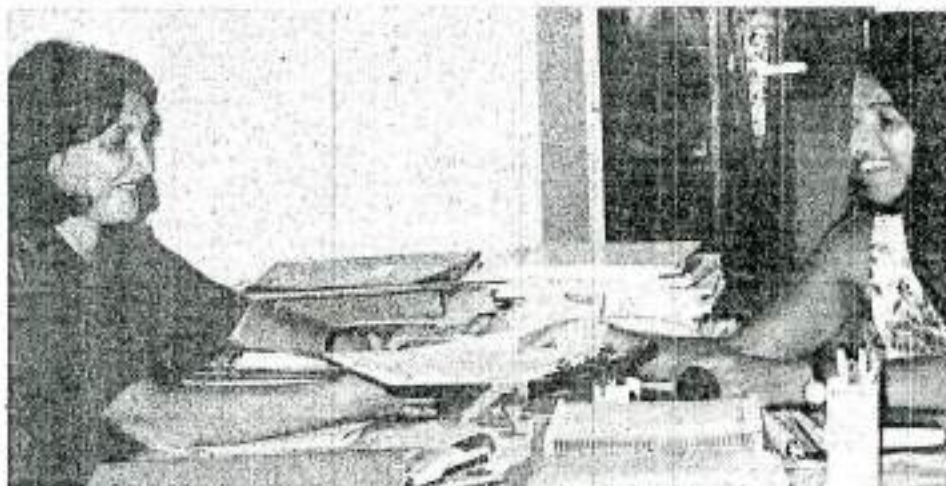
Além disso, realiza o programa dos estagiários da FUNDAC que, durante a gestão do presidente Carlos Xavier, aumentou de 10 para 15 adolescentes, com idade entre 14 e 18 anos. O estímulo ao Coral do TJPE, que tem se apresentado em diversas solenidades do Tribunal e participado de concursos, é outro trabalho desenvolvido pelo NRH.

De acordo com a diretora, ainda na área de benefícios sociais, o núcleo tem propostas que devem ser apreciadas, como o auxílio-creche, o programa de pós-aposentadoria, e a implantação de um projeto de estagiários de Direito dentro do Tribunal de Justiça.

AMBIENTAÇÃO

Na área de capacitação e treinamento, Gisela Santos explica que está sendo desenvolvido um programa de Ambientação e Integração, que prepara o novo funcionário para que esteja apto a desenvolver sua função e estabelecer boas relações dentro do seu ambiente de trabalho.

"No último concurso realizado pelo TJ, todas as pessoas nomeadas participaram de um treinamento, entretanto, o aspecto negativo



Laura Argolo e Gisela Santos realizam trabalho nas áreas de benefícios e treinamento

lizada pelo Tribunal.

Essa avaliação refere-se especificamente à promoção por merecimento. Assim, para que o funcionário seja promovido por esse critério é necessário que apresente 70% do desempenho para desenvolver bem sua função. Essa avaliação não será realizada apenas pelo diretor do departamento, por exemplo, mas também, pelos colegas de trabalho", informa a coordenadora de treinamento.

Atualmente, a área de capacitação e treinamento oferece também cursos permanentes de inglês, francês e informática, além de assessorar a Secretaria do Tribunal quanto à lotação e transferência de pessoal.

O Plano de Cargos, Carreira e Vencimentos do Tribunal de Justiça de autoria da atual Presidência, que vem sendo apreciado pela Comissão de Organização Judiciária, prevê, além de melhorias funcional e salarial para o funcionário, a incrementação do trabalho de alguns departamentos. Entre eles, o Núcleo de Recursos Humanos.

Criado durante a gestão do desembargador Mauro Jordão, o núcleo não existe de direito, o que, segundo a diretora Laura Argolo e a coordenadora de capacitação e treinamento Gisela Santos, dificulta o trabalho que vem sendo realizado.

é que não podemos oferecer um acompanhamento ao funcionário", afirma a coordenadora.

O Plano do Tribunal de Justiça prevê a criação de uma coordenação de treinamento e capacitação

de pessoal do Poder Judiciário, o que oferece perspectivas de incrementação do trabalho que já vem sendo desenvolvido, de acordo com Gisela Santos.

A coordenação, se-

gundo o projeto, inclui programas de formação inicial, de integração à administração do Poder e capacitação relativa à transmissão de conhecimentos e habilidades profissionais. Embora, de

uma forma geral, o Plano implemente o trabalho desenvolvido pelo núcleo, existe também uma proposta de avaliação de desempenho, que será uma novidade dentro da progressão funcional rea-



PODER JUDICIÁRIO

Presidente
Des. Carlos Xavier Paes
Raimundo Sotomaior

Vice-Presidentes
Des. Francisco do Sá Sampaio

Corregedor-Geral
Des. Eraldo Raimundo Galvão

Assessor de Imprensa
Alfonso Paiva

Editor
Roberto Tavares

Redatores: Lúcia Carneiro,
Marcelo Gomes e Christiane
Albuquerque

Fotógrafo:
João Barbosa

Diagramação:
Nélio Gonçalves e Celina Dias
1.192 - 5.617/98

Redação:

Pça. da República s/nº - 5º
Andar - Recife-PE - CEP
50.010 - Fone: 424.5811/R-208
- Telex: 3116.

A outra face de um magistrado (XXI)

Identificado com a natureza humana, Elío Brax Mendes, trocou a Psicologia pelo Direito, certo de que seu compromisso com o social dentro da magistratura, poderá levá-lo a um trabalho de maior amplitude com a comunidade. Intimamente ligado às artes e ciências, depois de interpretar "Háster" com o Grupo "Alquimia por En-quatro," prosseguiu com outras expe-

riências teatrais, até consolidar sua vocação para o judiciário, assumindo em janeiro de 1993 a Comarca de Maracá, que, segundo sua avaliação sincera, é a "sua primeira experiência e sua primeira comunidade." O juiz Elío Brax Mendes é o homenageado do Jornal do Judiciário, com especial enfoque na edição desta sexta-feira 18, em "A OUTRA FACE DE UM MAGISTRADO."



ANO XXX

ESTADO DE PERNAMBUCO

PODER JUDICIÁRIO

RECIFE, QUINTA-FEIRA, 16 DE SETEMBRO DE 1993 Nº 173

Diário Oficial

Aumenta nº de atendimentos no ambulatório



Em agosto, a equipe atendeu 325 pacientes

A cada ano que passa, o Ambulatório Médico-odontológico do Tribunal de Justiça de Pernambuco é mais procurado pelos servidores da Justiça. Só no mês de agosto deste ano, por exemplo, foram 325 atendimentos médicos e 1.039 trabalhos odontológicos realizados.

Inaugurado em 1990, o Ambulatório "Desembargador Ângelo Jordão de Vasconcelos Filho" registrou mais de 20 mil atendimentos médico-odontológicos nos três primeiros anos de funcionamento. Observando os números, constatou-se que a procura pelos serviços do Ambulatório tem crescido numa média de 50% a cada ano (Ver quadro demonstrativo). Segundo o Coordenador Geral dos serviços de saúde do TJPE, Ângelo Jordão de Vasconcelos Sobrinho, o crescimento da demanda é devido à qualidade dos trabalhos realizados no Ambulatório. "Sem contar que os serviços médicos, desde o ano pas-

sado, foram ampliados para os funcionários do Fórum", acrescentou.

Ângelo Jordão disse ainda que o ambulatório também tem sido responsável pelos exames médicos dos candidatos aprovados aos concursos realizados pelo TJ para juízes de Direito. "Neste momento, estamos realizando os exames dos 172 bacharéis classificados no atual concurso público", afirmou o Coordenador.

O Ambulatório atende no horário das 7:30 às 18 horas, com especialidades nas áreas de clínica médica, pediatria, cirurgia geral, cardiologia, ginecologia/obstetrícia, cirurgia vascular, otorrinolari-

ngologia e todo tipo de atendimento odontológico, além dos serviços de urgência.

O crescimento dos serviços do Ambulatório fez com que a Coordenação elaborasse um projeto de informatização do setor. A idéia é que o sistema fosse integrado ao Tribunal de Justiça. "Assim, o funcionário poderia marcar sua consulta no próprio Tribunal", afirma Ângelo Jordão.



PODER JUDICIÁRIO

Presidente:
Des. Carlos Xavier Pass
Barreto Sobrinho

Vice-Presidente:
Des. Francisco de Sá Sampaio

Corregedor-Geral:
Des. Eládio Ramos Galvão

Assessor de Imprensa:
Adilson Paiva

Editores:
Roberto Távora

Redatores: Lúcio Cavalcini,
Maurício Góes e Celso de
Alencar

Fotografar:
João Batista

Diagramação:
Elío Gonçalves e Celso Dias
1.192 - DRT/PE

Redação:

Pça. da República s/nº - 51º
Andar - Recife-PE - CEP
50.040 - Fone: 424.3811/2.268
- Telex: 3.116

Encontro reúne Juízes, Promotores e Técnicos

Amanhã, das 8 às 18h, no Mar Olinda Hotel, em Boa Viagem, acontece o I Encontro de Juízes de Direito e Representantes do Ministério Público, com atuação na área da infância e juventude, e de Técnicos da Fundação da Criança e do Adolescente — FUNDAC. O

evento vai discutir, entre outros temas, a integração entre os sistemas de Prestação Jurisdicional e de Ação Social.

Outro assunto que será abordado pelos participantes do encontro é a atual ampliação do entendimento sobre a aplicação de medidas sócio-educativas na

questão do menor. Durante os debates, a FUNDAC irá divulgar as ações que vem desenvolvendo no atendimento às crianças e aos adolescentes que se encontram em situação de risco pessoal e social.

A Corregedoria Geral de Justiça está convocando todos

os juizes de Direito da Infância e da Juventude, titulares ou em exercício, das Comarcas de Recife, Abreu e Lima, Arcoverde, Cabo, Camaragibe, Caruaru, Garanhuns, Igarassu, Jaboatão, Moreno, Olinda, Paulista, Petrolina e São Lourenço da Mata para participarem do encontro.

Depois de participar do XIII Congresso Brasileiro de Magistrados, em Vitória, Espírito Santo, e do XX Encontro dos Oficiais de Registro de Imóveis do Brasil, em Blumenau, Santa Catarina, o presidente do Tribunal de Justiça de Pernambuco, desembargador Carlos Xavier, retorna ao Recife no próximo domingo. Xavier também esteve presente no Encontro Nacional dos Presidentes de Tribunais de Justiça, no Rio de Janeiro, onde foram definidas as propostas do Judiciário para a Revisão Constitucional.



ANO XXX

ESTADO DE PERNAMBUCO

PODER JUDICIÁRIO

RECIFE, SEXTA-FEIRA, 17 DE SETEMBRO DE 1993 Nº 174

Diário Oficial

A OUTRA FACE DE UM MAGISTRADO (XXI)

Élio Braz Mendes

Considerando que as funções burocrática e tecnológica complicam a vida moderna, Élio Braz Mendes — sertanejo de Araripina — trocou o teatro pela advocacia, onde a partir de 1988, exercitou seus primeiros passos na área cível, principalmente no Direito Família. Antes porém, aos 15 anos de idade, transferido para o Recife com a fiel intenção de estudar psicologia ou seguir a carreira diplomática, deixou-se seduzir pelo feitiço do teatro. Elegendo-se presidente do grupo "Alquimia por enquanto", sem fins lucrativos, comungou com os seus músicos e atores da poética de Brecht na busca revolucionária do pensamento do espectador.

Depois de fechar seu consultório de psicologia, sente-se realizado como juiz de 1ª entrância, atuando desde janeiro de 1993 em Marial, que, segundo seu depoimento é a "primeira comarca, primeira experiência e primeira comunidade".



ÉLIO BRAZ MENDES — psicólogo, ator & magistrado

ÉLIO BRAZ — O ATOR & PSICOTERAPEUTA

Dizem seus extremos pais — Hermelina e Miguel Braz Sebrinho — que desde criança o sertão. "Élio percebeu o teatro. Na escola, ainda com 9 anos de idade, interpretou "Hamlet", sua adaptação infantil do consagrado drama de Shakespeare. No Recife, seis anos depois, pôde consolidar sua vocação artística, representando e dirigindo o Grupo "Alquimia por Enquanto", onde duas dezenas de músicos e atores, sem interesse comercial, realizavam um promissor laboratório da arte cênica. Para cultivar a poética revolucionária de Bertold Brecht, abriam auspiciosa temporada com a peça de Gianfrancesco Guarnieri, "Um Gato Fando no Ar". Mesmo não oferecendo um retorno

favorável ao espetáculo, a crítica foi unânime em reconhecer o talento histriônico de elenco. De qualquer forma, o sucesso do "Alquimia" através do texto de Gershwitz, reservou um lugar importante para a 1ª Mostra de Teatro Amador da Festa.

Depois que os seus músicos e atores seguiram seus destinos, abraçando profissões diversas, o Grupo se dissolveu nos idos de 1988. Élio Braz acredita que, individualmente, é possível que retomem os lugares artigos no teatro, mesmo o convívio do envolvimento atual de quase todos eles, com a nova e definitiva atividade que abraçaram. "Fatalmente, a gente vai perdendo o exercício da beleza cênica da arte".

Leitor de Fernando Pessoa em "A voz do si-

lêncio — Preceitos áureos de Helena Petrovna Blavatski" — Élio Braz acha que no seu tempo, a psicologia era o caminho certo. Aconteceu, porém, que só depois de formado, no dia da sua consultoria como psicoterapeuta, começou a perceber as limitações do mercado. "Meu compromisso com o social me conduziu a seguir minha carreira de fé ao Direito".

FRUSTRAÇÃO & MAGISTRATURA

Professor de inglês e estudioso de idioma da França, Élio Braz sugere ao deixar o teatro, que a sua vocação poderia desaguar naturalmente na diplomacia. No entanto, seu entusiasmo foi arrefecendo à medida em que, como advogado, mergulhava apaixonadamente na área cível e no Direito Família. Rapida-

mente identificado com a magistratura, percebeu que o compromisso com o social tinha melhores condições de desenvolvimento com a comunidade. Encontrou-se enfim pelo Direito, com a capacidade de perceber o aspecto circunstancial de cada ser humano, ao aplicar o conhecimento objetivo da ciência. "Não se pune um réu dentro de uma concepção absoluta de punição. Mesmo rompendo em determinada circunstância um contrato social, ainda assim ele é plenamente recuperável. Seu contrito à pena de morte. Acredito na recuperação do ser humano".

Élio Braz, atualmente como juiz de 1ª entrância em Marial, acha que tem oportunidade de aplicar os fundamentos básicos da psicologia e do Direito. "Sinto-me

satisfeito na minha Comarca, onde realizo um trabalho de atendimento geral à comunidade. As partes procuram constantemente o juiz, pelos mais diversos motivos".

Entusiasta do Direito Internacional, Élio fundou o Centro de Estudos Internacionais da Faculdade de Direito do Recife em 1987. Atuando nas principais áreas de política externa, presidiu o Centro no biênio 1988 — 1989.

Acalentando o sonho

de fazer mestrado e assimilar no futuro um prestigioso diploma de doutorado, busca sua especialização em Direito de Família e do Menor. Casado com Maria Goretti Soares Mendes, tem dois filhos: Miguel de dois anos e Clarice de três. "Clarice constitui a minha homenagem a Clarice Lispector, evocando minha eterna paixão pela literatura, responsável pela identificação com a natureza humana".

Imprensa faz palestra

O assessor de imprensa do Tribunal de Justiça, Aldemar Paiva, proferiu palestra sobre "História do Folclore" para magistrados aposentados. O evento aconteceu no Convívium, sala criada há cerca de um ano, pelo então

presidente do TJ, des. João David, com o objetivo de se tornar um ponto de reunião entre aqueles que integraram a magistratura pernambucana. O presidente do Tribunal em exercício, des. Francisco de Sá Sampaio, abriu o encontro.



ANO XXX

ESTADO DE PERNAMBUCO

PODER JUDICIÁRIO

RECIFE, SÁBADO, 18 DE SETEMBRO DE 1993 Nº 175

Diário Oficial

Estatuto passado a limpo

"Estatuto Passado a Limpo" comenta dispositivos do Estatuto da Criança e do Adolescente — Lei 8069 — de forma simplificada. É de fácil assimilação por quem trabalha com a questão do menor, principalmente por aqueles que começam agora a se dedicar a este campo do Direito.

A inclusão dos anexos vai complementar o Manual de Normas, Rotinas e Procedimentos do Tribunal de Justiça de Pernambuco, que será distribuído com juízes, promotores e servidores do Judiciário que trabalham direta e indiretamente com a questão do menor. A distribuição começa em novembro.

O Manual contém formulários e modelos de atos da competência das Varas da Infância e Juventude, elaborados por juízes e promotores que atuam na área e catalogados pela Arconsul, empresa consultora

contratada que sistematizou os documentos disponíveis.

As matérias foram revistas pelo juiz Luiz Carlos de Barros Figueiredo, da 2ª Vara da Infância e Juventude, recebendo ajustes nos capítulos referentes à Colocação em Família Substituta, Medidas de Proteção, Equipe Internacional e Apuração do Ato Infracional Praticado pelo Adolescente.

CRIANÇA

A questão da criança e do adolescente vem merecendo especial atenção do desembargador Carlos Xavier, presidente do Tribunal de Justiça de Pernambuco. A criação de Varas específicas, informatização dos Juizados e treinamento dos juízes e servidores que trabalham com o menor em todo Estado têm ocupado parte da atual administração.

O Manual de Normas, Rotinas e Procedimentos, que contém regras básicas de funcionamento das Varas da Infância e Juventude, será acrescido de trechos do "Estatuto Passado a Limpo". A autorização para inclusão dos anexos foi dada pelo juiz gaúcho Marcel Esquivel Hoppe. O documento foi elaborado pela equipe técnica do Juizado da Infância e Juventude de Porto Alegre, sob a supervisão do magistrado.



"Infância e Adolescência" prioridade na administração Carlos Xavier

O Manual de Normas, Rotinas e Procedimentos representa mais uma contribuição do desembargador Carlos Xavier, no sentido de facilitar a prestação jurisdicional no campo específico. A publicação contém modelos padronizados sobre casos mais frequentes

nessa Justiça especializada, com formulários para sentenças, despachos, petições iniciais, pareceres do órgão, atos cartorários e da equipe técnica.

A primeira edição do documento tem o apoio da Fundação Centro Brasileiro da Infância e Adolescência e participação dos

juízes Ozael Veloso, Bartolomeu Bueno e Luiz Carlos de Barros Figueiredo; dos promotores Romero de Oliveira, Arabela Porto, Isabel Cristina Novais, Paulo Carneiro, Maria Eduarda Ribeiro, Maria Bernadete Martins de Azevedo; da assessora de Planejamento do TJ,

Silvana Ordi e do técnico da 2ª Vara da Infância e Juventude, Luiz Gonzaga de Oliveira Filho.



PODER JUDICIÁRIO

Presidente:
Des. Carlos Xavier Paes
Bueno Sampaio

Vice-Presidente:
Des. Francisco de Sá Sampaio

Corregedor-Geral:
Des. Elvino Ramos Galvão

Assessor de Imprensa:
Aldemar Paiva

Editor:
Roberto Teixeira

Redatores: Lúcia Cavallini,
Maurício Góes e Christiane
Alcântara

Fotografia:
Israel Barbosa

Diagramação:
Zilma Gonçalves e Orlando Dias
L. 192 - DKT/93

Endereço:
Praça da República s/nº - 5ª Andar - Recife/PE - CEP
50010-940 - Fone: 424.3811 -
R-268 - Telex: 1116 - Fax
424.882

Comissão analisa Plano para servidores

O Plano de Cargos, Carreira e Vencimentos do Tribunal de Justiça está na Comissão de Organização Judiciária, recebendo os últimos ajustes. Em seguida será encaminhado para apreciação pelo Pleno do Tri-

bunal. Em caso de aprovação, será remetido para a Assembleia Legislativa para votação. O projeto beneficia servidores do Tribunal, das Comarcas de 1ª e 2ª Entrâncias e Juizados Especiais de Pequenas Causas.



ANO XXX

ESTADO DE PERNAMBUCO

PODER JUDICIÁRIO

RECIFE, TERÇA-FEIRA, 21 DE SETEMBRO DE 1993 Nº 176

Diário Oficial

General visita Tribunal de Justiça

O general Armando Ancora Filho deixou o Comando Militar do Nordeste na última sexta-feira, em solenidade bastante prestigiada. No início da semana ele esteve no Tribunal de Justiça

para uma rápida conversa com os desembargadores que formam a Corte judiciária estadual. O general foi recebido pelo vice-presidente do TJ, Francisco de Sá Sampaio, no Salão Nobre do Palácio da Justiça.

Estiveram presentes ao encontro os desembargadores Cláudio Américo de Miranda, Luis Belém de Alencar, Artur Pio dos Santos, Agenor Ferreira de Lima, Otilio Neiva Coelho e Napoleão Tavares. O vice-presidente, que na ocasião estava respondendo pela presidência do Tribunal, fez elogios ao trabalho realizado pelo general, durante sua permanência como dirigente do Exército nordestino.

Armando Ancora destacou que nos dois anos em que permaneceu no Comando Militar conheceu todos os estados da região Nordeste. Falando da atuação daqueles que fa-

zem o Tribunal de Justiça, o general destacou: "sempre acompanhei de perto o trabalho dos homens que fazem a Corte de Justiça. A minha visita pode ser traduzida como uma oportunidade de abraçar amigos e autoridades que merecem todo o meu respeito", finalizou.

O general Ancora passou o Comando Militar para o general Luís Gonzaga, ex-chefe do Departamento de Engenharia e Comunicações do Exército. Antes de se afastar do Comando, Armando Ancora visitou instituições públicas.



Armando Ancora fala de experiência vivida no Comando Militar do NE.

TJ tem posto de identificação

O Posto de Identificação do Tribunal de Justiça de Pernambuco vai ser instalado hoje, às 16 horas, pelo Presidente Des. Carlos Xavier. O Secretário de Segurança Pública, Augusto Costa e o secretário de Justiça, Marcos Cabral, irão prestigiar o evento. Participam, também, o diretor Geral da SSP Antônio Feitosa, o diretor do Instituto de Identificação, Marcos Matos, além de magistrados e servidores e a assessora Policial Civil do TJ, delegada Maria Segunda.

O serviço de datiloscopia será chefiado

pelo datiloscopista, Antônio Paulo do Nascimento Feitosa Neto e irá funcionar no térreo do Tribunal. O atendimento será direcionado aos magistrados, servidores e dependentes. A Secretaria de Segurança Pública, além do técnico especializado, colocou à disposição do TJ, um auxiliar. Os equipamentos e materiais necessários à realização das atividades foram adquiridos pelo Tribunal de Justiça.

A delegada Maria Segunda assumiu a assessoria Policial Civil há pouco mais de um mês. Ela é a primeira mulher a ocupar o cargo de as-

essor policial do TJ. O posto de identificação é a primeira iniciativa da delegada, que pretende realizar outras ações. Está entre seus planos, por exemplo, a implementação de curso básico ou profissionalizante para os agentes de segurança do Poder Judiciário.

O curso deve ser realizado na Academia de Polícia Civil e inclui aulas sobre armamento e tiro, defesa pessoal, educação física e informações sobre segurança. A medida tem por finalidade proporcionar maior desempenho àqueles que trabalham diretamente ligados à proteção dos magistrados.



PODER JUDICIÁRIO

Presidente:
Des. Carlos Xavier Feres
Vice-Presidente:

Des. Francisco de Sá Sampaio

Corregedor-Geral:
Des. Edson Ramos Ostre

Assessor de Imprensa:
Alfonso Pinheiro

Editor:
Roberto Tavares

Redatores: Lúcia Cordeiro,
Mônica Glória e Cristiane
Albuquerque

Fotografia:
João Batista

Diagramação:
Rita Gonçalves e Cibele Dias
1.191 - DTC/93

Endereço:
Praça da República s/nº - 5º
Andar - Recife-PE - CEP
50010-000 - Fone: 424.3811/8-249
Telex: 5116 - Fax: 424.8882 -
CNPJ: 06.918.040

Carlos Xavier recebe prefeito de Lagoa do Ouro

O presidente do Tribunal de Justiça, desembargador Carlos Xavier Paes Barreto Sobrinho, vai receber hoje, às 14 horas, a visita do prefeito de Lagoa do Ouro, Marquidoves Vieira Marques, acompanhado do secretário da

Justiça, Marcos Cabral. O presidente Carlos Xavier tem se colocado à disposição dos prefeitos do interior, procurando atendê-los no tocante à melhoria da prestação jurisdicional no Estado.



ANO XXX

ESTADO DE PERNAMBUCO

PODER JUDICIÁRIO

RECIFE, QUARTA-FEIRA, 22 DE SETEMBRO DE 1993 Nº 177

Diário Oficial

Encontro apresenta conclusões

O chefe da Corte de Justiça, desembargador Carlos Xavier Paes Barreto Sobrinho, esteve participando do Encontro Nacional de Presidentes de Tribunais de Justiça, realizado no início do mês, no Centro de Convenções do Hotel Copa D'Or, no Rio de Janeiro.

Durante a reunião, os representantes de Tribunais de Justiça de vários Estados aprovaram, entre outras, as seguintes conclusões para a revisão constitucional, que devem ser apresentadas nos dias 8 e 9 de outubro, em Brasília:

- * Reafirmação de que um órgão de controle externo do Poder Judiciário é incompatível com o princípio de independência entre os Poderes de Estado;

- * Repúdio a toda forma de constrangimento à magistratura nacional, principalmente quando for praticada com a intenção de in-

fluenciar e comprometer a independência dos juízes;

- * Cíveis, policiais, militares e bombeiros militares devem ser julgados pela Justiça comum, de maneira uniforme, nas infrações penais cometidas, inclusive quanto à imposição de penas;

- * A aprovação do acréscimo ao inciso IV do art. 60 da Constituição federal, onde deverá ser atribuído ao Supremo Tribunal Federal competência para apresentar ao Poder Legislativo projeto de emenda constitucional, relativo à matéria de interesse institucional e



Judiciário contribui para reforma constitucional

Tribunal implanta folha de pagamento

O Núcleo de Informática está se preparando para implantar a folha de pagamento dos cerca de 4 mil funcionários do Tribunal de Justiça de Pernambuco que, até agora, vem sendo levantada pela Secretaria de Administração e Fisepe, a partir de planilhas, enviadas mensalmente pelo Departamento Financeiro do TJPE, segundo

informou a assessora de Planejamento, Silvana Maria Orsi.

Para tanto, está sendo adquirido equipamento mais potente para confecção da folha que terá algumas modificações para os funcionários, uma vez que o pagamento passará a ser feito por meio de contracheque, e o dinheiro será depositado diretamente no Banco de Pernambuco.

Entretanto, para que o depósito direto ocorra, a assessora Silvana Orsi vem mantendo reuniões com a diretoria do banco para abertura de conta dos funcionários. Já no interior, onde não houver agência do Banco de Pernambuco, o pagamento será realizado na Caixa Econômica Federal ou Banco do Brasil.

A expectativa, de acordo com Silvana Orsi, é de que em novembro o TJPE já implante sua folha de pagamento própria, independente do Poder Executivo. Este mês, a folha está sendo implantada concomitantemente com a Secretaria de Administração, segundo o processo paralelo.

referente às funções do Judiciário.

- * Confirmação de uma Comissão Executiva do Colégio Permanente de Presidentes de Tribunais de Justiça para representação perante o Congresso Nacional, com poderes, inclusive, para convocar juízes para assessorar e atuar nas diversas regiões do País.

Segundo Carlos Xavier, o encontro foi bastante importante, na medida em que revela interesse do Poder Judiciário em participar da reforma da Carta Magna, oferecendo a sua contribuição.



PODER JUDICIÁRIO

Presidente
D. Carlos Xavier Paes Barreto Sobrinho

Vice-Presidente
D. Francisco de Sá Sampaio

Corregedor-Geral
D. Sérgio Rangel Góes

Assessor de Imprensa
Alfonso Paiva

Edição
Roberto Tavares

Redatores: Lúcia Carvalho, Marcelino Gomes e Christiane Alcântara

Fotografia
João Batista

Diagramação
Mário Gonçalves e Celso Dias

1.993 - DITEPE

Redação:

P.O. de Registro nº 12 - 3º
Andar - Recife-PE - CEP
50.010 - Fone: 424.781/106.008
- Telex: 3118 - Fax: 424.883 -
CNP 0616-040

Comissão analisa Plano para servidores

O Plano de Cargos, Carreira e Vencimentos do Tribunal de Justiça está na Comissão de Organização Judiciária, recebendo os últimos ajustes. Em seguida será encaminhado para apreciação pelo Pleno do Tri-

bunal. Em caso de aprovação, será remetido para a Assembleia Legislativa para votação. O projeto beneficia servidores do Tribunal, das Comarcas de 1ª e 2ª Entrâncias e Juizados Especiais de Pequenas Causas.



ANO XXX

ESTADO DE PERNAMBUCO

PODER JUDICIÁRIO

RECIFE, TERÇA-FEIRA, 21 DE SETEMBRO DE 1993 Nº 176

Diário Oficial

General visita Tribunal de Justiça

O general Armandinho Âncora Filho deixou o Comando Militar do Nordeste na última sexta-feira, em solenidade bastante prestigiada. No início da semana ele esteve no Tribunal de Justiça

para uma rápida conversa com os desembargadores que formam a Corte judiciária estadual. O general foi recebido pelo vice-presidente do TJ, Francisco de Sá Sampaio, no Salão Nobre do Palácio da Justiça.

Estiveram presentes ao encontro os desembargadores Cláudio Américo de Miranda, Luis Belém de Alencar, Artur Pio dos Santos, Agenor Ferreira de Lima, Otílio Neiva Coelho e Napoleão Tavares. O vice-presidente, que na ocasião estava respondendo pela presidência do Tribunal, fez elogios ao trabalho realizado pelo general, durante sua permanência como dirigente do Exército nordestino.

Armando Âncora destacou que nos dois anos em que permaneceu no Comando Militar conheceu todos os estados da região Nordeste. Falando da atuação daqueles que fa-



Armando Âncora leva a experiência vivida no Comando Militar do NE.

zem o Tribunal de Justiça, o general destacou: "sempre acompanhei de perto o trabalho dos homens que fazem a Corte de Justiça. A minha visita pode ser traduzida como uma oportunidade de abraçar amigos e autoridades que merecem todo o meu respeito", finalizou.

O general Âncora passou o Comando Militar para o general Luís Gonzaga, ex-chefe do Departamento de Engenharia e Comunicações do Exército. Antes de se afastar do Comando, Armando Âncora visitou instituições públicas.

TJ tem posto de identificação

O Posto de Identificação do Tribunal de Justiça de Pernambuco vai ser instalado hoje, às 16 horas, pelo Presidente Des. Carlos Xavier. O Secretário de Segurança Pública, Augusto Costa e o secretário de Justiça, Marcos Cabral, irão prestigiar o evento. Participam, também, o diretor Geral da SSP Antônio Feitosa, o diretor do Instituto de Identificação, Marcos Matos, além de magistrados e servidores e a assessora Policial Civil do TJ, delegada Maria Segunda.

O serviço de datiloscopia será chefiado

pelo datiloscopista, Antônio Paulo do Nascimento Feitosa Neto e irá funcionar no térreo do Tribunal. O atendimento será direcionado aos magistrados, servidores e dependentes. A Secretaria de Segurança Pública, além do técnico especializado, colocou à disposição do TJ, um auxiliar. Os equipamentos e materiais necessários à realização das atividades foram adquiridos pelo Tribunal de Justiça.

A delegada Maria Segunda assumiu a assessoria Policial Civil há pouco mais de um mês. Ela é a primeira mulher a ocupar o cargo de assessor

policial do TJ. O posto de identificação é a primeira iniciativa da delegada, que pretende realizar outras ações. Está entre seus planos, por exemplo, a implementação de curso básico ou profissionalizante para os agentes de segurança do Poder Judiciário.

O curso deve ser realizado na Academia de Polícia Civil e incluir aulas sobre armamento e tiro, defesa pessoal, educação física e informações sobre segurança. A medida tem por finalidade proporcionar maior desempenho àqueles que trabalham diretamente ligados à proteção dos magistrados.



PODER JUDICIÁRIO

Presidente:
Des. Carlos Xavier Neto
Des. Sebastião

Vice-Presidente:
Des. Francisco de Sá Sampaio
Corregedor-Geral:
Des. Sérgio Roberto Oliveira

Assessor de Imprensa:
Alcides Pinheiro

Edição:
Roberto Tavares

Assessoria:
Lúcio Correia,
Mário Otávio e Cristiane
Araújo

Diagrama:
José Gonçalves e Celso Dias

1993 - 08/1998
Redação:

Rua da República s/nº - 51º
Andar - Recife-PE - CEP
50010-000 - Fone: 424.341/26-268
Telex: 3116 - Fax: 424.883 -
CDD 3000-040

A outra face de um magistrado (XXII)

Pela televisão, o carioca Carlos Alberto Beniel Pessanha — natural de São Fidélis e professor de Direito Usual e Legislação Aplicada em Belford Roxo — tomou conhecimento, através de entrevista em rede nacional, pelo então presidente do TJPE, desembargador Benildes Ribeiro, de um concurso público para juiz em

Pernambuco. Estimulado pela tentadora oportunidade, deixou seu emprego de escrevente em Nova Iguaçu, para, dentre 700 candidatos se classificar em honroso terceiro lugar. Em "A outra face de um magistrado", nesta sexta-feira, 24, os mais interessantes lances biográficos do atual juiz da Comarca de Camaragibe.



ANO XXX

ESTADO DE PERNAMBUCO

PODER JUDICIÁRIO

RECIFE, QUINTA-FEIRA, 23 DE SETEMBRO DE 1993 Nº 178

Diário Oficial

NOS e NRH formam mais duas turmas

A política de modernização do Judiciário tem seguido o caminho comum dos dias de hoje: a informatização dos serviços. Neste sentido, o Núcleo de Organização de Sistemas (NOS) e o Núcleo de Recursos Humanos (NRH) do Tribunal de Justiça de Pernambuco vêm desenvolvendo um programa de treinamento de servidores na área de computação já há algum tempo. Até o final do mês, por exemplo, mais duas turmas de servidores estarão concluindo o curso básico de iniciação à informática.

Adelaide Fernandes Carício, operadora de micro do Núcleo e orientadora do curso, as aulas foram divididas em dois blocos.

"Na primeira parte, damos uma panorâmica do Sistema Operacional DOS 5.0, para que o aluno entenda um pouco o que é o computador e como ele funciona. Depois, no segundo módulo, estudamos o programa Wordstar 5.0 (WS), que é o processador de texto

utilizado aqui no TJ, define Carício.

Neste curso, estão participando funcionários de vários departamentos do Tribunal de Justiça, Gabinete da Presidência, Assessoria de Planejamento, Recursos Humanos, Assessoria Jurídica e Licitação são alguns deles. As aulas acontecem pela manhã, de segunda a quinta-feira, na sala da INFOJUS.



PODER JUDICIÁRIO

Presidente:
Des. Carlos Xavier Pina
Bento Sobrinho
Vice-Presidente:
Des. Francisco de Sá Siqueira
Corregedor-Geral:
Des. Sérgio Ramos Oliveira

Assessor de Imprensa:
Ademar Paiva

Editor:
Roberto Távora

Redatores: Lúcia Cavallini,
Maurício Gláucio e Ovídio de
Alencar

Diagramação:
Jorge Barbosa

Distribuição:
Mário Gonçalves e Celso Dias
1.192 - DODOTB

Impressão:
Pça. da República s/nº - 5º
Andar - Recife-PE - CEP
50.010 - Fone: 424.311/8-268
- Telex: 3135 - Fax: 424.082 -
CEP 50010-040



Adelaide Carício (blusa escura) prepara mais uma turma em informática

"À medida que os departamentos do TJ vão sendo informatizados, existe a necessidade de preparar o funcionário para o manuseio adequado do equi-

pamento", afirma Gisela Santos, Coordenadora de Treinamento do NRH, que é responsável pela inscrição, seleção e entrega dos certificados dos

participantes.

Os cursos são ministrados por técnicos do NOS, que também elaboram os manuais para todas as aulas. Segundo Maria

Simpósio: descontos só até amanhã

Os descontos nas inscrições para o V Simpósio Nacional de Direito Civil e Processual Civil, a se realizar entre os dias 30 de setembro e 02 de outubro, no Centro de Convenções de Pernambuco, vão até amanhã. O Encontro é uma promoção da Escola Superior da Magistratura de Pernambuco e do Instituto de Estudos Jurídicos, com sede no Rio de Janeiro.

5.200,00 (cinco mil e duzentos cruzeiros reais) para acadêmicos e 5.900,00 (cinco mil e novecentos cruzeiros reais) para profissionais são os preços estipulados para o pagamento antecipado. Depois de amanhã, o preço muda para 5.800,00 (cinco mil e oitocentos cruzeiros reais) e 6.500,00 (seis mil e quinhentos cruzeiros reais) para estudantes e bacharéis, respectivamente.

As inscrições podem ser feitas nos seguintes locais: Escola Superior da Magistratura, na Avenida João de Barros, 1563, bairro do Espinheiro, e no Fórum Paulo Batista, na Rua do Imperador, centro do Recife. O Simpósio contará com a presença de juristas renomados de todo o País.

Judiciário publica legislação atualizada

Leis, decretos e emendas constitucionais têm sido publicadas com frequência na página 02 do Diário Oficial do Poder Judiciário estadual. Esta é uma forma encontrada pela Secretaria do Tribunal de Justiça para uma melhor divulgação das alterações que ocorrem

na legislação federal. A pesquisa é feita pela Biblioteca do TJ, através do Diário Oficial da União. Esta semana, por exemplo, foi publicada a Lei 8.699, que altera o Código de Processo Penal, a Medida Provisória 349 e a Emenda Constitucional nº 4/93.



ANO XXX

ESTADO DE PERNAMBUCO

PODER JUDICIÁRIO

RECIFE, SEXTA-FEIRA, 24 DE SETEMBRO DE 1993 Nº 179

Diário Oficial

A OUTRA FACE DE UM MAGISTRADO (XXII)

Carlos Alberto Berriel Pessanha

Filho do metalúrgico João Nicolau Pessanha Filho e de sua mulher, a professora Edite Berriel Pessanha, Carlos Alberto — "carloca da gema" — viveu toda a sua infância em Nilópolis (RJ), onde fez os cursos primário, secundário e de técnico em contabilidade.

Pretendendo formar-se em Direito, procurou desde cedo exercer atividades comerciais — inclusive como feirante — levado pela preocupação de financiar seus estudos. Ao conseguir relativo sucesso no ramo do transporte rodoviário, como proprietário de dois caminhões e detentor de 50% das cotas da empresa, foi alcançado pelo impacto do famigerado "plano cruzado", desvanecendo-se de repente todas as suas esperanças.

Assistindo pela televisão, em cadeia nacional, ao pronunciamento do desembargador Benedito Ribeiro, então presidente do Tribunal de Justiça de Pernambuco, tomou conhecimento da realização de um concurso público para juiz. Formado há quatro anos, decidiu deixar sua cadeira de docente em Belford Roxo, para concorrer com mais de 700 candidatos, a um cargo de magistrado no Recife.



Carlos Alberto Berriel Pessanha — Juiz de Camaragibe

ensinava aprendia tudo que podia ser aplicado no concurso que pretendia fazer".

Classificado em terceiro lugar, teve uma posição destacada em relação ao reduzidíssimo número de aprovados: apenas treze. Aos 34 anos de idade (1967), foi destacado para assumir a Comarca de Jurema, onde começou com invejável competência o exercício da magistratura. Removido para Condado, onde esteve durante três anos, ganhou por merecimento sua promoção para Camaragibe, onde se encontra desde 1991.

Não obstante as mudanças do seu Rio de Janeiro, onde residem seus queridos pais e o dístico irmão Cássio José Berriel Pessanha, químico industrial, sente-se adaptado ao clima e aos costumes de Pernambuco.

"Aqui, a natureza me inspira, e nas horas de lazer e meditação, escrevo os meus poemas. Só que a minha musa inspiradora tem o nome de Michelle e é minha filha mais velha com 16 encantadoras primaveras".

CRAQUE & ECOLOGISTA

Divorciado, Carlos Alberto tem mais dois filhos, Fabiano Costa Pessanha com 15 anos e Carlos Rodrigo Costa Pessanha com 10. Sente-se poeta bissexto e até certo ponto egoísta. Não costuma divulgar os versos que escreve, nem coloca sentenças poéticas nas ações processuais que apresenta. Suas sentenças, segundo ele próprio, "são simples, claras e objetivas".

Sem levantar bandeira ecológica, acredita que, se o homem desse atenção ao seu meio ambiente, estaríamos

vivendo bem melhor. Apaixonado pelo futebol, já conquistou, amadoristicamente, alguns troféus, tanto em Pernambuco quanto no Rio de Janeiro, defendendo as cores do Nova Cidade e Aliados Futebol Clube. Meio-campista, por ser destro joga sempre na ala direita. Pertence com muito orgulho ao esquadrão titular da Associação dos Magistrados de Pernambuco.

Formado em 1992 pela Associação de Diplomados da Escola Superior de Guerra, Carlos Alberto Berriel Pessanha, vivendo e atuando na Área Metropolitana de Grande Recife, emprega com indiscutível competência e abnegação, a colaboração valiosa do seu esforço e do seu talento em favor do reconhecimento, prestígio e dignidade da magistratura pernambucana.



O meio-campista Carlos Alberto

SONHOS & LUTAS

Natural de São Fidélis (RJ), Carlos Alberto Berriel Pessanha chegou a acumular, ao tempo de estudante, suas atividades no comércio com outras obrigações de funcionamento público, atuando como escrevente na 2ª Vara Criminal de Nova Iguaçu, onde depois foi escrevente substituto. Após a formatura no

Rio de Janeiro, passou a lecionar Direito Usual e Legislação Aplicada no Centro Educacional Plínio Bastos, em Belford Roxo. Guarda excelentes lembranças da sua fase sonhadora de professor, certo de que, num futuro bem próximo, voltaria a viver essa profissão de fé. "Sempre utilizei o magistério na intenção de me aperfeiçoar na matéria que lecionava. Enquanto

Servidores em treinamento

Vai até o dia 20 de outubro, o treinamento que o Núcleo de Recursos Humanos do Tribunal de Justiça está promovendo para novos servidores. Iniciado no dia 23 de setembro, com uma exposição feita pelo juiz Jovaldo Nunes e pelas coordenadoras Laura Argolo e Gisela

Santos, o curso é destinado a um conciliador de Juizado de Pequenas Causas e a 13 taquígrafas e um datilógrafo aprovados em concurso público.



ANO XXX

ESTADO DE PERNAMBUCO

PODER JUDICIÁRIO

RECIFE, SÁBADO, 25 DE SETEMBRO DE 1993 Nº 180

Diário Oficial



Malta: necessidade de regulamentação da lei

Juizados têm nova competência

Por força da Lei Federal, as execuções judiciais de pequenas causas são, hoje, processadas no âmbito do próprio Juizado. Antes, quando a parte vencedora não cumpria a sentença, a execução era processada somente nas Varas Cíveis. São Paulo era o único Estado a resolver esse tipo de pendência diretamente no JEPC. A decisão, portanto, agiliza o atendimento judicial em todo País.

Em Pernambuco, onde existem dez Juizados de Pequenas Causas, as execuções são processadas dessa forma há cerca de três meses. Mas, como reconhece o juiz Antônio Macedo Malta, assessor da presidência do Tribunal de Justiça, os casos ainda são resolvidos de forma improvisada. A Lei Federal, segundo ele, não especifica procedimentos. Assim, a presidência

do Judiciário deve apresentar Anteprojeto de Resolução definindo condutas para os diversos casos relativos às execuções praticadas pelos Juizados de Pequenas Causas. Posteriormente, o TJ apresenta Projeto de Lei Estadual, regulamentando o que a Lei Federal dispõe sobre o assunto.

O projeto deve prever, inclusive, a criação de cargos de Oficial de Justiça, função imprescindível à nova competência do Juizado. Cada JEPC no Estado tem, atualmente, apenas um Oficial de Justiça. A previsão de Macedo Malta é de que o concurso seja realizado ainda este ano, para preenchimento das vagas, algumas até previstas no Plano de Cargos. Os demais servidores, já existentes, serão treinados para processar os embargos no âmbito dos JPCs.

Judiciário e Segurança: Ação integrada



Xavier e Augusto durante instalação do posto

O secretário de Segurança, Augusto Costa, analisou a nova fase de integração da secretaria com o Poder Judiciário estadual. Para ele, o resultado satisfatório pode ser constatado na credibilidade demonstrada pelo povo no trabalho realizado pelas instituições e no esforço da equipe da SSP-PE no combate à violência.

Na oportunidade em que assumiu o cargo há cerca de quatro meses, Augusto Costa visitou o presidente do Tribunal de Justiça, desembargador Carlos Xavier, quando propôs intensificar a cooperação entre a SSP e o Judiciário, de forma a produzir uma relação de confiança cada vez maior.

O entrosamento resultou não apenas no aumento da credibilidade institucional, como acima o secretário, mas também em ações administrativas, como o Posto de Identificação Civil que a secretaria instalou no térreo do palácio da Justiça, com o apoio do desembargador Carlos Xavier, através da delegada Maria Segunda, assessora Policial Civil.

O posto já está em funcionamento desde a semana passada, das 10 às 18 horas, sob a responsabilidade dos técnicos em datiloscopia Antônio Paulo

Nascimento Feitosa Neto e Moncyr do Passô Filho. As pessoas interessadas na carteira de identidade devem apresentar duas fotos 3x4 e certidão de casamento ou registro de nascimento.

A emissão da 1ª via é gratuita, mas deve-se pagar uma taxa de 2,71 UFEPE no Bandede, através de guia emitida no próprio posto, quando se tratar de 2ª via. Depois de tirada a impressão digital, o documento segue para o Instituto de Identificação Tavares Buriel, onde é confeccionado e plastificado. Depois de pronto, é devolvido à unidade do TJ e entregue à pessoa no prazo



PODER JUDICIÁRIO

Presidente:
Des. Carlos Xavier Paes
Ricardo Sobrinho

Vice-Presidente:
Des. Francisco de Sá Sampaio

Corregedor-Geral:
Des. Elvino Ramos Góes

Assessor de Imprensa:
Albino Paiva

Edição:
Roberto Tavares

Relatores: Lúcio Carneiro,
Márcio Gláucio e Christiane
Albino.

Fotografia:
João Barbosa

Diagramação:
Mário Gonçalves e Celso Dias
1.192 - 062096

Redação:
Pça. da República, 457 - 5º
Andar - Recife-PE - CEP
50.010 - Fone: 424.361/06-204
- Telex: 3118 - Fax: 424.992 -
CNP: 30010-001

Presidente recebe diretor regional dos Correios

O chefe da Corte de Justiça, desembargador Carlos Xavier Paes Barreto Sobrinho, recebe hoje, às 15 horas, no gabinete da Presidência, a visita do diretor regional dos Correios e Telégrafos, Raimundo José Reis de

Castro. Desde sua posse como presidente do TJPE, o desembargador vem recebendo autoridades nacionais e estrangeiras, tentando estreitar o relacionamento do Poder Judiciário com os mais diversos órgãos e instituições.



ANO XXX

ESTADO DE PERNAMBUCO

PODER JUDICIÁRIO

RECIFE, TERÇA-FEIRA, 28 DE SETEMBRO DE 1993 Nº 181

Diário Oficial

Novo comandante visita TJPE



O novo comandante disse que as portas continuam abertas para o Judiciário

Com o propósito de manter o bom entrosamento entre o Judiciário estadual e o Comando Militar do Nordeste, o novo comandante Luiz Gonzaga de Oliveira visitou na última quarta-feira o Tribunal de Justiça de Pernambuco. Na ocasião foi recebido pelo presidente Carlos Xavier e demais desembargadores que integram a Corte de Justiça. "Essa é uma visita protocolar, por uma feliz coincidência o Tribunal é dos primeiros órgãos que visito".

O desembargador-presidente conversou durante algum tempo com o general expondo para ele os projetos que vem desenvolvendo à frente do TJ e os problemas enfrentados, sendo a carência de juízes um dos principais, conforme revelou. "O Tribunal de Justiça sempre manteve um elevado relaciona-

mento com as autoridades que passaram pelo Comando Militar do Nordeste e temos certeza de que com o general Luiz Gonzaga de Oliveira o bom entrosamento irá permanecer," afirmou o des. Carlos Xavier.

Natural do Piauí, o novo comandante ressaltou que aceitou o convite para o cargo

"em função do grande amor que sente pela terra nordestina e pelo seu povo". Seu trabalho terá como objetivo a operacionalização das ações que vinham sendo realizadas. Durante os primeiros dias de sua administração Luiz Gonzaga pretende continuar fazendo as visitas protocolares para dessa forma passar a co-

nhecer os órgãos oficiais da região.

Participaram do encontro com o general os desembargadores Francisco de Sá Sampaio (vice-presidente), Mauro Jordão, Luiz Belém de Alencar, Mário Alves de Souza Melo, Cláudio Américo, Benildes de Souza Ribeiro e Nildo Nery.

Simpósio de Direito Civil começa na quinta

Quinta-feira, dia 30, às 17 horas, ao Centro de Convenções de Pernambuco, começa o V Simpósio Nacional de Direito Civil e Processual Civil, numa premiação conjunta da Escola Superior da Magistratura de Pernambuco e do Instituto de Estudos Jurídicos, com sede no Rio de Janeiro. Cerca de duas mil pessoas de todo o país já se inscreveram para o encontro, que é inédito aqui no Estado.

Na abertura do Simpósio, será feito o lançamento do 7º volume do Livro de Estudos Jurídicos. Logo em seguida, acontece a primeira conferência: "Reforma e Modernização do Direito Civil", dada por Silvio Rodrigues. Além disso, vários juristas brasileiros estarão presentes aos debates do encontro, que se estendem até o próximo sábado.

Ada Pellegrini, Luiz Fux, Sylvia Capanema, Nagib Slaibi Filho, Galeno Lacerda, J. J. Calmon de Passos e Cândido Dinamarco são alguns dos conferencistas que discutirão com os participantes temas como "A Lei de Inquilinato", "Aspectos Relevan-

tes da Prova", "O Dano como Elemento de Responsabilidade Civil", "Casamento e Regime de Bens", "Propriedade e Posse", "A Independência do Juiz em face da Lei", e outros mais.



PODER JUDICIÁRIO

Presidente:
Des. Carlos Xavier Paes Barreto Sobrinho

Vice-Presidente:
Des. Francisco de Sá Sampaio

Corregedor-Geral:
Des. Eládio Rangel Guimarães

Assessor de Imprensa:
Aldemir Pinho

Editor:
Roberto Tinoco

Redatores: Lúcio Cavallini, Marcos Cássio e Christiane Alencar

Fotografia:
João Barbosa

Distribuição:
Júlio Gonçalves e Celso Dias
1.192 - TJPE

Redação:

Pça. da República s/nº - 5º Andar - Recife-PE - CEP 50.010-040 - Fone: 424.3511 / R-261 - Telex: 3115 - Fax 4243802

Carlos Xavier recebe homenagem

Hoje, às 19 horas, no auditório da Prefeitura de Camaragibe, o presidente do Tribunal de Justiça, desembargador Carlos Xavier Paes Barreto Sobrinho, recebe o título de Cidadão de Cama-

ragibe, outorgado pela Câmara Municipal. Ao longo de sua administração, o chefe da Corte de Justiça tem sido homenageado pelo seu trabalho à frente do Poder Judiciário estadual.



ANO XXX

ESTADO DE PERNAMBUCO

PODER JUDICIÁRIO

RECIFE, QUARTA-FEIRA, 29 DE SETEMBRO DE 1993 Nº 182

Diário Oficial

Servidores participam de treinamento

A partir de hoje, às 12 horas, treze taquígrafas, um conciliador de Juizado de Pequenas Causas e um datilógrafo, aprovados em concurso público e já devidamente nomeados, estarão passando por uma adaptação funcional, na seção de taquigrafia. A atividade faz parte do treinamento, promovido pelo Núcleo de Recursos Humanos, que inclui ainda palestras, trabalho de relações humanas e reciclagem de português.



Treinamento é bem aceito pelos concursados

Após terem participado de exposições sobre a organização do Poder Judiciário, os direitos e deveres do servidor e o sistema de RH, os novos funcionários estiveram realizando atividades de relações humanas no trabalho com a diretora do NRH, Laura Argente, a coordenadora de capacitação e treinamento, Gisela Santos, e a psicóloga Ângela Figueira.

O próximo passo do treinamento será o curso de reciclagem da Língua Portuguesa, ministrado pelo professor José Guilherme Nascimento, que começa nesta segunda-feira e vai até o dia 18, na Escola Superior da Magistratura.

Embora a avaliação final só deva acontecer no dia 20, as taquígrafas já fazem sua análise pessoal do treinamento

proposto. Segundo Luzinete de Barros, essa iniciativa serve para integrar o grupo ao novo ambiente de trabalho. Já Ana Maria Correia e Elida Alves afirmam que o treinamento é imprescindível para um melhor desenvolvimento funcional.



PODER JUDICIÁRIO

Presidente:
Des. Carlos Xavier Paes
Barreto Sobrinho

Vice-Presidente:
Des. Francisco de Sá Siqueira

Corregedor-Geral:
Des. Sérgio Raimundo Galvão

Assessor de Imprensa:
Aldemar Palma

Editor:
Roberta Teixeira

Redatores: Lúcia Corvelho,
Mônica Oliveira e Christiane
Alcântara

Diagramador:
José Roberto

Diagramação:
Mário Gonçalves e Célia Dias
L.182 - D&T/92

Redação:

Pça. da República s/nº - 5º
Andar - Recife-PE - CEP
50.010 - Fone: 424.351/8-208
- Telex: 3116 - Fax: 424.662 -
CEP 50013-040

Presidente investe em sistema computacional

Uma das metas do presidente do Tribunal de Justiça, desembargador Carlos Xavier Paes Barreto Sobrinho, tem sido implementar melhorias na área de informática dentro do Tribunal pernambucano. Para tanto, tem investido na compra de equipamentos e no treinamento de pessoal do Núcleo de Organização e Sistemas.

Recentemente, foi adquirido o equi-

pamento Supramini HP PA-RISC, modelo G10, que trará melhorias à prestação jurisdicional. Entre elas, a modernização da plataforma de Hardware e Software do TJP, a viabilidade ao acesso à base de dados de tribunais de outros estados, que possuem sistemas compatíveis, maior rapidez aos usuários, além da disponibilidade da base de dados para consulta de advogados.

Segundo Josiane Sedócia, a implementação do sistema computacional só tem sido possível devido ao apoio oferecido pela Presidência do TJP, que tem se desdobrado em informatizar os vários departamentos do Tribunal, com o objetivo de oferecer uma maior agilização dos serviços prestados pelo Poder Judiciário à sociedade pernambucana.

Confirmada reunião no Recife

A Comissão de Reforma da Lei de Execução Penal reúne-se no Recife, dias 18 e 19 de novembro. A informação foi confirmada pelo desembargador Nildo Nery dos Santos, um dos integrantes do

grupo encarregado de elaborar o esboço da nova legislação. O encontro tem o patrocínio da Secretaria de Justiça de Pernambuco. A primeira reunião foi realizada em Brasília, nos dias 2 e 3 de setembro.



ANO XXX

ESTADO DE PERNAMBUCO

PODER JUDICIÁRIO

RECIFE, SÁBADO, 02 DE OUTUBRO DE 1993

Nº 185

Diário Oficial



Nildo Nery: representante pernambucano

Uma nova Lei de Execução Penal

Embora disponham de apenas 51.638 vagas, os estabelecimentos penais do país abrigam 126.152 presos, ocasionando um déficit de 74.514 lugares. O quadro fica ainda mais difícil quando se observa que 345 mil mandados de prisão expedidos não foram cumpridos e que o índice de reincidência de delitos chega a 85%. Além disso, o custo médio de manutenção de cada preso atinge 3,5 salários mínimos por mês.

Os dados divulgados pelo Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária comprovam a crise existente no sistema prisional brasileiro e a consequente necessidade de reforma da Lei de Execução Penal. Uma comissão nacional, especialmente instituída pelo Ministério da Justiça, já cuida do esboço do anteprojeto da nova lei. Sajeita a emendas, a matéria segue posteriormente para apreciação e votação pelo Congresso Nacional.

Único pernambucano a compor a comissão, o desembargador Nildo Nery dos Santos, acredita que ao próximo ano o Brasil já disponha de uma legislação atualizada e adaptada à realidade sócio-político-econômica do país. A nova Lei de Execução Penal deve conter medidas apro-

priadas à revitalização do sistema penitenciário. Defasada, a lei em vigor, data de 1984.

De acordo com o desembargador Nildo Nery, a reforma vai possibilitar a "adequada preparação e boa formação, não só do funcionário das penitenciárias, mas também e principalmente dos ocupantes de cargos administrativos". O trabalho da comissão da Lei de Execução Penal vai complementar a ampla reforma que o Ministério da Justiça vem elaborando, sobretudo através da Escola Nacional da Magistratura, sobre todo ordenamento jurídico brasileiro.

PRESTAÇÃO DE SERVIÇO

A reforma deve propiciar a criação de uma prisão-escola em cada Estado, destinada a sentenciados de faixa etária entre 18 e 21 anos de idade, estabelecendo convênios com o Senai, Sesi, Senac e instituições similares. A comissão estuda, também, a criação de um órgão especializado na execução de penas privativas de direitos, especialmente as de prestação de serviços à comunidade, bem como na coordenação de pesos em atividades laborativas.

Na opinião do desembargador Nildo

Nery, contudo, uma das maiores polémicas deve girar em torno da questão da privatização do sistema penitenciário. "A maioria da comissão é contrária a qualquer tipo de privatização, mas alguns de seus componentes defendem a proposta do professor Edmundo Oliveira, que prevê uma gestão mista, envolvendo a administração pública e a administração privada representada por empresa particular instalada no país".

Integrantes da Comissão

Instituída pela Portaria do Ministério da Justiça, nº 312 e publicada no Diário Oficial da União no dia 17 de agosto de 1993, a Comissão encarregada de propor soluções à reformulação da Lei de Execução Penal é formada por 14 juristas.

É composta por três Ministros do Superior Tribunal de Justiça, Sálvio de Figueiredo Teixeira (Diretor Presidente da Escola Nacional da Magistratura), Luiz Carlos Fontes de Alencar e Luiz Vicente Chernichiaro. Pelo Procurador Geral da República, Aristides Jenequeira Alvarenga, e pelo presidente do Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária, Edmundo Oliveira.

Também fazem parte os professores da Universidade de São Paulo, Alberto Silva Franco, Ada Pellegrini, Julio Fabris Mirabelli e Marcos Antônio Marques Silva. Representando o Tribunal de Justiça de Minas Gerais, está o desembargador Lécio Urbano da Silva Maria. Da Bahia, tem o professor Edson Freire O'Dwyer.

Além desses, a comissão é composta ainda por Rogério Schietti Machado, do Ministério Público do Distrito Federal, do professor Sené Ariel Dotti, do Paraná e do desembargador Nildo Nery dos Santos, único representante do Estado de Pernambuco.



PODER JUDICIÁRIO

Presidente:

Des. Carlos Xavier Paes

Ramiro Sobrinho

Vice-Presidente:

Des. Francisco de Sá Sampaio

Corregedor-Geral:

Des. Edito Ramos Neves

Assessor de Imprensa:

Alcides Paiva

Editores:

Roberto Tavares

Revisores: Lécio Cavalli,

Marcelo Oliveira e Christiane

Alencar

Fotografia:

João Barboza

Diagramação:

Mário Gonçalves e Celina Dias

L. 192 - DK/FE

Redação:

Pq. da República s/nº - 3ª

Andar - Recife-PE - CEP

50.010 - Fone: 424.341/168-208

- Telex: 2118 - Fax: 424/932 -

CEP 50010-040

Encontro de presidentes será em Brasília

O próximo encontro do Colégio Permanente de Presidentes de Tribunais de Justiça deve ocorrer no TJ do Distrito Federal e dos Territórios, entre os dias 8 e 9 deste mês. O chefe da Corte de Justiça pernambucana desembargador Carlos Xavier Paes Barreto Sobrinho, já recebeu a

programação do evento. O desembargador-presidente vem participando de vários desses encontros. Atualmente, o Colégio Permanente tem se preocupado em discutir a revisão constitucional, buscando elaborar propostas que serão analisadas durante a reforma da Carta Magna.



ANO XXX

ESTADO DE PERNAMBUCO

PODER JUDICIÁRIO

RECIFE, TERÇA-FEIRA, 05 DE OUTUBRO DE 1993 Nº 186

Diário Oficial

Carlos Xavier é Cidadão de Camaragibe



O presidente Carlos Xavier, ao lado do des. Mário Melo e do prefeito da cidade, agradece a homenagem

O Pleno do Tribunal de Justiça deverá votar, nos próximos quinze dias em três dos seis nomes indicados na 1ª relação da OAB, para o cargo de desembargador. Segundo afirmou o presidente do TJ, Carlos Xavier, essa escolha depende apenas da aprovação do Regimento Interno do Tribunal. A lista tríplice será enviada ao governador Joaquim Francisco que fará a indicação de apenas um advogado. O eleito vai ocupar a 20ª vaga.

Após a nomeação do novo desembargador, serão definidos, em

Advogados concorrem ao cargo de desembargador

outra sessão plenária, os três nomes que fazem parte da segunda relação e disputam a 25ª cadeira da Corte de Justiça. As duas listagens foram entregues ao presidente Carlos Xavier pelo dirigente da Ordem dos Advogados do Brasil seção-PE, Jorge Neves. Na ocasião o desembargador afirmou que o

processo de votação será realizado conforme determina a Constituição Federal. "A escolha vai obedecer as normas. Se a definição dos nomes ocorrer, durante a sessão, no mesmo dia serão encaminhados para o Governador".

A lista sextupla a ser votada na segunda-feira é composta pelos

advogados: Fausto Valença de Freitas, José Carlos Cavalcanti de Araújo, Antônio Mário de Abreu Pinto, Renato Santos Pinheiro, Váler Augusto de Andrade e Moacir Martins Velloso. A segunda relação com os candidatos a 25ª vaga de desembargador é formada por Jerson Maciel Netto, Miriam de Sá Pereira Maia, Francisco Dário Mendes da Rocha, Romualdo Marques Costa, Francisca Tereza Tenório e José Marcos Carvalho Filho.

O presidente do Tribunal de Justiça, Carlos Xavier, foi homenageado pela Câmara Municipal de Camaragibe com o título de Cidadão Camaragibense, durante solenidade realizada na última quarta-feira, naquela cidade, com a presença de desembargadores, juizes, políticos e servidores. Esta é a 5ª vez que o Chefe da Corte de Justiça é agraciado pelas Comarcas do interior do Estado.

O prefeito de Camaragibe, João Ribeiro de Lemos, presidiu os trabalhos. A comenda foi em reconhecimento às ações e ao trabalho que o desembargador vem empreendendo à frente do judiciário pernambucano. O juiz diretor do Fórum, Nilson Guerra Nery, também discursou em homenagem ao presidente Carlos Xavier e destacou o apoio que tem recebido no sentido de melhorar a prestação jurisdicional.

Carlos Xavier declarou que se sentia honrado em receber mais um título destacando-o como cidadão pernambucano. Na verdade, segundo o desembargador, o que ele tem feito é apenas cumprir o dever, conforme determina a Carta Magna do País. "Realizo o meu papel de magistrado e cumpro minha função como cidadão. Em todas as cidades onde chego sou recebido com muito

carinho, principalmente naquelas onde atuei e, isso me deixa feliz e recompensado".

A frente do Tribunal de Justiça há pouco mais de um ano, Carlos Xavier recebeu homenagens e títulos em cidades como: Gravata, Petrolina, Nazaré da Mata e agora Camaragibe. Além disso foi agraciado com a Medalha José Mariano pela Câmara Municipal do Recife e Medalha João Alfredo, pelo TRT.



PODER JUDICIÁRIO

Presidente:
Des. Carlos Xavier Paes
Barreto Sobrinho

Vice-Presidente:
Des. Francisco de Sá Sampaio

Corregedor-Geral:
Des. Hélio Basso Galvão

Assessor de Imprensa:
Adriana Paiva

Editores:
Roberto Tassinari

Redatores: Lúcia Cavallini,
Marcelo Glaser e Christiane
Alchian

Fotografia:
João Barboza

Diagramador:
Nelson Gonçalves e Celso Dias
1.192 - DDT/PE

Redação:

Pça. da República s/nº - 51º
Andar - Recife-PE - CEP
50.010 - Fone: 324.311/18-268
- Telex: 3116 - Fax: 324/3021 -
CEP 50010-000

Posto tem boa repercussão

Desde a instalação do posto de Identificação Civil, no térreo do Tribunal de Justiça, no último dia 21, o departamento tem recebido uma grande demanda de pedidos de carteiras de iden-

tidade. Até agora, já foram emitidos cem documentos, numa média de 10 a 15 por dia. Os beneficiados com esta prestação de serviços são os funcionários do Poder Judiciário, parentes e pessoas indicadas.



ANO XXX

ESTADO DE PERNAMBUCO

PODER JUDICIÁRIO

RECIFE, QUARTA-FEIRA, 06 DE OUTUBRO DE 1993 Nº 187

Diário Oficial

Carlos Xavier analisa produtividade da 2ª entrância

Nos 123 juízes da 2ª entrância, passaram para o terceiro trimestre 124.807 processos. Segundo avaliação do presidente do Tribunal de Justiça, desembargador Carlos Xavier Pires Baretto Sobrinho, a quantidade de feitos julgados foi bastante inferior à de processos iniciados.

Carlos Xavier ressalta também que, somados os processos das comarcas e varas das 2ª e 3ª entrâncias, o acumulado será elevado no terceiro trimestre do ano, correspondendo a um movimento de 388.122 feitos. "Sem incluir-se o movimento da 1ª entrância em relação a esse período, que ainda não foi publicado, já percebemos que a produtividade dos magistrados precisa ser aumentada", afirma o desembargador-presidente.

A estatística apresentada em Diário Oficial aponta os magistrados que mais julgaram no decorrer do trimestre:

1º — Maria Aparecida Dias Costa — 2ª Vara da Assistência Judiciária de Olinda — 396 processos;

2º — Marcelo Ruzel Wanderley — 1ª Vara Cível de Paulista — 218;

3º — José Barros Filho — 2ª Vara de Belo Jardim — 184;

4º — Gabriel Cavalcanti Filho — 1ª Vara de Pesqueiro — 150;

5º — Humberto Costa Vasconcelos Filho — 2ª Vara de Carpina — 148;

6º — Maria Aparecida Dias Costa — 1ª Vara da Assistência Judiciária de Olinda — 148;

7º — Eraldo Lopes Andrade — 2ª Vara de Arcoverde — 137;

8º — Paulo Roberto Alves de Silva — 2ª Vara de Vitória de Santo Antão — 132;

O movimento forense das comarcas de 2ª entrância referente ao segundo trimestre foi publicado em Diário Oficial, apresentando 7.233 processos julgados, 12.405 feitos iniciados, 5.575 audiências cíveis e criminais realizadas e 39 inquéritos arquivados.



9º — Emanuel Santos Júnior — Vara da Assistência Judiciária de Caruaru — 131; 88 — Frederico Guilherme R. Lima — 2ª Vara de Limoeiro — 131;

9º — Djalmir Andreino Nogueira Júnior — Vara da Fazenda Pública e Acidente de Trabalho de Jaboatão — 129;

10º — Valéria Bassara Pereira Wanderley — 1ª Vara Cível de Olinda — 123.

Por sua vez, os magistrados que realizaram maior quantidade de audiências por Juízo foram:

1º — Djalmir Andreino Nogueira Júnior — Vara Privativa da Assistência Judiciária de Jaboatão — 172;

2º — Ailton Soares Pereira Lima — Catende — 161;

3º — Maria Aparecida Dias Costa — 2ª Vara Criminal de Olinda — 151.

Juiza Maria Aparecida Dias Costa foi quem mais julgou no 2º trimestre

O presidente Carlos Xavier ressalta a atuação da juíza Maria Aparecida, então designada para exercer seu cargo na 2ª Vara Criminal da Comarca de Olinda, com exercício cumulativo na 1ª e 2ª Varas da Assistência Judiciária de Olinda e ainda na 1ª Vara da Comarca de Igarassu.

"Além de ter sido a magistrada que mais processos julgou durante o 2º trimestre, ainda mostrou seu desempenho com 148 feitos julgados na 1ª Vara de Assistência Judiciária, 39 processos na 2ª Vara Criminal e 28, na 1ª Vara da Comarca de Igarassu, tendo sido também das que mais audiências de instrução realizou", destaca o chefe do Poder Judiciário.

BAIXA PRODUTIVIDADE

Carlos Xavier, por outro lado, considera negativa a produção dos magistrados da Comarca de Garanhuns, estudando com 7 varas, sendo 3 com juízes titulares e 4 com juízes em exercício cumulativo, os quais, juntos, apresentaram apenas 203 processos julgados e 166 audiências. O presidente do

TJPE registra, também, que 5.149 processos se encontram em andamento na referida comarca e já foram iniciados 311 novos feitos no segundo trimestre.

O chefe da Corte de Justiça lamenta, ainda, o fato de em um dos Juízos criminais do Estado, 64 processos concluídos corresponderem a uma demonstração comprometedora para o Judiciário pernambucano, onde se detecta a "proteção ao fora-da-lei", uma vez que, em 62 processos, a sentença foi exceciva do feito por prescrição e os restantes foram de arquivamento.



PODER JUDICIÁRIO

Presidente:
Des. Carlos Xavier Pires Baretto Sobrinho

Vice-Presidente:
Des. Francisco de Sá Sampaio

Corregedor-Geral:
Des. Sérgio Roberto Ostelo

Assessor de Imprensa:
Alcides Paiva

Editor:
Roberto Torres

Redatores: Lúcia Cavallini, Marcelino Gomes e Christiane Alcântara

Fotografias:
João Barbosa

Diagramação:
Júlio Gonçalves e Celso Dias L. 1.992 - DRT/98

Relatório:

Pós. da República nº 1 - 21º Andar - Recife-PE - CEP 50.010 - Fone: 424.381/186.308 - Telex: 3111 - Fax: 424.922 - CEP 50.010-440

A outra face de um magistrado (XXIV)

Agenor Ferreira de Lima Filho, revelou-se para o futebol aos 14 anos de idade no Recife. Contratado pela empresa Rique Mármore, vestiu a camisa 10 para defender airoso as suas cores, pelo

Campeonato das Indústrias em 1978. Agora, 15 anos depois, à frente da 11ª Vara Cível do TJPE, conta nesta sexta-feira, aos leitores do Jornal do Judiciário, porque também se tornou um verdadeiro craque na magistratura.



ANO XXX

ESTADO DE PERNAMBUCO

PODER JUDICIÁRIO

RECIFE, QUINTA-FEIRA, 07 DE OUTUBRO DE 1993 Nº 188

Diário Oficial

Coral empossa primeira Diretoria



Coral do TJ durante participação no V Festival Nacional de Corais

O Coral do Tribunal de Justiça completou seu 4º aniversário em maio deste ano. Já estruturado, o grupo de canto tenta agora adquirir maior independência. Hoje, às 14 horas, na sala do Convívio, 2º andar do Palácio da Justiça, toma posse a primeira diretoria do Coral, eleita por seus próprios componentes.

Criado em 12 de maio de 1989, a partir de uma idéia do desembargador Mauro Jordão e do Juiz Milton Neves, o Coral do TJ cresceu, adquiriu ma-

nidade e hoje já participa de eventos de porte nacional, como o V Festival de Corais de todo o País, ocorrido no mês passado.

"O nosso grupo foi considerado pelo público presente como um dos mais bonitos da noite", acrescenta Laura Argolo, Diretora do Núcleo de Recursos Humanos do TJ e integrante do Coral. Outra participação importante do grupo foi no "Projeto Canta Coral", promovido pelo SESC, no mês de maio deste ano.

DIRETORIA

Além de maior auto-

nomia, a posse da primeira diretoria do Coral do Tribunal de Justiça tem o significado da tentativa de expansão do Grupo. Quem garante é Maria Suzana de Abreu, eleita presidente do Coral. Para isso, ela e a diretoria já têm uma pauta mínima de trabalho: elaboração de um estatuto, incremento do intercâmbio com outros grupos e aquisição de uma sala para sede do Coral.

A busca de maior autonomia não significa que a diretoria do Coral esteja abandonando o apoio que

todos os presidentes do Tribunal de Justiça têm dado até hoje. "Muito pelo contrário, mais do que nunca vamos continuar precisando desta ajuda", acrescenta Suzana Abreu.

A vice-presidência do Coral ficou com Ednaldo Santana. Ronaldo Souza, Maria Adelaide Abreu, Iara Pessoa e Maria Rita Batista ocupam, respectivamente, os cargos de 1º e 2º secretário e 1º e 2º tesoureiro. O mandato vai até maio de 94, quando será feita uma avaliação do trabalho realizado.

Congresso discute Estatuto da Criança

Passados três anos de sua instalação, o Estatuto da Criança e do Adolescente continua provocando discussões. Tido por muitos como irreal e por outros tantos como ideal, o Estatuto será o tema central do XV Congresso da Associação Brasileira dos Magistrados e Promotores de Justiça da Infância e da Juventude.

O encontro acontecerá entre os dias 9 e 12 de outubro, na cidade de Curitiba, no Paraná. A organização do evento está a cargo da Subcoordenadoria de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente, na pessoa do promotor de Justiça Romero de Oliveira Andrade.

Participam do Congresso os membros do Ministério Público, do Poder Judiciário, Advogados e demais interessados. As discussões abordarão a difícil relação entre "O Estatuto e a Realidade Social". Maiores informações através

do fone (041) 225-2510 e do fax (041) 221-7416.



PODER JUDICIÁRIO

Presidente
Des. Carlos Xavier Pires
Bento Sobrinho

Vice-Presidente
Des. Francisco da Silveira

Corregedor-Geral
Des. Nelson Romão Galvão

Assessor de Imprensa
Aldemir Peixoto

Edição
Roberta Diniz

Redatores: Lúcia Carvalho,
Marcelo Oliveira e Christiane
Alcântara

Fotografia
João Batista

Distribuição
SEI/Osvaldo e Celso Dias
1.192 - (041) 091

Redação

Pça. da República s/nº - 51º
Andar - Recife-PE - CEP
50.010 - Fone: 424.581/8-264
- Telex: 1116 - Fax: 424.0102 -
CEP 50010-040

A outra face de um magistrado (XXIV)

Agenor Ferreira de Lima Filho, revelou-se para o futebol aos 14 anos de idade no Recife. Contratado pela empresa Rique Mármore, vestiu a camisa 10 para defender airoso as suas cores, pelo

Campeonato das Indústrias em 1978. Agora, 15 anos depois, à frente da 11ª Vara Cível do TJPE, conta nesta sexta-feira, aos leitores do Jornal do Judiciário, porque também se tornou um verdadeiro craque na magistratura.



ANO XXX

ESTADO DE PERNAMBUCO

PODER JUDICIÁRIO

RECIFE, QUINTA-FEIRA, 07 DE OUTUBRO DE 1993 Nº 188

Diário Oficial

Coral empossa primeira Diretoria



Coral do TJ durante participação no V Festival Nacional de Corais

O Coral do Tribunal de Justiça completou seu 4º aniversário em maio deste ano. Já estruturado, o grupo de canto tenta agora adquirir maior independência. Hoje, às 14 horas, na sala do Convívio, 2º andar do Palácio da Justiça, toma posse a primeira diretoria do Coral, eleita por seus próprios componentes.

Criado em 12 de maio de 1989, a partir de uma idéia do desembargador Mauro Jordão e do Juiz Milton Neves, o Coral do TJ cresceu, adquiriu ma-

nidade e hoje já participa de eventos de porte nacional, como o V Festival de Corais de todo o País, ocorrido no mês passado.

"O nosso grupo foi considerado pelo público presente como um dos mais bonitos da noite", acrescenta Laura Argolo, Diretora do Núcleo de Recursos Humanos do TJ e integrante do Coral. Outra participação importante do grupo foi no "Projeto Canta Coral", promovido pelo SESC, no mês de maio deste ano.

DIRETORIA

Além de maior auto-

nomia, a posse da primeira diretoria do Coral do Tribunal de Justiça tem o significado da tentativa de expansão do Grupo. Quem garante é Maria Suzana de Abreu, eleita presidente do Coral. Para isso, ela e a diretoria já têm uma pauta mínima de trabalho: elaboração de um estatuto, incremento do intercâmbio com outros grupos e aquisição de uma sala para sede do Coral.

A busca de maior autonomia não significa que a diretoria do Coral esteja abandonando o apoio que

todos os presidentes do Tribunal de Justiça têm dado até hoje. "Muito pelo contrário, mais do que nunca vamos continuar precisando desta ajuda", acrescenta Suzana Abreu.

A vice-presidência do Coral ficou com Edinaldo Santana. Ronaldo Souza, Maria Adelaide Abreu, Iara Pessoa e Maria Rita Batista ocupam, respectivamente, os cargos de 1º e 2º secretário e 1º e 2º tesoureiro. O mandato vai até maio de 94, quando será feita uma avaliação do trabalho realizado.

Congresso discute Estatuto da Criança

Passados três anos de sua instalação, o Estatuto da Criança e do Adolescente continua provocando discussões. Tido por muitos como irreal e por outros tantos como ideal, o Estatuto será o tema central do XV Congresso da Associação Brasileira dos Magistrados e Promotores de Justiça da Infância e da Juventude.

O encontro acontece entre os dias 9 e 12 de outubro, na cidade de Curitiba, no Paraná. A organização do evento está a cargo da Subcoordenadoria de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente, na pessoa do promotor de Justiça Romero de Oliveira Andrade.

Participam do Congresso os membros do Ministério Público, do Poder Judiciário, Advogados e demais interessados. As discussões abordarão a difícil relação entre "O Estatuto e a Realidade Social". Maiores informações através

do fone (041) 225-2510 e do fax (041) 223-7416.



PODER JUDICIÁRIO

Presidente
Des. Carlos Xavier Pires
Bueno Sobrinho

Vice-Presidente
Des. Francisco da Silveira

Corregedor-Geral
Des. Nelson Ramos Galvão

Assessor de Imprensa
Alcides Paiva

Edição
Roberta Diniz

Redatores: Lúcia Carvalho,
Marcelo Chaves e Christiane
Alcântara

Fotografia
João Roberto

Distribuição
Sócio-Operários e Celso Dias
1.192 - 081/93

Redação

Pça. da República s/nº - 51º
Andar - Recife-PE - CEP
50.000 - Fone: 424.381/8-264
- Telex: 1116 - Fax: 424/1022 -
CEP 50000-040

Presidentes concluem proposta à revisão constitucional

Os presidentes de Tribunais de Justiça do Brasil estarão reunidos por todo dia de hoje em Brasília. O encontro, que segue até amanhã, tem o objetivo de finalizar o documento que vem sendo elaborado com as principais idéias do

Poder Judiciário em relação à revisão constitucional. "Agora vamos concluir todas as propostas", afirmou o desembargador Carlos Xavier, presidente do Tribunal de Justiça de Pernambuco, um dos participantes do encontro.



ANO XXX

ESTADO DE PERNAMBUCO

PODER JUDICIÁRIO

RECIFE, SEXTA-FEIRA, 08 DE OUTUBRO DE 1993 Nº 189

Diário Oficial

A OUTRA FACE DE UM MAGISTRADO (XXIV)

Agenor Ferreira de Lima Filho



Agenor começou como escrevente

AGENOR — O ATLETA
Como o futebol era o esporte preferencial da família, Agenor desde cedo, seguindo os hábitos dos seus irmãos, passou a demonstrar muita habilidade com a bola. Revelado pelo Clube Olímpico da Imbiribeira durante a presidência de Genivaldo Sales Coimbra, pouco tempo depois vestiu a camisa 10 da time da empresa Rique Mármor, onde, contratado por dois anos, disputou o movimentado Campeonato das Indústrias, promovido com muito sucesso em 1978.

Estímulo, driblador, pretendia acompanhar o sucesso do seu irmão Robinson, que jogava profissionalmente pelo Santa Cruz, sagrando-se também bicampeão pelo Campeão da Paraíba.

Na iminência de profissionalizar-se pelo Santa Cruz da Paraíba, Agenor atendeu ao

apelo dos pais para se dedicar com total entusiasmo e vocação aos estudos. O futebol, tão como fazenda ou simples entretenimento da adolescência, é sublinhado ativamente pelos seus agradáveis momentos de lazer, defendendo amadoristicamente as cores do "timão" da Associação dos Magistrados.

A FAMÍLIA

Filho de Agenor Ferreira Lima e de sua mulher Djana Correia de Albuquerque Lima, portante a uma prole muito harmoniosa e feliz constituída de Romero (tenente de Direito), Robinson (advogado e concursado para juiz), Eleonora (estudante de Relações Públicas), Enzida (concluinte de Odontologia) e Marília (graduanda de 2ª grau), além dele próprio.

Influenciado por seu pai — desembargador Agenor Ferreira Lima — o jovem atleta do Clube Olímpico da Imbiribeira, decidiu trocar o futebol pela magistratura. Assim, Agenor Ferreira Filho "pendurou as chuteiras" aos 18 anos de idade, recusando honrosos convites do Sport, Náutico e Santa Cruz para integrar as suas equipes juvenis.

O elevado propósito de seguir o exemplo paterno, fez com que, logo aos primeiros meses como estudante de direito, estagiasse no escritório do seu tio, Djalma de Albuquerque, a quem devota uma especial gratidão pelos ensinamentos que recebeu: — "Depois dos livros, foi meu tio Djalma quem mais me ensinou. A magistratura era o meu sonho desde criança. Concretizá-lo significou minha maior realização, tomando meu pai como modelo".

Casado com Sonita Gomes Ferreira Lima, possui três filhos: Agenor Ferreira Lima Neto (06), André Gomes Ferreira Lima (04) e Karina Gomes Ferreira Lima de apenas 5 meses. Não obstante o livre arbítrio para que escolham suas profissões, ficaria muitíssimo feliz se optassem pela carreira do pai e do avô.

Sua mulher, dedicada ao magistério, possui o Colégio Santo Antônio com mais de 300 alunos no Recife. "Sonita sempre me acompanhou desde o dia da minha posse, residindo solidariamente nas cidades do interior por onde passei. Ao concluir o ano letivo do seu educandário, decidiu seguir o meu laço para Inajá, minha primeira Comarca. Não trabalhou mais. Reconheço e sou muito grato ao seu entusiasmo. Agora já estamos de volta e breve será tempo de compensação".

A MAGISTRATURA

Quando estudante de Direito e estagiário, no escritório

do seu tio Djalma Correia de Albuquerque (1981), Agenor fez concurso para escrevente criminal. Aprovado, ficou três anos na 4ª Vara de Delitos Contra o Patrimônio, sendo removido em seguida para a 8ª Vara Cível, onde permaneceu por mais dois. Concluindo o curso de Direito foi transferido para a

Corregedoria, atuando na administração do Fórum. "Enquanto estudava e trabalhava, respirava direito quase 24 horas por dia: pela manhã e à tarde no trabalho, à noite na Faculdade e quando chegava em casa, ainda aprendia ouvindo meu pai pontificar sobre o mesmo assunto, por mais duas ou três horas no mínimo".

Agenor quando concluiu o curso, participou de dois concursos — um para o Ministério Público e outro para a Magistratura. Aprovado nos dois, soube pelo telefone que o Tribunal de Justiça estava promovendo as nomeações. Interrumpiu um seminário para novos promotores no município de Moreno e se apresentou no Palácio da Justiça.

Empossado pelo então presidente do Judiciário, Demétrio Ramos Reinaldo, hoje ministro, iniciou-se na magistratura em 06 de setembro de 1989, assumindo a Comarca de Inajá e

acumulando Simirim, durante um ano. Em Barricos, passou mais um ano e três meses em função cumulativa com Rio Formoso. Promovido por merecimento — como das vezes anteriores — chegou ao Recife, permanecendo na 1ª Vara Cível como juiz auxiliar.

Com meu pai, aprendi a me exercitar com seriedade na magistratura, fazendo da imparcialidade o lema da maior impetância nas minhas decisões. Não entrei "cego" na profissão. Merce com minha família no interior, acompanhando ainda jovem, suas brilhantes atuações nos comarcas de São Joaquim do Monte, Palmeirina e Buqui, entre outras. Acho que o interior é imprescindível à formação do magistrado. O difícil não é julgar, mas ter um comportamento ético e enfrentar os problemas extraprocessuais. Para julgar basta estudar e aplicar a lei".



O meia-esquerda do Olímpico da Imbiribeira

Efetivo de segurança faz reciclagem mensal

Enfoque sobre revisão constitucional. Esse, um dos temas abordados pelo cel. Franklin Bezerra Santos, durante reunião com todo o efetivo da Assistência Policial Militar do Tribunal de Justiça, na sala do júri. O encontro

faz parte da programação mensal daquela assessoria, quando são discutidos assuntos da atualidade nacional e local e instruções de trabalho. A Assistência Policial Militar está funcionando em sala própria, no térreo do Palácio da Justiça.



ANO XXX

ESTADO DE PERNAMBUCO

PODER JUDICIÁRIO

RECIFE, SÁBADO 09 DE OUTUBRO DE 1993 Nº 190

Diário Oficial

Justiça recebe mais de 800 inquéritos

De acordo com os dados estatísticos divulgados pelo Diretor Geral da SSP, Antônio Araújo Feitosa, houve um total de 896 inquéritos concluídos pelas delegacias regionais e remetidos à Justiça no mês de agosto, contra 816 e 730 nos meses de julho e junho, respecti-

Aumentou o número de inquéritos enviados ao Poder Judiciário pelas delegacias de polícia do Estado. Segundo a assessora policial civil do TJ, delegada Maria Segunda, esse é o resultado da ação integrada que vem sendo colocada em prática pela Justiça e Secretaria de Segurança Pública.

vamente. O total geral desde janeiro é de 5.018 inquéritos.

As delegacias especializadas, localizadas na capital, remeteram 183 inquéritos referentes ao mês de setembro, enquanto as 15 distritais foram responsáveis por 178 inquéritos, perfazendo um total geral de 364, incluídos os especiais e os de Fernando de Noronha, relativos ao mesmo período.

A assessora poli-

cial civil, delegada Maria Segunda, acredita que a integração Justiça/SSP diminui a impunidade, combate o crime e proporciona maior segurança à população em todo Estado. Na sua opinião, o município de Floresta, apesar de área de risco, pode figurar como exemplo de que o trabalho vem dando resultado. "Em agosto, a Justiça recebeu 40 inquéritos policiais daquela delegacia regional".



Franklin informa adoção de medidas

TJ faz prevenção de acidentes

Campanha de prevenção contra acidentes de trânsito interno vai ser lançada no Tribunal de Justiça, até final do mês. A idéia do cel. Franklin Bezerra Santos, assistente policial militar do TJ, é colocar cartazes nos elevadores e corredores para difundir princípios de segurança entre funcionários e público externo e afixar placas de sinalização indicando todas as saídas do prédio, em caso de urgência.

As peças estão

prontas e foram elaboradas sob a orientação do Corpo de Bombeiros. Destinam-se não apenas à prevenção, mas também a informar a cerca dos procedimentos que devem ser adotados em caso de acidente, especialmente de incêndio. A medida se estende a todos os andares do Palácio da Justiça.

Em complementação à iniciativa, o cel. Franklin determinou estudos visando à implantação de sistema de rádio entre a Assistência Policial Militar e a gara-

gem do Tribunal de Justiça, agora instalada no bairro de Santo Amaro. A aquisição de duas centrais, segundo ele, vai permitir a expansão do sistema de comunicação, agilizando o serviço de transporte do Poder Judiciário.

A longo prazo, existe a possibilidade de instalar detector de metais na sala do júri. O objetivo, segundo o coronel, é impedir que alguém entre armado numa sessão de julgamento e, ao mesmo tempo, evitar o constrangimento de ser revistado. A medida deve beneficiar, sobretudo, mulheres, já que o Tribunal de Justiça não dispõe de efetivo militar feminino.



PODER JUDICIÁRIO

Presidente:
Des. Carlos Xavier Pass
Bueno Sobrinho

Vice-Presidente:
Des. Francisco de Sá Sampaio

Corregedor-Geral:
Des. Sérgio Ramos Oliveira

Assessor de Imprensa:
Aldineia Pinheiro

Editores:
Roberto Torres

Redatores: Lúcia Carvalho,
Manoel Cláudio e Christiane
Albuquerque

Fotografia:
Jonaldo Barbosa

Diagramação:
Júlio Gonçalves e Celso Dias
1.192 - 08/07/93

Redação:
Praça da República s/nº - 51ª
Andar - Recife-PE - CEP
50.010 - Fone: 424.3811(R.268)
Telex: 3316 - Fax: 4241.802 -
CEP 50073-040

TCE comemora Jubileu de Prata

O presidente Carlos Xavier vai participar da solenidade de comemoração do Jubileu de Prata do Tribunal de Contas do Estado. A Missa Gratulatória será realizada no dia 15 e a

sessão solene no dia 18, às 10:00h da manhã. À tarde haverá o descerramento da Placa do Jubileu e em seguida palestra sobre "Os Tribunais de Contas e a Revisão Constitucional".



ANO XXX

ESTADO DE PERNAMBUCO

PODER JUDICIÁRIO

RECIFE, TERÇA-FEIRA, 12 DE OUTUBRO DE 1993 Nº 191

Diário Oficial

Revisão constitucional é tema de encontro

Correios implantam novo sistema

O diretor regional dos Correios e Telégrafos, Raimundo José Reis de Castro, quer implantar o sistema de franquia no posto que funciona no Tribunal de Justiça. A proposta foi apresentada ao presidente Carlos Xavier. O novo modelo de atendimento já foi instalado em 40 agências da região e, segundo afirmou, vem dando bons resultados.

O desembargador-presidente pediu ao diretor do órgão que elabore o projeto para que seja analisado pelo Pleno. "Qualquer decisão tem que ser tomada pelo colegiado. Quando receber o projeto discriminando como será essa mudança, quais as vantagens e como vai ser o funcionamento, ele será incluído na pauta da sessão plenária para ser apreciado pelos desembargadores", afirmou o presidente.

Raimundo José Reis destacou que através do novo modelo a ECT autoriza uma empresa a prestar o serviço à comunidade. O franqueado fica responsável pelo recebimento e cobrança da correspondência e os Correios pelo transporte e distribuição. "Todo o processo é controlado pelos Correios e Telégrafos. O sistema de franquia, nos locais onde foi implantado, melhorou sensivelmente o atendimento à população", ressaltou.

De acordo com o diretor, é importante que aquelas pessoas que têm algum tipo de reclamação sobre o serviço procurem as agências e façam as denúncias. "As informações são importantes para que possamos realizar um trabalho de melhor qualidade e, consequentemente, servir bem aos moradores da região".



O desembargador Carlos Xavier disse que o documento assegura as propostas do Judiciário

O Colégio Permanente de Presidentes dos Tribunais de Justiça do Brasil esteve reunido mais uma vez no último final de semana. O encontro foi no TJ do Distrito Federal e teve como tema principal a revisão constitucional. O chefe da Corte de Justiça pernambucana participou do evento, que vem ocorrendo periodicamente em di-

versas cidades brasileiras.

Os magistrados discutiram a redação das auditorias militares e reafirmaram sua posição contrária à criação de um órgão de controle externo do Judiciário. De acordo com o presidente Carlos Xavier, "a fiscalização da instituição já existe, temos o Ministério Público e a Ordem dos Advogados do Brasil integrando os

Tribunais e ainda o Conselho da Magistratura".

Em agosto passado quando estiveram reunidos, no Rio de Janeiro, os presidentes elaboraram um documento preliminar com as idéias do grupo para a revisão. As propostas foram anexadas e o dossiê concluído no encontro de Brasília. Os chefes das Cortes de Justiça de

todo o País, também, estudaram medidas que podem ser tomadas para melhorar a atuação do Judiciário.

Com o início da revisão constitucional, os magistrados, agora, estão mobilizados para que o documento chegue à Assembleia Revisora. De acordo com Carlos Xavier, os presidentes consideram que os magistrados militares devem cuidar apenas dos processos envolvendo crimes militares. "Os assaltos e assassinatos praticados por policiais militares, mesmo em serviço, passariam a ser julgados pela Justiça estadual", afirmou.



PODER JUDICIÁRIO

Presidente:
Des. Carlos Xavier Pais
Buenos Aires

Vice-Presidente:
Des. Francisco de Sá Sampaio

Corregedor-Geral:
Des. Efraim Ramos Galvão

Assessor de Imprensa:
Adriano Brito

Editores:
Roberto Tavares

Redatores: Lúcia Cavalli,
Maurício Gláucio e Christiane
Albuquerque

Fotografia:
Joaquim Martins

Diagramação:
Mário Gonçalves e Cássia Dias
L. 152 - DFT/PE

Redação:

Rua da República 416 - 2º
Andar - Recife-PE - CEP
50.010 - Fone: (44.3811/6-245
- Telex: 3115 - Fax: (44)1823 -

Coral: Posse da nova diretoria é hoje

Agora é pra valer. Hoje, às 15h45, no Tribunal do Júri, toma posse a primeira diretoria do Coral do Tribunal de Justiça de Pernambuco. O grupo já tem quatro anos de existência, com participação, inclusive, em festivais nacionais de

canto. Em comemoração à data, que representa uma nova fase para o grupo, o Coro resolveu homenagear os diretores com uma pequena participação. A solenidade contará com a participação do presidente do TJ, desembargador Carlos Xavier.



ANO XXX

ESTADO DE PERNAMBUCO

PODER JUDICIÁRIO

RECIFE, QUINTA-FEIRA, 14 DE OUTUBRO DE 1993 Nº 192

Diário Oficial

Novo Fórum começa a funcionar até o final do mês



O novo Fórum melhora o atendimento da justiça à população

Juristas debatem Direito Penal

Depois do sucesso do V Simpósio de Direito Civil, ocorrido no início deste mês, aqui no Recife, o Instituto de Estudos Jurídicos do Rio de Janeiro promove o VI Simpósio Nacional de Direito Penal e Processual Penal, que será iniciado hoje e vai até o próximo sábado, no Rio de Janeiro.

A exemplo do simpósio sobre Direito Civil, os debates sobre Direito Penal contarão com juristas ilustres de todo o País. Afrânio Silva Jardim, João Mestieri,

Jaimez Tavares, Maria Lúcia Karam e Paulo Ramalho são alguns deles.

Durante os três dias, o Hotel Olívia abrigará discussões em torno da Reforma do Processo Penal Brasileiro, da criação dos Juizados Criminais Especiais, da Lei de Execuções Penais, da Privatização dos Presídios e sobre os crimes chamados hediondos. O encontro conta com o apoio da Ordem dos Advogados do Estado do Rio de Janeiro.

Um problema no transporte do mobiliário, equipamentos e milhares de processos dos cartórios das Varas de Família adiou o início dos trabalhos no novo Fórum do Recife (antigo Grande Hotel). Apesar disso, o Corregedor Geral de Justiça, desembargador Etério Ramos Galvão, garante que até o final do mês a população já poderá contar com alguns serviços no local.

A transferência das Varas será feita por partes. Inicialmente irão as Varas de Família. Depois, a Escola Superior da Magistratura, as Varas Cíveis e assim por diante, até a ocupação completa do prédio. A Corregedoria espera que toda a mudança seja feita dentro de um mês.

Dessa forma, em novembro, o Fórum Tomás de Aquino já estará em pleno funcionamento. Porém, segundo o planejamento da Corregedoria, a inauguração oficial só acontecerá no final do ano. "Estamos estudando a data de 17 de dezembro para a solenidade", acrescentou o desembargador Etério Galvão.

Hotel haverá uma reforma no prédio e um redimensionamento para a instalação dos gabinetes. Por enquanto, os novos integrantes do quadro de desembargadores do TJPE irão trabalhar em anexo da Sala de Sessões.

"No momento, a nossa preocupação maior é com o aumento da prestação de serviço à população. A nomeação imediata dos novos desembargadores agilizará os processos que aguardam julgamento", argumentou o presidente do Tribunal de Justiça, desembargador Carlos Xavier.

NOVAS VARAS

Além da instalação das 17 Varas Cíveis e das 4 de família, que já funcionam no Fórum Paula Batista, o novo Fórum da Capital abre a possibilidade da implantação de 10 novas varas e do 2º Tribunal do Júri do Recife, que ainda não entraram em funcionamento por falta de espaço físico no Judiciário.

O funcionamento do Fórum Tomás de Aquino também permitirá que o Poder Judiciário acomode os 12 novos desembargadores do Tribunal de Justiça de Pernambuco, que serão escalados ainda este mês. Acrescenta que o TJ não dispõe de espaço para criação dos novos gabinetes.

Com a mudança da Corregedoria — que ocupa o 4º andar do Palácio da Justiça — para o Grande



PODER JUDICIÁRIO

Presidente:
Des. Carlos Xavier Pires
Benito Sobrinho

Vice-Presidente:
Des. Francisco de Sá Araújo

Corregedor-Geral:
Des. Etério Ramos Galvão

Auxiliar de Imprensa:
Aldemir Paiva

Editores:
Roberto Tavares

Redatores: Lúcia Carvalho,
Marcelo Dias e Cláudia
Alcântara

Fotografia:
Jornal Notícias

Diagramação:
Júlio Goulart e Celso Dias
L.192 - DRT/PE

Endereço:
Pra. da República s/nº - 51º
Andar - Recife-PE - CEP
50.010 - Fone: 324.2811/8-268
- Telex: 3116 - Fax: 324.1822 -

Cirilo Vanderley

Reunidos em plenário, os desembargadores do Tribunal de Justiça de Pernambuco aprovaram por unanimidade proposta do

Conselho da Magistratura, denominando "Des. Thomaz Cirilo Vanderley" o anexo do Fórum da Capital, que vai funcionar no pré-

dio do antigo Grande Hotel. Thomaz Cirilo Vanderley nasceu no Engenho Santa Rosa, município de Ipojuca, no dia 7 de março de 1894, ingressou na magistratura no ano de 1931 e faleceu a 28 de fevereiro de 1968.



ANO XXX

ESTADO DE PERNAMBUCO

PODER JUDICIÁRIO

RECIFE, SEXTA-FEIRA, 15 DE OUTUBRO DE 1993 Nº 193

Diário Oficial

A outra face de um Magistrado (XXV)

Alexandre Freire Pimentel

O jovem juiz da Comarca de Rio Formoso, nasceu à rua José de Alencar na capital pernambucana, e ao seu tempo de estudante teve atuação destacada nos esportes náuticos, sagrando-se campeão de remo pelo Sport Clube do Recife.

Sua opção pela magistratura foi meramente pessoal. Seus pais — Luciano Vieira Pimentel e Maria Fernanda Freire Pimentel — não influíram em nenhum momento para que se inclinasse pelas profissões que escolheu vinculadas ao Direito.

Atualmente, merceda sua dedicação ao curso de mestrado, é professor substituto na cadeira de Ética da turma do 8º período da Faculdade de Direito do Recife, por indicação da jurista Bernadete Pedrosa.

Alexandre Freire Pimentel estudou na Universidade Católica de Pernambuco, a partir do segundo período de 1984. Daí por diante, estagiou no escritório de Francisco Alô, renomado advogado com especialização em Direito Comercial e Cível. "Foi uma excelente experiência, principalmente na prática de audiências trabalhistas, quando, ainda aluno da Faculdade, eu me exercitava na perspectiva de parti-

cipar de futuros concursos".

Antes de ingressar na magistratura, chegou à Promotoria Pública em 1991, atuando em Cupira por 10 longos meses. Aprovado e nomeado em concurso para juiz (92), assumiu a Comarca de Belém do São Francisco, onde permaneceu de dois de dezembro de 92 a 31 de agosto de 1993.

Como promotor em Cupira, destaca o trabalho de fiel humanitarismo que desen-

volveu juntamente com a juíza Janice Sodré, propondo aos candidatos à prefeitura, naquela época, a destinação de 2% da receita líquida do município para as crianças abandonadas. Diz Alexandre: "O acordo foi firmado. Quanto ao cumprimento da promessa, não me confirmaram. Com a vitória do candidato José Maria do PFL, logo após as eleições tive de sair de lá, aguardando minha nomeação para juiz de 1ª Entrância".

Em Belém do São Francisco — uma das cidades mais violentas de Pernambuco pelas rixas constantes entre famílias — Alexandre Pimentel, marcou sua presença, presidindo uma sessão do Tribunal do Júri, precisamente depois de 10 anos em que não se condenava ninguém naquela Comarca. "Lembro-me perfeitamente. O júri realizado em maio foi muito concorrido e se tornou inesquecível, porque, um dia após o

juízo, assassinaram um dos jurados".

Removido para Rio Formoso — também de 1ª Entrância — já considera enriquecedora sua experiência atual como magistrado. Recentemente, concorreu entre 10 candidatos selecionados para o mestrado de Direito, classificando-se em terceiro lugar. "Estou vivendo uma experiência muito fascinante ao me dedicar à parte acadêmica no Ministério Público. Convivendo com figuras da maior expressão na jurisprudência, como Lourival Vilanova, Ivo Dantas e Bernadete Pedrosa, tenho muito que aprender nestes dois anos de seminários e monografias. Já estou esboçando minha tese para o final do período letivo. Pretendo defender a ampliação do poder do juiz na investigação dos fatos, no sentido de que seja proferida uma decisão mais justa".

Alexandre Pimentel, no curso de mestrado, paga as cadeiras

de Teoria da Constituição, Direito Constitucional Comparado e Teoria Geral do Direito. Sua abnegação ao estudo, valeu a indicação para o corpo docente da Faculdade de Direito, como professor substituto. Aliás, função exclusiva para os alunos do mestrado.



PODER JUDICIÁRIO

Presidentes:
Des. Carlos Xavier Pass
Bento Sobrinho

Vice-Presidentes:
Des. Francisco de Sá Sampaio

Corregedor-Geral:
Des. Edir Romão Galvão

Assessor de Imprensa:
Adriano Paiva

Editores:
Roberto Tanaka

Redatores:
Lúcia Cavallini,
Marcelo Oliveira e Cristiane
Adames

Fotografia:
João Barbosa

Diagramação:
Mário Gonçalves e Cláudia Dias
1.100 - 1.100

Redação:

Pq. da República s/nº - 5º
Andar - Recife-PE - CEP
50.010 - Fone: 424.3511/16-254
Telex: 3316 - Fax 424/1812 -

Medalha do Jubileu

O presidente do Tribunal de Justiça, desembargador Carlos Xavier, recebe segunda-feira a Medalha

Ministro Seabra Fagundes, concedida pelo Tribunal de Contas do Estado de Pernam-

buco. A homenagem acontece às 10h, na Sala Conselheiro Oliveira Neto, durante sessão solene em comemoração ao Jubileu de Prata de instalação do TCE.



ANO XXX

ESTADO DE PERNAMBUCO

PODER JUDICIÁRIO

RECIFE, SÁBADO, 16 DE OUTUBRO DE 1993 Nº 194

Diário Oficial

Cerimonial recicla atividades

Realiza-se de 27 a 29, em São Luís do Maranhão, o I Encontro Nacional do Cerimonial Público, destinado a Chefes de Cerimonial dos Governos de Estados, Assembleias Legislativas, Tribunais de Justiça, Prefeituras e Câmaras Municipais. O assessor Cláudio Mendes Júnior é o representante do Poder Judiciário de Pernambuco, indicado pelo presidente do TJ, desembargador Carlos Xavier.



Mendes Júnior participa do Encontro de Chefes de Cerimonial

A ida do assessor tem o objetivo de trazer inovações na área, implantadas especialmente pelo Poder Executivo e de fazer um comparativo entre as ações desenvolvidas pelo Cerimonial do Judiciário pernambucano e de outros estados. Além do resumo das atividades da assessoria, Mendes Júnior leva exemplares do livro "História do Palácio da Justiça" para distribuição entre os participantes.

Durante o período, são discutidos os problemas específicos do planejamento e organização do Cerimonial em todos os seus níveis. Estão programadas conferências sobre o "Cerimonial Público e o Es-

tado Moderno", "Cerimonial Público: particularidades dos Poderes Judiciário e Legislativo", "Ordem de Precedência", "O Cerimonial Público nos Estados" e "Inter-Relação do Cerimonial Público e o Cerimonial Privado".

São conferencistas os ministros Jório Salgado da Gama Filho e Valtir Pely Moreira, do Cerimonial da República e do Itamaraty; Ileanilde Américo, da Câmara dos Deputados; ministro Odilon Camargo Penteado, do governo paulista; ministro Manoel Inocêncio de Lacerda, professor do Instituto Rio Branco e a embaixatriz Elizabeth Gallotti, do governo do Estado do Rio de Janeiro.

Judiciário debate Infância e Adolescência

Juízes da Infância e Juventude, promotores de Justiça e deputados federais aprofundam, segunda-feira (18), discussão sobre o tema "Redução da Idade e Imputabilidade Penal". Na ocasião — a partir das 8h30 no auditório do Juizado da Infância e Juventude — serão estudadas as consequências da medida no processo de ressocialização dos adolescentes autores de atos infracionais e no sistema penitenciário.

Do encontro, que dá continuidade ao Ciclo de Estudos sobre a Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente, promovido pela 2ª Vara da Infância e Juventude da Capital, deve sair documento a ser encaminhado à revisão constitucional. A discussão, segundo os organizadores do debate, é essencial às entidades que atuam na defesa dos jovens envolvidos na prática de atos infracionais.

Os expositores são os deputados federais Roberto Franca e Maurício Ferreira Lima; os juízes Bartolomeu Bueno e Luiz Carlos Figueiredo, titulares das 1ª e 2ª Varas da Infância e Juventude e os promotores de Justiça Romero de Oliveira Andrade e José Avelar Coelho Caribé.

Cada convidado tem 10 minutos para defender sua opinião a respeito do tema, com direito a réplica por mais cinco minutos. Não é permitido apertar durante as exposições. Os debates começam depois do intervalo, às 10h, com encerramento previsto para o meio-dia.



PODER JUDICIÁRIO

Presidente:
Des. Carlos Xavier Peix
Barreto Sobrinho

Vice-Presidente:
Des. Francisco de Sá Sampaio

Corregedor-Geral:
Des. Elyrio Ramoz Galvão

Assessor de Imprensa:
Adelson Peix

Editor:
Roberto Tavares

Relatores: Lucio Cavalcini,
Manoel Oliveira e Christiane
Albuquerque

Fotografia:
José Barbosa

Diagramação:
Nélio Gonçalves e Clécio Dias
1.192 - DRT/PA

Modelagem:

Pq. da República 1507 - 51º
Andar - Recife-PE - CEP
50.020 - Fone: (081) 108.204
- Telex: 51118 - Fax: (081) 803 -

Semana da Asa

Durante a Semana da Asa, iniciada ontem, o presidente do Tribunal de Justiça,

desembargador Carlos Xavier Paes Barreto Sobrinho, vai participar das festividades orga-

nizadas pelo II Comando Aéreo. Entre as atividades, está incluída a visita ao Centro Integrado de Defesa e Controle do Tráfego Aéreo.



ANO XXX

ESTADO DE PERNAMBUCO

PODER JUDICIÁRIO

RECIFE, TERÇA-FEIRA, 19 DE OUTUBRO DE 1993 Nº 195

Diário Oficial

Condado tem maior produtividade

A primeira Entrância, atualmente formada por setenta e oito Comarcas, apresentou números satisfatórios de produtividade no segundo trimestre do ano, segundo avalia o presidente do Tribunal de Justiça, desembargador Carlos Xavier Paes Barreto Sobrinho.

Carlos Xavier afirma ainda que a diferença quantitativa entre os feitos julgados e iniciados foi de apenas 350, o que demonstra o empenho da

magistratura em oferecer melhores serviços à sociedade pernambucana.

Segundo estatística publicada em Diário Oficial, os juízes

que apresentaram maior produtividade foram:

1º - Fábio Eugênio O. Lima (Condado) - 140 processos;

2º - Basílio Antônio Guerra (S. C. do Capibaribe) - 123;

3º - Carlos Magno Cysneiros Sampaio (S. B. do Una) - 95;

4º - Severino Coutinho da Silva (Buíque) - 95;

5º - Ivanildo Coelho A. Filho (Petrolândia) - 92;

6º - Carlos Antônio A. da Silva (Aliança) - 90;

7º - Alexandre Freire Pimentel (Belém do S. Francisco) - 90;

8º - José Nunes Siqueira (Ipojuca) - 84;

9º - Rinaldo Adilson de Souza (Lajedo) - 84;

10º - Saulo Sebastião A. Freire (Pedra) - 79;

11º - Adair Francisco Assis Junior (Quipapá) - 79;

12º - Eduardo Guilliord Maranhão (Feira Nova) - 74.

Os juízes que realizaram maior quantidade de audiências foram os seguintes:

1º Carlos Antônio Alves da Silva (Aliança) - 175;

2º Basílio Antônio Guerra (S. C. do Capibaribe) - 131;

3º Maria Rosa Vieira Santos (Trindade) - 119;

4º Severino Coutinho da Silva (Buíque) - 114.

Um balanço do movimento forense em todo o Estado de Pernambuco mostra que passaram para o terceiro trimestre do ano 421.818 processos, sendo 33.696 na primeira Entrância,

124.807 na segunda e 263.315 na terceira.

Por outro lado, as Comarcas que apresentaram maior número de processos em andamento são:

1ª Floresta - 1.310 processos;

2ª Santa Cruz do Capibaribe - 1.298;

3ª Condado - 1.158;

4ª Buíque - 1.133;

5ª Itamaracá - 1.132;

6ª Cabrobó - 1.092.



O magistrado Fábio Eugênio julgou 140 processos



PODER JUDICIÁRIO

Presidente:
Des. Carlos Xavier Paes Barreto Sobrinho

Vice-Presidente:
Des. Francisco de Sá Sampaio

Corregedor-Geral:
Des. Sílvio Ramos Galvão

Assessor de Imprensa:
Aldemir Palma

Editor:
Roberta Tavares

Redatores: Lúcio Cavallini,
Marcelo Oliveira e Christiano
Albuquerque

Fotografia:
José Batista

Distribuição:
Júlio Gonçalves e Cássio Dias
1.100 - 1987/92

Redação:

Pqn. da República s/nº - 3º
Andar - Recife-PE - CEP
50.000 - Fone: 426.381 (4x 364)
Telex: 3516 - Fax 426.1822 -
CEP 50019-040

Mérito Aeronáutico

O presidente do Tribunal de Justiça, Des. Carlos Xavier será agraciado com a Medalha do Mérito Aeronáutico, no Grau de Comendador, na próxima sexta-feira(22), em solenidade a ser realizada no 2º Comando Aéreo Regional. A proposta foi do Minis-

tério da Aeronáutica em reconhecimento aos notáveis serviços prestados pelo magistrado à Força Aérea Brasileira. A condecoração faz parte das festividades do Dia do Aviação.



ANO XXX

ESTADO DE PERNAMBUCO

PODER JUDICIÁRIO

RECIFE, QUARTA-FEIRA, 20 DE OUTUBRO DE 1993 Nº 196

Diário Oficial

Tribunal tem novo regimento



Com a mudança no Regimento Interno, o Pleno passa a ter 27 desembargadores

A ampliação do número de desembargadores, que deverá ocorrer nos próximos quinze dias, em sessão secreta, está incluída entre as modificações do Regimento Interno do Tribunal de Justiça. O judiciário estadual composto por quinze membros passa a ter vinte e sete. As mudanças determinam também, a criação da Corte Especial, da qual apenas fazem parte os atuais integrantes do Pleno.

Com a aprovação do Regimento Interno, a Seção Cível, composta anteriormente por oito desembargadores, passa a ser integrada por quinze e a Criminal, com apenas cinco componentes, passa a contar com nove magistrados. O Tribunal tem agora um total de cinco Câmaras Cíveis e três Criminais, além de duas Câmaras de Férias, sendo uma cível e outra criminal.

As novas Câmaras e Seções passarão a funcionar logo que estejam definidos os nomes dos novos desembargadores. Após a posse dos 12 membros as reuniões irão ocorrer durante toda a semana, nos dois horários. O Pleno continuará a ser realizado às segundas-feiras, só que pela manhã. À tarde haverá sessão da Corte Especial.

Alterado pela resolução nº 070, o Regimento Interno sofrerá modificações nos artigos 1º, 3º, 6º, 8º, 12º, 19º, 20º, 28º e 34º. O Artigo 3º trata da eleição do presidente, vice-presidente e corregedor geral da Justiça que serão escolhidos para um mandato de dois anos, devendo ser indicados entre os membros mais antigos da Corte Especial.

A Mesa Diretora e os integrantes do Conselho da Magistratura serão eleitos em sessão extraordinária da Corte Especial a ser realizada no último dia útil que anteceder os feriados festivos do Natal.

As atribuições e competências do Tribunal Pleno e da Corte Especial estão definidas no Artigo 12, do Regimento. O artigo 28 estabelece que as sessões do Tribunal Pleno serão realizadas na atual sala do Tribunal do Juri, no primeiro andar. As reuniões da Corte Especial e das Seções e Câmaras Cíveis, no salão principal do Tribunal e as das seções e Câmaras Criminais, no salão do segundo andar.



PODER JUDICIÁRIO

Presidente:
Des. Carlos Xavier Faria
Barreto Sobrinho

Vice-Presidente:
Des. Francisco de Sá Siqueira

Corregedor-Geral:
Des. Edson Ramos Galvão

Assessor de Imprensa:
Aldemar Paiva

Editores:
Roberto Tavares

Revisores: Lúcia Carvalho,
Maurício Gouveia e Christiane
Alcântara

Fotógrafo:
Joni Sabeon

Diagramação:
Fábio Gonçalves e Celso Dias
L.100 - DRT/93

Redação:

Pça. da República s/nº - 5º
Andar - Recife-PE - CEP
50000-000 - Fone: 424.1011/8.256
- Telex: 3116 - Fax: 424.1022 -
CEP 50013-040

Plano de Cargos entra em votação

Está prevista para a próxima semana a votação do Plano de Cargos, Carreiras e Vencimentos que contempla os funcionários do Tribunal de Justiça, Juizados de Pequenas Causas e pessoal oficializado do Interior. A matéria se encontra em fase de conclusão da Redação Final.

O projeto objetiva trazer melhoria salarial e progressão funcional. Estabelece ainda que, durante

toda a carreira o servidor passa por um processo de avaliação de desempenho, sendo classificado em diferentes níveis. Com a proposta, a estrutura funcional do Tribunal, que data de 1973, passa a dispor de apenas três grupos: o de técnico-administrativo, o grupo judiciário e o de assessoramento e direção.

Mobilização no sentido de conseguir a aprovação do Plano de Cargos, Carreiras e Vencimentos, os servidores estiveram conversando com o presidente Carlos Xavier. Acompanhados dos deputados estaduais, Humberto Costa, José Siqueira e Israel Guerra eles pediram que fosse agilizada a votação do projeto. Na oportunidade o desembargador-presidente ressaltou que a decisão será tomada por todo o colegiado.

A OUTRA FACE DE UM MAGISTRADO (XXVI)

Edgard Sobreira, desembargador aposentado, revela sua outra face repleta de muitas emoções, desde o tempo em que serviu no exército (arma de artilharia aos anos 40) e ganhou certa notoriedade na caserna como o "Sargento Pé de Pato" Preso como juiz (1964 no Recife), evoca interessantes momentos da sua vida, amanhã, neste Jornal do Poder Judiciário.



ANO XXX

ESTADO DE PERNAMBUCO

PODER JUDICIÁRIO

RECIFE, QUINTA-FEIRA, 21 DE OUTUBRO DE 1993 Nº 197

Diário Oficial

Comarcas do Interior realizam concursos

A Corregedoria Geral de Justiça divulgou no sábado passado, dia 16, através do Diário Oficial, data horário e local das provas dos concursos públicos de diversas Comarcas do interior do Estado. A seleção será feita no dia 31 deste mês, às 9 horas, nas cidades de Garanhuns, Palmares e Nazaré da Mata (Ver box).



Xavier é favorável aos concursos

Etério Galvão, a regulamentação desta matéria só foi feita no ano passado, pelo Conselho da Magistratura. Agora, além do cumprimento da Lei, ele acredita que haverá um maior controle sobre os critérios seletivos.

EXEMPLO

Um exemplo típico dos problemas enfrentados pelos juizes no interior é a Comarca de Marial. As deficiências encontradas pelo juiz Elío Braz Mendes, que assumiu a jurisdição plena do município no primeiro semestre deste ano, vão desde a falta de uma cadeia pública até a inexistência de uma sede própria para o Fórum.

No início de seus trabalhos na Comarca, o juiz comunicou ao presidente do Tribunal de Justiça as

condições do Judiciário no município e aproveitou a ocasião para dar entrada no pedido de autorização do Conselho da Magistratura para a realização de um concurso público (que acontece agora).

Segundo ele, o Poder Judiciário local precisa que sejam preenchidos os cargos de Escrevente, Oficial de Justiça e Escrivão. Atualmente, o juiz Elío Braz trabalha com funcionários cedidos pela prefeitura, que foram treinados pelo próprio magistrado.



PODER JUDICIÁRIO

Presidente:
D. Carlos Xavier Pires
Benício Sobrinho

Vice-Presidente:
D. Francisco de Sá Sampaio

Corregedor-Geral:
D. Etério Ramos Galvão

Assessor de Imprensa:
Aldemar Pires

Editor:
Roberto Tavares

Redatores: Lúcia Carvalho,
Márcio Gláucio e Christiane
Alcântara

Fotografia:
João Sanches

Diagramação:
João Gonçalves e Celso Dias
1.192 - DRT/93

Redação:
P. de República s/nº - 5º
Andar - Recife-PE - CEP
50010 - Fone: 424.361/18-208
- Telex: 3116 - Fax: 424.0323 -
CEP 50050-000

citem autorização do Conselho da Magistratura para a feitura do processo seletivo.

Com relação à defasagem de juizes na magistratura pernambucana — outro problema enfrentado pelo Judiciário —, o presidente do TJ espera que todas as vagas ainda existentes sejam preenchidas até o final de sua gestão.

De acordo com o Código de Organização Judiciária, a fiscalização desses concursos fica a cargo da Corregedoria Geral de Justiça. Segundo o Corregedor, desembargador

A realização dos concursos vem preencher uma lacuna no Judiciário estadual, pois já é conhecida a escassez de funcionários da Justiça nos municípios de várias regiões do Estado. Uma difícil realidade enfrentada pelos magistrados no dia-a-dia de suas Comarcas.

Para o presidente do Tribunal de Justiça, desembargador Carlos Xavier, a saída para a melhoria da prestação jurisdicional destas comunidades é mesmo o concurso público. Para isso, ele pede aos juizes que soli-

Todas as provas acontecerão no dia 31 de outubro, às 9 horas (o candidato deve chegar com uma hora de antecedência). Veja abaixo os locais de realização das provas.

*** GARANHUNS (Faculdade de Formação de Professores-FAFPA)** candidatos inscritos nas Comarcas de Alagoinha, Altinho, Angelim, Candeias, Capoeiras, Igará, São João, São Bento do Una, São Caetano, São João, Pedra e Surobró.

*** PALMARES (Faculdade de Formação de Professores da Mata Sul-FAMASUL)** candidatos das Comarcas do Cabo, Cotende, Bacada, Marial, Palmares, Ribeirão e Rio Formoso.

*** NAZARÉ DA MATA (Colégio Municipal Dom Mota)** — candidatos às vagas das Comarcas de Iambê, Petrolândia, Coudado, Nazaré da Mata e São Vicente Ferraz.

Local das provas

Esmape promove conferência

A Escola Superior da Magistratura de Pernambuco promove, na próxima segunda-feira, duas conferências com a Dra. Lieda Letícia Olguin Suarez, assessora para formação de Juizes da Corte de Justiça de

Costa Rica. O tema abordado será "Derechos Humanos en la Formación Judicial". Às 9 horas, a conferência é destinada aos magistrados. Já às 19 horas, Lieda Suarez fala para os alunos da Esmape.



ANO XXX

ESTADO DE PERNAMBUCO

PODER JUDICIÁRIO

RECIFE, SEXTA-FEIRA, 22 DE OUTUBRO DE 1993 Nº 196

Diário Oficial

A outra face de um magistrado (XVI)

Edgar Sobreira de Moura



Dea. Edgar Sobreira ao se apresentar em julho de 93

INFÂNCIA E JUVENTUDE

Filho de Francisco Sobreira de Moura e Alexandrina D'Oliveira de Moura, Edgar nasceu em São José do Belmonte — Santo Antônio de Pernambuco — em 1923. Incentivado por sua mãe, que segundo ele próprio "acresce ansejava muito além dos seus limites," tornou-se um estudante interessado vivamente nos livros e na religião católica. Frequentando a igreja e a escola, fez com distinção todo o seu curso ginasial em Pesqueiros.

Edgar — filho de agricultor e comerciante — ao seu tempo de jovem estudante, levado por José Alexandrina, tinha uma pequena roça sob sua responsabilidade. Nos intervalos das aulas

se esmerava no cultivo da arcaica ou ajudava no atendimento do pequeno comércio de secos e molhados.

"Minha querida mãe dizia sempre que era necessário aprender de tudo um pouco. Ninguém sabe o dia de amanhã. Ainda hoje, tenho a mão direita marcada com um ceto. É uma lembrança viva da minha sociedade cultivando a terra. Em São José do Belmonte, minha "rocinha" de 60 hectares, cercada de cabeças de gado, laranjeiras, pitangas e sapotais, constitui o refúgio sentimental das minhas mais doces evocações."

VIDA MILITAR

Nas fileiras do Exército (43) fez os cursos de cabo e sargento, ganhando na carreira pela pequena deformação dos pés —

para dentro — o divertido epíteto de "Sargento Pé de Pato." A popularidade desse apelido chegou à Casa do Bandeira, onde formava-se o primeiro curso de oficiais. Logo depois, alegando a falta de espaço na turma dos "aquecidos" e à própria Faculdade de Direito onde, segundo ele, o "Consultor Jurídico de Bebedouro" que era o desembargador Benildes Ribeiro, não dispunha esse tratamento.

Salvo do embargo para o teatro da guerra na Europa pela rejeição de "Eino", Edgar permaneceu durante 11 anos na vida militar de onde saiu como 2º Tenente R/L.

"Foi uma experiência valiosa e marcante. Toda jovem deveria passar pelo menos um ano no Exército. Lá — sem torturas psicológicas ou físicas — aprendeu disciplinadamente para as vicissitudes da vida. Um dia, sofri uma reprimenda porque os botões da minha camisa estavam soltos."

MAGISTRATURA

Formado em 1953, Edgar

passou dois anos como promotor interino. Concedida para juiz, foi nomeado em 56, chegando a Esmape, para um ano e sete meses depois ser removido para Salgueiro (5 anos). Em Paudesval, onde não havia transporte, estrada e iluminação, ficou um mês apenas. Chegando a Tanbê — por insistência do destino — permaneceu dois anos, mas só atuou como juiz durante quatro meses. Lá, encontrou um processo em que oito senhores de engenho estavam envolvidos no assassinato de um líder rural. Convidado pelo então Secretário de Segurança Pública, Cel. Ivan Rê, para uma entrevista sobre o caso (9 de abril de 1964), tomou conhecimento que estava sendo considerado suspeito para presidir o julgamento, mediante a denúncia de que era primo de um suposto comunista, Rômulo Sobreira, chefe da Casa Militar do governo Azevedo.

O resultado desse epi-

sódio valeu 54 dias de prisão, sendo de imediato substituído pelo titular temporariamente do cargo. Um outro magistrado do interior (Gê Saldade), recebeu a incumbência de substituí-lo para julgar o processo. A "vis-à-vis" de Edgar ocorreu na Casa de Detenção (18 dias), Secretária de Segurança (18) e Quartel do Destino (18). Quando o processo foi concluído e os senhores de engenho inocentados, Edgar Sobreira ganhou a liberdade. "Foi um período de experiência marcante. Na cadeia, convivi com marginais condenados por roubo. Se gozavam de muito mais regalias. Nunca mais aprendi o quanto vale a liberdade e a importância de julgar com consciência para não cometer injustiça. Como aconteceu comigo."

Depois de atuar em Ver-tentes, Edgar foi promovido por antiguidade para o Recife. Após três anos como juiz substituto, assumiu a 3ª Vara da Família co-

de pernambuco durante 20 anos, até ser eleito desembargador por merecimento. Em julho de 93 se aposentou condignamente.

Com Maria das Graças — sua maior advogada na luta pela libertação — tem cinco filhos: José Romero (Pastor João Paulo Nabuco), Alexandrina (cientista política), Célia Maria (Tribunal de Justiça), Edgar Filho (Administrador) e Vânia (pedagoga).

Atualmente, Edgar se refugia no encantamento das suas novas netas: Lucas, Edgar Neto, Danilo, Torcato, Alana, Rodrigo, Natália, Gabriela e Frederico. Intimamente ligado às suas origens salicinas e à formação religiosa e militar que traz da juventude, continua aos veredictos amigos e familiares: "Tenho duas premissas na vida: ser dócil e humilde de coração e fazer unicamente o bem." Dona Maria das Graças Sobreira Sobreira, avó materna.

Visita

A operacionalização de contas, nas Comarcas do Interior, onde não têm agência do Banepe, e a abertura de conta do Tribunal de Justiça, no Banco do Brasil foram os principais assuntos discutidos entre o presidente Carlos Xavier e o diretor de atendimento do BB, Esmeraldo Velloso Marinho. O desembargador falou do processo de implantação da folha de funcionários e a necessidade da centralização do pagamento. Participou da reunião, a assessora de planejamento do TJ, Silvana Maria Orsi.



ANO XXX

ESTADO DE PERNAMBUCO

PODER JUDICIÁRIO

RECIFE, TERÇA-FEIRA, 26 DE OUTUBRO DE 1993 Nº 205

Diário Oficial

Carlos Xavier é agraciado Juizado completa três anos de atuação

O presidente do Tribunal de Justiça, desembargador Carlos Xavier, foi homenageado com a Medalha do Mérito Aeronáutico, na última sexta-feira. A solenidade, realizada no 2º Comando Aéreo Regional, foi aberta pelo comandante, Major Brigadeiro do Ar, Carlos Sérgio de Sant'Ana César, que fez a leitura da ordem do dia do Ministério da Aeronáutica.

A Medalha foi entregue a personalidades que se destacaram pelos serviços prestados à Aeronáutica e integrou as comemorações da Semana da Asa. Foram condecora-

dos o vice-governador, Roberto Pontes, o presidente do TRF, juiz José de Castro Meira, o chefe do Estado Maior, coronel aviador, Antônio Carlos Figueiredo de Almeida, entre outros.

comendas aos agraciados.

O desembargador Carlos Xavier compareceu, durante a semana, aos eventos que integraram as comemorações do aniversário da Força Aérea. Ele foi ao Centro



Carlos Xavier recebe Medalha do Mérito Aeronáutico

A festividade contou com a presença de políticos, militares e outras autoridades, além dos funcionários do Comar. Logo após a leitura da Ordem do Dia, houve desfile de tropas e em seguida a entrega das

Integrado de Defesa e Controle do Tráfego Aéreo - Cindacta III. Na ocasião, segundo afirmou, conheceu modernos equipamentos e instrumentos de comunicação utilizados pela Aeronáutica brasileira.

O Juizado de Pequenas Causas de Jaboatão, que funciona na rua Júlio Maranhão, em Prazeres, está completando este mês, três anos de existência. Instalado em 31 de outubro de 1991, o JPC tem se destacado como importante órgão de prestação de serviço à população de Prazeres e áreas vizinhas. Isso pode ser comprovado pelo índice de conciliação, que no período alcançou a marca de 81,66%.

Incluído entre os sete Juizados que funcionam no Recife e Região Metropolitana, é o único na cidade. Atende aos moradores de Candeias, Piedade e Barra de Jangada. Desde a sua inauguração foram registradas 3.267 queixas e a conciliação (acordo entre as partes) foi alcançada em 1.866 casos. O coordenador, juiz Aury de Barros Lima Filho destacou que o maior número de causas diz respeito a cobrança de dívidas.

As reclamações sobre pensões alimentícias, que não são pagas, também são frequentes. Nos três anos foram abertos 683 processos dessa natureza. A atuação dos conciliadores possibilitou que se chegasse a um acordo em 378 do total de queixas apresentadas. As causas registradas no Juizado, como nos demais, são

resolvidas em pouco tempo e envolvem valores até 20 salários mínimos.

Em todo o Estado foram criados dez Juizados de Pequenas Causas. No Recife funcionam três, nos bairros de Afogados, Rosarinho e Cordeiro. Na RMR, além do citado, existem nas cidades de Camarajibe, Cabo, Paulista e Olinda. Os outros dois estão no Interior, nas Comarcas de Petrolina e Caruaru.

PROJETO
O número atual pode ser ampliado, caso o projeto enviado pelo presidente do Tribunal de Justiça, des. Carlos Xavier, seja aprovado na Assembleia Legislativa e sancionado pelo governador Joaquim Francisco. A proposta trata da criação e instalação de seis novos juizados, sendo três na Capital e três no Interior. A ma-

téria está em tramitação nas comissões de Justiça, Finanças e Administração Pública.

Constituído por oito artigos, o projeto trata também da criação de 36 cargos de conciliador, 21 de secretário e 21 de secretário-adjunto, todos para provimento em comissão. Estão previstos ainda, 45 cargos efetivos de digitador, 30 de datilógrafo, 45 de atendente de recepção, 15 de auxiliar de serviços gerais e três de oficial de justiça.

Segundo o presidente Carlos Xavier os cargos destinam-se à instalação e funcionamento dos JPCs. Antes de ser enviado à Assembleia, o projeto foi apreciado e aprovado pelo Tribunal Pleno. A proposta tem como justificativa o elevado índice de prestação jurisdicional à população, que esses núcleos têm alcançado.



PODER JUDICIÁRIO

Presidente:
Des. Carlos Xavier Paes
Eusebio Sobrinho

Vice-Presidente:
Des. Prisciliano de Sá Sampaio

Corregedor-Geral:
Des. Edécio Rêgo de Oliveira

Auxiliar de Imprensa:
Aldemir Paiva

Editores:
Roberto Torres

Colaboradores: Lécio Carvalho,
Marcelo Glaser e Christiano
Alencar

Fotografia:
João Barbosa

Diagramação:
Elis Gurgel e Celso Dias
L. 195 - DKT/2

Redação:
Praça da República 467 - 5º
Andar - Recife-PE - CEP
50.010 - Fone: 424.311/20-214
- Telex: 5135

Associação vai se reunir em Natal

Natal, capital do Rio Grande do Norte, vai sediar o próximo Congresso da Associação Brasileira de Magistrados e Promotores da Infância e da Juventude. O encontro, que se realiza a cada dois anos, está marcado para outubro de 1995. A escolha aconteceu no dia 18, durante encerramento do XV Congresso da entidade, em Curitiba.



ANO XXX

ESTADO DE PERNAMBUCO

PODER JUDICIÁRIO

RECIFE, SÁBADO, 23 DE OUTUBRO DE 1993 Nº 199

Diário Oficial

Magistrados discutem Estatuto



Juiz Carlos: o Brasil é o único a pensar na redução da idade penal

Juiz defende reforma da Lei 8069

O juiz Celso Gusmão, da 1ª Vara da Infância e da Juventude, defende a reforma do Estatuto da Criança e do Adolescente. Entende que a Lei 8069, que há três anos se encontra em vigor, contém inconstitucionalidades e inúmeros equívocos que a tornam de difícil aplicação na sociedade brasileira.

Ex-menino "trabalhador de rua", quando vendia doce, banana e laranja, o magistrado é autor do Projeto de Reforma do Estatuto, que se encontra no Senado, propondo a retirada de pontos que considera inconstitucionais e a revogação de 83 artigos. Com a retirada desses artigos, Celso oferece sugestão para elaboração de um novo Código do Menor.

De acordo com o magistrado, haveria assim duas leis em vigência. "O próprio Estatuto, que modificado conteria apenas normas sociais e o novo Código do menor que traria de volta a responsabilidade imediata do juiz sobre a criança, como antes".

Atualmente, disse o titular da 1ª Vara da Infância e da Juventude, o Estatuto determina que o menor infrator, depois de apreendido pela delegacia especializada, passe por uma triagem feita pelo promotor, pelos serviços social e de psicologia, devendo ainda aguardar audiência no Centro de Atendimento provisório, localizado no Juizado, quando somente então será conhecida a decisão judicial sobre o caso.

Há três anos em vigor — completados no dia 14 de outubro — o Estatuto da Criança e do Adolescente ainda causa polêmica. As correntes contra e a favor alegam, de um lado, que a lei é ambiciosa para um país como o Brasil e, de outro, que ela traduz um crescente respeito aos direitos do cidadão. Todos esses pontos foram mais uma vez discutidos, agora em Curitiba, durante o XV Congresso da Associação Brasileira de Magistrados e Promotores de Justiça da Infância e da Juventude, no período de 9 a 12 de maio.

Mas se o Congresso mostrou que o Estatuto ainda gera controvérsia, mostrou também que existe pelo menos um consenso: a redução da idade penal de 18 para 16 anos foi reprovada por unanimidade entre os participantes. De acordo com o juiz Luiz Carlos de Barros Figueiredo, titular da 2ª Vara da Infância e da Juventude de Recife, enquanto o Brasil pensa em baixar esse limite, a maioria mundial defende a manutenção dos 18 anos com tendência a elevar para 21.

Dados estatísticos da 2ª Vara especializada indicam que entre 100 menores infratores, 76 deles jamais voltam a ter problemas com a Justiça, sendo a maioria do restante reapsosível apenas por pequenas

Associação elege nova presidência

O pernambucano Luiz Carlos de Barros Figueiredo foi eleito 1º vice-presidente da Associação Brasileira dos Magistrados e Promotores de Justiça da Infância e da Juventude. O juiz é titular da 2ª Vara da Infância e da Juventude da Capital e foi escolhido por aclamação, durante o XV Congresso da entidade, realizado em Curitiba. O jurista e membro do Ministério público, Paulo Afonso Garrido de Paula, foi eleito presidente, por um período de dois anos.

infrações patrimoniais. Luiz Carlos entende que reduzir a idade pode ser uma medida cômoda, mas não a mais acertada. "Se a idade penal passar para 16 anos, todos esses menores estariam hoje no Anfal Bruno, muito mais distanciados de uma recuperação social".

Luiz Carlos afirma que é ilusão esperar a construção de presídios especiais para os presos que estão na faixa dos 16 aos 18 anos, porque a lei já determina isso desde 1985 e nunca foi nenhum construído. Adiantou que o Centro de Atendimento Provisório e o Centro de Recuperação de Menores da Fundac já funcionam como presídios especiais, bastando apenas que lhes seja proporcionada maior segurança externa.



PODER JUDICIÁRIO

Presidente:
Dra. Carlos Xavier Pires
Bueno Sobrinho

Vice-Presidente:
Dra. Francisco de Sá Sampaio

Corregedor-Geral:
Dra. Sílvia Rêgo Góes

Assessor de Imprensa:
Adriana Silva

Editor:
Roberto Távora

Redatores: Lúcia Corrêa,
Marcelo Cláudio e Christiane
Alcântara

Fotografia:
João Barbosa

Diagramação:
Nélio Gonçalves e Orestes Dias
1.392 - DRT/93

Redação:
Rua da República s/nº - 5º
Andar - Recife-PE - CEP
50.010 - Fone: 424.5511/6-221
- Telex: 3136

Circulação do Diário Oficial

Devido ao feriado do dia 2 (finados) e ao ponto facultativo decretado pelo Governo do Estado para o dia primeiro de novembro, a circulação do Diário Oficial do Poder Judiciário fica alterada. Depois da edição de amanhã, as matérias jornalísticas deste Poder só voltam a ser veiculadas normalmente a partir da próxima quinta-feira, dia 04.



ANO XXX

ESTADO DE PERNAMBUCO

PODER JUDICIÁRIO

RECIFE, QUINTA-FEIRA, 28 DE OUTUBRO DE 1993 Nº 202

Diário Oficial

Tribunal tem Câmaras de Férias

Processos urgentes não mais sofrerão atrasos durante as férias coletivas dos desembargadores do Tribunal de Justiça, nos meses de janeiro e julho. O novo Regimento Interno da Casa criou as Câmaras Especiais de Férias que, possivelmente, entram em funcionamento a partir do próximo ano. Tudo só depende da escolha e nomeação dos 12 magistrados que passam a compor a Corte Judiciária pernambucana.



Itamar Pereira, presidente da Comissão de Organização Judiciária

As Câmaras de Férias — uma cível e outra criminal — têm a função de julgar ações de maior pre-
mência, que antes eram encaminhadas ao presidente do Tribunal de Justiça, nos períodos de recesso coletivo. Cada uma será composta por três desembargadores que se habilitem voluntariamente, 30 dias an-

tes do início das férias, sendo respeitada a preferência pela ordem de antiguidade.

Se nenhum magistrado manifestar essa vontade, a designação será feita pelo presidente do Tribunal, entre os componentes das Sessões Cível e Criminal. O desembargador só pode atuar na Câmara

de Férias pela segunda vez, se não houver interesse de outro magistrado que dela ainda não tenha participado.

REUNIÕES

A Câmara Cível de Férias vai se reunir sempre às terças, à tarde, para decidir sobre liminar em mandado de segurança, processar e julgar ações cautelares e

habeas datas e julgar apelações e agravos em que, não havendo revisor, o relator venha a compor a referida Câmara.

A tarde das quintas fica reservada à Câmara Criminal de Férias que por sua vez, vai processar e julgar recursos de denegação de habeas corpus e os recursos em sentido restrito,

nos casos em que o paciente imputado esteja preso. O desembargador que fizer parte de uma dessas Câmaras pode gozar férias individuais em qualquer outro mês do ano.

COMISSÃO

O Regimento Interno do Tribunal de Justiça foi alterado pela Resolução nº 070, sofrendo modificações nos artigos 1º, 3º, 6º, 8º, 12º, 19º, 20º, 28º e 34º, que dizem respeito à nova composição do Poder Judiciário estadual.

A Comissão Permanente de Organização Judiciária foi responsável por essas alterações, recebendo subsídios da assessoria de planejamento da presidência do Tribunal de Justiça. A comissão é composta pelos desembargadores Itamar Pereira (presidente), Artur Pio (relator do Regimento) e Agenor Ferreira Lima.

De acordo com o juiz Jovaldo Nunes, assessor de planejamento, as Câmaras Especiais de Férias são novidade no Judiciário pernambucano, embora já existam em Tribunais maiores, como o de São Paulo, onde a ex-

cessiva tramitação de processos exige medidas dessa natureza, para evitar acúmulo de feitos distribuídos durante o recesso coletivo.

O magistrado informou, ainda, que as férias coletivas foram criadas em 1979, através da Lei Orgânica da Magistratura Nacional — Loman — complementar à Constituição Federal. Com a revisão constitucional, a Loman também passará por modificações.



PODER JUDICIÁRIO

Presidente:
Des. Carlos Xavier Pires
Bueno Salgado

Vice-Presidente:
Des. Francisco de Sá Siqueira

Corregedor-Geral:
Des. Bento Soares Galvão

Assessor de Imprensa:
Alcides Paiva

Editor:
Roberto Távora

Redatores: Lúcia Carvalho,
Almeida Gomes e Christovam
Albuquerque

Supervisor:
João Barbosa

Direção:
Júlio Gonçalves e Cláudio Dias
L. 192 - DRT/93

Redação:
Praça da República nº 4 - 5º
Andar - Recife-PE - CEP:
50010-100 - Fone: 424.3811/8-204
- Telex: 3114

Inscrições abertas para novo curso da ESMape

A Escola da Magistratura de Pernambuco está com inscrições abertas para o Curso de Preparação à Magistratura. O curso será iniciado em fevereiro do próximo ano e os interessados têm até o dia 30 deste mês para se inscreverem. Na próxima quinta-feira, dia 4, a edição do Diário Oficial do Poder Judiciário trará matéria especial sobre o assunto.



ANO XXX

ESTADO DE PERNAMBUCO

PODER JUDICIÁRIO

RECIFE, SÁBADO, 30 DE OUTUBRO DE 1963 Nº 203

Diário Oficial

Escola da Magistratura entre as melhores do País



A ESMape também tem preparado novos juizes para a Magistratura

Com apenas seis anos de criação, a Escola Superior da Magistratura de Pernambuco já alcança destaque entre as Escolas Judiciais do Brasil. Órgão da Associação dos Magistrados do Estado, a ESMape está, segundo a avaliação do presidente da Escola Superior da Magistratura Nacional, ministro Sálvio Figueiredo, entre as 10 melhores do país.

O objetivo da Escola é o aperfeiçoamento da magistratura no Estado. Para isso, ela atua de duas formas: primeiro, com a preparação dos bacharéis para o ingresso na carreira (ver matéria na próxima

semana); depois, com a reciclagem dos próprios juizes.

Para os novos magistrados, a Escola também oferece um curso de iniciação à função judicial, com duração de um mês, em horário integral. Nela, os juizes substitutos de 1ª Entrância passam pelo processo prático da aplicação de seus conhecimentos, observando o andamento dos processos nas diversas Varas da Justiça, participando do Tribunal do Juri e analisando sentenças, além de uma carga teórica mínima.

O curso (que foi criado para suprir a não exigência da prática fo-

rense para o exercício do cargo de juiz de Direito) tem apresentado, segundo a avaliação do presidente do Tribunal de Justiça, desembargador Carlos Xavier, bons resultados para a magistratura de Pernambuco.

RECICLAGEM

Para os juizes em atuação no Estado, a ESMape tem procurado — através de encontros, seminários, simpósios e conferências — reciclar e atualizar os seus conhecimentos do Direito. De acordo com o diretor da Escola, desembargador Etério Ramos Galvão, somente este ano já foram feitos três encontros de

magistrados. "Até o final do ano, pretendemos fazer mais três", completa.

Nestes encontros, os juizes não só abordam as questões do Direito, mas adquirem, através de uma equipe especializada, noções básicas de administração, gerenciamento, relações humanas e liderança. "Isso é muito importante para o magistrado, que além de juiz é também chefe de uma repartição pública", afirma Etério Galvão.

PRESTÍGIO

O V Simpósio de Direito Civil e Processual Civil, realizado no início deste mês, aqui no Recife, serviu, segundo o desem-

bargador Etério Galvão, para fixar o nome da ESMape (que foi co-patrocinadora do evento) no cenário nacional e, principalmente, contestino.

De acordo com dados do Centro de Convenções, o encontro registrou o maior público inscrito em eventos realizados no Teatro Guararapes. Além do sucesso, o simpósio deixou um saldo financeiro positivo para a Escola, que será destinado à aquisição de um acervo bibliográfico.

A Escola Superior da Magistratura de Pernambuco também tem obtido novos associados. A AMATRA, Associação dos Magistrados da Justiça do

Trabalho, já faz parte do Conselho administrativo da Escola. Segundo a direção da ESMape, o convite para integrar o Conselho também foi feito à Justiça Federal.

A mudança do atual endereço (Av. João de Barros) para o novo Fórum do Recife (Antigo Grande Hotel) também trará benefícios para a Escola. Além de salas maiores e em melhores condições de uso, a ESMape poderá utilizar o auditório do Fórum Tomás Cirilo Vandeley para palestras e conferências.



PODER JUDICIÁRIO

Presidente:
Des. Carlos Xavier Pass
Barrato Sobrinho

Vice-Presidente:
Des. Raimundo de Sá Siqueira

Correspondente-Geral:
Des. Edilso Ramos Galvão
Assessor de Imprensa:
Alfonso Palma

Editorial:
Roberto Tavares

Redatores: Lúcia Carvalho,
Edson Oliveira e Cláudio
Almeida

Fotografia:
Jorge Zamboni

Direção:
Edson Gonçalves e Cláudio
Almeida

Redação:
Rua da República nº 1 - 2º
Andar - Recife-PE - CEP
50.000-000 - Fone: 474.31/18-
208 - Telex: 3118 - Fax:
424/3822

Floresta: concurso é no domingo

A Corregedoria Geral de Justiça avisa aos candidatos inscritos no Concurso Público da Comarca de Floresta que as provas serão realizadas no próximo domingo, dia 07, às 9

horas, no Colégio Diocesano, localizado na Avenida Deputado Audomar Ferraz, s/n, centro de Floresta. Os interessados devem comparecer com uma hora de antecedência ao local.



ANO XXX

ESTADO DE PERNAMBUCO

PODER JUDICIÁRIO

RECIFE, QUINTA-FEIRA, 04 DE NOVEMBRO DE 1993 Nº 204

Diário Oficial

Esmape abre inscrições para novo curso

Estão abertas, desde o dia 25 do mês passado, as inscrições para o Curso de Preparação à Magistratura, promovido pela Escola Superior da Magistratura de Pernambuco. Os bacharéis em Direito interessados devem passar por um processo seletivo em janeiro do próximo ano. São 100 vagas para duas turmas, que iniciarão as aulas em fevereiro de 1994.

Os candidatos interessados devem se dirigir ao Bandepe (agência 001, Posto do Tribunal de Justiça) e pagar a taxa de inscrição em nome da Esmape (conta corrente nº 0525252-2). O valor varia de acordo com o dia do pagamento: CR\$ 2.000,00 (dois mil cruzeiros reais) até o dia 15 ou CR\$ 2.300,00 (dois mil e trezentos cruzeiros reais) até o dia 31 deste mês, último prazo para a inscrição.

Será exigido ainda dos candidatos uma xerox autenticada da carteira de identidade e do diploma de bacharel em Direito (ou da declaração de colação de grau do curso), o "currículo vitae" e duas fotografias 3x4. A matrícula definitiva ficará condicionada à aprovação no exame seletivo, em janeiro (ver

box com programa da prova).

SEMESTRES

O curso de preparação à magistratura terá 720 horas/aula, dividido em três semestres. No primeiro, os professores da Esmape abordarão a Sociologia Jurídica, os direitos Penal, Civil, Administrativo, Comercial e Eleitoral, além dos Processos Civil e Penal e da Língua Vernacular Jurídica.

No segundo semestre, o curso dará continuidade a algumas disciplinas do primeiro período, acrescida de um estudo sobre a Hermenêutica Jurídica, a Filosofia do Direito e a Lógica da Controvérsia, num total de 180 horas/aula.

Passadas estas etapas, os bacharéis farão, no último semestre, a opção pelo curso de preparação à magistratura do Trabalho ou da Justiça Comum. Aqui, cada aluno fará uma especialização na área do Direito em que deseja seguir.

NOVA SEDE

A Escola da Magistratura de Pernambuco, que hoje se encontra entre as melhores Escolas Judiciais do País, está mudando de endereço. De acordo



A escola da Magistratura vai funcionar no antigo Grande Hotel

com sua direção, ainda este mês a Esmape passa a funcionar no Fórum Tomás Cirão Vanderley, antigo Grande Hotel, no centro do Recife.

Atualmente, a Escola funciona na Avenida João de Barros, no bairro do Espinheiro. Com a mudança, os novos alunos terão salas de aula mais amplas e com melhores equipamentos. Para maiores informações, o telefone da Esmape é 241-7069.

Programa para o Exame Seletivo

a) DIREITO CIVIL — Pessoa Natural, Pessoa Jurídica, Fato Jurídico, Negócio Jurídico, Ato Ilícito, Casamento, Dissolução da Sociedade e do Vínculo Conjugal, Adopção, Pátrio Poder, Alimentos, Tutela, Posse, Propriedade, Sucessão, Locação Predial, Registros Públicos.

b) DIREITO PENAL — Do Crime, Classificação, Relato do Crime, Crime Consumado e Crime Tentado, Crime Impossível, Crime Doloso e Crime Culposo, Tentativa, O Ego no Direito Penal.

c) DIREITO PROCESSUAL CIVIL — Das Partes e dos Procuradores, Intervenção de Terceiros, Litisconsórcio, Competência e Jurisdição, Atos Processuais, Tempo, Prazos, Nulidades, Formação, Suspensão, e Extinção do Processo, Processo e Procedimento, Procedimento Ordinário, Julgamento Antecipado da Lide, Sanção do Processo, Audiência de Instrução e

Julgamento, Procedimento Sumaríssimo, Julgamento da Causa.

d) DIREITO PROCESSUAL PENAL — Ação Penal Pública e Ação Penal Privada, Das Citações e Intimações, Da Prova, Processos em Espécie, Processo Comum, Processo Sumário, Contradições, Nulidades, Da Prisão e da Liberdade Provisória, Da Sentença, Recursos, Habeas-corpus.

e) DIREITO DO TRABALHO — Princípios, Pentes, Interpretação das Normas Trabalhistas, Contrato Individual do Trabalho, sujeitos, Alteração, Interrupção, Suspensão, Rescisão, Estabelecimento e Garantia do Emprego, Direito Coletivo do Trabalho, Acordo Coletivo, Convenção Coletiva e Direito Coletivo.

f) DIREITO PROCESSUAL DO TRABALHO — Petição Inicial, Defesa, Competência, em razão da matéria e territorial, Sentença, Recurso.



PODER JUDICIÁRIO

Presidente:
Des. Carlos Xavier Pass
Bueno Sobrinho

Vice-Presidente:
Des. Francisco de Sá Siqueira

Corregedor-Geral:
Des. Eládio Ramos Galvão

Assessor de Imprensa:
Adilson Paiva

Editores:
Roberto Tiviano

Redatores: Lúcia Cavaleiro,
Maurício Gomes e Christiano
Alcântara

Fotografia:
João Barbosa

Diagramação:
Júlio Gonçalves e Celso Dias
1.192 - 107/93

Redação:
Pra. da República s/nº - 5º
Andar - Recife-PE - CEP
50.810-000 - Fone: (24) 311.185
248 - Telex: 3116 - Fax:
4245933

Curso

A Escola Superior da Magistratura encerra hoje as inscrições para o curso de Preparação à Magistra-

tura. Os bacharéis inscritos devem passar por um processo seletivo em janeiro do próximo ano. O curso terá 720 horas/aula,

dividido em três semestres e será iniciado em fevereiro. São oferecidas 100 vagas para duas turmas. A Esmape já está funcionando no Fórum Tomás Cirilo Wanderley desde o início do mês.



ANO XXX

ESTADO DE PERNAMBUCO

PODER JUDICIÁRIO

RECIFE, TERÇA-FEIRA, 30 DE NOVEMBRO DE 1993 Nº 221

Diário Oficial

TJ realiza novo concurso para juiz

Mais um concurso para Juiz Substituto de 1ª Entrância foi aberto pelo Tribunal de Justiça. As inscrições estão sendo feitas, desde a última sexta-feira, na Secretaria do TJ, das 12 às 18h. Os interessados em participar têm até o próximo dia 25 para fazer suas inscrições preliminares e devem apresentar certificado de conclusão do curso de Direito, certidão de nascimento, carteira de identidade e comprovante de pagamento de taxa no valor de CR\$ 1,5 mil. Em todo o Estado existem cerca de 200 vagas.

Alfabetização

Os detentos da cidade de Jataíba, localizada na região Agreste do Estado, estão vivendo uma experiência diferente desde o mês passado. Eles estão participando do curso de alfabetização oferecido pelo Judiciário local. As aulas acontecem na cadeia pública da cidade, duas vezes por semana, no horário das 15 às 16h.

De acordo com o juiz da Comarca, Fernando Menezes Silva, o trabalho sócio-educativo está sendo realizado pela professora aposentada, Luiza Ziza Siqueira, que decidiu prestar essa colaboração àqueles que necessitam de ajuda. Desde que as aulas começaram a ser ministradas, o número de presidiários interessados em ser alfabetizados aumenta a cada dia, destacou o titular do Foro da cidade.

verá assumir o compromisso de que irá residir na Comarca, para a qual venha a ser indicado, conforme determina a Constituição Federal. A taxa deve ser recolhida na conta nº 527.840-8, agência 00-posto do TJPE, do Bando.

PROVAS

Terminado o prazo de inscrição preliminar, o Tribunal de Justiça divulgará a relação dos candidatos que obtiveram deferimento e os nomes dos membros da Comissão Examinadora. Essa Comissão convocará os inscritos a realizarem as provas em dia, local e horário a serem

publicados no Diário Oficial, com antecedência de dez dias. Os participantes se submeterão a provas escritas e práticas, incluindo a vida progressiva e investigação social, exame de saúde, exame psicotécnico, entrevista, prova oral e de títulos. O programa das provas escritas (objetiva e dissertação) e prática inclui as seguintes matérias: Direito Constitucional, Direito Civil, Direito Comercial, Direito Penal, Direito Eleitoral, Direito Administrativo, Direito Judiciário (Processual Civil e Processual Penal) e Medicina Legal.



PODER JUDICIÁRIO

Presidente:
Dr. Carlos Xavier Pires
Barreto Sobrinho

Vice-Presidente:
Dr. Francisco de Sá Sampaio

Corregedor-Geral:
Dr. Sérgio Ramon Góes

Assessor de Imprensa:
Alfredo Paiva

Editores:
Roberto Diniz

Redatores: Lúcia Carvalho,
Marcelo Góes e Christiane
Alencar

Fotografia:
João Roberto

Diagramação:
Jairo Chaves e Carlos Dito
1.192 - 287.775

Redação:
Praça da República nº 397
Arquivo - Recife-PE - CEP
50010-040 - Fone: 426.3911/R-
250 - Telex: 3116 - Fax:
4261822

Atualmente o salário de um juiz de 1ª Entrância chega a CR\$ 381 mil. De acordo com o presidente do TJPE, desembargador Carlos Xavier esse é o terceiro concurso que o Tribunal realiza em curto espaço de tempo. Ele ressaltou que o número de aprovados, no concurso que está em andamento, não será suficiente para preenchimento das vagas existentes. "Cento e setenta e três candidatos estão aguardando o resultado da Inscrição Definitiva. Aqueles que obtiveram confirmação serão, ainda, submetidos à prova oral. Dessa forma já se sabe que os cargos irão permanecer vagos".

No formulário de inscrição, o candidato deverá relacionar os períodos de atuação como juiz, membro do Ministério Público, advogado ou titular de função técnico-jurídica. Na ocasião, o concorrente de-



Carlos Xavier quer diminuir as vagas existentes para o cargo de juiz

Visita

O presidente do Tribunal de Justiça, desembargador Carlos Xavier, recebe hoje às 10h30 no Salão Nobre do Palácio da Justiça

a visita dos cientistas alemães da Deutsche Stiftung für International Entwicklung, acompanhados de conselheiros do Tri-

bunal de Contas do Estado. Os alemães participam do Seminário Internacional de Administração Pública, sobre o tema Objetivos e Tarefas do Município no Âmbito do Meio Ambiente.



ANO XXX

ESTADO DE PERNAMBUCO

PODER JUDICIÁRIO

RECIFE, QUARTA-FEIRA, 01 DE DEZEMBRO DE 1993 Nº 222

Diário Oficial

Desembargadores desobstruem trabalhos no TJPE

O presidente do Tribunal de Justiça, desembargador Carlos Xavier, apelou aos desembargadores por maior agilização dentro do Judiciário pernambucano no que diz respeito à lavratura e publicação de acórdãos, em resposta à indicação realizada na Assembleia Legislativa pelo deputado José de Siqueira.



Carlos Xavier agiliza Justiça

Encontros discutem Criança e Adolescente

O papel das equipes técnicas, a adoção internacional e a liberdade assistida são alguns dos assuntos que serão discutidos durante o III Encontro de Juízes e o II Encontro de técnicos e servidores dos Juizados da Infância e da Juventude, entre os dias 13 e 14.

Os encontros dão continuidade a iniciativas anteriores da Presidência do Tribunal de Justiça, que pretende aprofundar os conhecimentos de magistrados, equipes técnicas e servidores das principais Comarcas de Pernambuco, onde existem Varas da Infância e da Juventude.

Segundo a assessora de Planejamento e uma das organizadoras dos eventos, Silvana Oriá, o TJ está bancando as despesas envolvidas na programação e conta também com uma liberação de verba da UNICEF.

Além de incluir no programa debatedores pernambucanos envolvidos com a causa da criança e do adolescente, como a presidenta do Conselho Estadual de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente, Olga Câmara, a organização dos encontros terá o juiz da Infância e da Juventude de Porto Alegre, Marcel Esquivel Hope, para falar da experiência na capital gaúcha.

Os últimos encontros envolvendo essa temática aconteceram em novembro do ano passado, em Moreno. De acordo com Silvana Oriá, a continuidade desse tipo de trabalho é consequência de uma preocupação da Presidência com o aprimoramento da técnica e com a aplicabilidade da Lei nas questões da criança e do adolescente.

Siqueira afirmou que a lavratura e publicação de acórdãos tem sido lenta devido ao acúmulo de trabalhos do Tribunal de Justiça, fazendo com que meses e, às vezes, anos sejam necessários para formalização dos julgamentos.

O Mandado de Segurança impetrado por policiais militares, segundo o deputado, é um exemplo. De nº 0006914-3, o Mandado foi impetrado a 22 de junho de 1990, julgado em 19 de outubro de 1992, sendo o acórdão apenas publicado em 2 de setembro de 1993.

José de Siqueira in-

formou também que existe o caso de Pedro Gomes da Silva que entrou com um ação para ser reintegrado à Polícia Militar. O Tribunal decidiu pela reintegração, os autos foram concluídos em 24 de março de 1993, mas ainda hoje se espera pela lavratura do acórdão.

De acordo com o presidente, providências já vêm sendo tomadas dentro do Judiciário pernambucano no sentido de mudar essa situação. Uma delas foi a ampliação do número de membros do Tribunal de Justiça. Com os 12 novos desembargadores, Carlos Xavier espera desobstruir o andamento das ações no TJ.



PODER JUDICIÁRIO

Presidente
Dca. Carlos Xavier Dias
Bacena Sobrinho

Vice-Presidente
Dca. Francisco de Sá Sampaio

Corregedor-Geral
Dca. Sérgio Raimundo Galvão

Assessor de Imprensa
Alcides Silva

Editor
Roberto Travenço

Redatores: Lúcia Carvalho,
Márcio Oliveira e Cláudio
Alcides

Diagramador
João Barbosa

Diagramação:
1624 Gonçalves e Cólada S/A
L.192 - 207.072

Redação:
Pra. da República s/nº - 5º
Andar - Recife-PE - CEP
50.010-040 - Fone: 424.2811(Bx.
208) - Telex: 3115 - Fax:
4341612

Juizes participam de encontro em Caruaru

O III Encontro de Juizes de 1ª e 2ª Entrâncias de Pernambuco será realizado amanhã e sábado, no Hotel do Sol, em Caruaru. O evento abrange os magistrados das 6ª, 7ª e 8ª Circunscrições, ou seja, os juizes de Direito de Altinho, Bezerros, Caruaru,

Panelas, Santa Cruz do Capibaribe, São Caetano, Brejo da Madre de Deus, Cachoeirinha, Igarapé, Taquaritinga, Toritama, Água Preta, Palmares, Quipapá, Marial, Barreiros, Cabo, Escada, Ribeirão, Ipojuca, Sirinhaém e São José da Cora Grande.



ANO XXX

ESTADO DE PERNAMBUCO

PODER JUDICIÁRIO

RECIFE, QUINTA-FEIRA, 02 DE DEZEMBRO DE 1993 Nº 223

Diário Oficial

Comarcas realizam prova de datilografia

Os concursos públicos realizados por várias Comarcas do interior do Estado estão chegando a sua etapa final. Neste domingo, dia 5, às 9h, será realizada a prova de datilografia para os candidatos classificados na 1ª fase da seleção. As provas acontecem nas cidades de Surubim, Nazaré da Mata, Garanhuns e Palmares.

Os candidatos aprovados nas Comarcas de Brejo da Madre de Deus, João Alfredo, Santa Cruz do Capiba-

ribe e Santa Maria do Cambucá farão a prova no Fórum Bel. Dídimo G. Guerra, em Surubim. Já os que se

classificaram para Condado, Ferreiros, Nazaré da Mata e São Vicente Férrer realizam a prova no Fórum de



Servidores do Judiciário: bom aproveitamento nos cursos de Inglês

Nazaré da Mata.

No Fórum Ministro Eraldo Gueiros Leite, em Garanhuns, a prova é para os candidatos aprovados nas Co-

marcas de Alagoinha, Altinho, Angelim, Canhotinho, Capoeiras, Itaíba, Sanharó, São João e Pedra. Por fim, os classificados para

os municípios de Cabo, Escada, Marial, Palmares, Ribeirão e Rio Formoso fazem a prova no Fórum de Palmares.

NRH conclui mais um curso de Inglês

O Núcleo de Recursos Humanos do Tribunal de Justiça de Pernambuco está finalizando mais um curso de Inglês dirigido para os servidores do Poder Judiciário. Desde o mês de abril, duas turmas — uma para iniciantes e outra para alunos intermediários — estão estudando a Língua Inglesa. Agora em dezembro, o NRH entrega os certificados aos alunos aprovados.

Esta é a segunda vez que o Núcleo de Recursos Humanos promove o curso de aprendizagem da Língua Inglesa. Neste ano, entretanto, o curso foi mais completo, sendo realizado durante os dois semestres. No ano passado, as aulas só aconteceram no período entre agosto e dezembro.

Segundo o professor José Guilherme Nascimento, que ministra o curso, o conhecimento da Língua Inglesa é imprescindível em qualquer profissão. "Para os servidores do Judiciário existe também a questão dos que trabalham com a informática. Para estes, o curso tem uma importância ainda maior", avalia.

O aproveitamento dos participantes, de acordo com José Guilherme, tem

sido muito bom. "Adotamos o método da conversação direta, onde os alunos entendem e falam o Inglês com facilidade", afirma. Essa metodologia utiliza-se também de fitas didáticas e em vídeo.

AVANÇADOS

A ideia do Núcleo de Recursos Humanos do TJPE é dar sequência ao curso de Inglês no próximo ano. Além da abertura de novas turmas para os módulos 1 e 2 (iniciantes e intermediários), existe a ideia de criar uma turma de "avançados", para os servidores que já possuem um grande conhecimento da língua.

Mas, segundo Gisela Santos, Coordenadora de Treinamento do NRH, o Núcleo ainda fará uma avaliação dos cursos dados este ano. "Só assim poderemos fazer uma programação para o próximo ano", acrescentou. A ideia da turma para "avançados", entretanto, não foi descartada.

De acordo com a Coordenadora, além da avaliação que será feita pela equipe, o Núcleo de Recursos Humanos precisa também saber qual o posicionamento do novo presidente do TJPE — que

toma posse em fevereiro de 94 — sobre a programação de treinamentos que está sendo elaborada para o próximo ano. "Só depois disso é que poderemos definir as nossas metas", completou.



PODER JUDICIÁRIO

Presidente:
Des. Carlos Xavier Pass
Ezequiel Sobrinho

Vice-Presidente:
Des. Placido de Sá Sampaio

Corregedor-Geral:
Des. Edirio Ramos Galvão

Auxiliar de Imprensa:
Aldemir Pinho

Editor:
Roberto Tavares

Redatores: Lúcia Cavallini,
Maurício Olavo e Christiane
Albuquerque

Telegrafista:
João Dubeaux

Diagramação:
Mário Gonçalves e Cláudio Dias

Impressão:
L. 1972 - DRT/PE

Endereço:
Pra. da República nº 5 - 5ª
Andar - Recife-PE - CEP
50.010-040 - Fone: 424.38.11/126
258 - Telex: 31.05 - Fax:
424.1822

Cônsul inglês visita Tribunal

Uma visita protocolar do Tribunal de Justiça de Pernambuco, desembargador Carlos Xavier, hoje, às 16 horas, no Salão Nobre do Palácio da Justiça



ANO XXX

ESTADO DE PERNAMBUCO

PODER JUDICIÁRIO

RECIFE, SEXTA-FEIRA, 03 DE DEZEMBRO DE 1993 Nº 224

Diário Oficial

Carlos Xavier avalia movimento forense

A estatística do movimento forense referente ao terceiro trimestre da Comarca do Recife foi publicada pela Corregedoria Geral da Justiça, apresentando 8.877 processos julgados e 107 arquivados, sendo realizadas 2.071 audiências, 1.143 cíveis e 928 criminais. No mesmo período, foram iniciados 10.688 feitos, 9.518 correspondentes a cartas precatórias e 1.170 de ações cíveis e criminais.

Segundo o presidente do Tribunal de Justiça de Pernambuco, desembargador Carlos Xavier, calcula-se que passaram 265.916 processos para o quarto trimestre, número que, se for analisado em relação ao trimestre anterior, apresenta 2.601 feitos a mais, o que agrava a situação dos julgamentos na Comarca do Recife.

Carlos Xavier afirma ainda que, dos 516 julgamentos de processos criminais, 100 foram de prescrição, inclusive quatro da Vara Privativa do Júri. De acordo com o presidente, houve Vara

em que mais de 50% dos julgamentos referem-se à prescrição.

O presidente do TJPE lamenta o que está ocorrendo com a produção do trabalho judicial na 3ª Entrância que, no terceiro trimestre, tinha cerca de 100 magistrados no seu quadro. Carlos Xavier destaca também o número de processos que passaram para o quarto trimestre nas 1ª e 2ª Varas da Fazenda Municipal, 76.402 e 69.103, respectivamente. Por último, o chefe do Poder Judiciário informou também que existem Varas com mais

de 8 mil processos.

Os dez magistrados que mais julgaram foram os seguintes:

1º — Sebastião Romildo do Vale Oliveira (8ª Vara Cível) — 866 processos;

2º — Antônio Jesus Chaves da Costa (auxiliar da 8ª Vara Cível) — 634;

3º — Ricardo de Oliveira Paes Barreto (auxiliar da 3ª Vara Cível) — 348;

4º — Clóris Guimarães Ribeiro (auxiliar da 7ª Vara Cível) — 316;

5º — Luiz Carlos Barros Figueiredo (2ª Vara da Infância e Juventude) — 316;

6º — Nivaldo Medeiros Correia Filho (1ª Vara da Família e Registro Civil) — 282;

7º — Sérgio Marinho Falcão (auxiliar da 2ª Vara da Família e Registro Civil) — 251;

8º — José Maria Florentino de Lima (1ª Vara da Fazenda Municipal) — 234;

9º — José Fernandes de Lemos (1ª Vara da Fazenda Municipal) — 216;

10º — Délio Lustosa Cantarelli (auxiliar da 4ª Vara da Assistência Judiciária) — 212.

Os juízes que



Segundo o presidente, passaram 265.916 processos para o quarto trimestre

mais audiências realizaram:

1º — Adalberto de Oliveira Melo (Vara de Acidente de Trabalho, Falência e Concordatas) — 137;

2º — Roberto Pereira Lins (2ª Vara Privativa do Júri) — 92;

3º — Délio Lustosa Cantarelli (2ª Vara

da Assistência Judiciária) — 83;

4º — Márcio Fernando Aguiar Silva (5ª Vara da Assistência Judiciária) — 81;

5º — Hélio Vidal Campos (3ª Vara Criminal) — 79;

6º — Luiz Gustavo Mendonça de Araújo (2ª Vara da Família) — 74.

Título de Cidadão

O presidente do Tribunal de Justiça, desembargador Carlos Xavier vai receber o Título de Cidadão de Pedra e Venturosa. A comenda foi concedida pelas Câmaras Municipais das respectivas cidades sertanejas. A

solenidade de entrega está marcada para o dia 14 de janeiro, em reconhecimento aos serviços prestados pelo desembargador à magistratura estadual.



ANO XXX

ESTADO DE PERNAMBUCO

PODER JUDICIÁRIO

RECIFE, SÁBADO, 04 DE DEZEMBRO DE 1993 Nº 225

Diário Oficial

Justiça

Melhor atendimento para o Interior

As modificações fazem parte do projeto de lei que a presidência do Tribunal de Justiça encaminhou à Assembleia Legislativa do Estado. Em tramitação nas 1ª, 2ª, 3ª e 4ª Comissões, a matéria recebeu o nº 958, devendo ir a plenário para apre-

ciação e votação pelos deputados.

De acordo com o presidente do Tribunal de Justiça, desembargador Carlos Xavier, é quase um imperativo legal que se faça a transferência de Dormentes para a Comarca sertaneja de Afrânio, a 887 km da

capital do Estado.

Além do fato de existir uma menor distância, há que se considerar também o movimento processual da Comarca de Afrânio que, por ser muito inferior ao de Petrolina, proporcionaria um melhor atendimento à população de Dormentes.

No que diz respeito a São Bento do Una, o desembargador Carlos Xavier informa que a Comarca já atende a todos os requisitos definidos no Código de Organização Judiciária, sendo uma providência necessária.

A movimentação processual de São Bento do Una está em torno de mil ações. Além disso, a cidade apresenta grande desenvolvimento comercial e bancário e seu eleitorado, segundo o censo de 1991, já é bastante elevado. São Bento dispõe de uma população superior a 42 mil habitantes.



Xavier: projeto em tramitação

A atual Termo Judiciário de Petrolina, o distrito de Dormentes pode passar a pertencer à Comarca de Afrânio. São Bento do Una, por sua vez, município localizado no Agreste pernambucano, a 217 km do Recife, pode ser elevado à 2ª Entrância.

Infância e Juventude

Nos últimos cinco anos, 783 crianças morreram em Pernambuco vítimas de homicídios. Os dados, colhidos através da imprensa, constam da justificativa de projeto de lei de autoria do Judiciário estadual, propondo a criação de três Juizados Regionais da Infância e da Juventude. De acordo com o presidente do Tribunal de Justiça, desembargador Carlos Xavier, o objetivo é estabelecer uma estrutura judicial capaz de enfrentar o problema do menor na forma recomendada pelo Estatuto da Criança e do Adolescente.



PODER JUDICIÁRIO

Presidente:
Des. Carlos Xavier Peix
Bento Sobrinho

Vice-Presidente:
Des. Francisco de Sá Sampaio

Corregedor-Geral:
Des. Sérgio Rocco Galvão

Assessor de Urgências:
Aldemar Paiva

Relatores:
Roberto Tavares

Relatores: Lúcia Cavallini,
Márcio Oliva e Cheliane
Alcantara

Fotografia:
João Roberto

Diagramação:
Júlio César e Celso Dias
L.192 - D&T/PE

Endereço:
Praça da República, 107 - 5º
Andar - Recife-PE - CEP
50.010-040 - Fone: 424.3811/8-
288 - Telex: 1115 - Fax:
424/1822

TJ recebe diplomata

O presidente do Tribunal de Justiça, desembargador Carlos Xavier recebeu a visita do cônsul geral da Inglaterra, Anthony Joy. O diplomata, que assina o consulado há

dois meses, está fazendo visitas às capitais brasileiras. Numa rápida conversa o presidente falou sobre a situação econômica do Estado, que apesar da crise no setor canavieiro, segundo

afirmou, vem apresentando crescimento na área turística onde o governo de Pernambuco está investindo. O cônsul ressaltou as novas oportunidades de intercâmbio comercial que surgem e que contribuem para estreitar os laços entre os dois países.



ANO XXX

ESTADO DE PERNAMBUCO

PODER JUDICIÁRIO

RECIFE, TERÇA-FEIRA 07 DE DEZEMBRO DE 1993 Nº 226

Diário Oficial

Tribunal aguarda votação de projetos



O presidente Carlos Xavier, durante a conversa com os servidores, disse que está acompanhando os projetos

Assessores do Tribunal de Justiça do Estado vêm se reunindo permanentemente com secretários do governo e lideranças partidárias na Assembleia Legislativa com o objetivo de agilizar a aprovação dos projetos, encaminhados pelo TJ e que se encontram em tramitação naquela casa. No último encontro, realizado na semana passada, eles estiveram, com o secretário da Fazenda, Admaldo Matos e do Governo, Heraldo Borborema, acompanhados do deputado Osvaldo Rabelo Filho.

As reuniões foram intensificadas depois que uma comissão, formada por cerca de cinquenta servidores do Judiciário, lotados em Comarcas do Interior, esteve no TJPE. O grupo veio pedir apoio do presidente Carlos Xavier para que ele continue a manter contatos com a Assembleia no sentido de agilizar a aprovação do Plano de Cargos, Carreira e Vencimentos e do Projeto de Oficialização das escritas do Interior.

Os funcionários conversaram com o desembargador-presidente que afirmou estar aguardando o resultado da apreciação dos projetos, pelos deputados. "O Plano foi elaborado pelo Tribunal, aprovado em sessão plenária e em seguida enviado à Assembleia. Nossa missão já foi cumprida. Estamos esperando agora o posicionamento dos parlamentares". Segundo Carlos Xavier o TJ vai continuar acompanhando o processo.

Para os servidores, o Plano que contempla os funcionários do Fórum Paula Batista e, que já foi aprovado, discrimina os demais. "Estamos aqui

para protestar contra o que está sendo cometido com o pessoal que trabalha no Interior. O Plano de Cargos e Vencimentos, que está sendo avaliado pelos deputados, precisa ser aprovado", reivindicaram em documento entregue aos parlamentares. Os funcionários justificam seu pedido destacando que não entendem como pessoas que exercem a mesma função podem ser remunerados de formas diferentes.



PODER JUDICIÁRIO

Presidente
Des. Carlos Xavier Pass
Barros Sobrinho

Vice-Presidente
Des. Francisco de Sá Sampaio

Corregedor-Geral
Des. Edilino Ramos Galvão

Assessor de Imprensa
Aldemir Peix

Editor
Roberta Teixeira

Redatores
Lúcia Cavallini,
Márcia Glória e Chiquinho
Albuquerque

Fotografia
João Batista

Diagramação
Mário Gonçalves e Celso Dias
L.192 - DKT/95

Redação
Rua da República 467 - 5º
Andar - Recife-PE - CEP
50018-000 - Fone: 424.3811 (R.
36) - Telex: 3136 - Fax:
424.1823

Presidente recebe CPI dos salários

Nesta quinta-feira, dia 9, às 10h, o presidente do Tribunal de Justiça de Pernambuco, desembargador Carlos Xavier, tem audiência marcada com o deputado estadual Mendonça Filho. A visita faz parte dos

trabalhos da Comissão Parlamentar de Inquérito que investiga os salários de funcionalismo do Estado. O deputado, que preside a CPI, virá acompanhado de alguns integrantes da Comissão.



ANO XXX

ESTADO DE PERNAMBUCO

PODER JUDICIÁRIO

RECIFE, QUARTA-FEIRA 08 DE DEZEMBRO DE 1993 Nº 227

Diário Oficial

Presidente devolve diferença aos cofres públicos

O presidente do Tribunal de Justiça, desembargador Carlos Xavier, devolveu a diferença de CR\$ 428,2 mil paga pelo Governo do Estado de Pernambuco aos magistrados, conforme guia série A de nº 0236, no código 0.700-5. A quantia é referente ao cheque-salário do mês de novembro e diz respeito a uma correção de parcelas atrasadas da remuneração dos magistrados.



Xavier: devolução de CR\$ 428,2 mil ao Estado

Carlos Xavier explicou que, desde 6 de julho de 1992, quando assumiu a Presidência do TJPE, procurou entrar em diálogo com os Poderes Executivo e Legislativo no sentido de estabelecer um consenso quanto à política salarial adotada para a magistratura. "Procuramos um entendimento dentro das condições de situação de crise que o Estado vem atravessando", afirmou o presidente.

Seguindo um entendimento da Corte Superior de Justiça do País, as vantagens dos magistrados pernambucanos foram fixadas por meio de resoluções. De acordo com Carlos Xavier, poste-

riormente, definiu-se que a aplicação dos índices para melhoria salarial da classe dependia de Lei Estadual.

O Poder Executivo propôs à Presidência do TJPE que o valor de remuneração da categoria passasse a corresponder a dos deputados estaduais, entre subsídios e verbas de representação. Entretanto, a magistratura teria que esperar pelos vencimentos dos deputados para então fixar as suas van-

tagens, o que provocava um atraso no reajuste dos magistrados.

Segundo o desembargador-presidente, o Tribunal levou em conta as dificuldades financeiras do Estado e aceitou que a diferença referente ao mês atrasado fosse dividida em três parcelas. "Mas esse acordo foi desaprovado por um grupo de magistrados que fez um movimento para realização de um pedido de correção nas parcelas atrasadas. Por

não concordar, afastei-me de qualquer assunto relativo à política salarial da magistratura pernambucana", afirma Carlos Xavier.

Todos os requerimentos foram encaminhados ao vice-presidente do TJPE, desembargador Francisco de Sá Sampaio, que deferiu os pedidos em despacho, tendo renunciado ao mesmo tempo às vantagens que pudesse vir a receber.

Carlos Xavier afirma que não poderia concordar com essa iniciativa, o que motivou a devolução da diferença, mesmo porque, segundo ele, ficou

surpreso com a inclusão no seu cheque-salário da quantia corrigida, quando determinou imediatamente ao departamento financeiro do TJPE que o valor fosse devolvido aos cofres do Estado.

"Em julho de 1992, um juiz em início de carreira recebia entre vencimentos e representação CR\$ 7,5 mil. Já referente a dezembro deste ano, irá receber CR\$ 466,3 mil, devido à implantação da política salarial dialogada entre a Presidência do TJPE e o Poder Executivo", informou ainda o desembargador.



PODER JUDICIÁRIO

Presidente:
Des. Carlos Xavier Pires
Bueno Sobrinho

Vice-Presidente:
Des. Francisco de Sá Sampaio

Corregedor-Geral:
Des. João Manoel Góes

Assessor de Imprensa:
Aldemar Pinheiro

Edição:
Rafaela Torres

Redatores: Lúcia Carvalho,
Mônica Góes e Charlene
Albuquerque

Fotografia:
João Soares

Diagramação:
Rita Góes e Celso Dias
LISI - DETPE

Redação:
Pra. da República s/nº - 5º
Andar - Recife-PE - CEP
50.010-040 - Fone: 424.34.11/56
358 - Telex: 3115 - Fax:
424.6922

Presidente participa de entrega de móveis

Hoje, a partir das 9h, o presidente do Tribunal de Justiça de Pernambuco, desembargador Carlos Xavier, participa da entrega de móveis para as Varas da Infância e da Juventude das Comarcas de Camaragibe, São Lourenço da

Mata e Limoeiro. A compra do mobiliário faz parte de um convênio entre o Centro Brasileiro Para a Infância e Adolescência-CBIA, Secretaria de Justiça e Tribunal de Justiça. Em Limoeiro, haverá uma homenagem ao presidente do TJPE.



ANO XXX

ESTADO DE PERNAMBUCO

PODER JUDICIÁRIO

RECIFE, SEXTA-FEIRA, 10 DE DEZEMBRO DE 1993 Nº 228

Diário Oficial

Tribunal facilita trabalhos da CPI

O presidente do Tribunal de Justiça de Pernambuco, desembargador Carlos Xavier, disse que o TJPE está aberto e à disposição da Comissão Parlamentar de Inquérito que investiga os salários do funcionalismo estadual. "Vejo na CPI um trabalho de seriedade, que procura contribuir para com o Estado", afirmou o chefe do Poder Judiciário.

A Comissão, presidida pelo deputado Mendonça Filho, veio ao TJ para, segundo o parlamentar, expor os objetivos da investigação e solicitar todos os dados relativos à folha de pagamento do Judiciário estadual. "Faremos o mesmo com os outros poderes — Legislativo e Executivo. Estamos assim buscando as facilidades necessárias

para o nosso trabalho", afirmou o deputado.

Acompanhando o presidente da CPI, estiveram presentes ao encontro os deputados Anibal Cavali, João Paulo, Waldir Soares e Tereza Duarte, que também integram a Comissão. Ao final, todos elogiaram a postura do presidente do Tribunal de Justiça.



O detector está sendo usado nos julgamentos

Tribunal do Júri utiliza detector de metais

O Tribunal do Júri do Recife já está utilizando, desde o mês passado, um detector de metais em seus julgamentos. A medida, segundo o assistente policial militar do Tribunal de Justiça de Pernambuco, cel. Franklin Bezerra Santos, é de caráter preventivo e será também usada em audiências nas Varas dos Fóruns Paula Batista e Tomás Cirilo.

De acordo com o

cel. Franklin, o uso do equipamento evita os constrangimentos provocados na hora de revistar as pessoas, além de trazer maior segurança aos julgamentos. "A prevenção é a nossa filosofia de trabalho. Nesse caso, o detector se adapta muito bem", afirmou.

Ele esclareceu que a necessidade de utilização do detector de metais ficará a cargo da Assistência policial militar. "Anali-

saremos a periculosidade do réu ou da pessoa a ser ouvida ou ainda a importância do caso", completou.

O detector de metais é do tipo "Minero — 89SM" e tem como base uma unidade sensora ajustável, que aciona um alarme eletrônico na presença de metais de todos os tipos. O equipamento foi adquirido pela Corregedoria Geral de Justiça, através de uma solicitação da

Assistência policial militar do TJ.

SINALIZAÇÃO

A intenção do cel. Franklin é implantar, no próximo ano, um detector de metais semelhante na segurança do próprio Tribunal de Justiça. Essa ideia faz parte de uma série de medidas que estão sendo aplicadas na prevenção de sinistros no Palácio da Justiça.

Nesse sentido, já foi feita toda a sinalização do prédio, para os casos de sinistros de qualquer tipo. Além dos sinais — chamados de "Rota de Fuga", que indicam

todas saídas do prédio —, foram também afixadas recomendações ao público externo e aos funcionários sobre como proceder em casos de incêndio, problemas com elevadores etc.

Inclusive, na próxima quarta-feira, às 9h, haverá uma palestra — com a utilização de vídeos — com o major Ricardo Santana sobre Combate e Prevenção de Sinistros, para o efetivo da Assistência policial militar e um representante de cada departamento do Tribunal de Justiça.



PODER JUDICIÁRIO

Presidente:
Des. Carlos Xavier Faria
Bento Sobral

Vice-Presidente:
Des. Francisco de Sá Sampaio

Corregedor-Geral:
Des. Sílvio Kassus Ostiva

Assessor de Imprensa:
Aldemir Teles

Editor:
Roberto Torres

Redatores: Lúcia Cordeiro,
Marcelo Glicio e Christiane
Alencar

Fotógrafo:
João Batista

Diagramador:
Júlio Gonçalves e Celso Dias
1.191 - DKT/PS

Redação:
Pra. da República s/nº - 5º
Andar - Recife-PE - CEP
50.010-040 - Fone: 424.38.11/18-
248 - Telex: 3136 - Fax:
424/1822

Prevenção

Quarta-feira (15) tem palestra no Tribunal do Júri. Às 8h30, o Major Bombeiro Militar, Ricardo Antônio Alves de Santana, fala sobre "Prevenção e Combate a Incêndios". Todo efetivo da Assistência Policial Militar do TJ participa do

encontro, junto a servidores de departamentos e dos Juizados Especiais de Pequenas Causas. O objetivo é dar início à implantação da brigada contra incêndio do Tribunal de Justiça, que entra em funcionamento a partir do próximo ano.



ANO XXX

ESTADO DE PERNAMBUCO

PODER JUDICIÁRIO

RECIFE, SÁBADO, 11 DE DEZEMBRO DE 1993 Nº 229

Diário Oficial

Infância e Adolescência em debate

O presidente do Tribunal de Justiça, desembargador Carlos Xavier, abre segunda-feira (13) o III Encontro de Juizes e o II Encontro de Técnicos e Serventuários dos Juizados da Infância e da Juventude de Pernambuco.



PODER JUDICIÁRIO

Presidente:
Des. Carlos Xavier Paes
Bastos Sobrinho

Vice-Presidente:
Des. Francisco de Sá Sampaio

Corregedor-Geral:
Des. Rêgo Ramos Galvão

Assessor de Imprensa:
Aldemar Faria

Editor:
Roberto Trevino

Redatores: Lúcia Cavallini,
Maurício Gouveia e Christiane
Albuquerque

Fotografia:
João Barbosa

Diagramação:
Júlio Gonçalves e Cilene Dias
1.191 - DKT/PE

Redação:
Praça República nº 1 - 2º
Andar - Recife-PE - CEP
50.010-040 - Fone: 424.3811(R)
288 - Telex: 3136 - Fax:
424/1822

Os eventos se realizam até terça-feira (14), no Hotel do Sol, em Bos Virgem, com o objetivo de atualizar conhecimentos dos magistrados e equipes multi-profissionais que atuam na área do menor, nas Comarcas de Interior e Varas da Capital.

A presença do juiz Marcel Esquivel Hopps e da técnica Ana Maria Freitas, ambas do Juizado da Infância e da Juventude de Porto Alegre, garantem a troca de experiências entre Pernambuco e aquele estado, nas questões relacionadas à criança e ao adolescente.

Os encontros dão continuidade a iniciativas anteriores do Poder Judiciário pernambucano, mostrando a preocupação da presidência com o aprimoramento da técnica e com a aplicabilidade da lei, no que diz respeito a esse atendimento especializado.

Além de palestras, também estão programados trabalhos em grupo e debates. Ao final, serão conhecidas as conclusões dos encontros. Veja no box, o programa a ser discutido pelos participantes, em cada um dos eventos.

III ENCONTRO DE JUÍZES

Dia 13
8h30 — Abertura — presidente do TJ, desembargador Carlos Xavier.

8h40 — Adoção Internacional — A experiência da Ceja — Luiz Carlos de Barros Figueiredo, juiz titular da 2ª Vara da Infância e da Juventude.

9h30 — Debates
10h15 — Intervalo

10h30 — Participação comunitária "O dever da comunidade e da sociedade em geral" — Luiz de La Mora, sociólogo; Olga Câmara, presidente do Conselho Estadual de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente; Antônio Carlos Rios, coordenador do Conselho Municipal de Promoção e Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente.

11h15 — Debates
12h — Almoço
14h — As medidas socio-educativas e sua aplicação — Marcel Esquivel Hopps, juiz de Infância e da Juventude de Porto Alegre.

14h50 — Reunião em grupo
15h50 — Intervalo
16h — Plenária —



Assessora Silvana Orlá, da comissão organizadora dos encontros

conclusão dos grupos
17h — Síntese das conclusões

II ENCONTRO DE SERVENTUÁRIOS E TÉCNICOS

Dia 14
08h30 — Abertura — presidente do TJ, desembargador Carlos Xavier.

08h40 — O papel das equipes técnicas e de serventuários da Justiça da Infância e da Juventude — Luiz Carlos de Barros Figueiredo, juiz titular da 2ª Vara da Infância e da Juventude.

09h30 — Intervalo
09h40 — Trabalho em grupo coordenado por Antônio

Guirbó, psicólogo da 2ª Vara da Infância e da Juventude.

11h20 — Socialização do trabalho em grupo

12h00 — Almoço

14h00 — Processos típicos da Justiça da Infância e da Juventude — Bartolomeu Bueno de Freitas, juiz da 1ª Vara da Infância e da Juventude.

14h50 — Trabalho em grupo orientado por Lucyete Calado da Costa, técnica Judiciária.

15h50 — Intervalo
16h — Plenária para conclusão dos grupos

17h — Síntese das conclusões — recomendações

de procedimentos
17h30 — Encerramento

EQUIPE DE TÉCNICOS
14h — Medidas socio-educativas — o papel das equipes técnicas — Marcel Esquivel Hopps — juiz da Infância e da Juventude de Porto Alegre.

14h50 — Liberdade assistida — a experiência de Porto Alegre — Ana Maria Freitas, da equipe técnica do Juizado da Infância e da Juventude de Porto Alegre.

15h40 — Intervalo

15h50 — Reunião em grupo

16h40 — Reunião plenária — conclusão dos grupos

17h30 — Encerramento

Carlos Xavier participa de encontro

O presidente do Tribunal de Justiça, desembargador Carlos Xavier abre hoje, o encontro de Técnicos e Serventários dos Juizados da Infância e da Juventude. O seminário vai se realizar durante todo o dia no Hotel do Sol, 978, em Boa

Viagem. Na manhã de ontem ele participou da solenidade de abertura do encontro de Juizes, também no mesmo local. Essas reuniões têm por objetivo discutir e avaliar as ações e projetos desenvolvidos no atendimento à criança carente.



ANO XXX

ESTADO DE PERNAMBUCO

PODER JUDICIÁRIO

RECIFE, TERÇA-FEIRA, 14 DE DEZEMBRO DE 1993 Nº 230

Diário Oficial

Exu realiza Sessão do Júri

A primeira Sessão Ordinária, deste ano, do Tribunal do Júri da Comarca de Exu será iniciada no dia 10 do próximo mês, às 14h. Será instalada pelo presidente do Tribunal de Justiça, desembargador Carlos Xavier e presidida pelo juiz da Comarca, Francisco Rodrigues da Silva. Serão realizados 15 julgamentos. O encerramento da Sessão está previsto para o dia 11 de fevereiro.

O prédio do Centro Cultural Exense foi escolhido para efetivação dos julgamentos. Segundo o presidente do TJ a instalação da Sessão do Júri, naquela Comarca, é resultado do melhor funcionamento do Júri nas cidades do interior. Por ano são realizadas, em cada comarca, quatro sessões podendo em cada uma delas serem julgados tantos processos quantos forem necessários. A seguir a relação dos julgamentos:

Dia 10 de janeiro de 1994, às 14h
Processo nº 2.010/91
Réu: Francisco Ricardo Viana
Advogado: João Leocádio Sobrinho

Dia 12 de janeiro de 1994, às 14h
Processo nº 3.493/92
Réu: Antônio Alves Rodrigues
Advogado: João Leocádio Sobrinho

Dia 14 de janeiro de 1994, às 14h
Processo nº 1.991/91
Réu: Antônio Sales de Freitas vulgo "Tiozinho Pajé"
Advogada: Maria Divani Gonçalves Sampaio Costa

Dia 17 de janeiro de 1994, às 14h
Processo nº 3.538/93
Réu: Jessaldo Cavalcante de Albuquerque e José Bello da Silva
Adv: Valmir Alves do Nascimento

Dia 19 de janeiro de 1994, às 14h
Processo nº 1.972/91
Réu: Raimundo Peixoto Bacurau e Eufísio Peixoto de Alencar
Adv: Emídio Macêdo Lemos

Dia 21 de janeiro de 1994, às 14h
Processo nº 2.678/84
Réu: José Gonçalves da Costa
Adv: Valmir Alves do Nascimento

Dia 24 de janeiro de 1994, às 14h
Processo nº 1.615/86
Réu: Joaquim Róberio Sampaio Moreira
Adv: José Barbosa de Souza

Dia 26 de janeiro de 1994, às 14h
Processo nº 2.049/92
Réu: Luis Uelton Alves do Nascimento
Adv: Valmir Alves do Nascimento



Carlos Xavier prestigia Júri de Exu

Dia 28 de janeiro de 1994, às 14h
Processo nº 2.050/92
Réu: José Gonçalves Coelho
Adv: João Leocádio Sobrinho

Dia 31 de janeiro de 1994, às 14h
Processo nº 3.369/92
Réu: Welício Jan Moreira Sampaio
Adv: Valmir Alves do Nascimento

Dia 02 de fevereiro de 1994, às 14h
Processo nº 3.085/89
Réu: José Neri da Silva
Adv: Getúlio Ribeiro de Alencar

Dia 04 de fevereiro de 1994, às 14h
Processo nº 3.063/88
Réu: Antônio Guedes Filho

Adv: Maria Divani Gonçalves Sampaio Costa

Dia 07 de fevereiro de 1994, às 14h
Processo nº 3.539/93
Réu: Ináclay Ulisses Cavalcanti
Adv: Getúlio Ribeiro de Alencar

Dia 09 de fevereiro de 1994, às 14h
Processo nº 3.079/89
Réu: Luiz Lourenço da Silva
Adv: João Leocádio Sobrinho

Dia 11 de fevereiro de 1994, às 14h
Processo nº 3.333/91
Réu: Antônio Lopes Fernando
Adv: João Leocádio Sobrinho

Juíza de Floresta recebe apoio

A juíza de Floresta, Maria Auri Alexandre, que está há um ano à frente do Judiciário daquela cidade, tem recebido apoio do presidente do Tribunal de Justiça, desembargador Carlos Xavier e de personalidades e representantes de diversas entidades. Recentemente recebeu manifestação de solidariedade, pelo trabalho que vem executando, do bispo do Município, Dom Cesário Starala. Na mensagem, o membro da igreja ressalta a atuação da magistrada.

A declaração de apoio, divulgada pela Diocese de Floresta, foi enviada ao chefe da Corte de Justiça. Na carta o bispo destaca que a juíza Maria Auri "tem demonstrado ser uma pessoa equilibrada, imparcial, justa e ponderosa nas suas decisões". Segundo ele essa opinião é de toda a Comarca e o manifeste é sem homenagem ao seu primeiro ano de trabalho em Floresta. Um período marcado por fortes tensões, provocadas por grupos de famílias em desentendimento.

MAIS JUIZ
A cidade poderá receber mais um juiz. Essa decisão só será tomada, pelo presidente do Tribunal de Justiça, após a conclusão do concurso para juiz substituto, que está em andamento. Até que isso ocorra a população vai continuar sendo assistida pela titular Maria Auri Alexandre e pelo juiz Celso Gaspari, de Capital, que atualmente vai à Comarca.

O presidente Carlos Xavier comemorou essa decisão aos deputados Vital Novais e Roldão Joaquim durante encontro no TJ. Os parlamentares estiveram no Palácio da Justiça acompanhados dos integrantes do Movimento pela Paz em Floresta, Olinto Farias e João Afonso Farias.

Durante as férias de Maria Auri, no próximo mês, o

Tribunal deverá manter o juiz Celso na função. Para auxiliá-lo será designado o juiz de Belém do São Francisco, Abílio Máximo Neto. Carlos Xavier lembrou que a cidade é alvo de preocupação constante.

Tendo de 1º Vice de Juíza e da Juvenza, Celso Guimarães foi indicado pelo desembargador-presidente há cerca de um mês, para auxiliar a juíza de Floresta, tendo em vista o acúmulo de processos (3.300) e a violência existente, resultado da briga entre as famílias Novais e Farias.



PODER JUDICIÁRIO

Presidente:
Des. Carlos Xavier Pina
Bacurau Sobrinho

Vice-Presidente:
Des. Francisco de Sá Sampaio

Corregedor-Geral:
Des. Edirio Ramos Galvão

Auxiliar de Imprensa:
Aldemir Peixoto

Editores:
Roberto Tavares

Redatores: Lúcia Cavallini,
Marcelo Olinto e Christiane
Albuquerque

Fotografias:
João Barbosa

Diagramação:
Júlio Gonçalves e Cláudia Dias
1.180 - 207.078

Redação:
Pça. da República s/nº - 5º
Andar - Recife-PE - CEP
50.010-040 - Fone: 424.3811/80-
258 - Telex: 3115 - Fax:
4247822

Encontro

Terminou ontem o Encontro de Técnicos e Serventários dos Juizados da Infância e da Juventude. O Tribunal de Justiça de Pernambuco programou para ontem e segunda-feira discussões sobre a criança e o

adolescente. Na segunda, juízes fizeram suas colocações a respeito dos mais variados temas envolvendo a questão. Ontem foi a vez dos técnicos e serventários que se reuniram no Hotel do Sol.



ANO XXX

ESTADO DE PERNAMBUCO

PODER JUDICIÁRIO

RECIFE, QUARTA-FEIRA, 15 DE DEZEMBRO DE 1993 Nº 231

Diário Oficial

Conciliadores não podem exercer advocacia

O conciliador dos Juizados de Pequenas Causas está incompatibilizado de exercer a advocacia, segundo acórdão assinado pelo presidente da OAB, Jorge Neves. O parecer é decorrente de uma consulta realizada pelo chefe da Corte de Justiça, desembargador Carlos Xavier.



Presidente faz consulta a OAB

O processo de consulta questiona a existência de algum impedimento no exercício do Direito pelos funcionários dos cargos comissionados nos JEPs, o que, de acordo com a OAB, o fato do cargo ser em

comissão não anula a incompatibilidade.

A OAB constatou que seria injusto que esses funcionários do Poder Judiciário pudessem exercer a advocacia e que esse mesmo direito fosse negado a

um funcionário de cargo efetivo quando em ambas situações a lei determina a ocorrência de incompatibilidade.

O acórdão registra, ainda, que o Conselho Seccional, por meio de proposta

do conselheiro Luiz Fernando Dubeux, deverá solicitar da Presidência do Tribunal de Justiça de Pernambuco uma relação que contenha os nomes dos servi-

dores dos Juizados, para que sejam adotadas as providências administrativas que decorrem do exercício de cargo incompatível com a advocacia.



PODER JUDICIÁRIO

Presidente:
Dr. Carlos Xavier Paes
Demio Sobrinho

Vice-Presidente:
Dr. Francisco de Sá Sampaio

Corregedor-Geral:
Dr. Sérgio Ricardo Galvão

Assessor de Imprensa:
Alfonso Paiva

Editor:
Roberto Cavalcanti

Colaboradores: Lúcia Cavalcanti,
Marcelo Gomes e Christiane
Albino.

Fotografia:
João Barbosa

Digitação:
Mário Gonçalves e Cláudia Tóris
L102 - L103

Redação:
Praça da República nº 20 - 5º
Andar - Recife-PE - CEP
50030-000 - Fone: 24.38.11.18
38 - Telex: 3118 - Fax:
24.182

Carlos Xavier é paraninfo de turma

O presidente do Tribunal de Justiça de Pernambuco, desembargador Carlos Xavier, foi o paraninfo da turma de formandos da Faculdade de Direito de Caruaru, "Prof. Dr. Demóstenes Batista Viana", e participou das solenidades de formatura.

Em sua mensagem para os novos advogados, o presidente afirmou: "O objetivo firmado por vocês, jovens bacharelados, está alcançado com o grau agora conquistado na conclusão de um curso de ciências jurídicas e sociais. A reversão desse objetivo ora conquistado, fruto de sábias lições

e orientações filosóficas e jurídicas, somando aos anseios de cada um, deve ser bem aproveitada na vida profissional a ser acolhida no seio comum da sociedade em que vivemos. Como futuros advogados, magistrados, promotores de justiça, procuradores judiciais ou outra qualquer função, na condição de agentes do Poder Público, ou não, no segmento da aplicação do Direito, vocês devem agir sob a reflexão de que nada valerá, a não ser a submissão ao objetivo; nada, a não ser a ambição do bem, seguindo a sábia lição de Lehter no elenco de seus "Princípios para a ação".

NRH faz encerramento de curso

O Núcleo de Recursos Humanos do Tribunal de Justiça de Pernambuco está encerrando mais um curso de inglês. Duas turmas de servidores do Poder Judiciário estão sendo formadas pelo professor José Gui-

lherme Nascimento. Hoje, às 10h, na Escola Superior da Magistratura, localizada no Fórum Tomás Cirilo (antigo Grande Hotel), haverá um coquetel realizado pelos próprios alunos para os seus convidados.



ANO XXX

ESTADO DE PERNAMBUCO

PODER JUDICIÁRIO

RECIFE, QUINTA-FEIRA, 16 DE DEZEMBRO DE 1993 Nº 232

Diário Oficial

Presidente instala comarcas e recebe títulos

O presidente do Tribunal de Justiça de Pernambuco, desembargador Carlos Xavier, instala, em janeiro, mais duas Comarcas no Estado: Lagoa do Ouro e Itapissuma. As solenidades fazem parte de uma série de eventos que o chefe do Poder Judiciário participa no próximo mês (ver box).

Com o objetivo de melhorar a prestação jurisdicional em todo o Estado, o desembargador-presidente já fez, juntamente com o Centro Brasileiro para Infância



Xavier: cidadão de Pedra e Venturosa

de Santa Cruz do Capibaribe — Comarca que foi elevada à 2ª Entrância. Em janeiro, o chefe da Corte de Justiça estadual, além de participar de outras solenidades, recebe o Título de Cidadão dos municípios de Pedra e Venturosa.



PODER JUDICIÁRIO

Presidente:
Des. Carlos Xavier Peres
Bueno Sobralho

Vice-Presidente:
Des. Francisco de Sá Santiago

Corregedor-Geral:
Des. Edirio Ramos Góes

Auxiliar de Imprensa:
Aldemir Faria

Editor:
Roberta Tavares

Redatores: Edla Carvalho,
Manoel Góes e Christiane
Albuquerque

Fotógrafo:
João Barbosa

Diagramação:
Rita Gonçalves e Cyroto Dias
1.191 - DKT/93

Endereço:
Pça. da República s/nº - 5º
Andar - Recife/PE - CEP
50.030-040 - Fone: 421.511/06-
268 - Telex: 3110 - Fax:
424/1822

Compromissos do presidente — jan. 94

Dia 07 — 6ª feira — 11h
Instalação da Comarca de Lagoa do Ouro

Dia 12 — 4ª feira — 16h
Instalação da 2ª Vara da Comarca do Gravata

Dia 14 — 6ª feira
10h — Entrega de Móveis para Varas com competência da Infância e Juventude da Comarca de Pesqueira

11h — Aposição do retrato do desembargador Augusto Duque na Sala do Juri do Fórum de Pesqueira

14h — Entrega do Título de Cidadão do município de Pedra ao presidente do TJPE (na Câmara de Vereadores)

16h30 — Entrega do Título de Cidadão do município de Venturosa ao presidente do TJPE (na Câmara de Vereadores)

Dia 19 — 4ª feira — 11h
Instalação da vara da Assistência Judiciária de Carpina

Dia 21 — 6ª feira — 11h
Instalação da Comarca de Itapissuma

e Adolescência-CBIA e Secretaria da Justiça, neste mês, a entrega de mobiliário para Varas com competência da Infância e Juventude nas cidades de Camaragibe, Surubim e Limoeiro.

No próximo dia 29, o presidente ainda instala a 2ª Vara

Concurso

Até agora, de 1ª Entrância. As inscrições estão inscritos 295 candidatos ainda podem ser feitas na Secretaria do Tribunal

de Justiça, no período da tarde. Este é o terceiro concurso aberto durante a administração Carlos Xavier.



ANO XXX

ESTADO DE PERNAMBUCO

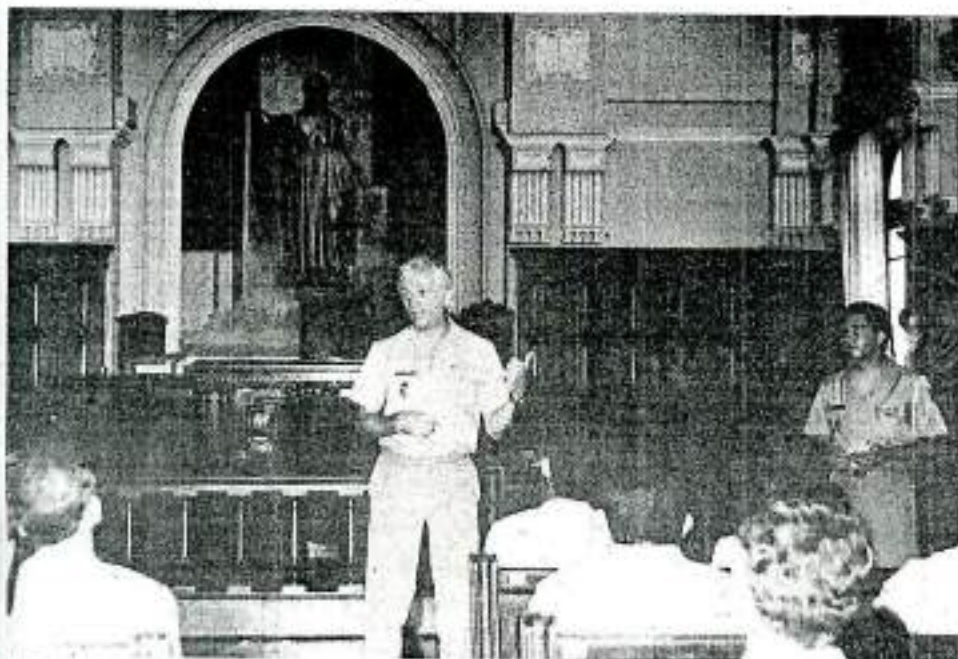
PODER JUDICIÁRIO

RECIFE, SEXTA-FEIRA, 17 DE DEZEMBRO DE 1993 Nº 233

Diário Oficial

Judiciário

Ações preventivas



Del. Franklin explica o programa de prevenção

Funcionários do Tribunal de Justiça, interessados em fazer parte da brigada contra incêndio, serão selecionados a partir de janeiro. A escolha será feita pela Assistência Policial Militar do TJ, dirigida pelo coronel Franklin Bezerra dos Santos, obedecendo critérios de tempo de responsabilidade, iniciativa, grau de interesse e idade.

A ideia é que a brigada seja constituída por servidores de todos os departamentos e andares do Palácio da Justiça e dos

Juizados Especiais de Pequenas Causas, prontos a atuarem nos casos de urgência. Quem estiver interessado já pode entrar em contato com a Assistência Militar e fornecer dados como nome completo e local de trabalho.

Os selecionados serão submetidos a curso intensivo no Centro de Treinamento do Corpo de Bombeiros, com aulas teóricas e práticas, incluindo o manuseio de equipamentos contra incêndio, de uso apropriado ao Tribunal de Justiça. A duração do curso

é de aproximadamente dois meses, segundo informação do major Ricardo Antônio Alves de Santana, daquela corporação.

A formação da brigada contra incêndio vem sendo planejada há algum tempo e faz parte do plano de prevenção contra sinistros no Tribunal de Justiça. Inicialmente, a Assistência Policial Militar afixou cartazes nos elevadores e departamentos contendo informações sobre segurança. Foram também colocadas placas de sinali-

zação indicando todas as saídas do prédio.

PALESTRA

Esta semana, foi realizada palestra sobre prevenção e combate a incêndios, destinada a servidores lotados no Palácio e Juizado da Região Metropolitana. Esteve presente também todo o efetivo da Assistência Policial Militar do TJ, que dará apoio à brigada.

De acordo com o major Ricardo de Santana, convidado para falar sobre o assunto, prevenir é a melhor arma, principal-

mente quando o prédio é antigo. E mesmo quando se dispõe de equipamentos necessários e condições ideais de segurança, ainda assim, disse ele, a prevenção é o método mais eficaz contra incêndios.

Para prevenir é preciso conhecer os pontos de risco e tomar cuidados básicos com pontas de cigarro, tomadas elétricas e material de trabalho, principalmente papel e madeira. Em caso de incêndio, serão imprescindíveis o evacuação do prédio, o desligamento da energia, o rápido e correto manuseio do extintor e o controle do pânico.

O prédio do Tribunal de Justiça é do ano de 1930, época em que ainda não havia prevenção estrutural nem de equipamentos, elevando o grau de risco. Nesse caso, é preciso contar, principalmente, com a prevenção educativa, conscientizando para a necessidade de assegurar a própria sobrevivência e a dos companheiros de trabalho.

CAUSAS

De acordo com o major Ricardo de Santana, a sobrecarga e improvisação nas instalações elétricas são as maiores causas de incêndio. Mas o vazamento de gases, fagulhas de origens diversas, fósforo aceso e pontas de cigarro, como balões de festas juninas, fogos de artifício e falta de atenção com produtos eletrodomésticos, também figuram nas estatísticas.

Otras causas apontadas pelo instrutor do Corpo de Bombeiros foram as muitas mas aparelhos de ar-condicionado, velas acesas, passos embebidos em óleo ou graxa, substâncias voláteis destam-

padas, fumar em locais proibidos e inadequados e falta de ventilação em depósitos fechados. O major lembrou o grande perigo que existe nas brincadeiras infantis com fogo e álcool.

A iniciativa do Tribunal de Justiça de criar uma brigada contra incêndio, com objetivo de prevenir acidentes, foi elogiada pelo major Ricardo de Santana. Segundo ele, não é comum que isso ocorra nas repartições públicas, embora seja visto com frequência nas empresas privadas, onde o lucro está intimamente ligado à conservação, prevenção e manutenção.



PODER JUDICIÁRIO

Presidente:
D. Carlos Xavier Pass
Diretor Executivo

Vice-Presidente:
D. Francisco de Sá Diniz

Corregedor-Geral:
D. Elton Barros Góes

Assessor de Imprensa:
Adriano Pires

Editor:
Roberto Tavares

Redatores: Lúcia Carvalho,
Marcelo Ottoni e Christiane
Alcântara

Diagramador:
José Roberto

Diagramador:
J. B. Gonçalves e G. A. S. S. S.

Redação:
Rua da República nº 50
André - Recife-PE - CEP
50.090-000 - Fone: 424.34.11/15
204 - Telex: 31105 - Fax:
424.1821

Mobiliário

As Comarcas de Jaboatão dos Guararapes e Vitória de Santo Antão foram beneficiadas com o fornecimento de móveis, destinados às Varas de competência da Infância e da Juventude. Os equipamentos foram entregues através de con-

vênio entre o Tribunal de Justiça, Centro Brasileiro para Infância e Adolescência e Secretaria de Justiça. O presidente do TJ, desembargador Carlos Xavier participou do evento.



ANO XXX

ESTADO DE PERNAMBUCO

PODER JUDICIÁRIO

RECIFE, SÁBADO, 18 DE NOVEMBRO DE 1993 Nº 234

Diário Oficial

Presidente do TRF visita Tribunal

O presidente do Tribunal Regional Federal - 5ª Região, José de Castro Meira, esteve no Tribunal de Justiça no início da semana. Ele foi recebido, no Salão Nobre do Palácio, pelo chefe da Corte de Justiça, Carlos Xavier e pelos desembargadores Francisco de Sá Sampaio (vice-presidente), Luis Belém de Alencar e Benildes Ribeiro.

Na ocasião o dirigente do TRF entregou convite para inauguração da nova sede do tribunal. A obra em fase de conclusão, foi construída na avenida Martin Luther King, Cais do Apolo. Na solenidade de entrega do novo prédio, que vai concentrar toda a atividade do Tribunal da 5ª Região, estará presente o ministro Sidney Sanches, presidente do Supremo Tribunal Federal.

A construção do edifício do TRF foi iniciada há três anos. Foram investidos US\$ 13,4 mil. Segundo Castro Meira em termos

de metro quadrado, a obra pode ser considerada uma das mais baratas do País. "Toda a região está aguardando ansiosa a

entrega do novo prédio. A inauguração está prevista para o dia 4 de fevereiro do próximo ano," afirmou o presidente do órgão.



Castro Meira, do TRF (centro) foi recebido pela Corte Judiciária estadual

Prefeito quer juizado da Infância em Limoeiro

A criação e instalação de Juizados Regionais da Infância e Adolescência tem sido uma reivindicação das cidades do Interior. Na semana passada essa solicitação foi feita ao presidente do Tribunal de Justiça, desembargador Carlos Xavier, pelo prefeito de Limoeiro, José Artur Teófilo Cavalcanti. Em documento, entregue ao magistrado, o chefe do executivo daquela cidade cita o projeto de lei, de autoria da presidência e enviado à Assembleia Legislativa, que trata da criação de juizados regionais.

O prefeito justifica seu pedido como sendo um direito de toda a comunidade e ressalta que Limoeiro tem se destacado como pólo de desenvolvimento daquela região. "A prefeitura está se esforçando no sentido de, ao lado do Judiciário, contribuir a municipalização dos projetos e programas destinados à política social para as crianças e adolescentes", afirmou José Artur solicitando, ainda, a instalação de um Juizado de Pequenas Causas.

O presidente Carlos Xavier afirmou que tem interesse em atender à solicitação dos moradores de Limoeiro e região, mas está aguardando o resultado da análise do projeto, que já se encontra na Assembleia. A proposta de autoria da presidência e que se encontra no Conselho de Justiça prevê a criação de regiões para os Juizados da Infância. Cada uma delas irá dispor de equipes especializadas tratando apenas de adoções formadas por juízes, promotores, psicólogos, psiquiatras e assistentes sociais.

Caso o projeto seja aprovado, o Estado de Pernambuco, que ocupa o terceiro lugar no País em número de crianças, passará a contar com três juizados regionais. O primeiro deles deverá exercer jurisdição nas fozes das Comarcas de Olinda, Paulista, Alagoa e Lins, Igarassu

e Itamaracá. O 2º vai atuar na cidade de Moreno, Camaragibe e São Lourenço da Mata.

O 3º Juizado regional deverá ter jurisdição nas Comarcas de Jaboatão dos Guararapes e Cabo. A criação dos Juizados especializados, vai possibilitar melhor capacitação do pessoal para o trabalho com a criança e adolescente, especificamente no que se refere às adoções. Com a aprovação da proposta de regionalização, será montado um cadastro de adoções, isso só vai contribuir para agilizar o processo de adoção e evitar irregularidades, acórdãos ou decisões de Recurso.



PODER JUDICIÁRIO

Presidente:
Des. Carlos Xavier Pires
Buenos Aires

Vice-Presidente:
Des. Francisco de Sá Sampaio

Conselheiros Gerais:
Des. Edson Ribeiro Góes

Assessor de Imprensa:
Alfonso Paiva

Editor:
Roberto Torres

Redatores: Lúcia Cavallini,
Maurício Oliveira Christiano,
Alfonso Paiva

Fotografia:
João Roberto

Diagramação:
Jéssica Gonçalves e Cristine Dias
1.192 - DTP/PE

Redação:
Rua da República 147 - 5º
Andar - Recife - PE - CEP
50.010-000 - Fone: 434.361 (10)
368 - Telex: 3316 - Fax:
434/1022

Secretário visita Tribunal

O presidente do Tribunal de Justiça, desembargador Carlos Xavier recebe hoje (21) a visita do secretário de Segurança Pública, Augusto Costa. Desde que assumiu a SSP o dirigente tem mantido estreito re-

lacionamento com o Judiciário tendo realizado diversas ações conjuntas. Entre as quais destaca-se a instalação do posto de identificação no prédio do Tribunal para atendimento aos juízes, servidores e familiares.



ANO XXX

ESTADO DE PERNAMBUCO

PODER JUDICIÁRIO

RECIFE, TERÇA-FEIRA, 21 DE DEZEMBRO DE 1993 Nº 235

Diário Oficial

Encontro define Programa de atendimento ao menor

A implantação de um Programa de Liberdade Assistida para atendimento de crianças e adolescentes infratores. Essa foi uma das principais decisões tomadas durante o III Encontro de Juízes e o II Encontro de Técnicos e Serventuários dos Juizados da Infância e da Adolescência do Estado. Realizado no início da semana, o seminário reuniu mais de 70 profissionais da área, no Hotel do Sol, em Boa Viagem, durante dois dias.

De acordo com o juiz da 2ª Vara da Infância, um dos coordenadores do ciclo de palestras e debates, Luiz Carlos Pigueiredo o Programa consiste na adoção de medidas sócio-educativas destinadas a reabilitar os menores infratores. Esse tipo de ação vem sendo

realizado com sucesso na cidade de Porto Alegre destacou ele. "O programa de Liberdade Assistida será coordenado pelo Poder Judiciário e as atividades e ações passarão a ser executadas de forma descentralizada, através de recursos da comunidade".



O presidente do Tribunal, Carlos Xavier (centro) abriu o encontro

Para o desenvolvimento desse projeto o Judiciário deverá contar com o apoio da Fundação de Apoio à Criança — Fundac, SOS- Criança, associações de moradores e prefeituras municipais. "A ideia é realizar um trabalho conjunto. Da forma como a assistência é prestada ao menor, atualmente, o Poder Público trabalha sozinho ou em alguns casos deixa a cargo de outras entidades, isso é que tem de ser mudado, com esse Programa iremos realizar ações inte-

gradadas", ressaltou o titular da 2ª Vara da Infância e da Adolescência.

Os participantes do encontro de juízes e de serventuários irão fazer também, estudos para criação de Varas com divisão de competência. Na prática significa a existência de Varas especializadas, como por exemplo em execuções de medidas educativas. Na ocasião foi definido apoio ao projeto de criação dos Juizados regionalizados, que já se encontra na Assembleia Legislativa, e que segundo

Luiz Carlos é uma alternativa viável tanto do ponto de vista técnico como em relação a realidade vivida no Estado, no que diz respeito à questão do menor.

Entre as conclusões fechadas no seminário fi-

Os juízes, técnicos e serventuários que atuam na Varas da Infância e da Juventude, em Pernambuco decidiram apoiar as atividades da Comissão Judiciária de Adoção — Ceja como forma de controlar as adoções internacionais. Na avaliação dos participantes o encontro foi produtivo, principalmente no que diz respeito ao desenvolvimento organizacional. "Além de palestras e debates foram executados trabalhos em grupo com o objetivo de mostrar que mesmo com poucos recursos materiais é possível fazer muito quando há vontade política", disse Luiz Carlos.



PODER JUDICIÁRIO

Presidente
Des. Carlos Xavier Dias
Barreto Sobrinho

Vice-Presidente
Des. Francisco de Sá Sampaio

Corregedor-Geral
Des. Edino Ramos Galvão

Assessor de Imprensa
Aldemar Pinheiro

Editores
Roberta Torres

Redatores: Lúcia Carvalho,
Maurício Gonçalves Chaves,
Aldemir.

Fotógrafo
João Barbosa

Diagramador
Jilso Gonçalves e Celso Dias
1.100 - DRT/95

Redação
Pça. da República s/nº - 5ºº
Andar - Recife-PE - CEP
50.010-040 - Fone: 424.3811(R)
384 - Telex: 3114 - Fax:
424/3822

Recesso

O Tribunal de Justiça estará funcionando até amanhã. A partir do dia 24, entra em recesso, voltando aos seus trabalhos

normais em 3 de janeiro. Durante o período de recesso, haverá plantão nos Juizados de Pequenas Causas, nos três tur-

nos, e na Secretaria do TJPE, das 13 às 18 horas, nos dias 29 e 30. Já o Setor de Autuação e Distribuição vai estar funcionando nos dias 27, 28, 29 e 30, também das 13 às 18 horas.



ANO XXX

ESTADO DE PERNAMBUCO

PODER JUDICIÁRIO

RECIFE, QUARTA-FEIRA, 22 DE DEZEMBRO DE 1993 Nº 236

Diário Oficial

Movimento da 2ª Entrância é publicado



Publicação de estatística revela movimentação de 139.630 processos

Os números mostram também que, dos feitos em andamento, foram julgados 7.664 e arquivados 95 inquéritos policiais, sendo remetidos para o quarto trimestre 131.871 processos. Ainda consta que, naquele período, foram iniciados 14.332 feitos, onde estão incluídas 2.898 cartas precatórias.

Entre os processos julgados, 6.305 foram cíveis e 1.369, criminais, dos quais, 595 decretam prescrição, o que corresponde a 43,55% dos julgamentos criminais realiza-

dos. A Comarca de São Caetano teve a maior quantidade de prescrições decretadas: 139 dos seus 317 julgamentos.

Segundo os números publicados, os magistrados que mais julgaram no terceiro trimestre, na 2ª Entrância, foram os seguintes:

1º — José Barroso Filho (exercício cumulativo em São Caetano) — 242 processos;

2º — Djalma Nogueira Júnior (Assistência Judiciária de Jaboatão) — 236;

3º — Francisco Gueiros Filho (Assistência Judiciária de Garanhuns) — 210;

4º — Frederico Guilherme R. Lima (2ª Vara de Limoeiro) — 168;

5º — Maria Aparecida Dias Costa (2ª Vara da Assistência Judiciária de Olinda) — 166;

6º — Antônio Francisco Cintra (1ª Vara Criminal de Olinda) — 162;

7º — Paulo Roberto Alves da Silva (2ª Vara de Vitória de Santo Antão) — 158;

8º — Maria Aparecida Dias Costa (1ª Vara da Assistência Judiciária de Olinda) — 142;

9º — José Barroso Filho (exercício

cumulativo da 1ª Vara de Belo Jardim) — 130;

10º — Laete Jacobina Neto (exercício cumulativo da 1ª Vara de Limoeiro) — 123.

Os magistrados José Barroso Filho e Maria Aparecida Dias Costa, apesar de estarem em exercício cumulativo devido à grande quantidade de cargos vagos de juiz de Direito no Estado, colocaram dois dos seus Juízos entre os de maior produção.

Por outro lado, foram realizadas 6.688 audiências, 3.652 cíveis e 3.036 criminais, o que corresponde a 53,93% por Juízo da 2ª Entrância. Os seis magistrados que fizeram

mais audiências instrutivas de processos foram:

1º — Antônio Francisco Cintra (1ª Vara Criminal de Olinda) — 220 audiências;

2º — Djalma Nogueira Júnior (Assistência Judiciária de Jaboatão) — 198;

3º — Francisco Gueiros Filho (Assistência Judiciária de Garanhuns) — 145;

4º — Ailton Soares Pereira Lima (Comarca de Catende) — 129;

5º — Andreyra Cristiane Gomes Costa (Vara Criminal de Vitória de Santo Antão) — 120;

6º — Eduardo Guilliord Maranhão (exercício cumulativo de Paudalho) — 120.

O crescimento da quantidade de processos em andamento nas três Entrâncias tem sido constatado por meio da publicação do movimento forense das Comarcas e Varas do Estado. A última estatística, referente aos 124 Juízos da 2ª Entrância durante o terceiro trimestre do ano, registrou que foram movimentados 139.630 feitos no período.



PODER JUDICIÁRIO

Presidente:
Des. Carlos Xavier Pass
Bueno Salgado

Vice-Presidente:
Des. Proençá de Sá Sampaio

Corregedor-Geral:
Des. Elói Basso Góes

Auxiliar de Imprensa:
Almeida Paiva

Editor:
Roberto Torres

Redatores: Edia Cavali,
Maurício Góes e Christiane
Almeida

Fotografia:
João Batista

Diagramação:
Nélio Gonçalves e Calisto Dias
1.192 - DKT/95

Redação:
Pça. da República s/nº - 5ºº
Andar - Recife-PE - CEP
50.010-000 - Fone: (011) 3011.000
248 - Telex: 3116 - Fax:
034/1022

Recesso: Página do judiciário só em janeiro

A Assessoria de Imprensa informa que devido aos feriados forenses do Natal, a primeira página do Diário Oficial do Poder Judiciário deixa de ser editada a partir de amanhã, 24, só voltando a circular

com matérias jornalísticas no próximo dia 04. Em janeiro, a página também sofre alterações em sua edição, passando a circular somente em dois dias da semana. As reportagens diárias voltam em fevereiro.



ANO XXX

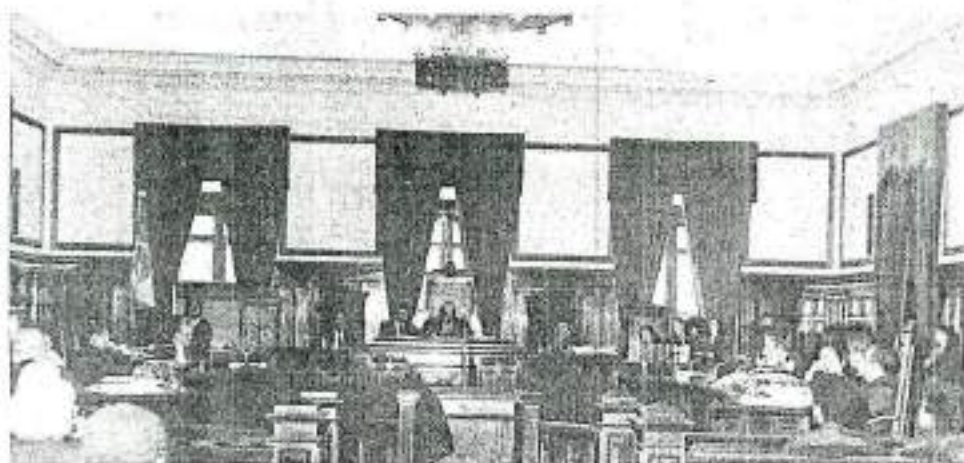
ESTADO DE PERNAMBUCO

PODER JUDICIÁRIO

RECIFE, QUINTA-FEIRA, 23 DE DEZEMBRO DE 1993 Nº 237

Diário Oficial

Corte especial escolhe nova mesa diretora



Corte elega presidente, vice e corregedor para o biênio 94/95

A Corte Especial do Tribunal de Justiça de Pernambuco se reúne hoje, às 9h, em sessão extraordinária, para eleger a nova Mesa Diretora - presidente, vice-presidente e corregedor-geral - para o biênio 94/95. Os magistrados também escolhem os novos membros do Conselho da Magistratura e as Comissões de Jurisprudência, Organização Ju-

dicíaria e Regimento Interno.

A Corte Especial - responsável pela escolha - é constituída pelos 15 desembargadores de maior antiguidade no cargo. A nova Mesa Diretora toma posse em fevereiro de 1994, para um mandato de dois anos à frente do Poder Judiciário estadual. A eleição acontece na Sala das Sessões do Palácio da Justiça.

Servidores do Judiciário utilizam Pró-Lazer

Mais de 350 servidores do Poder Judiciário já estão cadastrados no Programa Estadual de Lazer, utilizando todas as suas vantagens. Para a chamada alta estação, o Pró-Lazer já está oferecendo aos funcionários e seus dependentes uma série de opções em todo o Estado de Pernambuco.

Começando pelo Recife, passando pelas praias de litoral e chegando ao Interior, o programa mantém convênios com mais de 40 hotéis. Nesses, os descontos concedidos aos servidores inscritos no Pró-Lazer variam de 10 a 50%.

Em todo o Estado, o leque de opções dadas ao funcionário público comporta todos os gostos e possibilidades dos interessados, do cinco estrelas à pousada. Além disso, existem promoções especiais com cerca de 15 agências de turismo, que oferecem pequenas viagens e "pic-nics".

No próximo domingo, 26, por exemplo, o servidor tem a opção de passar um dia na bela praia de São José da Coroa Grande. Passeios semelhantes a este estão sendo realizados todos os fins de semana. A saída é sempre às 7h, da Praça do Derby, e o retorno acontece às 17h.

Algumas das melhores praias de Pernambuco estão contempladas no programa: Boa Viagem, Olinda, Itamaracá, Porto de Galinhas, Maria Farinha, Tamandaré e São José da Coroa Grande. No Interior,

o Pró-Lazer também não deixou por menos: Gravata, Caruaru, Garanhuns e Petrolina são algumas das opções para o servidor.

A programação cultural também é extensa, com descontos em peças teatrais e shows musicais. Para receber maiores informações sobre o programa, o servidor da Justiça deve procurar o agente Pró-Lazer no Núcleo de Recursos Humanos do Tribunal de Justiça (3º andar do Palácio da Justiça).



PODER JUDICIÁRIO

Presidente:
Des. Carlos Xavier Pass
Barreto Sobrinho

Vice-Presidente:
Des. Francisco de Sá Sampaio

Corregedor-Geral:
Des. Sérgio Roberto Góes

Assessor de Imprensa:
Ademir Paiva

Editor:
Roberto Távora

Redatores: Lúcia Cavallini,
Marcelo Gomes e Chelobene
Alcântara

Fotografia:
João Barbosa

Diagramação:
Mário Gonçalves e Celso Dias
1.092 - 02/02

Redação:
Pça. da República s/nº - 5º
Andar - Recife-PE - CEP
50.035-040 - Fone: 424.341.136-
168 - Telex: 3116 - Fax:
424.1122

"Outra Face do Magistrado" é adiada

Em face da necessidade de informar sobre as recentes modificações no Judiciário Estadual, com a nomeação dos 12 novos desembargadores, "A Outra Face de um Magistrado", veiculada às sextas-feiras, foi adiada,

excepcionalmente para o Diário Oficial de amanhã (sábado), apresentando a biografia do Juiz Sandoval José de Assis e Silva, titular da Vara da Infância e da Juventude de São Lourenço da Mata.



ANO XXX

ESTADO DE PERNAMBUCO

PODER JUDICIÁRIO

RECIFE, SEXTA-FEIRA, 05 DE NOVEMBRO DE 1993 Nº 205

Diário Oficial

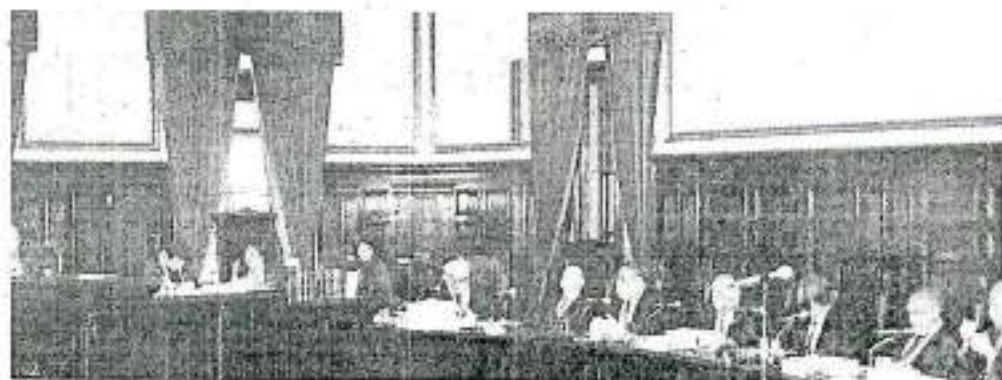
Novos desembargadores tomam posse

Movimentação forense é elevada

O desembargador Nildo Nery dos Santos foi quem mais processos julgou, perfazendo 275 feitos, entre 1 de janeiro e 31 de outubro. Segundo estatística fornecida pela Presidência do Tribunal de Justiça de Pernambuco, de um total de 3.366 feitos distribuídos entre os desembargadores do TJPE, foram julgados 2.436 processos.

De acordo com o presidente Carlos Xavier Paes Barreto Sobrinho, a movimentação forense foi representativa, considerando ainda que entre janeiro e outubro, os desembargadores tiveram dois meses de férias coletivas. "Há muito tempo não se vê quantidade tão elevada de novos feitos distribuídos e julgados", afirmou Carlos Xavier.

Depois de Nildo Nery, que apresentou 275 processos julgados, os desembargadores que se destacaram foram: Arthur Pio dos Santos (242 feitos), Otílio Neiva Coelho (233), José Napoleão Tavares (205), Agenor Ferreira (183), Francisco de Sá Sampaio (170), Waldemir Lima (154), Cláudio Américo (143), Benildes de Souza Ribeiro (141) e Edgar Sobreira (138).



Pleno promoveu dez juizes

Os 12 novos desembargadores nomeados tomam posse administrativa hoje, às 11 horas, no Gabinete da Presidência do Tribunal de Justiça de Pernambuco, quando devem prestar juramento, assinar o termo de posse e apresentar toda a documentação necessária para o investimento no cargo. Na próxima sexta-feira, às 15 horas, haverá uma posse solene, em sessão extraordinária, na Sala do Juri, na presença de diversas autoridades.

A sessão extraordinária do Pleno, quarta-feira, definiu os dez nomes dos juizes promovidos, sendo cinco pelo critério de antiguidade e os demais por merecimento. Gilberto Gondim, Manoel Rafael

Neto, Célio Montenegro, Hélio de Siqueira Campos e José Maria Florentino são os mais antigos na função. Os promovidos por merecimento foram Ozuel Veloso, José Antônio Amorim, Amaro José de Araújo, José Antônio Macedo Malta e Antônio de Pádua Camarotti.

Ontem, o governador Joaquim Francisco completou a lista de doze desembargadores, necessária para preenchimento do quadro do Tribunal de Justiça de Pernambuco, nomeando os advogados Fausto Freitas e Dário Rocha, que concorriam em duas listas triplices às vagas postas à disposição da Ordem dos Advogados do Brasil. Numa das listas, concorriam Fausto Freitas, Renato Santos

Pisneiro e José Carlos Cavalcanti de Araújo. Na outra, Dário Rocha, Romualdo Marques Costa e Jerson Maciel Neto.

Segundo o presidente do TJPE, Carlos Xavier Paes Barreto Sobrinho, o aumento de componentes na Corte de Justiça pernambucana faz parte do projeto da Presidência, aprovado pelo Governo do Estado, que pretende agilizar a prestação jurisdicional, além de favorecer a uma maior descentralização. O desembargador-presidente informou, ainda, que até a virada do século mais nove vagas devem surgir na Corte de Justiça já que, a partir de 1996, alguns desembargadores devem se aposentar compulsoriamente.



PODER JUDICIÁRIO

Presidente:
Des. Carlos Xavier Paes Barreto Sobrinho

Vice-Presidente:
Des. Francisco de Sá Sampaio

Corregedor-Geral:
Des. Edir Romão Galvão

Assessor de Imprensa:
Alfonso Paiva

Editor:
Roberto Tavares

Colaboradores: Edson Carneiro, Manoel Gilson e Cláudio Américo

Diagramação:
Sélio Gonçalves e Celso Dias

Endereço:
Pça. da República nº 20 - 2º Andar - Recife-PE - CEP 50.010-040 - Fone: 434.3811/8, 388 - Telex: 3116 - Fax: 424/1922

Tribunal empossa novos desembargadores

Ontem pela manhã, no Palácio da Justiça, o presidente do Tribunal de Justiça, desembargador Carlos Xavier, empossou os novos integrantes da Corte de Justiça do Estado. Os 12 de-

sembargadores, conforme manda a Lei, fizeram o juramento e apresentaram suas respectivas declarações de bens. A sessão solene de posse acontece na próxima sexta-feira, dia 12.



ANO XXX

ESTADO DE PERNAMBUCO

PODER JUDICIÁRIO

RECIFE, SÁBADO, 06 DE NOVEMBRO DE 1993 Nº 206

Diário Oficial

A OUTRA FACE DE UM MAGISTRADO (XXVIII)

Sandoval José de Assis e Silva



Sandoval de Assis e Silva — defensor da Infância e Juventude

Ao concluir as "primeiras letras" na Escola Frei Cassimiro, Sandoval ingressou no curso profissionalizante da Escola Industrial Professor Agamenon Magalhães, de onde se transferiu em 1961 para o Colégio Estadual de Beberibe. Após sua diplomação no 2º grau, foi levado por um grupo de amigos para a Escola Técnica do Recife, recebendo com louvor sua aprovação em Contabilidade.

Trabalhando e estudando, entre as cifras do taxímetro e as apostilas da Universidade Católica, concluiu vitoriosamente o seu curso de Direito. Portador do bomoso título de Bacharel, foi convidado pelo atual desembargador José Antônio Macedo Malta, à época juiz de Direito de Escada, para um estágio de Prática Forense naquela

Comarca. "Foi uma aprendizagem maravilhosa. Com o querido amigo e mestre Macedo Malta, adquiri a base fundamental para o exercício da minha carreira na função judiciária. Como Assessor Jurídico e Assistente, ganhei dez proveitosos anos de experiência na minha vida".

Orientado pelo dedicado professor Macedo Malta, inscreveu-se na Escola da Magistratura. Em 1989 submeteu-se a concurso para juiz, sendo aprovado em 16º lugar. Nomeado como titular para a Comarca de Jurema, acumulando Parelhas, realizou inúmeros benefícios comunitários ao longo de dois anos e oito meses de verdadeiro apostolado. Criou uma Delegacia de Polícia ao tempo em que ampliava o efetivo militar do Município. Instalou um

Posto de Policiamento no distrito de Queimados. Observa a doação de área urbana para construção de um mini-quartel, além de dotar a polícia local de uma viatura equipada com sistema de comunicação. Quando promovido por merecimento para assumir a Comarca de São Lourenço da Mata, foi agraciado pela Câmara Municipal, por unanimidade, com o título de Cidadão Juremense.

Sandoval José de Assis e Silva exercitou sua profissão de advogado militante no civil e no crime, com atuação no Recife, em Jaboatão, Caruaru, Olinda e Escada, onde ajudou mais de 120 ações, atuando como Assessor Jurídico da Prefeitura Municipal, por mais de dois anos.

Convocado para o Exército, em virtude da sua

Dirigindo táxi durante dez anos para ganhar a vida, Sandoval José de Assis e Silva, chegou ao vestibular de Direito na Universidade Católica de Pernambuco, onde, ajudado pelo Crédito Educativo, conquistou brilhantemente - como orador da turma - seu tão ambicionado diploma de Bacharel.

A vida escolar do atual juiz da 3ª Vara de São Lourenço da Mata, humildemente se iniciou na Escola Frei Cassimiro, no bairro de Santo Amaro, Recife, onde nasceu em 1944. Transferido para a Escola Técnica Agamenon Magalhães - antiga Escola Industrial - distinguiu-se como melhor aluno, laureado em mecânica de máquinas e fresagem.

Ao tempo da sua diplomação em Contabilidade pela Escola Técnica do Recife, conheceu e se apaixonou por Rosalva, com quem casou festiva e precisamente no dia em que o Brasil se sagrava tricampeão do mundo em 1970.



Recruta Sandoval no Forte do Brum

condição de rapaz pobre e petendo para o CPOR, serviu como soldado nas fileiras da 21ª CR no Forte do Brum.

Torce pelo Náutico, gosta de teatro e cultivou o hábito da leitura. Incentivado por sua irmã Zuleide - extinta quíntupla - aprecia receber os amigos mais íntimos, para deliciá-los com algumas surpresas da cozinha italiana, manipuladas por ele próprio ao fogo & fogão.

Com sua querida Rosalva, presentes seus pais

Camilo e Eugênia Laura com um casal de encantadores netos: Cleber Cesar (17) e Carla Adriana (21) já concluído este ano seu curso de Direito em UFPE para seguir a Magistratura e trilhar o mesmo caminho do pai, simples e digno no emocionante ofício da lei e da justiça.

Titular da Vara da Infância e da Juventude, atualmente em São Lourenço da Mata, acumula a 2ª Vara e Diretoria do Fórum há onze meses. Seu meritório

trabalho em favor da criança o credencia para receber no próximo mês do Natal, o título de Cidadão Honorário da sua Comarca.

"A humildade é a maior virtude do homem e a conquista de verdadeiro ideal só é atingida através da perseverança e da constância. É no futuro. O exemplo que se deu para os filhos e a confiança que se conquistou nos amigos, são a herança mais rica do homem que se engrandece pelos atos e nunca pelos cargos".

Folha de pagamento

Com a implantação da folha própria de pagamento dos servidores, o Tribunal de Justiça está orientando a todos para que procurem, a partir

do dia 12, uma das agências do Bandep, cujos nomes encontram-se afixados nos locais de trabalho. Os funcionários deverão assinar os cartões de

autógrafo e receber seus cartões magnéticos. O pagamento dos funcionários será efetuado este mês através de contracheques emitidos pelo Tribunal.



ANO XXX

ESTADO DE PERNAMBUCO

PODER JUDICIÁRIO

RECIFE, TERÇA-FEIRA, 09 DE NOVEMBRO DE 1993 Nº 207

Diário Oficial

Campanha Pró-Criança recebe doação



Empresa Atlântic participa da Campanha Pró-Criança Carente

A Campanha Pró-Criança, que vem sendo desenvolvida pela 1ª Vara da Infância e Juventude, recebeu apoio de mais uma empresa privada. A mais recente integrante do movimento foi a empresa Atlântic, que entregou ao presidente do Tribunal de Justiça, Des. Carlos Xavier, em cheque no valor de CR\$ 393.822,90. Essa quantia será aplicada na confecção

de adesivos, que serão distribuídos na sede da 1ª Vara, na rua Fernandes Vieira e nos postos Atlântic existentes na cidade.

Os adesivos serão criados pela Ampla Propaganda e terão como mensagem o apoio à criança carente. A empresa de publicidade está integrada à Campanha Pró-Criança desde a sua criação em abril do ano passado. "A época a

agência produziu, em parceria com o Clube de Diretores Lojistas, 40 "outdoors" do Programa. O Sindicato dos Bancos de Pernambuco doou três mil cartazes. "A Rede Globo Nordeste, também colaborou com a produção e veiculação de um filme comercial", destacou o diretor de atendimento da Ampla, Doryan Bessa.

Idealizada pelo juiz

de menores, Ozeal Veloso, a Campanha Pró-Criança tem continuidade com a doação da Atlântic. Atualmente está sob a coordenação do juiz da 1ª Vara da Infância e Juventude, Bartolomeu Bueno de Freitas Moraes. Segundo ele, as pessoas têm procurado a 1ª Vara e se engajado no Programa. O objetivo desse trabalho é fazer com que cada cidadão se interesse

por uma criança carente e se torne responsável por ela.

A Campanha pretende evitar a mendicância infantil. A principal orientação do coordenador é que não seja dado dinheiro aos meninos e meninas de rua. A doação pode ser feita em brinquedos, alimentos e roupas, que devem ser entregues diretamente à criança. A intenção é que se estabeleça uma relação de afinidade com o menor. A partir daí o voluntário passa a acompanhar, à distância, a criança por ele escolhida.

PAPEL DO JUZADO

Essa aproximação com as crianças e adolescentes de rua se dá com o apoio da Vara da Infância e Juventude. De acordo com a proposta do juiz, Ozeal Veloso, cabe ao Juízo despertar as pessoas para a importância desse tipo de Programa, fazendo com que cada uma assuma a responsabilidade pela educação de apenas uma criança desamparada. Desde o início da ação, o Juizado tem orientado os voluntários, por telefone ou pessoalmente, sobre as formas de participação. Todas essas pessoas, como também as crianças, são cadastradas na 1ª Vara.

Desde que o Pró-Criança foi lançado, a Vara da Infância e Juventude vem buscando apoio dos diversos setores da sociedade, através da assinatura de convênios com o objetivo de divulgá-lo. Além da Atlântic, que doou a verba para produção dos adesivos, com a mensagem da Campanha, e da Ampla que está responsável pela produção, outras empresas estão se integrando ao Programa. Foram mantidos contatos, também, com associações de moradores,

clubes de serviços, órgãos de imprensa e entidades religiosas e públicas.

De acordo com o gerente de mercado da Atlântic, Paulo Adilson Matheus Dutra, a empresa tem um Plano de Participação Social, através do qual já concretizou várias formas de apoio à comunidade. A integração à Campanha Pró-Criança é uma dessas iniciativas. O objetivo dessa atuação é contribuir para a melhoria da qualidade de vida da população onde a Atlântic está presente, acrescentou Paulo Matheus. Em cada região, o Plano é gerenciado por um grupo de funcionários que decidem, sem a interferência da direção, como aplicar os recursos disponíveis.



PODER JUDICIÁRIO

Presidentes

Des. Carlos Xavier Pires

Bartolomeu Bueno de Freitas Moraes

Vice-Presidentes

Des. Francisco de Sá Sampaio

Coordenador Geral

Des. Eládio Ramos Góes

Assessor de Imprensa

Alfonso Pádua

Editor

Roberto Torres

Relatores

Roberto Torres, Lúcia Cavalcanti, Manoel Gomes e Chastiane Alcantara

Fotografia

João Barbosa

Diagramação

Mário Gonçalves e Cláudio Dias

Impressão

Imp. do Diário Oficial - 24

Artístico - Recife-PE - CEP

50.035-040 - Fone: 424.5811-6

208 - Telex: 3116 - Fax: 424.1822

Comissão

Presidida pelo juiz Jovaldo Nunes, assessor de Planejamento da presidência do Tribunal de Justiça, a comissão especial encarregada de elaborar as propostas do Plano de Cargos, Carreira e Vencimentos do TJ, era composta por servidores do Judiciário e Executivo. Trabalhando desde maio no projeto, o grupo esteve integrado por Ana Leite, Célia Gomes, Ângela Alves, Maria das Graças Lavor, Gisela Santos e Silvana Oriá.



ANO XXX

ESTADO DE PERNAMBUCO

PODER JUDICIÁRIO

RECIFE, QUARTA-FEIRA, 10 DE NOVEMBRO DE 1993 Nº 208

Diário Oficial

Projeto do servidor vai ao Legislativo

Não apenas proporcionar melhoria salarial, mas também promover o desenvolvimento do servidor na carreira jurisdicional como um todo. Essa é a filosofia do Plano de Cargos, Carreira e Vencimentos do Tribunal de Justiça, que foi encaminhado à Assembléia Legislativa, para discussão e votação pelos deputados estaduais. O projeto votado pelos desembargadores, foi aprovado com emendas.

Desde que entre em vigor (se for aprovado na Assembléia, a matéria ainda será submetida à apreciação do governador Joaquim Francisco), algumas

mudanças serão processadas na estrutura funcional e administrativa do Judiciário pernambucano. Uma delas é o desmembramento da Secretaria

Geral do Tribunal de Justiça.

Prevê também a criação da diretoria do Núcleo de Recursos Humanos e do Centro Integrado de Saúde

que, atualmente, existem apenas de fato e não de direito. Cria, além disso, um cargo de consultor judiciário para assessoramento não só à presidência, mas também ao Conselho da Magistratura e dois cargos de auditor interno para inspeções preventivas e corretivas nas áreas de finanças, contabilidade, pessoal e programação de dados.

De importância também é a criação de uma Coordenadoria de Capacitação e Treinamento de Pessoal, visando à valorização do servidor, através de cursos e acompanhamento da vida funcional. De acordo com o

juiz Jovaldo Nunes, que presidiu a comissão encarregada das propostas, a priorização do funcionário reflete de forma positiva na prestação do serviço jurisdicional à população pernambucana.

SERVIDOR

O trabalho de elaboração do plano começou em maio e foi executado por comissão integrada por servidores do Judiciário e Executivo. A idéia básica de oferecer melhoria salarial sem onerar os cofres do Estado foi mantida até o fim, procurando-se uma coerência entre a necessidade do serventário e a disponibilidade financeira do governo.

Pelo projeto, o servidor passa a ser classificado em três grupos ocupacionais: o de técnico-administrativo, voltado às atividades-meio do Tribunal; o grupo judiciário, composto pelos cargos voltados às atividades-fim e o de direção e assessoramento, relativo aos cargos comissionados. A proposta modifica a atual estrutura funcional do Poder Judiciário, que ainda data de 1973.

Durante toda a vida funcional, o servidor

tem seu desempenho avaliado. Enquadrado em níveis de zero a dez anos de atividade judiciária, de dez a 15 anos e de 15 em diante, ele é alvo de promoções por antiguidade e merecimento. O Plano de Cargos, Carreira e Vencimentos do Tribunal de Justiça é voltado também aos Juizados Especiais de Pequenas Causas e cargos oficializados das Comarcas do Interior.



PODER JUDICIÁRIO

Presidente:
Des. Carlos Xavier Pass
Barros Sobrinho

Vice-Presidente:
Des. Patrícia de Sá Sampaio

Corregedor-Geral:
Des. Hélio Ramos Calvão

Assessor de Imprensa:
Aldemar Pinó

Editor:
Roberto Torres

Redatores: Lúcia Carvalho,
Maurício Gouveia e Christiane
Alcantara

Fotografia:
João Barreto

Diagramador:
Mário Gonçalves e Colares Dias
1.192 - 1987/91

Redação:
Rua do Republicano nº 30 -
Aradão - Recife-PE - CEP
50.015-040 - Fone: 424.3011/8-
368 - Telex: 3115 - Fax:
434/1922



Os trabalhos da comissão foram iniciados em maio

A Outra Face de um Magistrado (XXIX)

Depois de "alisar os bancos" das Escolas Reunidas Professora Carlota Breckenfeld e Ginásios Pajeú e Cenequista Eduardo Coelho, em Tabira, Hantolones Bueno de Freitas Moraes, por volta de 1968 - ainda em plena ditadura militar - arvorou-se em de-

fensor da democracia e foi advertido e expulso da escola. Fatos marcantes da vida do atual juiz titular da 1ª Vara da Infância e da Juventude, estaremos revelando amanhã, neste jornal do Poder Judiciário, em "A outra face de um magistrado".



ANO XXX

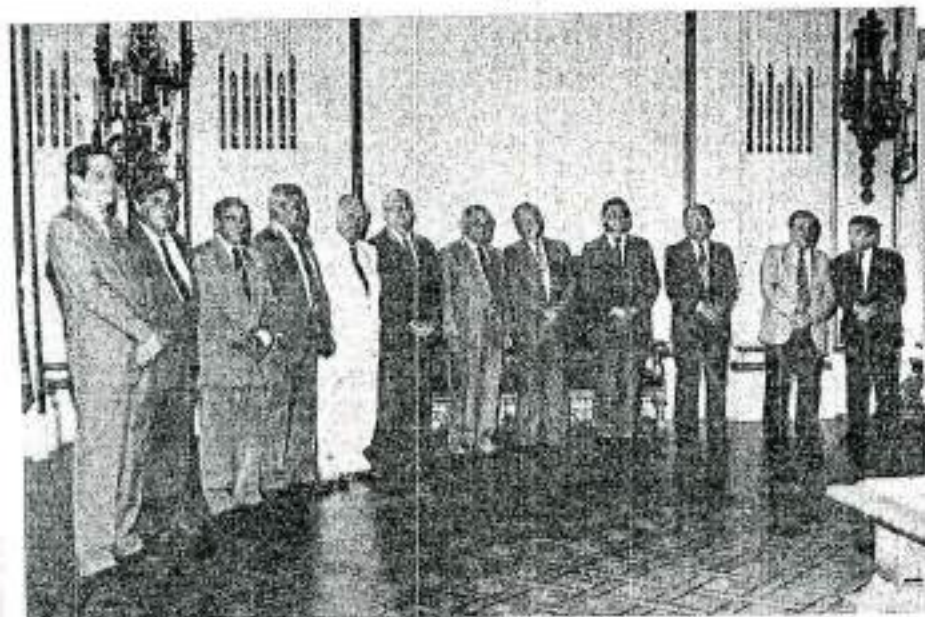
ESTADO DE PERNAMBUCO

PODER JUDICIÁRIO

RECIFE, QUINTA-FEIRA, 11 DE NOVEMBRO DE 1993 Nº 209

Diário Oficial

Novos desembargadores tomam posse no St^a Isabel



Estes são os novos desembargadores do Tribunal de Justiça de Pernambuco: (da direita p/ esquerda) Célio de Castro Montenegro, José Antônio Macedo Malta, José Maria Florentino, Antônio de Pádua Camarotti Filho, José Antônio Amorim, Amaro José de Araújo, Hélio Barros de Siqueira Campos, Gilberto Corrêa Gondim, Manoel Rafael Neto, Ozael Rodrigues Veloso, Fausto Valença de Freitas e Francisco Dário da Rocha.

Sexta-feira, 12 de novembro de 1993. Uma data histórica para a Justiça pernambucana. Em sessão solene, às 15h, no Teatro Santa Isabel, tomam posse os 12 novos desembargadores do Tribunal de Justiça do Estado. Depois de 41 anos funcionando com 15 magistrados, a Corte de Justiça é ampliada para 27 componentes.

A cerimônia será aberta pelo presidente do TJ, desembargador Carlos Xavier, e contará com a presença do governador Joaquim Francisco, do prefeito da Cidade do Recife, Jarbas Vasconcelos, do ministro do Superior Tribunal de Justiça, Sálvio Figueiredo, e de outras autoridades municipais e estaduais.

Os novos integrantes da Corte de Justiça serão recebidos por uma comissão de desembargadores mais antigos do Tribunal de Justiça. Após a abertura, haverá um discurso do desembargador Mário Melo, representando o TIJE, em seguida, falará, em nome da Associação dos Magistrados, o desembargador Francisco de Sá Sampaio.

O procurador geral da Justiça, Olímpio Costa Júnior, e o presidente da Ordem dos Advogados do Brasil, seção Pernambuco, Jorge Neves, também farão discursos de saudação aos novos desembargadores. Por sua vez, os 12 magistrados serão representados pela palavra do desembargador José Maria Florentino.

Para a solenidade, o centesimal do Tribunal de Justiça fará a arrumação do palco do Teatro Santa Isabel de forma semelhante ao plenário do TJ, onde os desembargadores se reúnem para deliberar assuntos judiciais e administrativos: uma grande mesa ao centro e cadeiras em dois semicírculos.

A solenidade também contará com a participação do Coral do Tribunal de Justiça, que fará homenagem aos novos desembargadores cantando os hinos do Brasil e de Pernambuco. Ao final do evento, haverá uma recepção para os convidados.

AMPLIAÇÃO

A última vez que o Tribunal de Justiça de Pernambuco teve seu número de

integrantes elevado foi em 30 de junho de 1952, portanto há mais de 40 anos. No dia 02 de agosto deste ano, o governador Joaquim Francisco sancionou a lei complementar nº 09, que prevê a ampliação do TJ para 27 desembargadores.

"Estamos vivendo um momento histórico da maior importância para a Justiça do nosso Estado", disse o presidente do TJ, desembargador Carlos Xavier. Segundo ele, a nova composição da Corte de Justiça significa um passo importante para a solução do acúmulo de processos na Justiça estadual.

Os 12 desembargadores, foram escolhidos de acordo com os critérios de antiguidade (05) e mere-

cimento (05), os outros dois foram indicados em duas listas sêxtuplas da Ordem dos Advogados do Brasil (seção-PE) e escolhidos pelo Governador, após uma seleção do próprio Tribunal.

Gilberto Gondim, Manoel Rafael Neto, Célio Montenegro, Hélio de Siqueira Campos e José Maria Florentino eram os juízes mais antigos na Capital. Já Ozael Veloso, José Antônio Amorim, Amaro José de Araújo, José Antônio Macedo Malta e Antônio de Pádua Camarotti foram promovidos por merecimento; Dário Rocha e Fausto Freitas completam a lista como representantes da OAB-PE.

Embora a sessão solene de posse só aconteça amanhã, os novos desembargadores já haviam sido empossados administrativamente na sexta-feira passada, dia 05. Na ocasião, todos eles fizeram o juramento e apresentaram, conforme manda a lei, suas declarações de bens.



PODER JUDICIÁRIO

Presidente:
Dra. Carlos Xavier Neto
Barão Sobrinho

Vice-Presidentes:
Dra. Francisco de Sá Sampaio

Corregedor-Geral:
Dra. Maria Helena Góes

Assessor de Imprensa:
Aldemar Paiva

Editores:
Roberto Tavares

Redatores: Lúcia Cavalcini,
Maurício Góes e Christiane
Alcântara

Fotografia:
João Baptista

Diagramação:
Jéssica Gonçalves e Celso Dias
1.192 - DNT/PE

Redação:
Rua da República nº 57 - 5º
Andar - Recife-PE - CEP
50010-040 - Fone: 424.3811/6
258 - Telex: 7116 - Fax:
424.7873

A Outra Face de um Magistrado (XXIX)

Depois de "alisar os bancos" das Escolas Reunidas Professora Carlota Breckenfeld e Ginásios Pajeú e Cenequista Eduardo Coelho, em Tabira, Bartolomeu Bueno de Freitas Moraes, por volta de 1968 - ainda em plena ditadura militar - arvorou-se em de-

fensor da democracia e foi advertido e expulso da escola. Fatos marcantes da vida do atual juiz titular da 1ª Vara da Infância e da Juventude, estaremos revelando amanhã, neste jornal do Poder Judiciário, em "A outra face de um magistrado".



ANO XXX

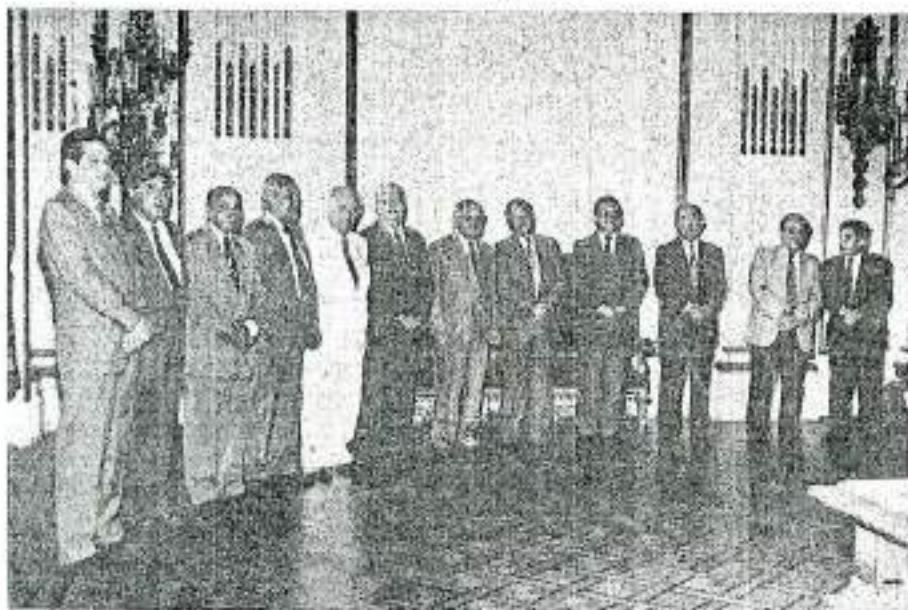
ESTADO DE PERNAMBUCO

PODER JUDICIÁRIO

RECIFE, QUINTA-FEIRA, 11 DE NOVEMBRO DE 1993 Nº 209

Diário Oficial

Novos desembargadores tomam posse no St^a Isabel



Estes são os novos desembargadores do Tribunal de Justiça de Pernambuco: (da direita p/ esquerda) Célio de Castro Montenegro, José Antônio Macedo Malta, José Maria Florentino, Antônio de Pádua Camarotti Filho, José Antônio Amorim, Amaro José de Araújo, Hélio Barros de Siqueira Campos, Gilberto Corrêa Gondim, Manoel Rafael Neto, Ozael Rodrigues Veloso, Fausto Valença de Freitas e Francisco Dário da Rocha.

Sexta-feira, 12 de novembro de 1993. Uma data histórica para a Justiça pernambucana. Em sessão solene, às 15h, no Teatro Santa Isabel, tomam posse os 12 novos desembargadores do Tribunal de Justiça do Estado. Depois de 41 anos funcionando com 15 magistrados, a Corte de Justiça é ampliada para 27 componentes.

A cerimônia será aberta pelo presidente do TJ, desembargador Carlos Xavier, e contará com a presença do governador Joaquim Francisco, do prefeito da Cidade do Recife, Jairton Veríssimo, do ministro do Superior Tribunal de Justiça, Sérgio Figueiredo, e de outras autoridades municipais e estaduais.

Os novos integrantes da Corte de Justiça serão recebidos por uma comissão de desembargadores mais antigos do Tribunal de Justiça. Após a abertura, haverá um discurso do desembargador Mário Melo, representando o TJPE, em seguida, falará, em nome da Associação dos Magistrados, o desembargador Francisco de Sá Sampaio.

O procurador geral da Justiça, Olímpio Costa Júnior, e o presidente da Ordem dos Advogados do Brasil, seção Pernambuco, Jorge Neves, também farão discurso de saudação aos novos desembargadores. Por sua vez, os 12 magistrados serão representados pela palavra do desembargador José Maria Florentino.

Para a solenidade, o cerimonial do Tribunal de Justiça fará a arrematação do palco do Teatro Santa Isabel de forma semelhante ao plenário do TJ, onde os desembargadores se reúnem para deliberar assuntos judiciais e administrativos: uma grande mesa no centro e cadeiras em dois semicírculos.

A solenidade também contará com a participação do Coral do Tribunal de Justiça, que fará homenagem aos novos desembargadores cantando os hinos do Brasil e de Pernambuco. Ao final do evento, haverá uma recepção para os convidados.

AMPLIAÇÃO

A última vez que o Tribunal de Justiça de Pernambuco teve seu número de

integrantes elevado foi em 30 de junho de 1952, portanto há mais de 40 anos. No dia 02 de agosto desse ano, o governador Joaquim Francisco sancionou a lei complementar nº 09, que prevê a ampliação do TJ para 27 desembargadores.

"Estamos vivendo um momento histórico da maior importância para a Justiça do nosso Estado", disse o presidente do TJ, desembargador Carlos Xavier. Segundo ele, a nova composição da Corte de Justiça significa um passo importante para a solução do acúmulo de processos na justiça estadual.

Os 12 desembargadores, foram escolhidos de acordo com os critérios de antiguidade (05) e mere-

cimento (05), os outros dois foram indicados em duas listas sextuplas da Ordem dos Advogados do Brasil (seção-PE) e escolhidos pelo Governador, após uma seleção do próprio Tribunal.

Gilberto Gondim, Manoel Rafael Neto, Célio Montenegro, Hélio de Siqueira Campos e José Maria Florentino eram os juizes mais antigos na Capital. Já Ozael Veloso, José Antônio Amorim, Amaro José de Araújo, José Antônio Macedo Malta e Antônio de Pádua Camarotti foram promovidos por merecimento; Dário Rocha e Fausto Freitas completam a lista como representantes da OAB-PE.

Embora a sessão solene de posse só aconteça amanhã, os novos desembargadores já haviam sido empossados administrativamente na sexta-feira passada, dia 05. Na ocasião, todos eles fizeram o juramento e apresentaram, conforme manda a lei, suas declarações de bens.



PODER JUDICIÁRIO

Presidente:
Des. Carlos Xavier Faria
Bárcido Sobrinho

Vice-Presidente:
Des. Francisco de Sá Sampaio

Corregedor-Geral:
Des. Elton Franco Góes

Auxiliar da Imprensa:
Ademir Paiva

Editores:
Robson Vinhas

Editores: Lúcia Cavalcini,
Marcelo Góes e Orlanilson
Albuquerque

Diagramação:
Ribeiro Gonçalves e Cássio Dias
L. 192 - DRT/PE

Redação:
Pra. da República s/nº - 2º
Andar - Recife/PE - CEP
50.010-010 - Fone: 224.88.118 -
226 - Telex: 3116 - Fax:
414/7822

Posse solene dos novos desembargadores é hoje

Hoje, às 15h, no Teatro Santa Isabel, acontece a posse solene dos 12 novos desembargadores do Tribunal de Justiça de Pernambuco. Trata-se de uma data histórica, pois a última mudança na Corte de Justiça ocorreu há 40 anos. O presidente

do TJ, desembargador Carlos Xavier, fará a abertura da solenidade, que contará com a presença de várias autoridades estaduais e municipais. O evento terá ainda a participação do coral formado por servidores do Judiciário.



ANO XXX

ESTADO DE PERNAMBUCO

PODER JUDICIÁRIO

RECIFE, SEXTA-FEIRA, 12 DE NOVEMBRO DE 1993 Nº 210

Diário Oficial

A OUTRA FACE DE UM MAGISTRADO (XXIX)

Bartolomeu Bueno de Freitas Moraes

BARTOLOMEU NO RECIFE

Atendendo ao apelo dos pais e em face das dificuldades financeiras da família, Bartolomeu se transferiu para a Capital, onde já se encontravam seus irmãos mais velhos, Ledo e Roberto. Depois de três longos anos trabalhando como "office boy" em escritório de advocacia. Dessa fase de sacrifício foi surgindo sua tendência para seguir a medicina, profissão já delineada pela vontade de seus genitores. Em 1972, abandonou seus estudos no Colégio Estadual de Pernambuco, diante da necessidade repentina de apoiar seu pai, tristemente derrotado em recente campanha eleitoral no Interior.

Concluiu o Colégio Boa Vista em 1973, foi aprovado no vestibular de Direito do ano seguinte. Destacando-se em Direito Penal e Processual Penal, obteve nota 10 durante todo o curso, colou grau em julho de 1978 com média geral 7, bacharelando-se pela

Faculdade de Direito da UFPE.

Aprovado em 1979, integrou-se à Ordem dos Advogados do Brasil, Seção de Pernambuco, portando com êxito para atender a empresas, sindicatos e entidades populares, sempre em favor da cidadania e dos direitos humanos.

BARTOLOMEU NA MAGISTRATURA

Substituindo-se a concurso público para juiz de Direito em 1982, foi aprovado com média de 6,93 pontos em 13º lugar. Em 23 de outubro do mesmo ano, foi nomeado para a Comarca de Exu onde permaneceu até abril de 1983, com exercício cumulativo em Araripina.

Ainda na 1ª entrância, esteve respectivamente em Palmeirina (07.04.83 a 07.12.84) e Lagoa dos Gatos (08.12.84 a 16.10.85). Promovido para a 2ª entrância — por antiguidade — exerceu a magistratura como juiz substituto nas comarcas de Olinda, Garanhuns, Petrolina e titular na 2ª Vara Criminal de Olinda.

Pernambucano do Sertão do Pajeú, filho do agente arrecadador do Estado, José Pereira de Moraes e de Maria Freitas Pedrosa, oficial do registro civil, Bartolomeu veio ao mundo em janeiro de 1954 na antiga Vila de Ingazeira, distrito do município de Tabira. Lá mesmo iniciou seus estudos nas Escolas Reunidas Professora Carlota Brekenfeld. Transferido para os ginásios Pajeú e Cenecista Eduardo Coelho (1965 a 1968), deixou-se influenciar pelas prédicas de Organização Social e Política, e, ainda em plena ditadura militar, passou a defender publicamente a democracia no País.

Desagradando à diretoria, foi repreendido e expulso após violenta discussão. Como nenhum educandário pernambucano aceitava sua transferência, conseguiu a duras penas matricular-se no Ginásio Dr. José Nominando, em Água Branca, Paraíba, onde concluiu seu curso.

Novamente promovido por antiguidade para a 3ª entrância, como juiz substituto, atuou nas Varas de Mesquita, 6ª Vara Cível, 5ª Vara Criminal por Distribuição, 2ª Vara de Sucessões e Registros Públicos e 2ª Vara da Infância e da Juventude da Capital. Aos 18 de novembro de 1992 foi titularizado na 1ª Vara de Família e Registro Civil da Capital.

Destacou-se nas funções de juiz auxiliar da Conselheira Geral da Justiça (05.11.92 a 22.07.93) com exercício na 2ª Vara de Execuções Penais e Conselheira de Presídios do Estado, de onde se afastou a pedido, dedicando-se exclusivamente à Vara da Infância e da Juventude da Capital.

HOBBY & APOSTOLADO
Bartolomeu se con-



Bartolomeu no seu púlpito de Infância & Juventude

fessa um amador inveterado do futebol. Desde os fogos Universitários tem se destacado como atleta (100 metros rasos), além de participação efetiva nas equipes sênior dos Comerciantes e da própria Faculdade de Direito. Na trajetória brilhante da sua passagem pelas comarcas pernambucasas, integrou-se às comunidades através do esporte, implantando clubes de futebol e, vibrantemente, participando deles.

Criado com a médica pediatra Glória Maria Barbosa Bittencourt, possui três filhos: Rosanna Maria (67), Rafaela Maria (65) e Bartolomeu Bueno (36), para quem abraça uma profissão de fé: "Confesso-me um constante e ardoroso latador pelas atividades claudicantes. Meu trabalho faz parte do meu sonho pela valorização de magistrado e melhores condições de trabalho no Judiciário de Pernambuco. Minha dedicação pela infância e pela juventude, faz parte do meu ideal de justiça pelo futuro do Brasil".



Bartolomeu na Seleção de Veteranos de Angilim-PE

O presidente do Tribunal de Justiça de Pernambuco, desembargador Carlos Xavier será homenageado com o título de cidadão de Tacaratu, na segunda-feira, dia em que se comemora em todo o país a Proclamação da República. A solenidade será no Fórum da cidade na presença do prefeito e demais autoridades convidadas. Desde que assumiu a Corte de Justiça estadual o desembargador tem sido condecorado nas Comarcas do Interior.



ANO XXX

ESTADO DE PERNAMBUCO

PODER JUDICIÁRIO

RECIFE, SÁBADO, 13 DE NOVEMBRO DE 1993 Nº 211

Diário Oficial

Julgamentos realizados pelo Tribunal do Júri vêm ocorrendo, há um mês, na presença de muitos jovens. Não que eles sejam amigos da vítima ou do réu e que, de alguma maneira, estejam ali com a intenção de torcer pela condenação ou absolvição do acusado. São apenas estudantes dos Colégios Santa Maria e Marista ou alunos-oficiais da Polícia Militar de Pernambuco.

A participação dessa turma é iniciativa da 2ª Vara do Júri, podendo ser estendida a qualquer entidade pública ou privada pernambucana. O objetivo é mostrar a transparência dos trabalhos daquela Vara especializada e, ao mesmo tempo, orientar jovens vestibulandos ou estudantes de Direito.

No início da sessão, a equipe da 2ª Vara do Júri — integrada pelos juizes Roberto Ferreira Lima e Antônio Carlos Alves da Silva e pelos promotores Ângela Farias e Gilson Moraes — dá explicações sobre o funcionamento dos trabalhos e sobre o julgamento a que será

assistido naquela ocasião.

A instituição interessada pode também solicitar a realização de júri simulado, no qual os jovens funcionam como réu, corpo de jurados, promotoria e defesa. Os figurantes têm acesso a um caso real que já tenha sido julgado. O resultado fictício é depois comparado à sentença verdadeira.

POLEIA MILITAR

O primeiro júri simulado, realizado nos termos do acordo proposto pela 2ª Vara, ocorreu quinta-feira (4) e funcionou como aula para as quatro turmas de alunos do 2º ano da Academia de Polícia Militar de Pernambuco. A representa-

Tribunal realiza júri simulado



Alunos da Polícia Militar atuaram como partes do processo

ção foi solicitada pelo coronel Romal Bezerra e pelo capitão Oswaldo Almeida, instrutores da Cadeira de Processo Penal, naquela instituição.

Foi a julgamento uma pessoa acusada de homicídio praticado dentro de um bar, há três anos, no Recife. Sem conhecer o resultado verdadeiro do processo, os alunos-oficiais deram a mesma sentença: absolvição. A sessão fictícia teve orientação do juiz Roberto Ferreira Lima e da promotora Ângela Farias.

Os alunos sorteados para integrar o corpo de jurados foram Dinamérico Barbosa, Emílio Jorge Vieira, José Ribamar, Roberto Soares, Domingos Lindoso, Carlos José Viana e Francinildo Alves. O réu foi o

aluno Lécio Flávio. A defesa foi representada por Eduardo da Costa e Wellington Araújo e a promotoria por Paulo Garcia e Alexandre Mafra, todos da Academia de Polícia Militar, localizada em Paudalho.

A turma de Aspirantes 94, que já havia assistido antes a dois júris reais, considerou a experiência válida. O capitão Oswaldo disse que, dessa forma, os alunos-oficiais passam a entender melhor e mais rápido todo funcionamento de um Tribunal do Júri.

PRÁTICA VOCACIONAL

Se de um lado a medida mostra a transparência dos trabalhos realizados na 2ª Vara do Júri, de outro funciona como

uma espécie de "orientação vocacional na prática" para alunos em fase de definição profissional. A opinião é da promotora Ângela Farias, uma das idealizadoras do acordo.

Esse trabalho de transparência, segundo ela, trouxe também iniciativas pioneiras no que diz respeito à atuação do Ministério Público em Pernambuco. Uma delas foi a colocação de agentes da promotoria, cuja função ainda é embrionária aqui no Estado, embora similar ao modelo americano.

Os agentes da promotoria são estagiários indicados pelas faculdades de Direito. Eles recebem orientação individual do Ministério Público na 2ª Vara do Júri. Realizam

trabalho paralelo à Polícia Civil na busca de provas, de acordo com o artigo 129, inciso 8º da Constituição Federal.

A atuação dos agentes da promotoria inclui contatos diretos com a família da vítima, visando suprir eventuais dificuldades durante o processo. Segundo Ângela, o Ministério Público, hoje, não funciona mais como peça isolada. "O objetivo maior do trabalho feito pelo promotor é o esclarecimento dos fatos como um todo".



PODER JUDICIÁRIO

Presidente:
Des. Carlos Xavier Fico
Barron de Albuquerque

Vice-Presidente:
Des. Francisco de Sá Sampaio

Corregedor Geral:
Des. Sérgio Ramon Otávio

Assessor de Imprensa:
Adriano Faria

Relatores:
Roberto Tavares

Relatores: Lúcia Carvalho,
Marcelo Gleason e Christiane
Alcântara

Fotografia:
João Barbosa

Diagramação:
Júlio Gonçalves e Cristiane Dias
1.312 - DFT/PE

Redação:
Pça. da República s/nº - 3º
Andar - Recife-PE - CEP
50.110-000 - Fone: 424.34.11/15
358 - Telex: 3116 - Fax:
434.9322

Centenário

O Tribunal de Justiça de Pernambuco aprovou, por unanimidade, a proposta do desembargador Benildes Ribeiro de registrar na ata dos trabalhos do Pleno a passagem do centenário de nascimento

de Agamenon Magalhães. Interventor federal, governador de Pernambuco e ministro do Trabalho e da Justiça, Agamenon Magalhães foi um dos nomes de maior destaque no Estado.



ANO XXX

ESTADO DE PERNAMBUCO

PODER JUDICIÁRIO

RECIFE, QUARTA-FEIRA, 17 DE NOVEMBRO DE 1993 Nº 212

Diário Oficial

Posse consolida mudanças no TJPE

A posse solene dos 12 novos desembargadores do Tribunal de Justiça de Pernambuco concretizou um ideal manifestado pelo magistrado Francisco Muniz Arraes, em 1985, quando afirmou ser urgente o aumento do número de componentes do TJPE no sentido de oferecer uma melhor prestação jurisdicional à sociedade pernambucana. Esse ideal tam-

bém mobilizou um movimento que faz parte da história dos magistrados do Estado.

As alterações aprovadas fizeram com que o TJPE passasse, em relação à quantidade de desembargadores, da classificação de 14º lugar, junto com os tribunais do Espírito Santo, Ceará e Paraíba, para o 6º lugar, acompanhando a posição hoje ocupada pela Bahia, Paraná e Santa Catari-

na, hoje com 27 desembargadores.

Com o intuito de dar início à agilização dos trabalhos, os magistrados recém-integrados, antes mesmo da posse solene, foram lotados nas Câmaras Cíveis e Criminais. Nas cíveis, estão os desembargadores Célio Montenegro, José Antônio Amorim, Ozael Veloso, Hélio Siqueira Campos, José Antônio Macedo Malta, Antônio de

Pádua Canarotti Filho, José Maria Florentino e Amaro José de Araújo. Já nas Câmaras Cíveis, foram lotados os desembargadores Gilberto Gondim, Dário Rocha, Manoel Rafael Neto e Fausto Freitas.

Na segunda página, poderá ser encontrado na íntegra o discurso do presidente Carlos Xavier durante a posse, proferido em nome do Tribunal pernambucano.

Justiça aprova correição em Floresta

O Conselho da Magistratura aprovou uma correição geral na Comarca de Floresta. A proposta, de autoria da Presidência do Tribunal de Justiça de Pernambuco, foi aceita por unanimidade. Segundo o presidente do TJPE, desembargador Carlos Xavier, essa proposição foi realizada após a constatação de um grande número de processos parados.

Com cerca de 1.300 feitos acumulados na Comarca, o desembargador-presidente afirma que muitos dos processos foram iniciados na década de 70. Exemplo disso é uma ação alimentícia requerida em 1978 que só foi julgada em 5 de novembro último pelo juiz auxiliar Celso Gusmão.

De acordo com o presidente Carlos Xavier, existem outros casos de morosidade como uma inter-

dição que data de 1984 e só foi despachada este mês. E ainda uma carta precatória distribuída em 1980, oriunda da Comarca de Nova Iguaçu no Rio de Janeiro, a qual foi também despachada em novembro.

"A estrutura legal facilita a prescrição. O caso da precatória é um exemplo: foi distribuída há 13 anos. É necessário um Judiciário que tenha condições de desenvolver seu trabalho e isso é possível com o preenchimento dos cargos de juízes e dos serviços auxiliares", ressalta o desembargador.

Atualmente existe um déficit de cerca de 230 magistrados em Pernambuco. Segundo Carlos Xavier, a questão se torna ainda mais grave quando se verifica que os 300 juízes do Judiciário estão acumulando, em geral, duas Comarcas ou mais.



Presidente Carlos Xavier propõe correição



PODER JUDICIÁRIO

Presidente:
Des. Carlos Xavier Pires
Branco Sobrinho

Vice-Presidente:
Des. Francisco de Sá Siqueira

Corregedor-Geral:
Des. Dário Ramos Galvão

Assessor de Imprensa:
Adriano Pinheiro

Editores:
Roberto Tavares

Redatores: Lúcia Cavalcanti,
Márcio Olimário e Christiane
Alves

Fotografia:
João Barbosa

Diagramação:
Júlio Gonçalves e Celso Dias
L. 112 - DRT/PE

Redação:
Pça. da República s/nº - 5ºº
Andar - Recife - PE - CEP
50.060-010 - Fone: 424.38118.
Fax: 424.38115 - Fax:
424.1822

Encontro de juizes da Capital começa hoje

Começa hoje, no Mar Hotel, em Boa Viagem, o II Encontro de Juizes da 3ª Entrância de Pernambuco. O evento, que segue até amanhã, contará com a presença de magistrados, promotores, políticos e professores universitários, além do ministro

do Superior Tribunal de Justiça, Luís Carlos Fontes de Alencar. As "Alterações do Processo Penal", "A Reforma Constitucional" e o "Controle Externo do Poder Judiciário" são alguns dos temas que constam da programação do encontro.



ANO XXX

ESTADO DE PERNAMBUCO

PODER JUDICIÁRIO

RECIFE, QUINTA-FEIRA, 18 DE NOVEMBRO DE 1993 Nº 213

Diário Oficial

Desembargadores recebem comenda do Exército

Os desembargadores Carlos Xavier Paes Barreto Sobrinho, presidente do Tribunal de Justiça de Pernambuco, Benilde de Souza Ribeiro e Luiz Belém de Alencar recebem amanha,

no Quartel General do Comando Militar do Nordeste, no Curado, a Medalha do Pacificador, condecoração outorgada pelo Ministério do Exército.

A Comenda será entregue aos magistrados pelo Chefe do

Estado-Maior do Comando Militar do Nordeste, General-de-Exército Luiz Gonzaga de Oliveira. A cerimônia faz parte das comemorações alusivas ao dia da Bandeira.

No mês passado, o



Des. Carlos Xavier: Medalha do Pacificador

presidente do TJ, desembargador Carlos Xavier, também foi homenageado por outro Ministério Militar. Durante as comemorações da Semana da Asa, ele recebeu a Medalha do Mérito Aeronáutico, concedida às personalidades que se destacaram pelos serviços prestados à Aeronáutica.

A homenagem ao presidente da Corte de Justiça de Pernambuco, na qual foram também agraciadas outras autoridades estaduais, foi feita pelo Chefe do 2º Comando Aéreo Regional, Major Brigadeiro Carlos Sérgio de Sant'Ana César.

Prefeitura tenta convênio com o Judiciário

Ontem, o presidente do Tribunal de Justiça de Pernambuco, desembargador Carlos Xavier, recebeu a visita do prefeito de Lagoa dos Gatos, Rinaldo Santos Barros. O chefe do Executivo municipal veio analisar a possibilidade da celebração de um convênio entre os dois poderes para a manutenção e recuperação do Fórum da cidade.

O prefeito disse que deseja ajudar o Poder Judiciário local, mas tem encontrado barreiras legais para isso. "O Fórum do município precisa de reformas. Nós queremos melhorá-lo, pois a

população precisa deste serviço, mas a legislação dificulta o trabalho", afirmou o prefeito.

A necessidade de reformas na sede do Judiciário local foi confirmada pelo juiz da Comarca, Lucio Grassi de Oliveira, que também participou do encontro. "O teto do prédio, por exemplo, precisa ser reforçado, pois quando chove as salas ficam alagadas", completou.

O desembargador Carlos Xavier agradeceu o carinho e o interesse da prefeitura de Lagoa dos Gatos em au-

xiliar o Poder Judiciário, mas salientou ao prefeito que o convênio precisa ter o aval do Tribunal de Contas do Estado. Por conta disso, recomendou que o município fosse até o TCE para uma consulta sobre o assunto.

Por sua vez, o juiz da Comarca afirmou que gostaria um encontro com o secretário de Justiça, Marcos Chafal, para analisar a situação. O município de Lagoa dos Gatos fica no Agreste Meridional do Estado e conta com uma população de aproximadamente 17 mil habitantes.



PODER JUDICIÁRIO

Presidente:
Des. Carlos Xavier Paes Barreto Sobrinho

Vice-Presidente:
Des. Francisco de Sá Sampaio

Corregedor-Geral:
Des. Sílvio Ramos Galvão

Assessor de Imprensa:
Albino Pinheiro

Editores:
Roberta Tavares

Redatores: Lúcia Carvalho, Marcelino Gomes e Christiane Almeida

Fotografar:
João Barbosa

Diagramação:
Alto Gonçalves e Celso Dias
1.199 - D&T/93

Redação:
Rua do Republicano nº 50
Avenida - Recife - PE - CEP
50710-000 - Fone: 3116.1116
358 - Telex: 3116 - Fax:
4240872

Novos desembargadores recebem congratulações

O vereador Augusto Coutinho propôs a consagração em uma de um Voto de Congratulações com os desembargadores Fausto Freitas, Dário Rocha e Manuel Rafael Neto. Os novos inte-

grantes da Corte de Justiça estadual tomaram posse sexta-feira (12), em solenidade comandada pelo presidente do Tribunal de Justiça, desembargador Carlos Xavier, realizada no Teatro Santa Isabel.



ANO XXX

ESTADO DE PERNAMBUCO

PODER JUDICIÁRIO

RECIFE, SEXTA-FEIRA, 19 DE NOVEMBRO DE 1993 Nº 214

Diário Oficial

A OUTRA FACE DE UM MAGISTRADO (XXX)

Agenor Ferreira de Lima

Pernambuco de Sirinhaém, já aos 13 anos de idade, Agenor dominava o código Morse, devidamente autorizado por dona Maria Petronila Gouveia de Albuquerque — agente dos Correios e Telégrafos do município — e esposa do dr. Emanuel Domelas de Albuquerque, Promotor de Justiça da Comarca.

Convivendo afetivamente com o casal ao longo da sua adolescência no interior, orientado por dona Nila, exercitava-se durante o dia como telegrafista na repartição, e à noite, disciplinadamente, aprendia inglês com o dr. Emanuel.

De tão árduo e proveitoso, esse tipo de vida teve especial importância na sua formação profissional, tanto que, depois de formado, ainda permaneceu por dois anos nos Correios e Telégrafos, de onde saiu para assumir o cargo de Juiz de Direito, conquistado meritadamente pela primeira classificação obtida em concurso.

DIÁRIO DE UM JOVEM TELEGRAFISTA

"Estivemos em plena efervescência da 2ª Guerra Mundial, com o Brasil integrado às forças aliadas, havia uma guarnição do Exército parilhando a nossa orla marítima e sediada na Base de Sirinhaém. Certa noite, a patrulha avistou luzes estranhas nas imediações da Ilha de Santo

Aleixo, à época inteiramente desabitada. Indícios de que um submarino alemão rondava a ilha, levaram o comandante da guarnição a entrar em comunicação urgente — através do telégrafo — com a 7ª Região Militar.

A chamado da dona Nila, fui acordado altas horas

para transmitir em linguagem cifrada, a importante mensagem do Exército. Naquele instante, surpreso e orgulhoso pela missão que me era confiada, cercado de militares apressados, pude sentir que estava prestando relevante serviço à segurança da minha pátria.

Uma hora depois, a população adormida de Sirinhaém, acordava com os ruídos dos vãos rancantes de uma esquadilha da FAB em direção à Ilha de Santo Aleixo. Só que as luzes estranhas não espantaram pelos aviões inimigos. Mergulhando no fundo do mar, desapareceram no silêncio e na escuridão da noite".

RESUMO DE CURRÍCULO

Filho de Joaquim Sérgio de Lima (Adjunto de Promotor de Justiça de Sirinhaém) e de Francisca Ferreira de Lima, ambas comerciantes, Agenor Ferreira de Lima fez o seu curso de humanidades nos colégios Salgado e Osvaldo Cruz, onde terminou francês e português em 1948. Integrando a turma de 1953, ba-



Desembargador Agenor Ferreira de Lima

chamou-se em Direito pela Faculdade de Direito do Recife, partindo para advogar nos autos da Comarca da capital pernambucana e no foro de Sirinhaém, sua cidade natal. Um ano depois (1954), foi nomeado, internamente, para o cargo de Promotor de Justiça da Comarca de Alagoinha (PE).

Aprovado em 1º lugar em concurso de Juiz de Direito do Estado de Pernambuco, foi nomeado para a Comarca de Buqui em 10 de agosto de 1955. Em setembro de 1962 foi promovido por merecimento para a Comarca de Paratiba, para em 1963, ser promovido para São Joaquim do Monte. Em 25 de agosto de 1969, assumiu a 3ª Vara da Comarca da Capital, onde permaneceu até ser distinguido com sua promoção para Desembargador, por critério de antiguidade.

Suplente de Juiz do Tribunal Regional Eleitoral de Pernambuco, ex-Assessor da Presidência do TPE e ex-Assessor da Corregedoria Geral da Justiça, é Professor Titular da cadeira de Direito Processual Civil da Faculdade de Direito da Camara. Agradou com o título de Cidadão de Pernambuco, tem curso universitário de Polícia Científica e formação jornalística, sendo colaborador, com artigos jurídicos e literários de jornais e revistas do Recife.

Cumprido com Djane Cordeiro de Albuquerque Lima, sente-se realizado pela inteligência e dedicação dos filhos: Robinson (advogado), Agenor Ferreira de Lima Filho (Juiz de 3ª Vara Civil), Eleonora Rese (curando Relações Públicas), Romero Carlos (curando Direito), Escada (con-

cluindo odontologia) e Maria Dusa (15 anos fazendo 2º grau no Santa Maria). A "outra face do magistrado" está voltada com especial carinho para Rodrigo, Rafael, Agenor, André e Marcelo que são os seus netos queridos.

Da convivência de seu pai (Adjunto de Promotor por mais de 30 anos) com seus diletos amigos que eram homens ligados à Justiça e frequentavam sua casa comercial, diariamente, nasceu sua vocação para a magistratura.

"Integrante de uma Câmara Criminal não nego, como Desembargador, minha predileção pelo Direito Penal; um ramo da ciência jurídica mais rente à vida e que mais se envolve com os sentimentos das pessoas na busca do equilíbrio entre a liberdade individual e a ordem pública."



Antiga Prefeitura e Correios de Sirinhaém em 1940

Xavier prestigia solenidade estudantil

O presidente do Tribunal de Justiça, desembargador Carlos Xavier, participa, na segunda-feira, dia 22, às 20h, da solenidade de posse da nova Diretoria Executiva do Diretorio

Acadêmico Democrático de Souza Filho, do curso de Direito da Universidade Federal de Pernambuco. A cerimônia acontece no Salão Nobre da Faculdade de Direito do Recife.



ANO XXX

ESTADO DE PERNAMBUCO

PODER JUDICIÁRIO

RECIFE, SÁBADO, 20 DE NOVEMBRO DE 1993 Nº 215

Diário Oficial

Servidores fazem brigada contra incêndio

A partir do próximo ano, o Tribunal de Justiça vai funcionar com apoio de uma brigada contra incêndios. Formado por servidores a serem treinados pelo Corpo de Bombeiros, o grupo estará apto a manejar extintores adequadamente, a evacuar o prédio e a tomar iniciativas em caso de necessidade.



Roberto Melo considera reciclagem necessária

O projeto está pronto e faz parte da programação da Assistência Policial Militar do TJ, sob a responsabilidade do coronel Franklin Bezerra Santos. A idéia básica é que exista pessoal habilitado à tarefa, em cada andar e por turno de trabalho. O interesse pela criação da brigada é do próprio servidor.

De acordo com o capitão Roberto Melo, assistente policial militar adjunto, o grupo vai ser selecionado pelo grau de interesse demonstrado em participar da brigada, por idade e senso de responsabilidade e de iniciativa. O pessoal será submetido a reciclagens periódicas.

CICLO DE PALESTRAS

O efetivo Policial Militar do Tribunal de Justiça vai colaborar com a brigada contra incêndio. No dia 15 de dezembro, todo pessoal fará uma reciclagem teórica, recebendo noções de procedimentos adequados em caso de focos de pequena e média intensidade.

A aula vai ser ministrada por integrante do Corpo de Bombeiros e, embora tenha o objetivo de dar início à criação da brigada contra incêndio, faz parte também do Ciclo de Palestras promovido mensalmente pela assistência militar do Judiciário estadual. As palestras são sempre

realizadas na Sala do Júri, pela manhã e têm o objetivo de atualizar o efetivo militar do TJ quanto a questões de interesse geral, seja de âmbito local ou federal.

"Explosivos" foi o último tema abordado. O capitão Wilton de Andrade, do Batalhão de Choque da Polícia Militar, que tem curso de especialização no assunto, foi o instrutor na ocasião, repassando noções de providências a serem tomadas em caso de suspeita de bomba.

Evacuação do prédio, desligamento da rede elétrica e orientação a públicos externo e interno foram alguns dos itens abordados. A aula teórica foi ilustrada com

material de instrução pertencente ao Batalhão de Choque.

A Assistência Policial Militar do Tribunal de Justiça já está elaborando o Ciclo de Palestras do próximo ano. Está prevista a abordagem de temas como Relações Públicas e Primeiros Socorros. A coordenação dos encontros está a cargo do coronel Franklin e do capitão Roberto Melo.



PODER JUDICIÁRIO

Presidente:
Des. Carlos Xavier Pass
Barros Sobrinho

Vice-Presidente:
Des. Francisco de Sá Baptista

Corregedor-Geral:
Des. Sérgio Ramos Garcia

Assessor de Imprensa:
Aldemir Palma

Editor:
Roberto Tereza

Redatores: Lúcia Carvalho,
Maurício Oliveira Chastagnol,
Alcides

Fotografia:
João Barbosa

Diagramação:
Mário Gonçalves e Cláudia Dias
1.192 - D87/89

Redação:
Rua da República 147 - 5º
Andar - Recife-PE - CEP
50015-000 - Fone: 321.3911 (08-
16) - Telex: 3116 - Fax:
324/1033

Projeto

Três Juizados Regionais da Infância e Juventude poderão ser criados na Região Metropolitana do Recife. Projeto neste sentido foi enviado pelo presidente do Tribunal de Justiça, desembargador Carlos Xavier à Assembleia Legislativa. A propos-

ta determina ainda, a criação da Vara da Infância e Juventude e da Família da Comarca de Caruaru, com competência privativa para os procedimentos de que trata a Lei Federal nº 8.069.



ANO XXX

ESTADO DE PERNAMBUCO

PODER JUDICIÁRIO

RECIFE, TERÇA-FEIRA, 23 DE NOVEMBRO DE 1993 Nº 216

Diário Oficial

Associação faz bazar de natal

O tradicional bazar de natal, promovido pela Associação de Esposas de Magistrados, será realizado na quinta e sexta-feiras, dias 25 e 26, na sede da Associação de Magistrados, no térreo do Fórum Paula Batista. Durante dois dias serão comercializados artesanatos em couro e madeira, confecções de mesa e cozinha, bordados, licores, doces e outros produtos. Toda a renda será revertida para a compra de cestas básicas.



Presidente da AEMEPE, Zélia Lino (centro), organiza bazar beneficente

Essas cestas serão distribuídas, durante o período natalino, com os funcionários que recebem salário mínimo. As associadas esperam entregar em torno de 200 cestas de natal com a pessoa carente. Segundo a presidente da Associação das Esposas de Magistrados, Zélia Maria Pinheiro D'Almeida Lins, os objetos poderão ser adquiridos por preços

acessíveis. A maioria é resultado de doações das sócias. Os participantes do bazar, que não são vinculados à AEMEPE, irão repassar à entidade 10% do lucro obtido.

A Associação vai promover também um almoço beneficente, no Clube dos Magistrados, em Candeias, no próximo dia 27, a partir das 10h. Toda a arrecadação será revertida em benefício dos servidores po-

bres e pessoas carentes, que costumemente são assistidas pela entidade. Com a renda do almoço, que terá distribuição de brindes e sorteios, as integrantes da Associação vão adquirir outras cestas básicas para serem entregues nas festas natalinas.

O bazar de natal da Associação de Esposas dos Magistrados vem sendo organizado há mais de dez anos, afir-

ma Zélia. "Durante o período em que a atual diretoria permaneceu à frente da entidade sempre trabalhou para ajudar os mais necessitados, além disso a Associação conta com o apoio das sócias e não recebe auxílio de entidade pública ou privada," destacou.

CAMPANHAS

Este mês, a AEMEPE está promovendo a Campanha do Lençol para o Manicômio Judiciário do Estado. Cada associada repassa dois ou três lençóis. Outras pessoas que conhecem o trabalho do órgão também está fazendo doações. Em maio passado a entidade realizou um chá-desfile e no mês de junho foram sorteados dois balões juninos. "O bazar já faz parte do calendário de promoções da Associação e conta com o apoio das sócias que trabalham em todas as campanhas", ressaltou a presidente.

A Associação funciona no térreo do Fórum Paula Batista e tem por objetivo prestar assistência a pessoas carentes, principalmente funcionários do Poder Judiciário. Este ano foram distribuídas oito cadeiras de roda, uma bicicleta para fisioterapia, um aparelho auditivo, três óculos de grau e dois auxílios funerários. Cerca de 26 recém-nascidos foram presenteados com enxovais. O atendimento é feito no Tribunal, através do Núcleo de Recursos Humanos. A diretora Laura Argolo é responsável pela seleção.

Os pedidos chegam à Associação e são atendidos na medida do possível, destaca Zélia. Como não se tem condições de atender todas as solicitações é feita uma triagem e os casos onde se verifica maior urgência são atendidos prioritariamente. O trabalho assistencial é realizado a partir da mes-

salidade paga pelas sócias. Atualmente esse valor corresponde a CR\$ 50 e com o dinheiro arrecadado em ações como o bazar, concluiu Zélia.



PODER JUDICIÁRIO

Presidente:
Des. Carlos Xavier Pass
Bueno Sobrinho

Vice-Presidente:
Des. Francisco de Sá Siqueira

Correspondente-Geral:
Des. Edirio Ramos Galvão

Auxiliar de Imprensa:
Almeida Filho

Editor:
Roberto Tavares

Colaboradores: Edna Carneiro,
Marcelo Glória e Octaviano
Almeida

Fotografia:
João Batista

Diagramador:
Mário Gonçalves e Celso Dias
1.192 - 08.10.93

Endereço:
Rua de República nº 1 - 2º
Andar - Recife - PE - CEP
50.000-000 - Fone: 224.383.128
248 - Telex: 5118 - Fax:
404/1822

Carlos Xavier recebe título

O presidente do Tribunal de Justiça de Pernambuco, desembargador Carlos Xavier, e a promotora de Justiça Virginia Bivar receberam o título "Cidadão de Tacaram". O chefe do Poder Judiciário foi juiz da Comarca há cerca de 30 anos. Com o título, Tacaram de-

monstrou seu reconhecimento à ação judicial praticada no município durante o período em que Carlos Xavier permaneceu na Comarca. Esteve presente à solenidade de entrega do título uma representação dos indígenas Pancarus e um representante local da Funai.



ANO XXX

ESTADO DE PERNAMBUCO

PODER JUDICIÁRIO

RECIFE, QUARTA-FEIRA, 24 DE NOVEMBRO DE 1993 Nº 217

Diário Oficial

TJPE aprova plano de oficialização

O Projeto de Lei que regulamenta a oficialização das Serventias do Foro Judicial do Estado foi aprovado em sessão do Pleno do Tribunal de Justiça de Pernambuco e enviado à 1ª Comissão da Assembleia Legislativa, onde será apreciado.

De autoria da Presidência do TJPE, o Plano prevê a estatização das Serventias, o que deve acarretar algumas modificações no sistema de pagamento de custas judiciais e transformação dos cargos existentes nas escriturarias.

Caso a Lei seja sancionada, como espera o Poder Judiciário, as custas passam a ser recolhidas através de agência bancária, e os 700 serventuários das Comarcas de 1ª e 2ª Entrâncias começam a receber seus vencimentos pelos



Projeto de Lei é de autoria do presidente Carlos Xavier

cofres do Estado.

Atualmente, o pagamento dos serventuários do Interior é realizado a partir das custas judiciais. Com o Projeto, as taxas deve-

rao ser revertidas em benefício do Estado e, por outro lado, os servidores terão seus vencimentos vinculados à folha de pagamento.

O Plano se des-

tina à oficialização dos cartórios onde tramitam processos cíveis ou criminais, enquanto os serviços notariais e de registro devem continuar funcionando em caráter privado. A maioria das escriturarias do Interior não são estatizadas. Na 1ª Entrância, o percentual é de 65% já na 2ª, o número é de cerca de 70%.

Segundo o presidente do TJPE, desembargador Carlos Xavier, através da aprovação do Projeto de Lei, o Tribunal procura cumprir uma regulamentação legal, uma vez que a Constituição de 1988 determinou a oficialização dos cartórios. Por outro lado, as escriturarias criadas a partir da Constituição já estão oficializadas e não foram incluídas no Plano.

O Projeto de Lei não cria novos cargos, mas transforma os de escrivão, escreventes, distribuidor, avaliador, contador, por-

teiro de auditórios, partidor e depositário público da 1ª e 2ª Entrâncias em técnico judiciário, que deverão ter o nível médio escolar, embora os que já ocupem os referidos cargos tenham seus direitos assegurados. Ainda de acordo com o Plano, as Serventias ficam transformadas em Secretarias e o cargo de oficial de Justiça continua a existir.



PODER JUDICIÁRIO

Presidente:
Des. Carlos Xavier Paes
Barreto Sobrinho

Vice-Presidente:
Des. Francisco de Sá Sampaio

Corregedor-Geral:
Des. Edson Rangel Góes

Auxiliar de Imprensa:
Aldemir Paiva

Editor:
Roberto Tavares

Relatores: João Carlos
Mucchi Glicério e Christiane
Almeida

Fotografia:
João Barboza

Distribuição:
Júlio Gonçalves e Celso Dias
1.301 - 1017.99

Redação:
Pça. da República 107 - 3ª
Andar - Recife-PE - CEP
51.015-600 - Fone: 424.3811/8-
208 - Telex: 7135 - Fax:
4241822

2ª Vara julga caso Evandro Cavalcanti

Hoje, a partir das 8h, a 2ª Vara do Juri do Recife julga um dos acusados da morte do advogado Evandro Cavalcanti, Domingos Gonçalves Pereira. Ele é apontado como um dos autores materiais do crime, que ocorreu no dia 21 de fevereiro de

1987, em Surubim-PE. O juiz Antônio Carlos da Silva preside o julgamento, atuando na acusação a promotora Ângela Simões e os assistentes Gilberto Marques e Ademar Rigueira Neto e na defesa o advogado Eurípedes Tavares Filho.



ANO XXX

ESTADO DE PERNAMBUCO

PODER JUDICIÁRIO

RECIFE, QUINTA-FEIRA, 25 DE NOVEMBRO DE 1993 Nº 218

Diário Oficial

Fórum Tomás Cirilo será informatizado

Todas as Varas do Fórum Tomás Cirilo Wanderley — antigo Grande Hotel — serão informatizadas. Segundo o administrador do Fórum, Dirceu Cadena, todo o material de computação já foi adquirido, só faltando resolver um problema na rede de energia elétrica do prédio. A informatização dos serviços também deve se estender ao Fórum Paula Batista.

da Escola da Magistratura. A Corregedoria Geral de Justiça será transferida do Palácio da Justiça para os dois últimos andares do prédio.

Na sobreloja, o Tomás Cirilo Wanderley vai oferecer uma série de serviços para o público em geral. Posto do Bandep, agência dos Correios, auditório e uma sala destinada aos advogados da OAB-PE, para os funcionários, haverá um refeitório. "Toda estrutura está sendo montada paralelamente às instalações dos equipamentos", acrescenta Cadena.

"A intenção é terminar o ano com tudo informatizado", disse Cadena.

Quanto ao Paula Batista, ele acrescenta que ainda não existe previsão, pois antes da instalação dos computadores o prédio — da mesma forma como ocorreu com o Tomás Cirilo — passará por uma reforma, que deve ser concluída somente no final de ano.

O novo Fórum do Recife, cedido pelo governo do Estado ao Poder Judiciário em regime de comodato por 30 anos, já está funcionando. Além de todas as Varas de Família e Registro Civil, encontram-se instaladas algumas Varas Cíveis (12ª, 13ª, 14ª, 15ª e 16ª) e da Fazenda Municipal, além da Escola Superior da Magistratura (ver box).

A transferência de todas as Varas que ficarão no Fórum Tomás Cirilo deve acontecer, segundo a administração do prédio, até o final deste mês. Com a utilização do Grande Hotel, o Poder Judiciário deixa de funcionar nos três anexos do Paula Batista, localizado na Rua da Aurora e na avenida João de Barros.

SERVIÇOS
A ocupação do antigo

Grande Hotel está sendo feita diariamente. No terreno já estão todas as Varas de família e os cartórios, além

Escola já funciona no novo Fórum

A Escola Superior da Magistratura do Pernambuco já se instalou em suas novas dependências no Fórum Tomás Cirilo Wanderley. A Esmape está funcionando no térreo do antigo Grande Hotel, ocupando todo um lado do prédio. São quatro salas de aula, uma sala para os professores, recepção e secretaria.

Além de salas mais amplas e mais confortáveis, a Escola ganhou uma infraestrutura com espaço suficiente para montar sua biblioteca e uma cantina, além de dispor de sanitário privado — antiga reivindicação dos alunos. A Esmape ainda tem a sua disposição um auditório para a realização de palestras e conferências.

Inclusive, as inscrições para o Curso de Preparação à Magistratura, promovido pela escola, já estão sendo feitas no local. A taxa de inscrição é de CR\$ 2,3 mil e o prazo se encerra no dia 30 deste mês. São 100 vagas para duas turmas, com início das aulas em fevereiro do próximo ano. Os bacharéis interessados ainda serão submetidos a um teste seletivo em janeiro.



Novo Fórum fica no antigo Grande Hotel



PODER JUDICIÁRIO

Presidentes
Dns. Carlos Xavier Pires
Bassio Salomão

Vice-Presidentes
Dns. Francisco de Sá Siqueira

Corregedor-Geral
Dns. Mário Renato Góes

Assessor da Imprensa
Aldemir Paiva

Editores
Roberta Tavares

Redatores: Lúcia Carvalho,
Marcelo Góes e Christiane
Alcântara

Fotografar
João de Barros

Diagramação
Júlio Gonçalves e Celso Dias
L. 192 - DNT/PE

Redação:
Rua da República nº 4 - 5ª
Andar - Recife-PE - CEP
51.050-040 - Fone: 224.2811/8-
208 - Telex: 31.05 - Fax:
424/1822

2ª Vara julga caso Evandro Cavalcanti

Hoje, a partir das 8h, a 2ª Vara do Juri do Recife julga um dos acusados da morte do advogado Evandro Cavalcanti, Domingos Gonçalves Pereira. Ele é apontado como um dos autores materiais do crime, que ocorreu no dia 21 de fevereiro de

1987, em Surubim-PE. O juiz Antônio Carlos da Silva preside o julgamento, atuando na acusação a promotora Ângela Simões e os assistentes Gilberto Marques e Ademir Rigueira Neto e na defesa o advogado Euripedes Tavares Filho.



ANO XXX

ESTADO DE PERNAMBUCO

PODER JUDICIÁRIO

RECIFE, QUINTA-FEIRA, 25 DE NOVEMBRO DE 1993 Nº 218

Diário Oficial

Fórum Tomás Cirilo será informatizado

Todas as Varas do Fórum Tomás Cirilo Wanderley — antigo Grande Hotel — serão informatizadas. Segundo o administrador do Fórum, Dirceu Cadena, todo o material de computação já foi adquirido, só faltando resolver um problema na rede de energia elétrica do prédio. A informatização dos serviços também deve se estender ao Fórum Paula Batista.

"A intenção é terminar o ano com tudo informatizado", disse Cadena.

Quanto ao Paula Batista, ele acrescenta que ainda não existe previsão, pois antes da instalação dos computadores o prédio — da mesma forma como ocorreu com o Tomás Cirilo — passará por uma reforma, que deve ser concluída somente no final do ano.

O novo Fórum do Recife, cedido pelo governo do Estado ao Poder Judiciário em regime de comodato por 30 anos, já está funcionando. Além de todas as Varas de Família e Registro Civil, encontram-se instaladas algumas Varas Cíveis (12ª, 13ª, 14ª, 15ª e 16ª) e da Fazenda Municipal, além da Escola Superior da Magistratura (ver box).

A transferência de todas as Varas que ficavam no Fórum Tomás Cirilo deve acontecer, segundo a administração do prédio, até o final deste mês. Com a utilização do Grande Hotel, o Poder Judiciário deixa de funcionar aos três anexos do Paula Batista, localizado na Rua da Aurora e na avenida João de Barros.

SERVIÇOS
A ocupação do antigo

Grande Hotel está sendo feita diariamente. No térreo já estão todas as Varas de família e os cartórios, além

Escola já funciona no novo Fórum

A Escola Superior da Magistratura do Pernambuco já se instalou em suas novas dependências no Fórum Tomás Cirilo Wanderley. A Esmape está funcionando no térreo do antigo Grande Hotel, ocupando todo um lado do prédio. São quatro salas de aula, uma sala para os professores, recepção e secretaria.

Além de salas mais amplas e mais confortáveis, a Escola ganhou uma infraestrutura com espaço suficiente para montar sua biblioteca e uma cantina, além de dispor de sanitário privado — antiga reivindicação dos alunos. A Esmape ainda tem a sua disposição um auditório para a realização de palestras e conferências.

Inclusive, as inscrições para o Curso de Preparação à Magistratura, promovido pela escola, já estão sendo feitas no local. A taxa de inscrição é de R\$ 2,3 mil e o prazo se encerra no dia 30 deste mês. São 100 vagas para duas turmas, com início das aulas em fevereiro do próximo ano. Os bacharéis interessados ainda serão submetidos a um teste seletivo em junho.

da Escola da Magistratura. A Corregedoria Geral de Justiça será transferida do Palácio da Justiça para os dois últimos andares do prédio.

Na sobreloja, o Tomás Cirilo Wanderley vai oferecer uma série de serviços para o público em geral. Posto do Bandeje, agência dos Correios, auditório e uma sala destinada aos advogados da OAB-PE; para os funcionários, haverá um refeitório. "Toda estrutura está sendo montada paralelamente às instalações dos equipamentos", acrescenta Cadena.



PODER JUDICIÁRIO

Presidente
Des. Carlos Xavier Peix
Des. Benício Sobrinho

Vice-Presidente
Des. Francisco de Sá Sampaio

Corregedor-Geral
Des. Sérgio Raimundo Góes

Assessor da Imprensa
Alcides Paiva

Editor
Roberto Tavares

Redatores: Lúcia Carneiro,
Norberto Gláucio e Christiane
Alcântara

Diagramador
José Barbosa

Distribuidor
Nilo Gonçalves e Celso Dias
1.300 - 08/1993

Redação
Dp. da República s/nº - 2ª
Andar - Recife-PE - CEP
53.033-000 - Fone: 324.3811/6 -
344 - Telex: 3116 - Fax:
424/1925



Novo Fórum Eca no antigo Grande Hotel

Conciliação e Julgamento

O presidente do Tribunal de Justiça, desembargador Carlos Xavier, vai estar hoje à tarde em Barreiros. Naquela Comarca, a 102 km da capital per-

nambucana, ele assiste à solenidade de inauguração da Junta de Conciliação e Julgamento, localizada à Avenida Santos Pinheiro.



ESTADO DE PERNAMBUCO

PODER JUDICIÁRIO

RECIFE, SEXTA-FEIRA, 25 DE NOVEMBRO DE 1993 Nº 219

Diário Oficial

Criança e adolescente são preocupações do TJPE



Presidente recebeu apoio do Conselho de Defesa da Criança e do Adolescente

Um projeto de Lei que prevê a criação de três Juizados Regionais da Infância e da Juventude e de uma Vara da Infância e Juventude e da Família da Comarca de Caruaru foi enviado à Assembléia Legislativa pelo presidente do Tribunal de Justiça, desembargador Carlos Xavier.

De acordo com o projeto, o 1º Juizado Regional deve exercer jurisdição nos feitos das Comarcas de Olinda, Paulista, Abreu e Lima, Igarassu e Iamaracá, o 2º Juizado irá se restringir exclusivamente a Moreno, Camaragibe e São Lourenço, já o 3º Juizado, terá jurisdição nas Comarcas de Ja-

boatão dos Guararapes e Cabo.

O presidente Carlos Xavier justificou a iniciativa baseado em dados estatísticos apresentados pela imprensa, segundo os quais, Pernambuco ocupa o terceiro lugar no Brasil em extermínio de crianças. Só no primeiro semestre deste ano, 56 crianças e adolescentes

foram mortos violentamente.

A iniciativa da Presidência do TJPE tem repercutido bem nas diversas organizações que têm a criança e o adolescente como prioridades. Um exemplo foi a manifestação de total apoio do Conselho Estadual de Defesa dos Direitos da Criança e do Adoles-

cente à proposição. Segundo a presidente do órgão, Olga Câmara, o Tribunal de Justiça está de parabéns pelo relevante projeto.



PODER JUDICIÁRIO

Presidente:
Des. Carlos Xavier Faria
Basilio Sobrinho

Vice-Presidente:
Des. Rosalvo de Sá Santiago

Corregedor-Geral:
Des. Idério Ramos Galvão

Assessor de Imprensa:
Almeida Silva

Edição:
Roberto Tavares

Redatores: Lécia Cavalli,
Maurício Gomes e Christiane
Almeida

Fotografia:
Joaquim Soares

Distribuição:
1000 exemplares - Grátis para
1.100 - DDT/93

Endereço:
Praça da República, 417 - 2ºº
Andar - Recife-PE - CEP
50.010-000 - Fone: 424.1811/8 -
248 - Telex: 7116 - Fax:
424/1812

A outra face de um magistrado

de bem-sucedidos, trocaram antigas profissões pela magistratura.

Manoel Rafael Neto, na época juiz da 1ª Vara de Execuções Penais, hoje desembargador, poeta e admirador dos repentistas, foi o primeiro da série. Com o desembarga-

dor Agenor Ferreira de Lima, o trigésimo da lista, destacado sexta-feira passada, a Assessoria de Imprensa faz uma pausa na "A outra face de um magistrado".

E aproveita a proximidade do recesso de final de ano, quando há uma diminuição do ritmo

de matérias jornalísticas, para idealizar uma nova série de reportagens especiais, sempre às sextas. Por enquanto, o espaço será ocupado com a divulgação de ações administrativas do Poder Judiciário, como acontece no restante dos dias.

No dia 5 de março deste ano, a Assessoria de Imprensa do Tribunal de Justiça iniciava a publicação de uma série de reportagens intitulada "A outra face de um magistrado". Sempre às sextas-feiras, a primeira página do Diário Oficial do Poder Judiciário era destinada ao juiz ou desembargador que tivesse uma outra

atividade além da missão de julgar.

O objetivo era mostrar um lado mais humano e quebrar a idéia de que o magistrado é, necessariamente, uma pessoa de atributos rígidos. Foram descobertos valores poéticos, musicais e esportistas. Apareceram professores, ex-militantes políticos e profissionais diversos que, apesar

Ipojuca

O Juizado Especial de Pequenas Causas do Cabo, funcionando desde junho do ano passado, pode ter sua abrangência estendida à Comarca de Ipojuca. Projeto nesse sen-

tido já se encontra em tramitação na Assembleia Legislativa do Estado. O JEPC do Cabo tem índice de conciliação superior a 80% do total de ações.



ANO XXX

ESTADO DE PERNAMBUCO

PODER JUDICIÁRIO

RECIFE, SÁBADO, 27 DE NOVEMBRO DE 1993 Nº 220

Diário Oficial

Recadastramento para vale-transporte Treinamento de Segurança



Diretora do NRH, Laura Argolo, atualiza cadastro de servidor

O Núcleo de Recursos Humanos do Tribunal de Justiça está atualizando o cadastro dos servidores lotados no Fórum da Avenida João de Barros, na Encruzilhada, que estão sendo transferidos para o Paula Batista e Tomás Cirilo Wanderley, no centro da cidade.

Com a transferência desses funcionários, é preciso reavaliar o percurso feito diariamente entre residência e novo local de trabalho, para que os servidores possam receber o vale-transporte na quantidade correta. O atendimento é feito à tarde, das 12 às 18h.

Segundo informação de Ana Flávia de Andrade Lima Miranda, responsável pelo recadastramento, quem estiver lotado nos Fóruns Paula Batista e Tomás Cirilo, deve procurar o Núcleo de Recursos Humanos o mais rápido possível, a fim de evitar atraso no recebimento do benefício.

O Núcleo de Recursos Humanos é responsável pelo fornecimento de vale-transporte aos funcionários do Tribunal de Justiça e Corregedoria Geral da Justiça. Qualquer servidor tem direito ao bônus, mediante desconto de 6% do salário base.

Quem estiver interessado pode procurar o NRH até o dia 10 de cada mês. O cadastramento é simples, bastando fornecer e comprovar endereço e local de trabalho. O vale-transporte é distribuído em quantidade suficiente para cobrir o percurso mensal de ida e volta.

Treinamento de Segurança

Agentes de Segurança do Tribunal de Justiça, que trabalham diretamente com magistrados, vão se submeter a curso de formação profissional. O treinamento, solicitado pela delegada Maria Segunda, assessora policial civil do TJ, foi autorizado pelo chefe da Corte Judiciária estadual, desembargador Carlos Xavier.

O curso vai se realizar no período de férias forenses, na Academia de Polícia Civil (Rua Tabira, Boa Vista), dirigida pelo delegado Geraldo Faria. O objetivo é proporcionar conhecimentos básicos e oferecer aos agentes condições de melhor desempenho da função.

Com duração de 110 horas/aula, o treinamento está dividido em noções de segurança física e de patrimônio, técnica de vigilância, armamento, munição e tiro, defesa pessoal, primeiros socorros, relações humanas no trabalho, noções elementares de Direito Penal e integração ao Poder Judiciário.

Os agentes terão aulas teóricas e práticas, com possibilidade de visita a instituições. Durante o período, ficam todos à disposição da Academia. O treinamento faz parte do programa de trabalho da Assessoria Policial Civil do TJ, implantado pela delegada Maria Segunda.



PODER JUDICIÁRIO

Presidente:
Des. Carlos Xavier Pass
Bueno Sobrinho

Vice-Presidente:
Des. Francisco de Sá Sampaio

Coordenador-Geral:
Des. Edilo Passos Galvão

Assessor de Imprensa:
Aldeamar Silva

Editores:
Roberta Tavares

Redatores: Lúcia Cavallini,
Edson de Góes e Christiane
Alfalcara

Poligrafia:
Jornal Bahia

Diagramação:
Júlio Gonçalves e Clotilde Dias
1.392 - 287.372

Redação:
Pça. da República s/nº - 50º
Andar - Recife-PE - CEP
52.050-040 - Fone: 224.5421/46
266 - Telex: 3115 - Fax:
424/1822